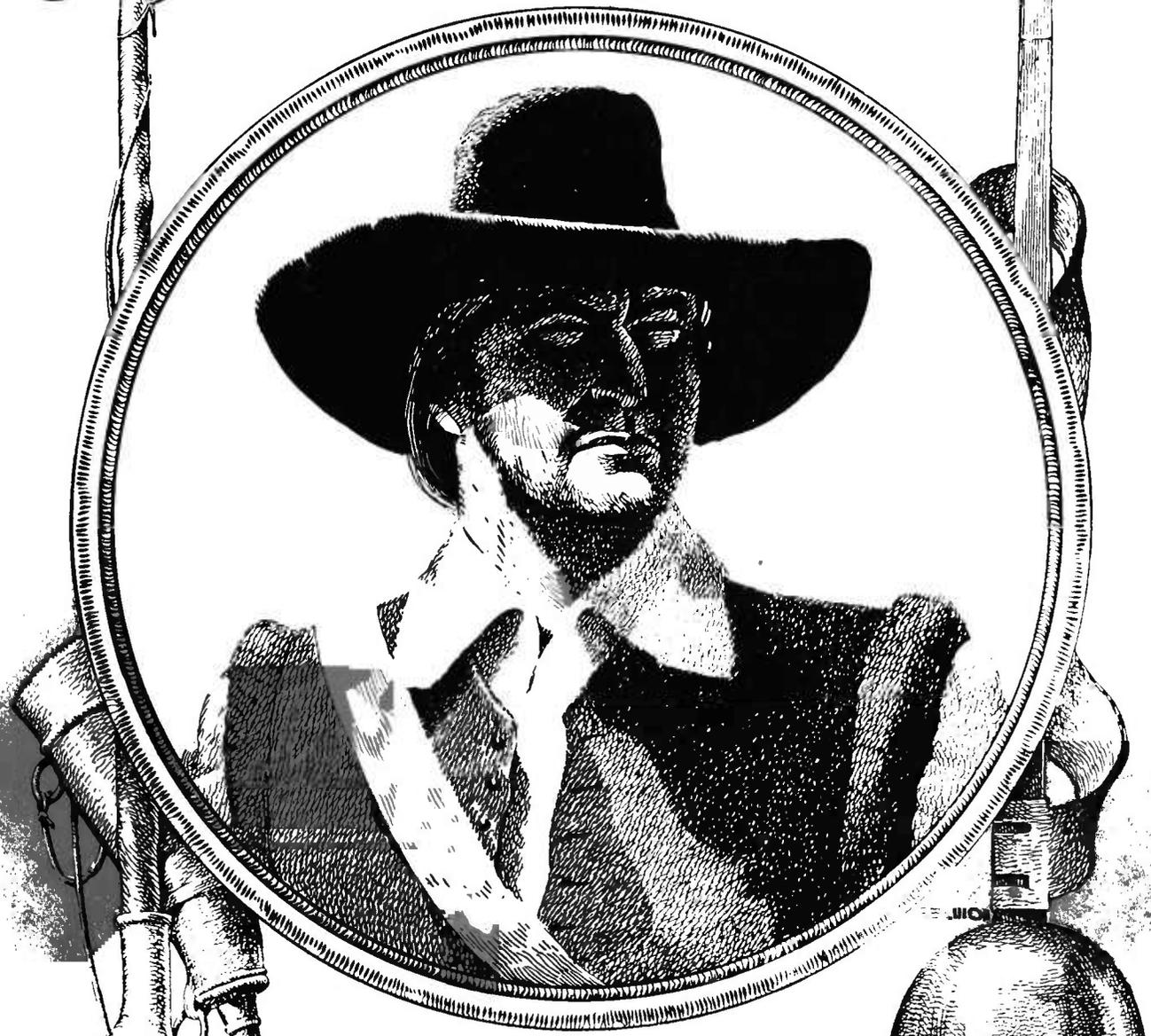
NO TEMPO DOS BANDEIRANTES

BELMONTE
No tempo dos
BANDEIRANTES
Desenhos do autor
3.a EDIÇÃO
Revista, aumentada e definitiva
Edições Melhoramentos

NO TEMPO
DOS
BANDEIRANTES

No tempo dos BANDEIRANTES

POR

BELMONTE

Desenhos do autor

3.ª EDIÇÃO

Revista, aumentada e definitiva

DO MESMO AUTOR:

ANGÚSTIAS DO JUCA PATO — Álbum de caricaturas (1926) Esgotado.

O AMOR ATRAVÉS DOS SÉCULOS — Álbum de desenhos humorísticos (1928) Esgotado.

ASSIM FALOU JUCA PATO — Crônicas humorísticas (Comp. Editora Nacional) 1933. Esgotado.

IDÉIAS DE JOÃO NINGUÉM — Crônicas humorísticas (Livraria José Olímpio Editora) 1935. Esgotado.

A CIDADE DE OURO — Livro para crianças (Comp. Editora Nacional) 1939. Esgotado.

NO REINO DA CONFUSÃO — Álbum de caricaturas sôbre política internacional (Edição da Fôlha da Manhã) 1939. Esgotado.

NO TEMPO DOS BANDEIRANTES, ensaio histórico (Dep. de Cultura) 1.ª edição esgotada, 1939.

NO TEMPO DOS BANDEIRANTES, (Departamento de Cultura) 2.ª edição esgotada, 1940.

MÚSICA, MAESTRO! — Álbum de caricaturas (Edição da Fôlha da Manhã) 1940. Esgotado.

A GUERRA DO JUCA — Álbum de caricaturas (Edição do autor) 1941.

EM PREPARO:

POVOS E COSTUMES DA AMÉRICA LATINA — Álbum de desenhos em côres. Introdução do autor.

BRASIL DE ONTEM — Desenhos inspirados em Rugendas. Execução e texto. Edições Melhoramentos.

VELHAS IGREJAS DO BRASIL — Desenhos a pena em duas côres.

BIOGRAFIA DE UMA CIDADE — História de São Paulo, com ilustrações do autor.

ÍNDICE

ÊSTE LIVRO...

...não é, propriamente, um livro de História, infalível e definitivo. Poder-se-ia, antes, classificá-lo na categoria dos livros subsidiários, se é que êste trabalho merece classificação. Pareceu-me, contudo, quando o planejei, o escreví e o ilustrei, que um livro dêste gênero poderia ser útil aos espíritos curiosos das tradições de sua terra, aos literatos que desejem tratar do seiscentismo paulista e aos artistas que se proponham fixar na tela ou no «Whatman» episódios dêste ciclo de nossa História, tão fascinante e ainda tão obscuro. Como, porém, não é possível a infalibilidade em assuntos históricos, o autor receberá como graças todas as correções que a Crítica fizer aos seus prováveis erros e cochilos...

Quanto aos historiadores, estou certo de que perdoarão o humorista curioso que, com tanta semcerimônia, mas com a melhor das intenções, lhes invadiu os domínios.

B.

A VILA DE SÃO PAULO

AS INVASÕES CARIJÓS E O REDUTO DO EMBOAÇAVA — O «TAPUITINGA» E O «MAMELUCO» — O DESTINO HISTÓRICO DA VILA — RUAS E CASAS — AS TAIPAS DA CÂMARA, DO COLÉGIO E A ARCA DOS ÓRFÃOS. A ATALAIA DO DESERTO.

Quando aqueles padres heróicos da Companhia de Jesús galgam os alcantís da Serra do Mar e se fixam no planalto, Piratininga surge com a taipa rústica do Colégio.

Depois, um dia, legiões brutais de carijós irrompem do sertão e pelejam para arrazá-la. O vilarejo humilde escora o embate nas tranqueiras rudes e resiste. Êles fogem mas voltam. Retornam ao assédio, ao morticínio, ao saque, muitas vezes. E tantas que, na Câmara, certo dia, se exige *uma guerra campal aos índios nomeados Carijós, por terem mortos mais de cento e cincoenta homens brancos, assim portugueses como espanhóis, até mesmo padres da Companhia de Jesús...*

Ergue-se, então, na confluência dos rios Grande e Jeribatiba, o reduto do Emboaçava. Retornam as hordas bárbaras. Das capoeiras marginais dos rios, flechas empenadas silvam. Mas, por detrás da taipa grossa e da tranqueira forte, o arcabuz e a colubrina do tapuitinga estrondam, e as flechas fiéis da gente de Caiubí e de Tibiriçá acudindo ao rebate, fazem silenciar as legiões bárbaras.

O carijó, em pânico, foge para as brenhas híspidas ou cai, atolado, nos tremembés da planície.

O tupí, na atalaia indomável de ibutantam, entoa o hino da vitória, rufando atabaques, agitando cocares, e o arcabuz do tapuitinga vingado ainda estrondeja e reboa pelas quebradas.

E, lá longe, no coração da vila, enquanto repiques de sinos sobem aos ares e as ferragens mouriscas rangem nas portas das igrejas que se escancaram, o discípulo de Loiola, genuflexo ante o Lenho sagrado, rende graças aos Céus que preservaram sua obra e salvaram seus catecúmenos.

Piratininga viverá.

Depois, surgem outras igrejas, armam-se taipais e chega mais gente — da Borda do Campo e dos lados do mar.

Pelas beiradas dos caminhos socam-se taipas, erguem-se casas, derrubam-se matas, constroem-se engenhos...

Pelos declives das colinas esboçam-se ruelas, diante das igrejas delineam-se terreiros, sôbre os rios lançam-se pontes...

Índios côr de cobre aluem florestas, homens barbudos, de carapuça de lã, serram madeiras e lavram os campos. Moços pálidos de sotainas negras passam com bandos de catecúmenos. Degredados iberos carregam caixas pejadas de *drogas*. E, pelas margens dos rios, fascinados pelo sertão, mestiços jovens constroem canoas...

Depois vem o primeiro sobrado. Surge a primeira rótula mourisca. No paredão do Colégio, tremeluz a primeira lamparina. No ar cerúleo vermelheja o primeiro beiral de têlha. E, pelas vielas alcantiladas, perpassam sotainas de jesuítas, pelotes de mercadores, marlotas de forasteiros, tabardos de lusitanos, aljubas de judeus...

E quando, à noitinha, os sinos das igrejas tangem no céu violáceo; e dentro das casas tremeluzem as luzernas tíbias dos candieiros de azeite ou de velas de cera; e, lá embaixo, nos campos do Emboaçava, quinze homens vigiam nas atalaias do Forte — alí no Colégio vai-se elevando, lentamente, no silêncio

sombrio, a ladainha mística dos catecúmenos, como uma *canção de ninar* embalando o sono da pequena vila recém-nascida...

Ruas ainda sem nome, praças que são apenas páteos e terreiros, estradas que são caminhos... No alto de uma colina e dentro de um triângulo, vai crescendo êsse burgo perdido no planalto, longe do mar, à bôca do sertão.

Piratininga nasce, assim, longe de qualquer socorro e exposta a todos os perigos. Se não tem que temer o assédio de corsários e flibusteiros, está vigilante contra os mistérios da selva, os monstros que a enchem de rugidos e as hordas bárbaras que a dominam pelo terror. Separada do mar, vive separada da metrópole. O isolamento a obriga a agir por si própria e a bastar-se às suas necessidades. Para isso, aceita o «decifra-me ou te devoro» do sertão e vence-o.

Mas, para tanto, Piratininga caldeou duas raças. Da união da *tupí* ao *tapuitinga*, surge o *mameluco*. Êle, que é dono do planalto, será o senhor do sertão, estendendo-o sob suas botas rudes, riscando-o com a lâmina de sua espada e dominando-o com os estrondos de sua escopeta.

E' uma luta de vida ou de morte. Ou o paulista vence o sertão e a sua vila se salvará, ou o sertão afugenta o paulista para os lados do mar e Piratininga será, apenas, punhados de escombros.

Mas, vencido o sertão, a vila está salva.

No planalto, *perdido no deserto*, entregue a si próprio, São Paulo do Campo de Piratininga chega ao limiar do século XVII, povoado por milhares de índios e menos de duzentos

brancos. Entre êsses dois grupos raciais, vem marchando um outro, ainda jovem; o que decifrou o sertão e que irá levar, muito breve, os marcos da Capitania até lá longe, fincando-os nesse mundo perdido, do vice-reino do Prata às terras do Perú — o *mameluco*. Êle é que arremeterá contra as selvas, investirá contra o íncola, enfrentará o castelhano, rebelar-se-á contra a Metrópole, desobedecerá o seu Rei, desafiará a Inquisição — *para que êste povo e esta vila não pereçam.*

Não cabe aquí, neste livro que não é, propriamente, um livro de História, dizer como, e a que custo, a vila não pereceu. Dezenas de obras já o fizeram, com indiscutível autoridade.

Apenas, sabendo que a vila foi salva, façamos uma rápida viagem retrospectiva e vejamos como vive São Paulo do Campo, nesse épico e tumultuário século XVII.

No alto da colina, encerrada dentro de um triângulo, está a vila. Para além, os sítios, as roças, as fazendas. Na vila, ruas sem nomes, atalhos que serpeiam pelos barrancos, que se despenham pelos alcantís, que vão ligar-se lá embaixo com os caminhos que levam ao Guaré, aos campos de Piratininga e de Santo Antônio, a Ibirapuera, Pinheiros, Ururaí, ao *caminho do sertão* ou ao *caminho do mar...*

Rua de São Bento para São Francisco, rua que vai direita para Santo Antônio, rua que vai para Nossa Senhora do Carmo, rua direita da Misericórdia, rua junto de Nossa Senhora do Carmo, rua do Carmo, rua que vai para a matriz...

Ou, então, com muito maior simplicidade: *na rua do meu irmão Fernão Pais, rua onde mora Pedro Furtado, na rua pública desta vila, rua que vai para Anhangabaí, rua detrás da casa de Aleixo Jorge, casas e chãos defronte de Manuel Góis, rua que parte com casas de Alberto de Oliveira, rua que parte com quintal de Lourenço Franco, rua de Paulo da Fonseca que parte com casas de João Machado...*

Parece impossível ser mais explícito. Tanto que ruas com nomes são raríssimas: rua de São Bento, em 1651, rua de São

Bento, em 1667, rua da Boa Vista, no inventário de André Lopes, rua do Carmo, rua de Santo Antônio...

São muitos ainda, na área exígua do povoado, os terrenos por construir, terrenos que valem pouco e nos quais as casas só se levantam quando absolutamente necessárias. Maria Leite da Silva, mãe do capitão Fernão Dias Pais, o «caçador de esmeraldas», declara em seu testamento, não sem um certo pitoresco, que possue na vila umas casas, ou melhor: «*umas casas nesta vila, as quais casas nunca pude fazer e só estão aí os chãos que são meus*».

Êsses *chãos*, que medem cinco braças, *na rua de Paulo da Fonseca*, se avaliam em 5 mil réis, já na segunda metade do seiscentismo. Para ter-se uma idéia de como sofrem avaliações aviltantes os terrenos dentro da vila, basta dizer-se que *um tacho de cobre de meia arroba* vale mais, pois é avaliado, no mesmo inventário, em 5$120, enquanto um *tapanhuno*, negro africano, é alvidrado por 36$000.

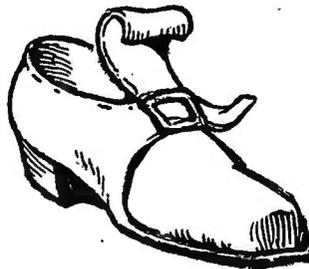
Quanto às casas, a sua valorização se processa ano por ano, embora com certa lentidão. Tomemos, para exemplo, duas casas mais ou menos iguais: a de Francisco Ramos Barbeiro, em 1623, e a de Maria Leite da Silva, em 1667, ambas situadas no perímetro central e ambas *com dois lanços de taipa de pilão com seu corredor e quintal, cobertas de têlha*. A primeira avalia-se em 24$000 e a segunda em 50$000. E' preciso transcorrer quasi meio século para o valor de uma residência subir ao dôbro, quando hoje, neste século XX impaciente e insaciável, as casas vão encarecendo de minuto em minuto...

Cobertas de têlha ou colmadas de palha, as casas da vila são sempre de taipa — de mão ou de pilão. Parece haver um

certo receio em se fazerem construções definitivas num povoado perdido no planalto, à mercê de todos os perigos. Casas de pedra só se erguem em Santos. Aquí, a cadeia vive sem presos *que fogem pelos muitos buracos que se fazem na taipa.* A casa da Câmara vive eternamente em ruínas e as suas sessões se fazem, constantemente, nas residências dos vereadores. Estas, por sua vez, como as demais, sofrem do mesmo mal, tanto que a arca onde se guardam os bens dos órfãos, não acha lugar para se esconder. Os oficiais da Câmara, interrogados a respeito, declaram, em 1633, «*que a terra não hera capaz de ter arqua por respeito de as cazas seren de taipa e as roubão cada ora*». A própria igreja do Colégio já está em ruínas em 1650 e a Câmara se esforça para que os índios de Carapicuiba venham remendá-la. Afirmam os oficiais que a igreja «*estava denificada e os muros derrubados por onde se entrava dentro e se fazião algumas couzas pouco dessentes pelo gentio desta terra, sendo hũ templo devino que deve de estar fexado e composto para que se não emtre nelle mais que pella porta principal quãndo se abrisse*»...

E' evidente a pobreza da vila, pobreza que só se atenua no fim do século, com o advento do grande ciclo do ouro no bandeirismo paulista.

Mas os forasteiros afluem, uns do litoral, de Santos e São Vicente, e não poucos do Sul, do Guairá e do Paraguai, embora o façam pelo caminho proibido. E, já no fim do século, a sua população sobe a quasi 4 000 almas.

São Paulo do Campo é, pois, uma afirmação e constitue, no planalto, a expressão de uma vontade que não recuou para poder impor-se.

A FORTIFICAÇÃO

ATAQUES DOS CARIJÓS — PEDIDO A ESTÁCIO DE SÁ. CONSTRUÇÃO DOS MUROS — AVARIAS E DESCALABROS — GUARITAS E BALUARTES — DECADÊNCIA.

Mas, para que a vila não desapareça, arrasada pelos bárbaros, como desaparecera o povoado que Martim Afonso erguera nos campos de Piratininga, urge fortificá-la.

E' que são contínuos os assaltos carijós contra a povoação nascente. Tantas vezes êles se repetem, tanto morticínio espalham que, em requerimento a Estácio de Sá «capitão-mór da armada d'El-Rey Nosso Senhor», a Câmara da vila escreve que, não satisfeitos de matarem os moradores que tentavam andar pelas imediações da vila, «*e não lhes fazendo a gente desta Capitania mal algum, quebraram as pazes que conosco tinham e se ergueram e vieram sôbre esta vila e a tiveram em cêrco vários dias e assim, de então até agora, haverá dois anos, com assaltos muitas vezes, destruindo os mantimentos e matando alguns homens brancos e escravas e muito gado*»...

E acrescentam que «*as hordas indígenas não vêm com fun-*

damento dos escravos que podem levar, mas das mulheres brancas que vêm buscar»...

São assim os bárbaros dos quais Gabriel Soares de Sousa (1) diz que são «*inimigos tão cruéis que ainda não acabavam de matar um homem, quando o espadaçavam e comiam*». Indignados com êstes desvarios do gentio, os oficiais da Câmara de Piratininga concluiam a sua petição a Estácio de Sá, com esta sentença lapidar, exigindo um revide em regra:

«*E' de melhor vontade a paz por meio da guerra que por outro meio que haja.*»

Em verdade, a continuarem os assaltos das legiões selvagens, São Paulo terá a sorte trágica da Piratininga de Martim Afonso, pois o vilarejo, como afirmam os vereadores ao capitão Jerônimo Leitão, está na fronteira dos índios «guanonimís» e outros de muitas nações «embirabacas» e é «*atrevido e alevantado*». E' então que, circundando o escasso casario da vila no local onde hoje se ergue o triângulo central, se levanta a muralha de Piratininga.

Construída de taipa, há quem negue a essa obra militar de São Paulo quinhentista o caráter de muralha, tal como se conhecem as que se ergueram na Europa e na Ásia em séculos recuados e cujos cinturões de pedra resistiram aos pelouros das colubrinas, às bombas dos falconetes e das bombardas, aos embates das balestas e catapultas, aos arremessos dos aríetes. A verdade, contudo, é que, à simples leitura das «Atas» quinhentistas se verifica a importância da obra, embora alguns moradores do vilarejo, por comodidade e displicência, a maltratassem continuamente, produzindo-lhe rombos e aberturas para, mais facilmente descerem as encostas e irem às fontes.

Não se sabe ao certo quando foram iniciadas as obras dos

---

(1) GABRIEL S. DE SOUSA — «*Tratado Descritivo do Brasil em 1587*».

muros, nem os lugares exatos por onde êles corriam. A verdade, contudo, é que, em 1562, êles ainda não estavam concluídos, como se depreende da ata da Câmara do dia 5 de Novembro dêsse ano, ata em que se requer ao procurador que «*se acabassem os muros e baluartes*», tendo êste informado que «*acabaram de fazer e de cobrir um baluarte que está detrás da casa em que mora João Luiz*».

Todavia, já dez anos depois, os muros da vila estão sofrendo avarias de toda a ordem, umas produzidas pelo tempo, outras pelos próprios homens. Estando o povoado dentro do cinturão da muralha, os seus moradores, para sair, só podem se servir das portas. Estas, contudo, como não são muitas, obrigam aqueles indivíduos a longas caminhadas, quando o mais prático seria abrir um rombo com uma picareta e sair por êle. São contínuos, nas atas da Câmara, os casos de cidadãos às voltas com as autoridades por semelhante delito. Há, até, o caso de um indivíduo, Domingos Rodrigues, que abre um buraco no muro e, intimado a fechá-lo, alega placidamente que sua mulher precisa dessa saída para ir à roça com as escravas. E, ante os apelos que dirigem ao capitão Jerônimo Leitão, êste dá fôrça à Câmara mandando o recalcitrante reparar o rombo e afirmando que «*é necessário a vila ficar cercada*».

Ora, diante dêsses descalabros, há quem se engane supondo que a muralha de Piratininga seja uma obra de amadores, erguida apenas para atrapalhar um pouco as investidas dos *Carijós* e em desacôrdo com as regras de engenharia militar. Que êsses muros foram levantados de acôrdo com os preceitos clássicos exigidos nos trabalhos de fortificação dos burgos medievais e re-

nascentistas, é coisa que ressalta à simples leitura das atas da Câmara dos fins do século XVI. Até mesmo a cooperação efetiva da população, isto é, a prestação do «serviço real de ádua» previsto nos antigos forais, foi realizada em Piratininga para a fortificação da vila. E' evidente que não se vai fazer comparação entre os muros de Piratininga e as muralhas do Pôrto, por exemplo. A gigantesca fortificação fernandina, erguida em enormes blocos de granito, fôra feita para resistir aos demolidores engenhos de guerra de Castela que, por mais de uma vez, puseram em risco o povoado castrense. E, em São Paulo, tinha-se que resistir apenas contra as flechas e as lanças das hordas dos *Carijós*. Mas o simples fato da existência de baluartes nos muros paulistanos evidencia o cuidado com que se procurou pôr a salvo do inimigo todos os panos dêsse muro, evitando os ângulos mortos que inutilizariam grande parte da defesa. Por mais de uma vez se encontram, nas atas da Câmara, referências expressivas aos baluartes: «*Na dita Câmara requereu o procurador do conselho que se acabassem os muros e baluartes* (5 de Novembro de 1562)»... «*que se acabassem de fazer e cobrir um baluarte que está detrás da casa de João Luiz* (5-11-1562)»... «*foi penhorado Domingos Roiz por não tapar uma porta que tinha aberta no baluarte*»...

Arcabuzes de muralha

Ora, a existência de baluartes nos muros da vila demonstra claramente que o problema do flanqueamento que, em muitos casos era resolvido com os bastiões, encontrou em Piratininga a solução mais prática, pois tirava aos atacantes a possibilidade de trabalharem na base da muralha ou junto aos

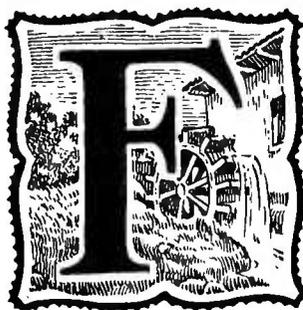
postigos, a salvo de tiros e flechadas, pondo a defesa em sério risco. Isso tinha uma importância considerável para o povoado, pois a pequena altura de sua muralha inutilizaria toda a defesa desde que os atacantes conseguissem beneficiar-se dos «pontos mortos». O baluarte, permitindo ao defensor dominar todos os flancos, elimina êsse risco. A fortificação de Piratininga não era, pois, uma primária obra de amadores. Além disso, a existência de bastiões de observação — «*...alevantar uma guarita que está sôbre a porta grande*» (Atas) e de seteiras na muralha — «*...um par de frecheiras na dita casa para a banda do campo*»... (Atas) — indicam a importância da obra militar que cercou Piratininga nos fins do século XVI.

Até 1590, isto é, durante quasi trinta anos, encontram-se, nas Atas da Câmara, referências contínuas à muralha. Depois, pouco a pouco, o silêncio vai envolvendo a fortificação e, no fim do século, não se fala mais nela. Parece que a velha defesa se torna inútil, pois os assaltos indígenas são contidos cada vez mais longe. O mameluco surge, com sua audácia e, abandonando a inércia da defesa, prepara-se para a ofensiva contra o sertão.

A velha muralha morre.

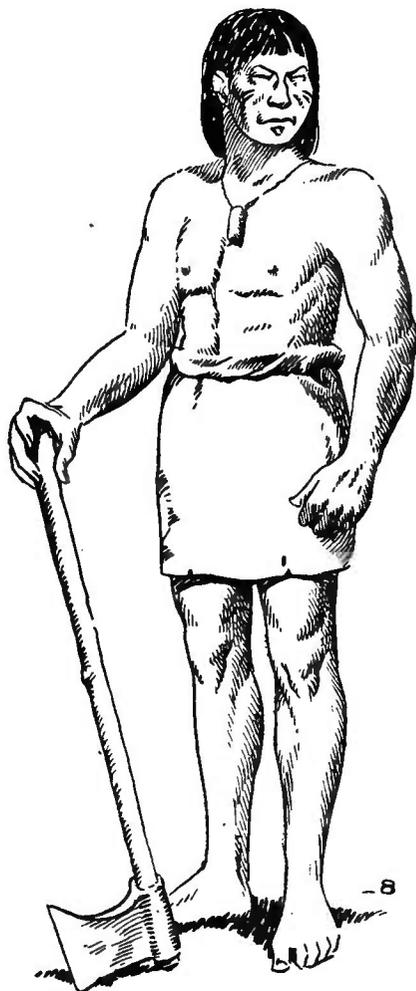
Vai iniciar-se a epopéia do Bandeirismo.

OS SÍTIOS E OS TRIGAIS

AS PARAGENS, OS RIOS E OS RIACHOS — OS «CAMINHOS FRAGOSOS» E AS PONTES ARRUINADAS — AS CASAS DO SÍTIO, SEUS MÓVEIS E UTENSÍLIOS — TENDAS DE FERREIROS E DE CARPINTEIROS — CRIADORES DE GADO — OS MOINHOS E OS TRIGAIS — O PROBLEMA DO PÃO.

Fora do núcleo urbano, estendem-se os sítios, as roças, as fazendas.

Tipo rural por excelência, é aí que, mais demoradamente, vive o paulista do seiscentismo, deixando a vila quasi deserta, meses a-fio, quando a ela não o atraem obrigações imediatas, festas religiosas ou intimações da Justiça.

Além do Tamanduateí e do Anhangabaú, já se está fora do *têrmo da vila*. As fazendas, contudo, já na segunda metade do século, estendem-se pelas vastas planícies, galgam as encostas e vão alcançar distâncias consideráveis, atingindo o Parí, Mooca, Ipiranga, Guarulhos, Tremembé, Mandaquí, Quitaúna, Santo Amaro, Itapecirica, Pinheiros, Butantã, N. S. da Esperança, Juquerí, Baruerí, Parnaíba, Jaraguá, Cotia, Carapicuiba...

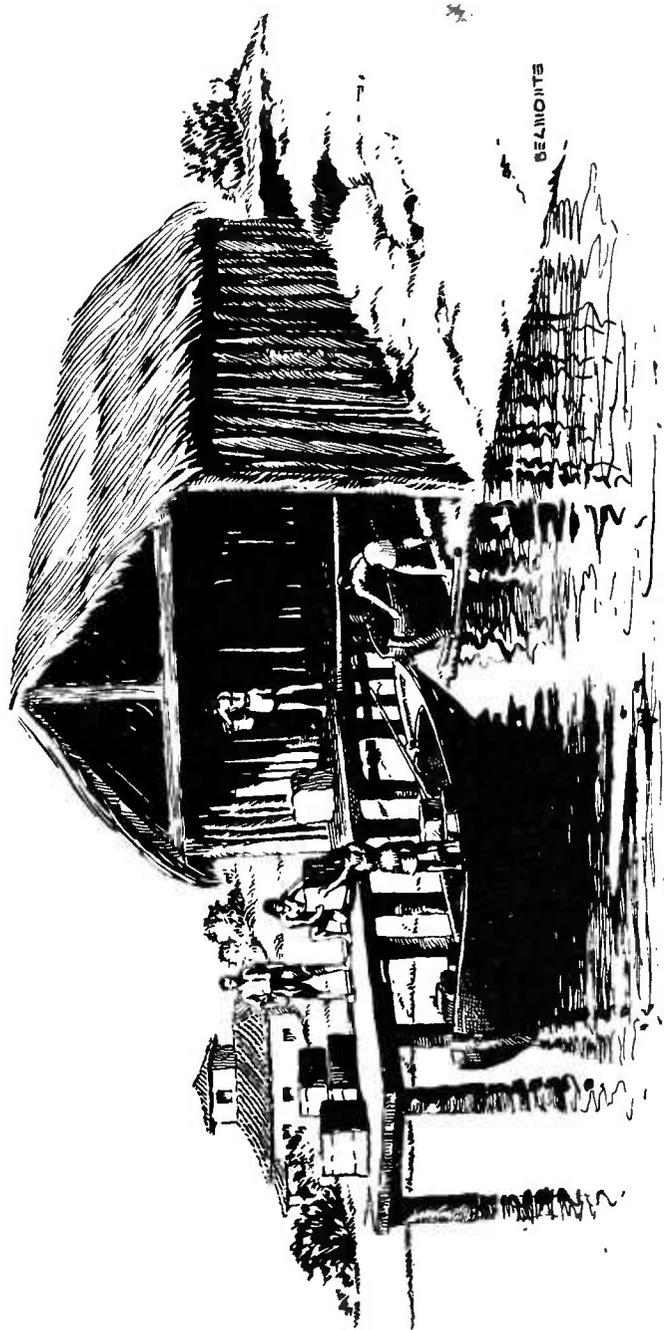
Êstes nomes, ainda hoje tão familiares aos nossos ouvidos, conservam-se

intactos através dos séculos. Outros, atingidos por corrutelas, sofrem alterações que, todavia, não lhes desfiguram de todo a fisionomia.. Outros, porém, desaparecem de vez na poeirada dos tempos.

Ibirapuera, sob a pena canhestra dos escrivães, sofre as grafias mais exquisitas oriundas das muitas maneiras como, então, se pronuncia êsse nome. Começa como *Virapoeira,* passa a *Burapueira,* a *Birapueira* — esta versão deve ser de algum escrivão luso que, trocando o V pelo B, consolida a pronúncia — transforma-se em *Birapueira,* depois em *Ebirapuera* e vem acabar no nome que hoje mantém.

Em 1655, essas fazendas já param longe. Em 30 de Março dêsse ano, na Câmara, alguns vereadores justificam suas faltas às sessões, com a alegação de que moram longe, pois *as fazendas estão mais de seis ou sete léguas por caminhos fragosos.*

Mas não são apenas os moradores dos sítios que se obstinam em não vir à vila. Os daquí também não se animam a procurar as roças. A própria Justiça, o próprio Clero, quando, por dever de ofício, são forçados à aspérrima jornada, fazem-se pagar muito bem, aquela ameaçando com as penas da lei, *na forma da ordenação,* e êste com as iras do Céu, por via da excomunhão. Assim, quem deseja furtar-se às vistas sempre incômodas dos credores não tem mais que fazer senão meter-se num sítio. E' êsse, por exemplo, o caso de Braz Gonçalves, o velho, de quem o escrivão do inventário de Braz Gonçalves, o moço, afirma ser inventariante mas precisar de um substituto *por ser homem que nunca aparece na vila por ser homem que deve muito...*

Ora, para que os credores deixem suas vítimas em paz nas roças é porque, realmente, longa é a distância e péssimos os caminhos...

Os rios e riachos que serpenteiam pelas extensas planícies de Piratininga servem, quasi sempre, de pontos de referência para a localização e identificação das propriedades rurais. E' assim que se encontram, a cada passo, indicações de sítios que se situam *na banda do Guarapiranga, no Tatuapé, nas*

Uma casa de trapiche, coberta de palha aguarirama, com suas canoas

(Inv. e test.)

cabeceiras do Boú, rio arriba Tamanduateí, além Geribativa, no pôrto grande do Tieté, meia légua rio abaixo, longo do rio, nas bandas de além do rio grande, além do ribeiro Mooca...

Outras vezes as denominações vêm dos nomes dos aldeamentos indígenas em cujas proximidades se localizam as fazendas — porque as terras dos índios são intangíveis. Surgem, então, apelidos bárbaros a indicar sítios, fazendas e paragens: Macuribí ou Maquirobí, Juraracangà, Ururaí, Suapopuquí, Juguaporerú, Jaquaperuruba, Itamburé, Toboapú, Capoeiroçú, Taquapelindiba, Guairaí, Jassepetiva, Guaré, ou Guarepe (o atual bairro da Luz), Caajossara, Arujá, Itaberatim, Suapuçú, Boú ou Imboú (o atual M'Boi), bairro de Acutia (Cotia), Guarapiranga, Eipoamoamoçum, Caguaporuava, na paragem de N. S. da Penha, Piratininga, Pacanaibú ou Pacaembú, Ururaí, que é o atual São Miguel...

O próprio bairro de Santo Antônio, ou campo de Santo Antônio, não se forra à influência tupí, pois, para diferençá-lo do homônimo urbano, vêmo-lo mencionado, não poucas vezes, com o nome de Santo Antônio do Ururaí.

O vereador vai à vila

Outras vezes, localizam-se propriedades *nas bandas do forte.*

Êste forte, feito de « taipa e tranqueiras », fica no Emboaçava, para os lados de Pinheiros, na confluência dos rios Grande e Jeribatiba e foi erguido para evitar novos ataques dos índios à vila, como ocorrera no século anterior e mesmo no princípio do seiscentismo, quando os selvícolas chegam a incendiar a ermida de Pinheiros.

E, finalmente, quando faltam êsses recursos denominativos, lança-se mão de indicações consagradas pelo uso quotidiano, como a do sítio que,

segundo um inventário, se localiza *à entrada do Pau Atravessado*...

Ora, morando tão longe assim, não é por ociosidade que os paulistas pouco aparecem na vila, principalmente quando é forçoso andar por *caminhos fragosos*.

O rude bandeirante que, a todo momento, rompe a mata e vai parar no Paraguai, no Amazonas ou no Perú, parece não ser amigo do meio têrmo. Ou vai muito longe ou não vai. Ou afronta todos os perigos e todas as insídias da *selva selvaggia* ou fica placidamente em casa.

Mas não são apenas os *caminhos fragosos* que constituem obstáculos à comunicação da zona rural com o centro urbano. Há, ainda, os rios e riachos que, sujeitos às enchentes nas estações chuvosas, alagam os caminhos e arruinam as pontes.

Na Câmara, então, são contínuos os apelos do senhor procurador: *...requereu que se fixassem quartéis para se fazer a ponte do guarepe... E a ponte que está debaixo desta vila chamada anhangobaí... E que se conserte a ponte da tabatinguera... E a ponte do ribeiro anangabaú caminho de Peratiningoa...*

Junto à ponte da Tabatinguera, ergue-se a fôrca. Os índios, contudo, vão até lá, uma noite, e incendeiam-na. Fica a vila sem fôrca, muito tempo, até que, em 1643, resolve a Câmara que se *mandasse levantar uma fôrca nova porquanto a velha não prestava para nada*. E, por via das dúvidas, levantam-na longe, nas proximidades de Ibirapuera...

A casa rural seiscentista, a *casa do sítio*, erguida no barro grosso de *taipa de mão* ou *de pilão*, colmada de palha ou coberta de têlha, com dois, três, quatro até cinco lanços, carateriza-se principalmente pelos *corredores*.

Há, assim, casas com *corredores de taipa, cobertas de têlha, ao redor, em tôrno, ao longo, assobradadas*... A *casa do sítio* raramente dispensa essa peça arquitetônica que não é, como a conhecemos hoje, interna — mas erguida externamente, ao lado ou ao redor da habitação, sendo parente próxima do alpendre.

Dentro, a maior sobriedade no mobiliário: *bufete com suas gavetas, mesa com sua cadeia, cadeiras rasas,* camas, catres ou redes, arcas de cinco ou seis palmos, canastras encouradas, bancos, tamboretes. A-pesar-da religiosidade do paulista, são raros os oratórios ou *nichos* e relativamente poucos, na habitação rural, os *retábulos e lâminas* de santos.

Mas, se o bandeirante dispensa o confôrto no mobiliário, não escasseiam as ferramentas e os utensílios de trabalho: *enxadas, machados, serras, enxós, cunhas, foices de segar e de roçar, foicinhas de sega, podões...*

Nem faltam os utensílios de uso doméstico — tachos, caldeirões e alambiques de cobre, tigelas, pratos e colheres de estanho, candieiros e caldeirões de ferro, botijas e peroleiras de barro, bacias de latão, gamelas de pau.

Aquí, é *uma roda de ralar mandioca* ou uma *prensa para moer farinha.* Alí, um *alambique de destilar cana* ou uma *prensa de fazer queijo.* Acolá, um *tear com suas urdideiras, liças, pentes e caneleiros...* São indícios de que, dentro de casa, como lá fora, a vida paulista não transcorre na ociosidade. Enquanto

o gentio, de um lado, cuida da lavoura, de outro lado se produzem têlhas nas olarias e, sob as têlhas se enchem peroleiras de vinho, nos fornos se fazem pães, nas cozinhas se acondicionam caixas de marmeladas e se alinham potes de manteiga, e se empilham queijos, e se enchem frascos de água de rosas, e se encesta a farinha, e se ensacam flocos de algodão... Nas fazendas cortadas pelos rios e riachos, canoas carregadas partem das *casas de trapiche,* enquanto, por toda a parte, rodam os *moinhos de água de moer trigo...*

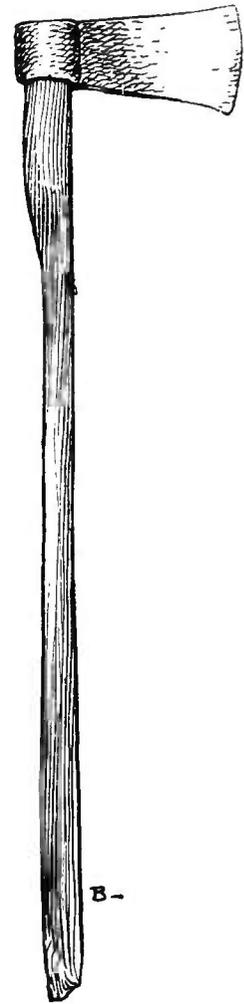
E' raríssimo, ainda, o sítio que não possue a sua *tenda de carpinteiro* ou sua *tenda de ferreiro,* com *todos os seus pertences.* Nas carpintarias dos sítios vamos encontrar larga cópia de ferramentas: *verrumas, goivas, formões, martelos de orelha, escopros, plainas, junteiras, garlopa, cepilho, tornos,*

trados, serras de mão, serra braçal com seus aviamentos, graminhos, ferro de molduras com seus cepos, compassos.

Nas tendas de ferreiro, não faltam os instrumentos de trabalho: *bigorna, taz, tenaz de tirar verga, tôrno, tresmalhos, foles com suas biqueiras, mós, malhos...*

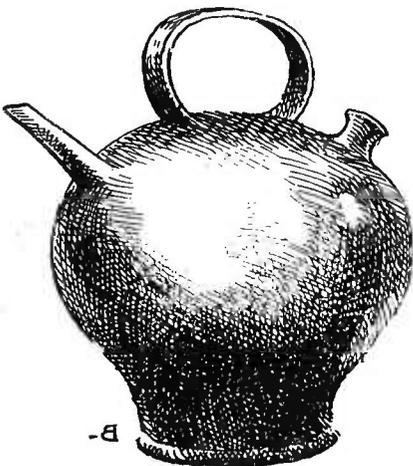
O sítio seiscentista é uma colmeia ruidosa, estuante de trabalho, onde lavradores, artífices e operários labutam, de sol a sol, *pelo bem comum e para que esta vila não pereça...* E, onde não se encontra o senhor rural arroteando a terra como lavrador, é que vamos vê-lo nos seus campos, pastoreando o gado. Há então nas planícies de Santo Antônio, Piratininga, de Itaim, de Capoeiroçú do Ipiranga, de Tatuapé, de Ibirapuera, grandes criadores. Bois capados, novilhos, bezerros, carneiros, ovelhas, cabras, cavalos, éguas... *Vacas fuscas, alvasãs, broquilhas, pintadas, vacas parideiras, vacas com suas crianças...*

Machado

Entre os criadores da vila vamos encontrar Antônio Raposo da Silveira, que possue nos seus campos 76 ovelhas, 66 vacas, 15 novilhas, 4 bois, 40 cavalos e éguas. Manuel João Branco tem, no seu sítio de Ibirapuera, 218 vacas, 118 bois, 77 novilhas e bezerros. Pero Vaz de Barros, 82 cabeças de gado vacum e 60 ovelhas. Francisco Barreto, o grande bandeirante que *é rendeiro dos dízimos de Sua Majestade,* possue 150 cabeças de gado. Luzia Leme, no seu sítio de Pinheiros, mantém nos pastos 95 vacas, 36 bois, 42 porcos. Maria Leme, 150 cabeças de gado vacum. Miguel Garcia Velho, 116 vacas, 71 novilhas, 1 boi, 7 éguas e 20 porcos... O capitão Valentim de Barros, de uma família das mais nobres da vila, possue na sua grande fazenda apenas 4 ovelhas e 10 cabras...

Mas o que predomina nos campos de Piratininga, é a cultura do trigo. Pelas imensas planícies estendem-se os trigais e, em certos momentos, a preciosa gramínea chega a constituir verdadeira fôrça econômica do planalto. Para ter-se uma idéia do que é a lavoura do trigo nesse tempo, vou alinhar aquí, colhida ao acaso nos Inventários, uma relação do cereal colhido, em grão ou já em farinha, que, ao falecer, deixam alguns plantadores de Piratininga:

Isabel Sobrinha, 15 alqueires; Rafael de Oliveira, 20; Tomázia Alvarenga, 40; Beatriz Bicudo, 70; Valentim de Barros, 130; Francisco Lopes Pinto, 15; Álvaro Rabelo, 17; Maria Bicudo, 60; Bartolomeu Rodrigues, 77; Francisco Pedroso Xavier, 130; Ambrósio Mendes, 350; Diogo de Melo, 400; Agostinho Rodrigues, 50; Pedro Dias, 350; Francisco Leão, 20; Antônia de Chaves, 200; Clemente Álvares, 200; Maria da Silva, 600; Luzia Leme, 1 100; Domingos Jorge Velho, 150 (1).

O preço do alqueire varia entre 100 e 200 réis. Há, assim, verdadeiras fortunas nas tulhas e nas *casas de trigo*.

Antônio Bicudo de Brito, ao fazer seu testamento *in extremis*, declara que *tem no Rio de Janeiro, já a salvamento*, 150 *cargas de farinha de trigo em duas carregações*, vendidas a Manuel da Silva Salgado, que, por elas, deverá pagar-lhe 147$000 *em fazendas*, enquanto Filipe de Campos escreve antes de falecer: *Declaro que mandei para o Rio de Janeiro cento e cinco cestos de farinha de trigo por via de Manuel Lôbo Franco remetidas a um correspondente seu cujo nome se ve-*

(1) Êste Domingos Jorge Velho, que falece em 1671 no seu sítio de Parnaíba, com 60 anos de idade, (como se depreende de uma afirmação sua, feita em Juízo, em 1655 e na qual êle declara ter 54 anos) é apenas um homônimo do famoso destruidor dos Palmares que, a êsse tempo, andava pelos sertões do Piauí. Êste, de que nos ocupamos, é tio do grande bandeirante. E, ainda nesse ano de 1671, há na vila de São Paulo um outro Domingos Jorge Velho, filho de Onofre Jorge Velho e Inez da Costa e que conta, então, 20 anos de idade. (Inv. e Test. XVIII, 94).

Pichel para vinho

rá no conhecimento que tenho em meu poder.

A exportação de trigo, contudo, nem sempre é permitida. Vezes há em que a população da vila se queixa, os «homens bons» da Câmara acodem com suas providências e o procurador requer que *não consintam saiam fora da terra farinhas de trigo pela terra não perecer...* Ou então: *que seja pôsto quartel para que nenhuma pessoa de qualquer qualidade ou condição que seja, não leve para fora desta vila sem licença da Câmara, farinhas de trigo nem carne.*

Peroleira de barro, para guardar vinho, vinagre, mel etc.

Quando, porém, tais providências não surtem o efeito esperado, lança-se mão de remédios heróicos: *...acordaram os ditos oficiais e assentaram que se fizesse lista dos homens que houvesse nesta vila que tivessem trigo para por êles se fintarem quinhentos ou seiscentos alqueires de trigo para sustento dêste povo e que se repartiria por semanas para acudirem com o pão a tempo que lhes for mandado.*

São enérgicos os senhores do Conselho. E há razões de sobra para isso, pois, no século XVI, como no século XX, os processos de comerciar são idênticos. Não só os exportadores costumam deixar o povo *in albis*, como os lojistas, no seu varejo, vão adulterando pesos e medidas. E lá surge a Câmara: *Pelos ditos oficiais foi acordado que nenhuma pessoa não venda nem compre farinhas por alqueires, mas por arrobas pelo muito agravo que há.* Ou então: *...que não vendam farinhas aos alqueires senão por arrobas pelo grande defraudo que há no bem comum...*

O preço do trigo, pôsto em Santos, é de 100 réis o alqueire. Na vila, a farinha vale 240 réis. E' essa, pelo menos, a tabela imposta pela Câmara, ao tempo em que ainda vigora o alqueire

e em que o trigo é aceito como dinheiro pelos mercadores forasteiros. A moeda é escassa no planalto — tão escassa como será mais tarde, no século XX — e daí o gênero de trocas que ressurgirá, três séculos depois, com o nome de «comércio em moedas compensadas».

E' claro que não é apenas na farinha que os lojistas procuram lesar a clientela. O próprio pão, como de costume, vai diminuindo de tamanho, a ponto dos incansáveis senhores do Conselho intervirem: *Requereu o procurador que o pão que se vendia a êste povo nas vendagens era pequeno e havia muito trigo na terra pelo que êles ditos oficiais provessem nisso e fizessem posturas para que o pão pesasse mais de arratel e meio, e não menos, sob pena do pão perdido e de pagarem quinhentos réis...* Estipula-se, então, em definitivo, que o pão pese dois arráteis, isto é, quasi um quilo.

Mas o domínio rural seiscentista, como com acêrto acentua Alcântara Machado, «constitue um mundo em miniatura». Autarquicamente, o senhor rural do planalto basta-se a si próprio. O núcleo urbano, ao inverso do que ocorrerá três séculos depois, é apenas o lugar de recreio, aonde o paulista vai para distrair-se em dias de procissão ou de festas profanas.

«As lavouras e os currais», escreve o autor de «Vida e Morte do Bandeirante», abastecem à farta a mesa do senhor e a dos agregados e escravos. E' a própria fazenda que fornece os materiais para as construções, para os utensílios agrícolas, para o mobiliário, para a iluminação, para o vestuário comum».

Continuemos, pois, no capítulo seguinte, as nossas digressões pelos *sítios da roça.*

AINDA AS FAZENDAS

CANA, ALGODÃO E VINHA — OS ÍNDIOS ESCRAVOS — OS «SENHORES DE GRANDE SÉQUITO» — OS ÍNDIOS ALDEADOS — REGIMES DE ESCRAVIDÃO — ESCRAVOS EM LIBERDADE.

A-pesar-da excepcional importância da lavoura de trigo, o paulista, para manter a sua independência econômica no planalto, não pode entregar-se à monocultura, nem pode ser apenas lavrador.

Mesmo nos campos em que predominam, visivelmente, as *searas de trigo*, vamos encontrar *culturas de cana, pedaços de algodoal, plantações de vinha*, além dos cereais necessários ao *sustento das gentes*.

O trigo desempenha papel tão importante que, em 1633, reconhecendo que *na terra não há dinheiro senão as ditas farinhas*, o seu preço, para o pôrto de Santos, é elevado a mais de duzentos réis o alqueire, pois, segundo se alega na Câmara, a despesa do seu transporte para o mar fica em dois tostões e doze vinténs, *e assim vem valer mais o carrêto que a própria farinha...*

Nos campos, trabalham os índios. São os «negros». Uns, alugados nos aldeamentos, outros arrebatados ao sertão, violentamente, *para que esta terra não pereça...* Quem vai às selvas aprisionar indígenas — e não há quem não o faça — não pratica um ato de violência: vai apenas *buscar o seu remédio*. Se não é possível arrebanhar negros na costa da Mina ou da Guiné, vai-se placidamente aos *bilreiros e carijós*, pois o essencial é que, por falta de braços, não venha a lavoura a perecer, com

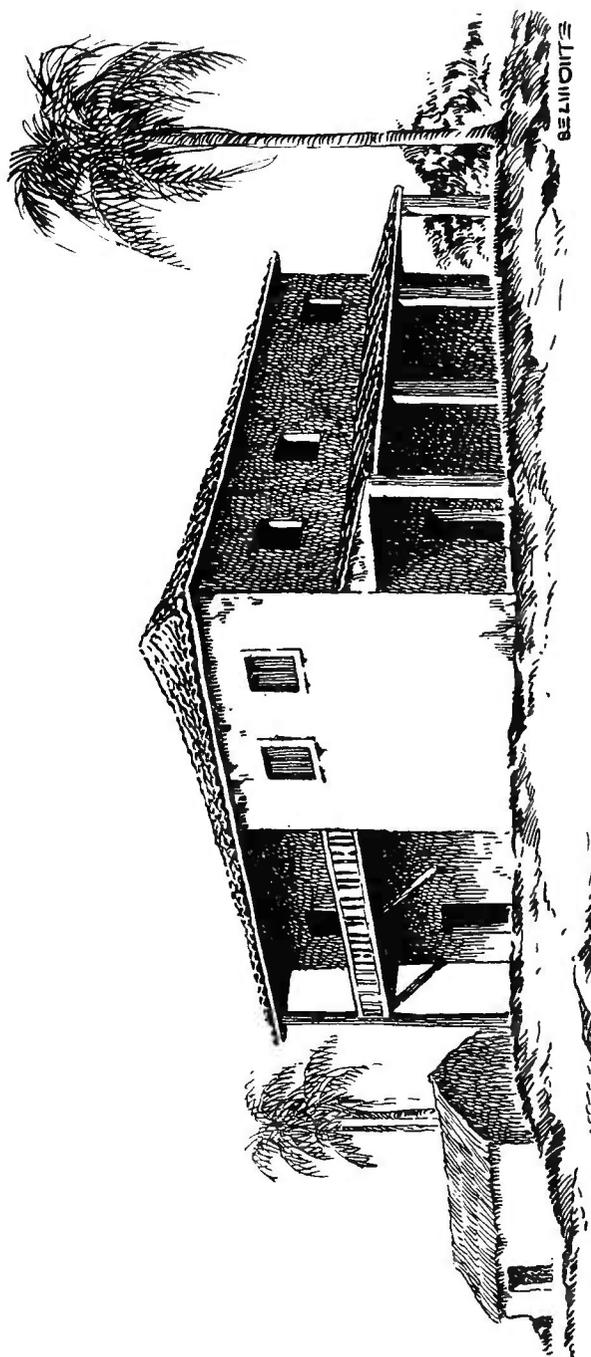
dramáticas consequências para a vida dos moradores do planalto.

As fazendas vivem, assim, povoadas pelo *gentio da terra: tupininquins, bilreiros, tupioaens, tamôios, tupinambás, tememinós, pés largos, marmemins* ou *goamemins,* índios da *nação biobeba* e índios *da nação andante.*

E' em vão que se procura reduzir ou exterminar o escravagismo. Leis, alvarás, cartas régias, bandos e quartéis são desobedecidos com a maior displicência dêste mundo, e nem mesmo as excomunhões conseguem assustar alguém. Contra aqueles, há alegação da *muita pobreza desta gente* que precisa do *seu remédio...* E, para imunidade contra as excomunhões e desencargo de conciência, manda-se comprar aos padres algumas *bulas de composição...* Feito o que, entra em cena a astúcia e, para não se afrontar a justiça com excessiva desfaçatez, estabelece-se que ninguém possue escravos. O que todos têm, são, apenas, *serviços forros, peças fôrras, gentio da terra, gente do Brasil.*

Dêsse modo até austeros representantes do Poder possuem as suas *peças de serviço, peças* que também se encontram nas fazendas dos religiosos — jesuítas, carmelitas e beneditinos, sendo que, não poucas vezes, pela ascendência que êstes prentendem arrogar-se sôbre o elemento servil, provocam inúmeros conflitos com a população, conflitos que vão culminar na ruidosa expulsão dos padres da Companhia, que rumam para o Rio de Janeiro, e não sem terem, antes, ajustado contas com o vigário Albernaz, da igreja matriz, também expulso.

Almocafre usado na mineração do ouro

E assim, umas após outras, descem dos sertões as levas de autóctones, para o trabalho nas fazendas

Casa rural, de sobrado, com balcão e corredor lateral

paulistas. E vão surgindo, daí, aqueles *potentados em arco e senhores de grande séquito* de que, com tanta ufania, nos fala Pedro Taques: na fazenda de Pero Vaz de Barros vamos encontrar 70 *peças do gentio da terra,* na de Valentim de Barros, 120, além de 11 fugidas; Domingos Jorge Velho (o 1.º dêsse nome, não o bandeirante) possue 79; Diogo Coutinho de Melo, 164, além de 1 africano que, no preço vale geralmente por três ou quatro índios; Sebastião Pais de Barros possue 170; Maria Ribeiro, 210; Francisco Cubas, 167; Pascoal Leite Pais, 237; Antônio Pais de Barros, 311; Martim Rodrigues, 240...

Êste último, como tantos outros, arrola algarismos para pesar as despesas que fez no descimento do gentio, escrevendo ao fim esta frase explicativa:

«*O que hei gastado para buscar esta gente encantada*».

O certo é que essa «gente encantada» não só presta serviços na lavoura, mas é preparada para exercer os mais variados ofícios, não sendo poucos os sapateiros, tecelões, carpinteiros e *sombrereiros* existentes na vila. São prestimosos e, geralmente dóceis, pois as revoltas são, durante o século, em número tão ínfimo que chegam a constituir raríssimas exceções. Daí a razão porque muita gente, por esperteza ou comodidade, em lugar de ir ao sertão descer gentio, prefere trazê-lo dos aldeamentos das proximidades. Ora, êsses índios estão a salvo da escravidão. Pelo menos, providencia-se para que o estejam. Logo no início do século, precisamente em 16 de Janeiro de 1600, na casa da Câmara, *acordaram os ditos oficiais e mais pessoas que lhe parecia bem a todos não haver juiz dos índios em razão de o regimento de sua majestade não dar juiz senão aos índios que os reverendos padres descerem novamente do sertão, que os índios que ora há na terra são moradores e povoadores da terra que aquí achou o senhor da terra Martim Afonso de Sousa quando a povoou e portanto lhes parecia bem que os índios estejam debaixo do capitão da terra e juízes ordinários dela para lhe fazerem justiça nos agravos que lhe fizerem,*

pois até agora assim estiveram e é uso e costume estarem desta maneira»...

Tais providências, todavia, não impedem que, cada vez que a Câmara empossa os «capitães de aldeia» êstes, jurando sôbre os Evangelhos, afirmam que *farão seu ofício bem e verdadeiramente, adquirindo os índios em sua aldeia e retirando-os das casas dos moradores donde estiverem, eclesiásticos ou seculares...*

Essa incursão nas tribus aldeadas não se faz, contudo, apenas para a exploração do trabalho índio. Quando alguém pretende ir ao sertão *buscar o seu remédio* e não possue escravos para o acompanhar, contrata o íncola aldeado. Tanto que, quando a Câmara toma conhecimento dêsses conluios suspeitos trata logo de evitar a sortida:

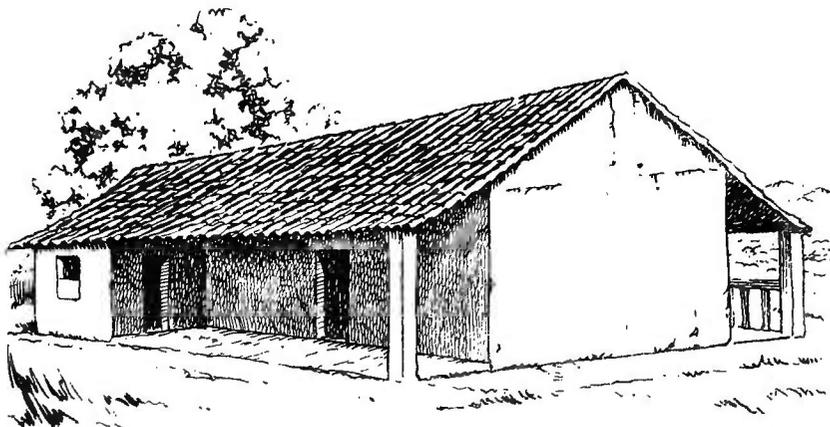
...tendo vindo a sua notícia em como estão algumas tribus para saírem para o sertão em os quais haviam moradores que levavam Índios das Aldeias de Sua Alteza o que era contra o serviço de Sua Alteza, para o que lhes requeria mandasse evitar com quartéis e mais penas da lei não levassem os moradores os tais índios para o sertão e castigassem a todos que o contrário fizessem.

A verdade, contudo, é que muitos dêsses índios acompanham os bandeirantes com indescritível entusiasmo. Principalmente quando êstes investem para o sul, rumo aos domínios dos *guaranís*, seus velhos inimigos (1). Dêsse profundo ódio racial aproveitou-se largamente o paulista do bandeirismo nos seus arrasantes «rushs» contra o incipiente império que Castela construia, pacientemente, à sombra do meridiano alexandrino. E' possível afirmar-se, pois, que o índio do planalto, na sua tríplice função de operário, de lavrador e de guerreiro, foi um fator de excepcional relêvo na formação histórica e política da Capitania de São Vicente.

---

(1) Ainda em 1552, antes da fundação de São Paulo, chegam a Assunção alguns caciques do Guairá, entre êles **Arapisandú** a pedir socorro contra os tupís. (*El Guairá*, Ramon I. Cardozo, pág. 28).

O regime de escravidão no planalto, contudo, está astronômicamente longe, em rigor e ferocidade, do que impera nas «encommiendas» do Guairá, nas minas de Potosi, nos ervais de Maracajú e nas próprias reduções jesuíticas do Paraguai, onde os inacinos mantêm uma disciplina verdadeiramente militar, não sendo alheios à mesma os próprios castigos corporais e o seviciamento (2).

Na vila, parece respirar-se, mesmo, um ar de excessiva liberdade, a julgar-se por episódios expressivos, e sabendo-se que a Câmara vive, constantemente, a fixar quartéis proibindo aos índios *andarem nesta vila com paus, arcos e flechas de que sucedem brigas e desastres.*

Tipo de casa rural térrea

Êsses passeios com exibições de armas são muito comuns na vila, onde os escravos, a todo o momento, desencadeiam conflitos. Daí as contínuas diligências dos senhores do Conselho a exigir que *todo escravo que se achar com espingarda na vila seja preso e a espingarda perdida, e o senhor que lha deu e consentiu pague quatro mil réis para o alcaide e conselho*

(2) Cf. Padre Bernardo Capdeveile, *Misiones Jesuiticas en el Paraguay.*

para se evitar dano que nas criações fazem e o mais dano que se pode seguir.

Outras vezes, são ameaças contra os escravos que com *suas armas de fogo fazem dano no gado desta vila,* resultando daí, como é fácil prever, desordens e conflitos a que os oficiais têm que acudir, com sua vara na mão.

Ora, o simples fato dos senhores permitirem que seus escravos andem dando tiros pelas ruas, demonstra claramente que a palavra *escravidão* não tem, no planalto, o sentido sinistro que costumamos emprestar-lhe. E, a-pesar-das penalidades com que os ameaçam, os escravos, índios e tapanhunos, não abandonam suas armas senão temporariamente — o tempo necessário para que a Câmara se esqueça deles e de suas armas devastadoras. E a liberdade que os senhores lhes concedem vai a tal ponto que, quando não batem pernas pelas ruas, armando desordens, organizam complicados bailes *de dia e de noite* — como se afirma na Câmara, mais de uma vez, em 1623 — *bailes em que sucediam muitos pecados mortais e insolências contra o serviço de Deus e contra o bem comum,* além de outras coisas que o senhor procurador, pudicamente, resolve calar, *por não serem decentes...*

Essas pequenas fraquezas, todavia, em nada diminuem o valor do índio, nem a importância econômica e social de sua existência no planalto.

Na vida paulista do seiscentismo, êle está presente aonde quer que nos dirijamos. Aquí é Guranharan, alí Cunhajaocá, acolá Tucambira. Os seus nomes bonitos e eufônicos ecoam pelos casarões ou pelos campos:

Apingorá, Gocaram, Butí, Galupe, Goanda, Goapí, Garassiassa, Tape, Sabaíba, Tabaiura, Caraíba, Tarse, Goassí, Derassí...

Só êles sabem dar-se êsses apelidos sonoros e fascinantes. Muitos deles, porém, sob o domínio e o capricho de senhores de mau gôsto, vêem os seus lindos nomes trocados. E passam a chamar-se, então, Antônio moleque ladino, Francisca ladina,

Madalena malos pés, Policena, Pantaleão, Pascácio, Macário, Potência, Estácia, Venturosa, Rubeca...

Mas, coitados! se carregam êsses nomes lamentáveis, a culpa não é deles...

Um almofaríz

A CASA DA VILA

O MOBILIÁRIO — PAINÉIS, LÂMINAS E RETÁBULOS PRATARIAS E LOUÇAS — GUARDA-PORTAS E CORTINADOS — ALCATIFAS, TAPÊTES E COXINS — A MISTERIOSA TAMBOLADEIRA.

A *casa da vila não difere em nada da casa do sítio.*

Terreiras ou *assobradadas,* com *seus repartimentos de taipa, seus corredores, suas camarinhas,* são as mesmas, de paredões desnudos, umas com alpendre, outras com balcão mas todas brancas, frias, pesadas e incaraterísticas.

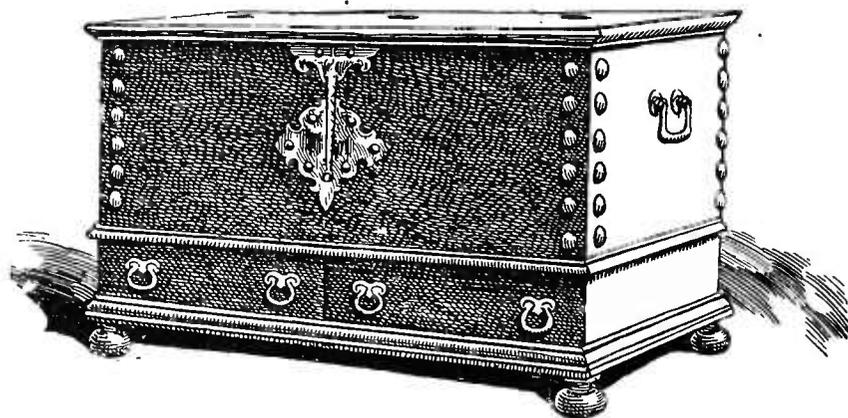
Diferem-se apenas internamente, não por si próprias mas pelo cunho que lhes imprime o morador ao mobiliá-las. *Mobiliar* uma casa, no comêço do século, é evidentemente um eufemismo, pois a sobriedade forçada é caraterística nos primeiros tempos do seiscentismo.

Mas, com o correr dos anos, tornando-se a vila *mais enobrecida,* vai-se notando um certo gôsto pelo confôrto e o mobiliário se multiplica com peças vindas da Côrte e do Reino ou executadas na terra.

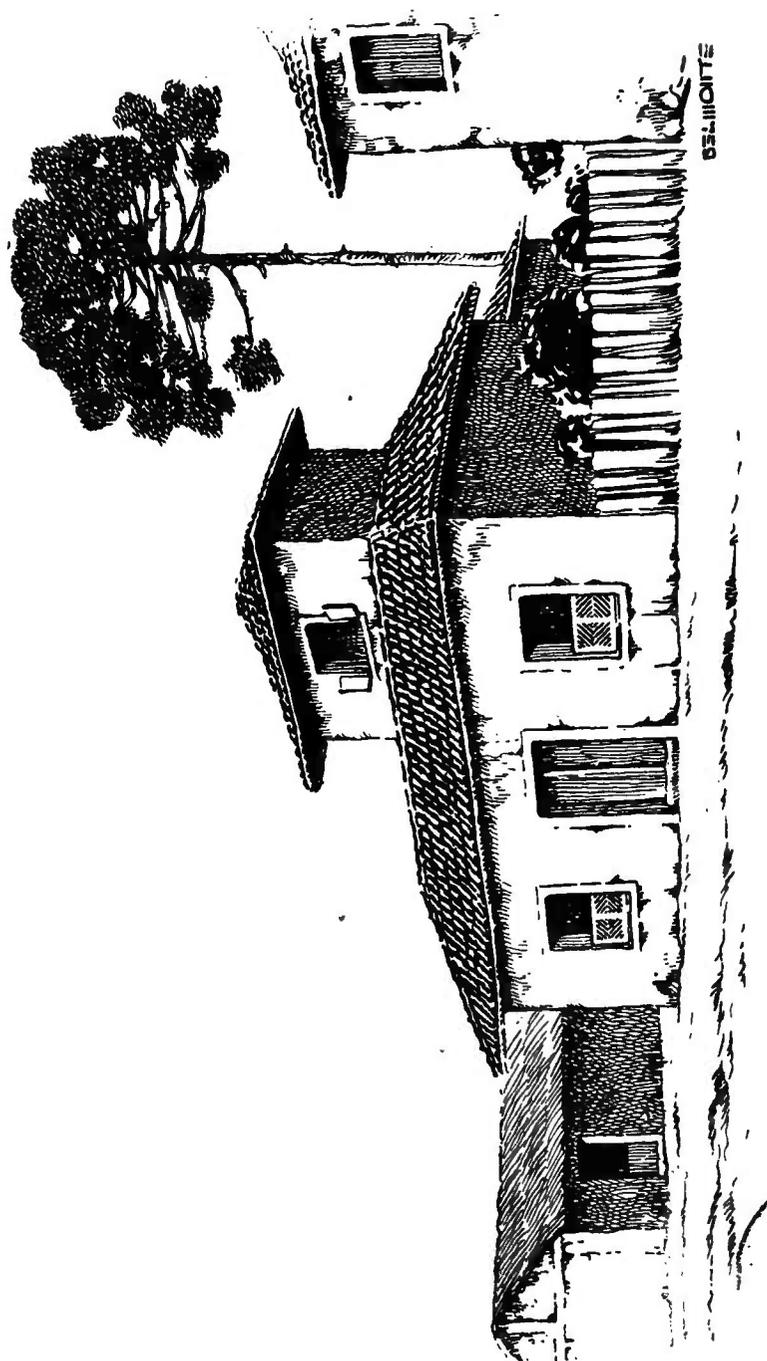
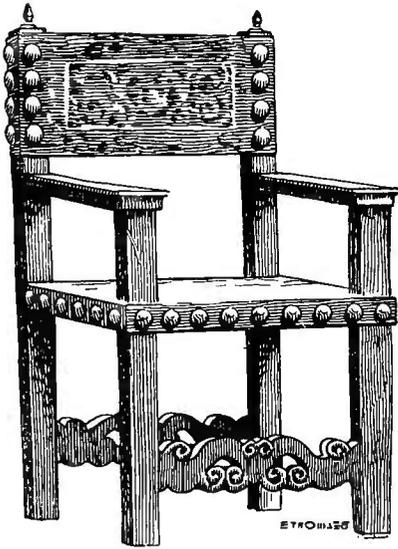
À rede e ao catre dos primeiros anos, sucedem-se as *camas com seu sobrecéu e seus pavilhões.* As humildes *cadeiras rasas* substituem-se por *cadeiras de estado* ou *de espalda,* com *suas pregarias.* Após as tôscas *mesas de missagras* e de *engonços,* vêm os *bufetes torneados com suas gavetas...*

Isso tudo, porém, é muito relativo. Num século em que as obras de marcenaria, de entalhe e de tôrno ensaiam os primeiros passos em Portugal, após o domínio do *alfarge* e da chamada arte indo-portuguesa, seria inútil procurar na vila do

planalto indícios do bom gôsto ou do sentimento artístico do paulista. Êstes podem existir. Não encontram, porém, ambiente para manifestar-se, nem meios para expandir-se. Perdida no deserto, em luta com o sertão, Piratininga vive como pode e não como desejaria viver.

Isso explica porque, em não poucas residências da vila, vamos encontrar móveis e peças caídos em desuso no Reino. O advento das obras de tôrno e de entalhe conjugados, em Portugal, no início do seiscentismo, põe logo em decadência obras de marcenaria com aplicações, de que encontramos em Piratininga não poucos exemplares, com seus toques de preciosismo:

Arca seiscentista, com ferragens e gavetas

bufetes *marchetados de marfim,* contadores com aplicações de tartaruga, armários com incrustações de madre-pérola, espelhos guarnecidos de tartaruga ou marfim... Restos da arte orientalista decadente no Reino.

As arcas que, nos inventários, surgem invariavelmente com o nome de caixas, são encontradas em toda parte, pois elas, na vastidão dos seus seis, oito, ou nove palmos, substituem quasi todos os móveis da casa. Como o tonel das Danaides, parecem não ter fundo e, tanto servem para guardar roupas, louças e ferramentas como, quando fechadas, se prestam solicita-

Tipo de casa urbana, com uma camarinha

Cadeira de espaldar

mente a servir de bancos. Daí, posteriormente, o aparecimento do escabêlo habilmente adaptado às suas tampas.

A presença da arca, todavia, não impede que nas casas de pessoas de maior lustre apareçam as *canastras encouradas e os baús*, certamente para a guarda das roupas dos dias de festa, os *mantos de recamadilho*, as *capilhas de setim*, e os *chapéus de Bardá*.

Às vezes, encontramos nessas casas indícios, não só de confôrto, mas até mesmo de luxo. No chão, *alcatifas de sêda*, ou *tapêtes de lã*, sôbre os quais descansam *coxins de damasco, de palha de Angola;* nas portas, *cortinas de canequim* (1) *com suas franjas, entremeias*, ou *cortinados de cochonilha vermelha*. Nas paredes, *espelhos dourados*, ou *de tartaruga com seu pavilhão de damasco vermelho*, painéis de *madamas* ou de santos...

Êsses quadros, muitas vezes, parecem em número excessivo, em contraste com a carência de tantos objetos de necessidade imediata. O famoso bandeirante Gaspar Barreto possue em sua casa, em 1629, nada menos de *doze painéis*... Antônio Ribeiro de Morais possue, entre seus bens, *seis quadros de Roma, grandes, seis quadros de Roma, pequenos e três quadros de Roma, médios*, além de uma *lâmina de Santa Catarina, feitio de Roma e mais duas lâminas*. São evidentemente, quadros sacros. Tanto que, ao fazer seu testamento, escreve Antônio Ribeiro:

«Declaro que deixo ao Colégio desta vila os painéis que tenho na sala, porque assim me encomendou minha mulher e lhes peço aos reverendos padres me digam algumas missas...»

Suzana de Góis contenta-se com *cinco retábulos*, enquanto

(1) Tecido de algodão.

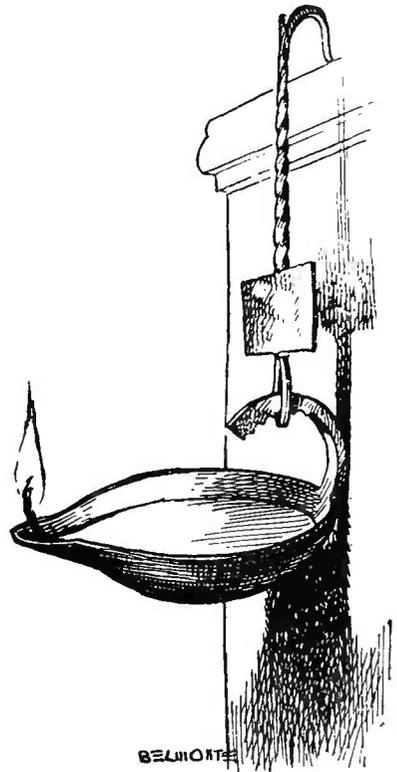
Miguel Garcia Velho possue, apenas, *um painel de imperador* que constitue um verdadeiro mistério iconográfico. Igualmente misteriosos são os quadros que ornamentam a sala do capitão Pero Vaz de Barros (²): *doze painéis de madama.*

Leonor de Siqueira, a-pesar-de ter uma das maiores fortunas da vila possue apenas uma *lâmina da Virgem Senhora e uma imagem de Cristo,* enquanto Mateus Rodrigues da Silva, mais nacionalista que os outros, ornamenta as paredes de sua casa com *três painéis grandes feitos na terra e três painéis pequenos feitos na terra,* o que indica existir no planalto, entre o rude povo bandeirânte, um homem que sabe pintar. Será êste o homem citado no inventário de Manuel da Fonseca? «... Deve-me João de Moura *o pintor morador nesta vila* de restos de conta de aguardente que me vendeu em sua casa 4$500... ».

Mas, se deixarmos a sala e passarmos adiante, no lar de um dêsses *senhores de grande séquito,* encontraremos, sôbre as mesas e os bufetes de cedro ou dentro dos armários de vinhático, tigelas, alguidares, jarros, pratos e potes de *louça do Reino e da Índia;* púcaros, colheres, garfos, salvas, castiçais e *tamboladeiras* de prata. Palanganas de pau, frasqueiras com seus quatro ou seis frascos, alguns copos de vidro, aquí um *lampião* (apenas um em todo o século), alí um *lampadário.* Sôbre as mesas, *toalhas de pano de linho ou Ruão, toalhas de bretanha, guardanapos de algodão ou de linho, toalhas de água às mãos, toalhas com sua barafunda...*

Se subirmos até os quartos, lá en-

Candieiro de pendurar

(2) Houve, em São Paulo, ao tempo, três Peros Vaz de Barros. Um deles, falecido em 1655 e cujo testamento, ainda inédito, li no Arquivo do Estado, morreu solteiro e era tio dêste.

contraremos as *camas torneadas, com suas cortinas e sobrecéu com franja de retrós, colcha de sobrecama de chamalote e ramagens de flores de ouro forrada de tafetá amarelo com sua franja de ouro fino.* Ou, como no quarto de Isabel Sobrinha, *uma colcha broslada de vermelho, franjas amarelas, bordas amarelas; o meio verde-mar, setim da Índia... Cobertores de chamalote forrado de baeta* (3), *panos de cama de sarafina cobertas de damasco, travesseiros de linho de Holanda com rendas, ou de sêda, lençóis de algodão ou de linho... Alcatifas... Coxins...*

O gôsto do bandeirante vai se apurando. E, à medida que o amor ao confôrto vai aumentando, o ímpeto do bandeirismo agressivo entra em declínio...

Alcântara Machado, arrolando objetos de uso no lar seiscentista, não conseguiu descobrir o que é a *tamboladeira*, utensílio de prata que se encontra em 60 ou 70 por cento dos inventários. E, em verdade, dos inúmeros dicionários que consultei, inclusive Bluteau, Viterbo e Frei Domingos, apenas Cândido de Figueiredo e Aulete a registram, definindo-a como um disco de prata, relevado no centro e nos bordos, como fundo de garrafa, com que se avalia a grossura do vinho.

E' difícil aceitar a definição. Parece-me que, para função tão simples, não há necessidade de objeto tão volumoso e tão complicado, pois vamos encontrar tamboladeiras *de gomos, com duas asas, com seu pé, com salva...* Um disco de prata nunca se casa bem com uma salva, mesmo quando êsse disco tem um pé e um par de asas.

Além disso, se há tamboladeiras pequenas, pesando algumas oitavas, há um grande número delas com pêso considerável, pêso talvez excessivo para objeto destinado a funções tão modestas. Cristóvão da Cunha possue uma *tamboladeira grande* pesando 80 oitavas. A de Antônio de Azevedo Sá pesa 120 oitavas (720 gramas); a de Antônio Ribeiro de Morais, 17 on-

(3) Tecido de lã.

ças (850 gramas); a de Henrique da Cunha, 11 onças e meia (575 gramas); a de Jerônimo Bueno, 104 oitavas (624 gramas). Êsses pesos indicam que tais objetos são maiores que muitos púcaros de prata e demonstram como o seu tamanho varia. Além disso, é rara a pessoa que possue apenas uma *tamboladeira*, pois elas aparecem nos Inventários sempre acompanhadas de outras, sendo que o seu pêso vai de 8 ou 9 oitavas até quasi um quilo. Trata-se, pois, sem dúvida nenhuma, de uma vasilha de uso corrente, quasi indispensável no lar — e um simples *disco de prata para avaliar a grossura do vinho* não é tão imprecindível assim, mesmo numa terra de Bacos e Noés...

Êsses móveis e objetos que, até certo ponto, nos indicam uma vida de confôrto e de luxo, só aparecem nos meados do século. Os primeiros anos do seiscentismo transcorrem ainda dentro de um quasi pauperismo. Tanto que as *camas torneadas*, aquelas obras primas de tôrno com acentuadas influências renascentistas na galeria dos pés e nas lanças do dossel, vão aparecer quasi no dealbar do século de setecentos. Antes disso impera a mais irremediável das sobriedades — sobriedade que outra coisa não é senão pobreza e de que é um curioso paradigma o surpreendente caso da cama de Gonçalo Pires.

O episódio é típico e merece relato minucioso.

A CAMA DO GONÇALO

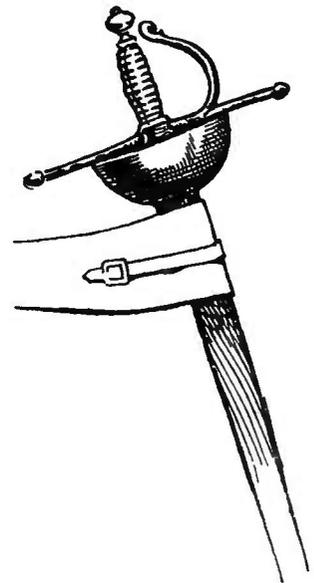
UMA CONSEQUÊNCIA DA POBREZA DE MÓVEIS NA VILA. A CHEGADA DE UM OUVIDOR E A REQUISIÇÃO DE UMA CAMA — A OBSTINAÇÃO DE UM HOMEM NA DEFESA DO SEU DIREITO.

Quando se sabe, numa fria tarde de Agôsto de 1620, que o ouvidor Amâncio Rebêlo Coelho virá a São Paulo passar a sua correição, assalta os «homens bons» da vila uma terrível, indisfarçável atrapalhação.

A visita de um ouvidor à vila do planalto não constitue, em verdade, episódio anormal e capaz, por si só, de esfriar a espinha dos escrupulosos senhores do Conselho. A vinda dêsses austeros representantes de Sua Majestade, incumbidos de aplicar, na colônia, os capítulos da Ordenação, realiza-se de tempos a tempos e nunca, como dessa vez, o caso toma aspecto de tão apreensiva singularidade.

Mas a questão é que, desta feita, à notícia de que o severo funcionário já anda pelas alturas do Cubatão e vai iniciar a subida da serra, cômodamente refestelado na sua rede de abrolhos, os senhores do Conselho vêem erguer-se, implacavelmente, êste problema angustioso: onde alojar o homem?

Na casa da Câmara evidentemente. Mas, como na casa da Câmara não existem leitos, o problema se apresenta sob outro aspecto: onde arranjar uma cama decente para o senhor ouvidor?

E é aquí, diante dessa aflitiva interrogação,

que os atribulados camaristas franzem rugas pensativas na testa e, desesperadamente, dão tratos à bola.

Na vila existem camas, como existem catres e redes. A Câmara pode, logo que o necessite, requisitar uma delas e colocá-la à disposição do doutor Amâncio Rebêlo Coelho. Mas as camas que existem na vila, são trastes de incrível mau gôsto, detestáveis trambolhos feitos na terra, e tão incaraterísticas que dificilmente poderá alguém saber a diferença que existe entre um leito e um catre. E o ilustre ouvidor itinerante teria mesmo que repousar suas preciosas banhas numa *cama de negros* se, de repente, alguém não se lembrasse de qualquer coisa e não pronunciasse estas cinco palavras salvadoras:

— A cama de Gonçalo Pires!

A cama de Gonçalo vai salvar a situação e não é difícil imaginar o que se terá passado daí por diante.

Concordes os oficiais da Câmara em que se deve requisitar o precioso móvel, por empréstimo ou aluguel, dirigem-se à casa do homem três vereadores. Batem à porta. São recebidos. Expõem o caso.

Mas, inexplicavelmente, após ouvir as razões que os homens da Câmara invocam para solicitar-lhe a cama, Gonçalo Pires se fecha numa negativa renitente e feroz:

— Vossas Mercês estão me propondo um absurdo! A cama é minha, comprei-a no Reino com meu rico dinheiro, é nela que durmo e não a empresto a ninguém!

— Mas, nesse caso, arrisca um oficial, muito conciliador, nesse caso Vossa Mercê nos alugará o móvel...

Gonçalo treme de raiva.

— Não alugo nada! Não empresto, não alugo, não dou, não vendo! Não sou negociante de móveis e a cama não sai daquí! Não posso dormir no chão como meus «negros»! O senhor ouvidor que durma onde quiser, mas não na minha cama!

Parece inútil insistir. Gonçalo não se curva a nenhuma explicação, não quer ouvir nada, não transige, não cede. Os três oficiais fazem a única coisa possível de fazer-se em tão dramática conjuntura. Tomam os chapéus, saem, cavalgam as mu-

A cama de Gonçalo Pires

las e, cabisbaixos, em silêncio, lá se vão, rumo à casa do senhor juiz.

O juiz, pôsto a par da surpreendente cena em casa de Gonçalo, não precisa abismar-se em longas conjeturas. Se Gonçalo se recusa a servir Sua Majestade, na respeitável pessoa do senhor ouvidor, deve ser tido como rebelde. Podem, pois, os senhores oficiais, de acôrdo com o artigo tanto da «Ordenação», requisitar a cama, usando de fôrça. Podem, se o quiserem, meter o Gonçalo no xadrez. Podem até enforcá-lo. E esquartejá-lo. E...

Êsse «crescendo» de penalidades parece aumentar ao infinito as culpas do rebelde. E acha-se que a simples requisição da cama é, até, mais uma graça do que um castigo imposto ao negregado Gonçalo. Razão de sobra para que não se discuta mais.

Oficiais da Câmara, com seis índios e homens armados, irão buscar a cama de Gonçalo.

Quando, no dia seguinte, Gonçalo Pires abre a porta e dá com a assustadora tropa, compreende tudo e corre para dentro. Os homens vão entrando. Invadem o quarto. O oficial, com boas palavras, ainda tenta uma conciliação.

Inútil! Gonçalo Pires está intratável, congesto e brada contra a violência. O oficial começa a perder a calma — coisa que Gonçalo já havia perdido há muito tempo — e cita parágrafos da Ordenação de Sua Majestade, capítulos de ordens dos corregedores, provisões dos ouvidores; fala em penas na cadeia, degrêdo na costa d'África, passeio até à fôrca da Tabatinguera... O senhor Gonçalo diante de tais perspectivas, não acha que será melhor emprestar ou alugar a cama, sem um apêlo à violência, perfeitamente evitável?

Gonçalo não acha nada. Gonçalo não atende a nada. O que Gonçalo quer é que o deixem em paz com sua cama e vão-se embora.

Os oficiais entreolham-se. Não há outro remédio. Dois homens agarram o «rebelde», enquanto os índios desarmam a cama e vão levando-a, com seu sobrecéu, seus cobertores, seus

lençóis, rumo à casa da Câmara onde, no dia seguinte, irá dar descanso ao corpo fatigado do senhor ouvidor Amâncio Rebêlo Coelho...

Passa-se um mês.

No dia 12 de Setembro dêsse ano de 1620, realiza-se uma das sessões da Câmara e, entre outros assuntos, surge o atribulado caso da cama requisitada.

Gonçalo Pires continua furioso e, não tendo pódido evitar a rumorosa apreensão, não quer mais receber o leito de volta, continuando a clamar contra a violência.

Os senhores conselheiros, por sua vez, não precisam mais do móvel, pois o senhor ouvidor já partiu para a Côrte. E é assim que, nessa sessão, toma a palavra o procurador Francisco Jorge para explicar que *os oficiais da Câmara mandaram vir uma cama, colchão e cobertor e um lençol de pano de algodão usado e um travesseiro usado que foi tomado para o ouvidor geral, a qual estava da maneira que o tomaram de sua casa, de que deu fé o tabelião Simão Borges Cerqueira, que estava da própria maneira que o tomaram de sua casa, somente estar o lençol por lavar, e os oficiais mandaram ver a dita cama por dois homens juramentados que foram Belchior da Costa e Gaspar Manuel Salvago os quais disseram que estava a cama velha e suja...* Salvago, todavia, afirma que a cama está *no estado em que a tomaram.*

Gonçalo Pires, contudo, feroz na defesa do seu direito, afirma que lhe estragaram o precioso móvel e nega-se a recebê-lo. A Câmara insiste em pagar o aluguel do leito. Gonçalo obstina-se em não receber. Ou lhe devolvem a cama, no estado em que a encontraram, ou então... ou então Gonçalo não sabe o que fazer. Não precisa de esmolas.

Os senhores do Conselho irritam-se. E, energicamente, exigem que Gonçalo compareça à Câmara, *com pena de seis mil réis,* para receber *o dinheiro que Sua Majestade manda de aluguel de sua cama.*

Mas Gonçalo não aparece na Câmara.
Expedem-se citações. Gonçalo não se mexe.
E, nisso, passa-se mais um mês.

Passa-se mais um mês e, certo dia, reunida a Câmara, o procurador faz entrar no recinto o alcaide Francisco Jorge para que êste exponha à Casa o que tem havido com Gonçalo Pires. E o alcaide, após jurar, *pondo a mão sôbre um livro de Horas, deu fé que indo à casa de Gonçalo Pires fazer uma notificação por mandado dos ditos oficiais que mandavam ao dito Gonçalo viesse tomar entrega de uma cama que nesta casa do Conselho está, a qual cama foi tomada para o serviço do ouvidor geral Amâncio Rebêlo Coelho, o dito Gonçalo Pires se lhe escondera, o que fazia a fim de se lhe não fazer a dita notificação e para não se lhe entregar a dita cama, fundado em sua malícia, ao que mandaram os ditos oficiais lhe fosse feita a terceira notificação e, quando não o acharem, notificarão a um vizinho seu mais chegado.*

E' de crer que, continuando Gonçalo a esconder-se para fugir à presença incômoda do alcaide, tenha êste entregue a terceira notificação ao vizinho mais próximo. Mas...

Correm os dias. Escoam-se os meses. Passam os anos.

O vizinho de Gonçalo, com a casa abarrotada de notificações da Câmara, não sabe mais onde guardar a enxurrada de papéis que lhe invade a casa. E um belo dia, seis anos após o dia tenebroso em que arrebataram a cama do Gonçalo, justamente no dia 27 de Fevereiro de 1627, reunidos os senhores vereadores em conselho, o escrivão Manuel da Cunha lança no livro de Atas êste certificado:

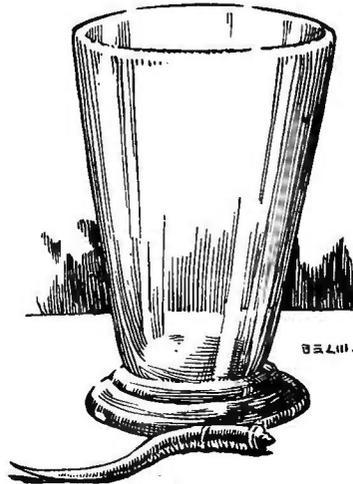
«*Sertifico eu mel. da cunha escrivão da camara desta villa de são paullo en como hé verdade que eu notifiquei a gonçalo pires vihesse tomar sua cama por mandado dos ofisiais desta*

camara, ho quall respondeo que lha dessen como lha tomaram que então a receberia.»

Seis anos de resistência não abalam a incrível teimosia de Gonçalo Pires. Seis anos de luta com os oficiais da Câmara, seis anos de negativas, de recusas e de intransigências, não alteram a decisão que êsse homem surpreendente tomou, um dia, e que mantém de pé, inabalável como uma convicção, indestrutível como um dogma. Privado de sua cama, afagado com promessas e tentado com dinheiro, o espantoso Gonçalo é, em 1627, o que fôra em 1620 — o homem que quer a sua cama *no estado em que lha tomaram*. Em verdade, Gonçalo não é mais um homem: é uma Vontade em ação.

Depois disso não se fala mais em Gonçalo Pires, nem em sua cama.

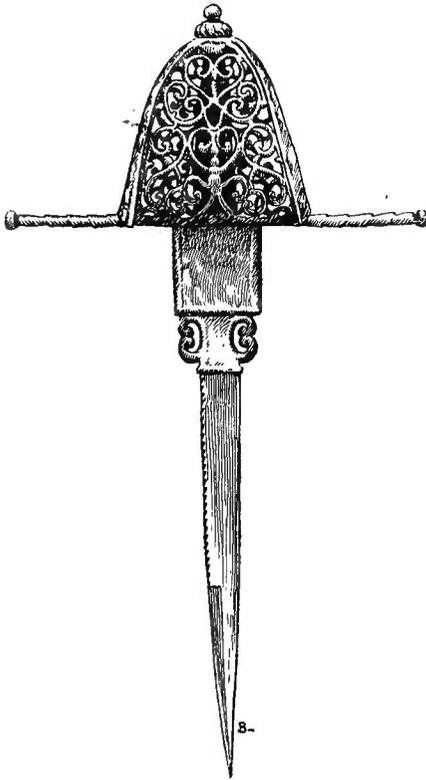
Gonçalo morre. E, talvez, é bem possível que, antecipando-se a Cambrone em Waterloo, tenha êle exclamado, ao exalar o último suspiro diante da última notificação:

— Nunca! O velho Gonçalo morre mas não se rende!

Copo de vinho e esgaravatador de prata

UM MOTIM NA VILA

O PROBLEMA DO ESCRAVAGISMO — PROIBIÇÕES E DESOBEDIÊNCIA — UMA POPULAÇÃO DECIDIDA — REBELDIA DIANTE DA CÂMARA — UM ESCRIVÃO EM APUROS — «VIVA O POVO! MORRA O MAU GOVÊRNO!» — TROPAS NO ALTO DA SERRA.

Como vimos em capítulo anterior, são contínuos, na vila, os atritos entre a população e as autoridades, devido à escravização de índios. Volta e meia, corregedores, ouvidores e procuradores do Conselho, secundados pelos jesuítas, estão a exigir obediência às reais ordens que proibem, sob ameaça de penalidades, que se explore o braço servil. A Câmara, por sua vez, sempre que pode fazê-lo, ameaça tomar providências enérgicas contra os que praticam o «descimento do gentio» — ameaças quasi sempre platônicas, eis que muitos dos senhores vereadores estão impedidos de atirar a primeira pedra porque êles também possuem telhado de vidro. A verdade, contudo, é que, «para que a vila não pereça», pratica-se largamente a escravidão no planalto, desobedecendo-se ostensiva e insistentemente a todas as cartas régias, ordens, alvarás, bandos e correições, bem como desafiando-se todas as excomunhões com que os fulminam os jesuítas. E há muitas razões para isso porque, se a escravidão é praticada em todo o mundo, os paulistas se julgam no direito de não constituirem exceção, principalmente em se tratando de índios que costumam escravizar os seus prisioneiros de guerra. A êsse propósito, é justo compreender o espanto de Cochin [1]: «*Mais qu'on interroge l'his-*

(1) Augustin Cochin, «*La abolition de l'Esclavage*», vol. II, pág. 447.

Adaga (Séc. XVII)

toire: elle enseigne que la moitié du genre humain a vécu dans l'esclavage, y gémit encore, y retombe sans cesse, et que les tyrans et les victimes sont eternels».

Mas em São Paulo de Piratininga, nesse tumultuário século XVII, ano após ano, repetem-se os atritos entre o povo e as autoridades, culminando em conflitos de que as atas da Câmara nos falam, na sua linguagem difícil e atrapalhada. Sôbre a expulsão dos jesuítas da vila já se escreveu suficientemente. Passemos de longe sôbre êsse episódio e detenhamo-nos diante de outros, de proporções muito menores mas, ainda assim, bastante ilustrativos do estado de ânimo em que viviam o povo, as autoridades e os religiosos.

No dia 3 de Julho de 1682, tendo chegado ao conhecimento do povo que o Papa havia enviado um breve ao govêrno do Brasil sôbre a escravidão dos índios e que, por êsse motivo, se pretendia tirar todos os escravos do poder de seus senhores, ou então obrigá-los ao pagamento de «meia pataca por peça», correu a população até à casa da Câmara e aí, em altos brados, promoveu uma terrível desordem, obrigando o escrivão a redigir um requerimento em que protestava violentamente contra o que lhe parecia uma extorsão. O escrivão, diante das ameaças, não teve outro remédio senão escrever o que lhe mandavam «*porquanto o povo estava alterado e q. querião entrar dentro e matar todos os ofisiais da camara*», exigindo apenas uma condição: que os reclamantes assinassem o requerimento, com o que todos concordaram. E setenta moradores lançaram suas assinaturas no extraordinário documento.

Não se sabe, ao certo, que efeito produziu a audaciosa

reclamação. Talvez, um efeito contraproducente porque, seis meses depois, estoura um motim na pacata vila do planalto. O caso é descrito, confusamente, pelo escrivão Jerônimo Pedroso de Oliveira, numa linguagem atrapalhada, em que se nota ignorância e susto, descrição que vale a pena de ser reproduzida nestas páginas, para que se tenha uma idéia de como os paulistas de outrora defendiam o que julgavam ser um direito seu. Nesse assustadíssimo «termo de breação» coloco apenas as vírgulas que lhe faltam e corrijo os erros de ortografia que lhe sobram. O mais está conforme o original.

«Aos dez dias do mês de Janeiro de mil e seiscentos e três anos nesta vila de S. Paulo, capitania de S. Vicente, partes do Brasil &. nesta dita vila se levantou o povo dela ao toque do sino do Conselho, que foi mandado tocar pelo mesmo povo, violentamente gritando a uma voz, dizendo: Viva o povo! morra o mau govêrno! com espadas, espingardas e mais armas com que se acharam nas mãos, prometendo matar com elas quem fosse contra sua opinião e havendo os seus descendentes por inimigos da pátria. E, assim, com essas demonstrações, andaram buscando pelas ruas desta vila aos senadores dela até que os acharam e, finalmente o juiz ordinário capitão Miguel de Camargo, na rua de S. Francisco, de onde o trouxeram, e os vereadores Capitão Jorge Rodrigues Velho e Antônio Garcia Carrasco, para o páteo do Conselho desta vila onde lhes requereram que fizessem vereação, que tinham que requerer nela; ao que foi respondido pelo dito juiz que não podia fazer vereação por falta do procurador do Concelho; ao que foi respondido pelo dito povo que a fizesse com o capitão Roque Furtado Simões, procurador que foi do ano de oitenta e um, visto não haver outro. E pelo dito capitão Roque Furtado que está presente foi dito e requerido que êle não podia fazer a tal vereação; ao que o povo respondeu que assistisse nela ou morreria. O que, sendo ouvido pelo dito capitão e vendo o precipício do povo e sua cega resolução, entrou para o Conselho por remir sua vida. E logo, sendo em vereação juntos, alteram novamente suas vozes, violentando com ela e suas ações a muitos homens republicanos

desta vila, dizendo: Viva o povo e morra o mau govêrno! A cujas vozes o juiz ordinário, uma e repetidas vezes lhes disse que brandamente dissessem o que pretendiam para lhe acudir ao remédio com o que em sua mão estivesse; o que, sendo ouvido pelo povo, foi dito, sendo presentes o tabelião Matias Machado e o tabelião Francisco Pereira Valadares que não queriam nem convinha que a esta terra viessem ouvidores gerais, nem corregedores da comarca contra o privilégio que os senhores Reis de Portugal concederam ao donatário desta Capitania; o que, sendo assim ouvido pelo dito juiz ordinário, vereadores e procurador, lhe foi dito que não podiam lhe obrar coisa alguma porquanto estava quasi em uso a dita correição, e logo pelo dito povo foi dito em uma voz que não queriam nem convinha que os tais corregedores de comarca viessem à sua pátria interromper as províncias do dito foral; que, com aquelas armas que nas mãos tinham haviam de matar aos ditos senadores e a todas as mais pessoas que contra a sua oposição fossem; e, assim como isto disseram, pegaram em Domingos Cardoso Coutinho que pela rua ia passando, manso e pacífico e quieto, pelo ar o trouxeram, dando-lhe espaldeiradas e empurrões dizendo-lhe que viesse procurar pelo povo (servir de procurador) nesta ação tão conveniente ao bem comum dele; e logo pelo dito Domingos Cardoso Coutinho foi dito que êle era um homem insuficiente e pouco visto nos privilégios desta terra por ser nela forasteiro, com outras rezonáveis palavras que do povo não foram admitidas e, sendo assim trazido ao Conselho perante o juiz e mais senadores, foi dito pelo dito Domingos Cardoso que êle, para remir sua avexação e libertar sua vida, aceitava o que de direito não podia aceitar, protestando por nulidades a tudo quanto requeresse por ser feito contra a disposição de direito, nem sua intenção era seguir a voz de tal povo; o que, sendo ouvido pelo dito povo, intentou tirar-lhe a vida, o que com efeito fizera se não aceitara dita procuratura que constrangidamente aceitou; e logo, sendo perguntado ao dito povo o que queriam e o que pretendiam, pelo dito povo foi dito em uma voz que elegiam por capitão ao capitão Bartolomeu Fernandes

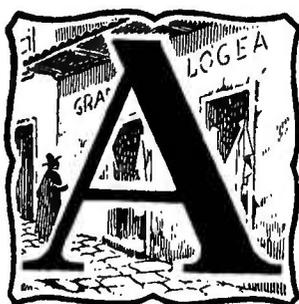
de Faria para que fosse à serra do mar com os soldados que lhe parecessem, a embargar o passo a toda a pessoa que por ela subisse, não lhe ouvindo palavras nem recebendo cartas; antes, os vendo executivamente, os requeressem da parte de Deus e dêste povo, se retirassem logo e, não o fazendo, os matem como inimigos do bem comum; e que, não fazendo, o dito capitão seria tido e havido como inimigo da pátria, o que não esperavam de sua nobreza; e logo pelo dito capitão foi dito que, como homem bom do povo, se resolvia a fazer-lhe êste serviço por remir também sua vida porque, é certo, lha tirariam se a dita ocupação não aceitasse; outrossim, foi pelo dito povo requerido ao dito juiz e mais senadores, mandassem os capitães do têrmo desta vila viessem por turno com seus soldados assistir nesta vila a semanas, para assim se verem livres dos traidores da pátria e conservassem sua justa opinião; e, de como assim o disseram, requereram e protestaram os violentados e o povo, por si uns a outros obrigaram para a sustentação dêste direito que tem uns a outros, obrigaram suas pessoas, honras e fazendas, para certeza do que, mandou o dito povo fazer êste têrmo que todos assinaram e eu, Jerônimo Pedroso de Oliveira, escrivão da Câmara para remir minha avexação, o escreví (2).»

E foi assim, com essa inquebrantável decisão, que o povo conseguiu impor a sua vontade soberana numa questão de vida ou morte para a «república».

---

(2) ATAS DA CÂMARA DA VILA DE SÃO PAULO, Vol. VII, págs. 181 e 202.

VENDAS E LOJAS

COMÉRCIO AMBULANTE E COMÉRCIO FIXO — EXIGÊNCIAS DA CÂMARA — FIADORES, AFILADORES E ALMOTACÉIS — FRAUDES NOS PESOS E MEDIDAS. ARMARINHOS E ALFAIATARIAS — O PREÇO DAS ROUPAS E TECIDOS — UM «DANDY» — A PROCISSÃO DO CORPO DE DEUS.

Ao iniciar-se o século, não há na vila ainda comércio varejista fixo.

Quem acode às necessidades do povoado com *drogas de fora da terra* são os ambulantes forasteiros que, de vez em quando, sobem a serra e vêm negociar no planalto.

Antes, porém, em 1599, a Câmara, reconhecendo que «*hera necesario q. haja nesta villa q. venda couzas de comer e beber q. viva por isso e tenhão os forasteiros honde persendissen de comer*», concedem licença a Marco Lopes para que se estabeleça com seu restaurante, onde venderá *carne, beijús, farinhas e outras coisas...*

O exemplo encontra logo imitadores, de tal sorte que, alguns anos depois, a vila apresenta quantidade apreciável de *vendas, lógeas e tendas,* com negociantes regularmente registrados na Câmara, cada qual com o seu fiador juramentado e cada ramo de negócio sob a fiscalização de um *juiz* especializado.

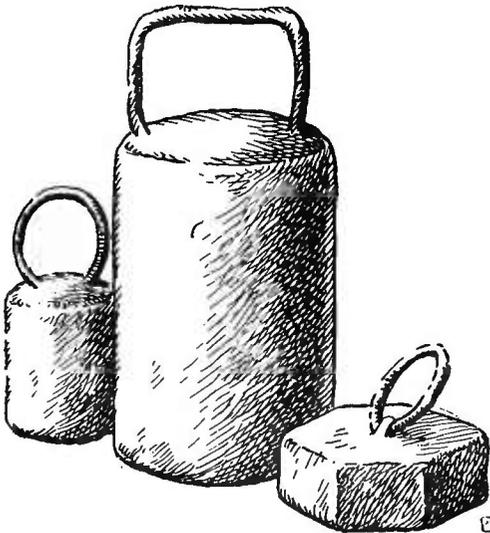
A instalação dessas pequenas casas de comércio não se faz arbitrariamente nem se admite o exercício de uma função por quem não possua habilitações profissionais para isso, nem idoneidade moral para exercê-la. Assim, logo que determinado indivíduo comparece à Câmara a fim de obter licença para instalar uma loja, surge o primeiro representante dos poderes pú-

blicos na pessoa do *juiz do ofício*, incumbido de conhecer até aonde vão as habilidades profissionais do pretendente. Se o homem passa incólume por essa primeira prova, vai entender-se com o Fisco para receber seu *regimento* e pagar as taxas devidas ao erário municipal. Depois, apresenta em Câmara o seu fiador, o qual também presta juramento, responsabilizando-se pelas transações comerciais do candidato. E, satisfeitas essas exigências, está o homem, finalmente, autorizado a ter *lógea* ou *tenda aberta*.

E' claro que não param aí as sùas atribulações com os poderes municipais. O lojista, logo que se instala, recebe a visita do almotacel que vai examinar seus pesos ou medidas e impor-lhe a tabela de preços, para que *não seja em prejuízo dêste povo*, sendo, depois disso, constantemente visitado pelo *afilador* de pesos e medidas, benemérito funcionário incumbido de zelar pela perfeição das varas, côvados, arráteis, onças e oitavas.

Todas as providências são tomadas para que as coisas corram assim.

A verdade, contudo, é que, quasi sempre, as providências falham e o povo vai sentindo, pouco a pouco, que o enganam nos pesos e medidas ou que o exploram no preço dos gêneros. Premida pelos clamores da opinião pública, a Câmara, só então, percebe que não há mais almotacéis na terra «*porcoanto herão acabados os que serviam para servirem dois mezes*». E, enquanto não se elegem outros, determina a Câmara que sejam notificados «*todos os vendeiros que vendem couzas de comer e beber serem allmotassado pelo juiz ou por quem para isso tiver poder*»...

O *bem comum*, tão do agrado dos senhores da Câmara, não é em verdade uma expressão sem sentido prático, pois o comércio

Pesos

Sapateiro

na vila é exercido sob as vistas severas dos senhores edís que, a todo o momento, em toda a parte, acodem com suas providências — exigindo o pagamento das taxas, impondo tabelas de preços, impedindo a fraude nos pesos e medidas... Porque a verdade é que, mal os senhores oficiais se distraem, lojistas e mercadores tratam de encolher o tamanho dos côvados e varas, de fraudar o pêso das onças e oitavas ou de adulterar os gêneros alimentícios. A «arte de furtar» é muito mais velha que o padre Vieira e os artistas que a cultivam assumem os mais variados aspectos, até mesmo o de vítimas indefesas. A Câmara, contudo, não lhes dá tréguas, pois vêmo-la, a todo o momento, agir contra os lojistas que *vendem vinho ruim e caro*, contra os *que vendem carne de porco a mais de duas patacas a arroba, e o arrátel de cera a mais de meio tostão, e a farinha de trigo a mais de doze vinténs o alqueire, e as fitas a mais de cincoenta réis a vara...*

Entremos numa loja.

O que se vende aquí são fazendas, aos côvados e às varas: tecidos de sêda, de lã e de algodão — da *bombazina*, o *catassol*, a *barregana* até as fazendas mais rústicas, o *canequim*, a *raxa*, o *picote* e a *estamenha*. Pelas gavetas e pelas caixas, oitavas de *retrós*, dúzias de *atacadas*, varas de *fitas*, *negalhos de linhas de côres*, alfinetes, botões, colchetes, tesouras, agulhas. E, de mistura, *onças de aspirina*, *quartas de caparrosa*, *onças de cravo*, *arráteis de pedra-hume*, *de verdete*, *quartas de blau*, *resmas de papel...*

E, se vamos encontrar algo de surpreendente nesta loja, não é o preço de suas fazendas, mas o preço do papel. Sendo artigo de importação e de consumo naturalmente muito reduzido, supõe-se que o papel custe um dinheirão.

Engano, porém. Parece não haver na terra coisa mais barata que o papel, mesmo que se trate de simples papel de embrulho. Apenas isto: 1$280 a resma! Isto é, 50 fôlhas por 128 réis!

Quanto às fazendas e tecidos, vamos encontrar a baeta a 300 réis o côvado; a *perpetuana* a 640 réis; o *tafetá* a 640 réis;

o *bocaxim* a 160 réis; o linho a 320 réis a vara; as fitas a 50 réis e botões a 3 vinténs a dúzia...

Mas, quem sai dessa loja, com suas compras, entra noutra logo adiante — na tenda do alfaiate. E, aí, verificamos que êsses prestimosos artífices se contentam com muito pouco. Paulo da Costa, que é o alfaiate da moda em 1628 — pois é quem corta as belas roupas de Matias de Oliveira — executa para êste, em várias épocas, inúmeros serviços pelos quais podemos ter uma idéia, senão da presteza, pelo menos da modicidade dos preços. Paulo da Costa não fornece os tecidos; apenas, como tantos outros, cobra o feitio. E os preços da mão-de-obra dêsse modesto artista da tesoura, segundo uma conta sua em poder de Matias de Oliveira, são os seguintes:

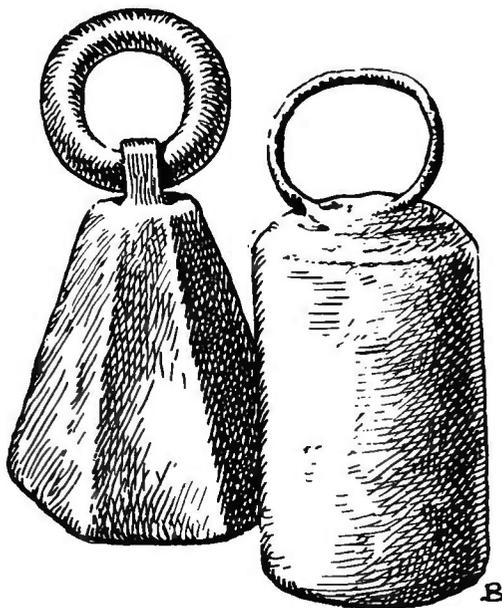
Uma roupeta de baeta, 320 réis; um ferragoulo, 320 réis; calções de perpetuana, 320 réis; gibão pespontado 600 réis; outro gibão pespontado custa, não se sabe porque, 300 réis; outra roupeta fica em 400 réis.

Paulo da Costa, além do feitio, só fornece o fôrro — que, então, tem o nome de *bocaxim*... E' o que figura na conta:

«*Mais o bocaxim, cento e vinte réis.*»

E quando, porventura, a fazenda fornecida é pouca, Paulo da Costa, solicitamente empresta o que falta. Empresta mas cobra:

«*Mais cinco varas de pano de algodão que emprestou, 1$000.*»

Todavia, Paulo da Costa não se contenta apenas com essas funções porque, além de alfaiate para homens, figura na vila como perito «tailleur pour dames» — na expressão elegante dos nossos tempos. E, como costureiro, Paulo não difere do alfaiate. Assim como corta roupetas, calções, ferragoulos e gibões por 320 réis, talha véstias,

Pesos

corpinhos e mantos, pelos mesmos 320 réis. Só carrega um pouco quando se trata de *vestidos de damasquilho*, que custam 600 réis, e *saias de portalegre* que êle não deixa por menos de 400 réis.

Em todo o caso, não se pode negar que o homem é barateiro...

Isso, contudo, não quer dizer que as roupas masculinas e as «toilettes» das senhoras valham pouco mais do que nada. A senhora Messias Bicudo, por exemplo, possue uma *vasquinha* — saia de grande roda, pregueada junto à cintura — uma simples *vasquinha de setim preto adamascado com saio de melcochado preto*, avaliada pela exorbitância de 20 mil réis. Essa espantosa saia deve ser uma obra prima de confecção e luxo, pois um traje masculino custa muito menos. Francisco Cubas Preto que deve ser um dos *dandís* da vila, possue *um vestido de homem a saber casaca forrada de tafetá acamurçado com abotoadura de prata e cuecas do mesmo tafetá e calção forrado de bergantil com suas guarnições e fitarias*. É, como se vê, uma *toilette* luxuosa e complicada. E quanto custa? Apenas isto: 8$500.

E' verdade que essas «roupas de dias de festa» não se encontram à venda nas lojas. Costumam vir do Reino ou da Côrte, por encomenda ou pelos forasteiros. *Vasquinhas* de gorgorão, *saios* de bombazina, *corpinhos* de catassol, *capilhas* de catalufa, enfim, peças de «toilette» executadas nesses tecidos caros, só os privilegiados pela fortuna podem possuir. A arraia miúda contenta-se com panos mais modestos — a raxeta, a tafieira, a sarja, a sarjeta, o picote, a estamenha... E os índios, mais felizes que os outros, arranjam-se muito bem com suas tangas de estamenha ou de penas.

Há quem suponha que, em contacto com os brancos, os indígenas assimilem seus costumes e tenham abandonado suas tangas e cocares de penas vistosas. E' possível, embora não seja provável. O que, todavia, não sofre dúvidas é que os brancos, sempre que podem, assimilam os costumes do íncola, como, por exemplo, é o caso da espôsa de João Tenório que possue, naturalmente para fazer inveja às amigas nos dias de festa,

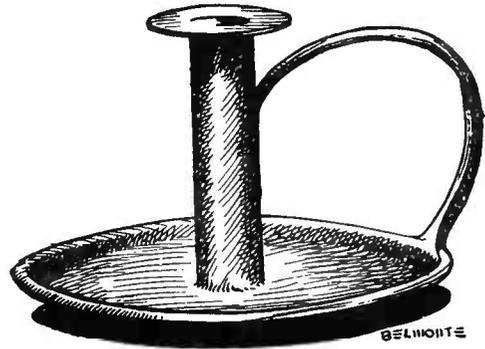
uma deslumbrante *mantilha de penas de côres com seu topete de penas*...

Castiçal de latão

Acontece que, certas vezes, os senhores negociantes desejam acumular funções — e funções absolutamente díspares. E' proibido. A Câmara não deixa. Quando surgem casos dêsse gênero, os senhores oficiais providenciam para que não aconteça o que se deu em 1638, quando alfaiates e sapateiros começaram a negociar simultâneamente, com «secos e molhados». A Câmara reuniu-se imediatamente e tomou medidas severas para que «*sapateiros e alfaiates usassem de seus officios e não de vendedeiros e que houvesse vendeiros e taberneiros soparados*».

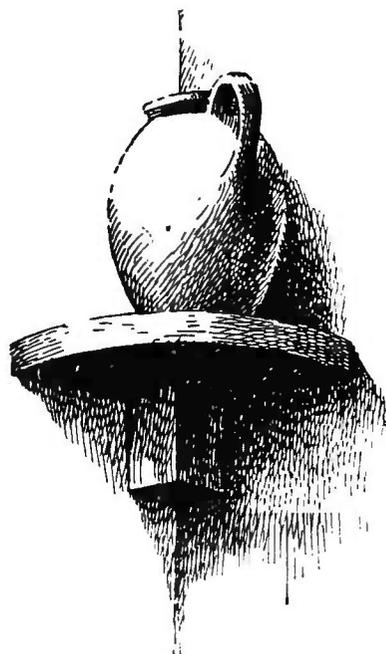
O domínio da Câmara sôbre o comércio é absoluto, pois ninguém discute as ordens dos senhores oficiais, nem mesmo quando êstes baixam determinações dêste gènero:

«*E pelo procurador foi requerido mandarem fixar quartel para que os officiais macanicos* [1] *acudissem todos con suas insignias á procissão de corpo de Deus... e os ditos officiais assim mandaram.*»

E, como assim mandaram, é de crer que, nas procissões de Corpo de Deus, compareçam sempre delegações de alfaiates, carpinteiros, serralheiros, tecelões, cada qual com o respectivo estandarte, numa demonstração cívico-religiosa daquilo que, alguns séculos mais tarde, irá chamar-se «parada trabalhista» ou «desfile de sindicatos»...

(1) «Oficiais mecânicos» são os indivíduos que exercem ofícios — alfaiates, ferreiros, barbeiros etc. Diferenciam-se, assim, dos oficiais públicos, isto é, oficiais de Justiça, da Câmara etc.

ASSEIO E SALUBRIDADE

O RIO E O PLANALTO DE PIRATININGA — A LIMPEZA DAS RUAS — EXIGÊNCIAS SÔBRE EXIGÊNCIAS — UM POUCO DE URBANISMO — O ADRO DAS IGREJAS E A SARGETA DAS RUAS.

No Brasil do século XVII, as cidades primam pela sujeira, mas na vila de São Paulo há, permanente e implacável, a preocupação do asseio. Enquanto no Rio, os poderes públicos cruzam os braços, em desalento infinito, ante o repelente espetáculo da cidade que, na opinião de Luccok, constitue «a mais imunda associação humana vivendo sob a curva dos céus», a vila de São Paulo não demonstra sujeira, nem ausência de higiene. Os senhores vereadores, sempre atentos ao «bem comum», não permitem que as ruas se ericem de cardos, os terrenos se povoem de mato, os quintais se façam florestas. Os moradores da vila são obrigados, com desesperante insistência, a trazer as suas «testadas» sempre limpas, seus quintais sem focos de miasmas, as ruas sem águas empoçadas. Não há como fugir ao rigor dos homens do Conselho que alí estão, vigilantes e exigentes, advertindo, intimando, multando os recalcitrantes. Quando êstes, porventura, vão adiando a limpeza para depois, fazendo-se esquecidos, um dia chega em que não há mais escapatória possível: na véspera de procissão. Nesse dia, o próprio morador

Uma cantareira
(suporte para o cântaro)

se apressa em cumprir as intimações da Câmara e corre a limpar a rua — talvez isso seja levado à conta corrente de suas virtudes para um ingresso fácil no suspirado reino dos Céus...

Desde o início do século vem a Câmara exigindo asseio no burgo incipiente. Com o constante afluxo de forasteiros que, do litoral, demandam o planalto pelo dificílimo «caminho do mar», a vila cresce, povoa-se, adquire fisionomia diferente, vai-se fazendo importante. E os senhores vereadores, muito compenetrados de sua missão, não deixam os moradores em sossêgo. No dia 9 de Abril de 1600, rezam as atas que «*se ajuntaram em camara os ofissiais della e assentaram q. todos os q. tiverem chãos de longuo desta villa, os mãdem carpir e alimpar dentro em oito dias com pena de mil reis pa. captivos e conselho...*»

Daí por diante, não cessam as exigências da Câmara e é de crer que não cessem os trabalhos da população, pois a maioria desta possue, em casa, enxadas e picaretas, não só para a labuta nos campos mas também para a limpeza da rua. Volta e meia, surgem as providências do Conselho:

«*... requeria a elles officiaes mandasen limpar as ruas dos cardos e todas as testadas, com a penas que lhe parecese...*

... e lhes requeria mandassem limpar e carpir...

... e que se notifique a todos os moradores desta villa alimpem suas testadas e os chãos e mais partes onde houver cardos e espinhos os mandem cortar e alimpar para que césse a raiz de tão má herva...»

O prazo para a limpeza, varia de oito dias a um mês, devido talvez, à maior ou menor quantidade de mato a desbastar ou à maior ou menor complacência dos senhores do Conselho. Êstes, via de regra, são inexoráveis. Concedem o prazo, mas, findo êste, não transigem. Às vezes são minuciosos e descem a detalhes, como a Câmara de Abril de 1647 que manda cortar o mato e os cardos, explicando depois: *que os queimem e botem fora...*

E, diante dos desidiosos, não os perdoam porque as ameaças repontam sempre, numa terrível salvaguarda do princípio

de autoridade: *com pena de dois mil réis para os cativos; com pena de mil réis para os cativos e conselho; limparem os chãos sob pena de serem êles dados a outrem; sob pena de perderem suas datas de terra e serem dados de novo às pessoas que os pedirem para os beneficiarem e aproveitarem.*

Às vezes, cabras, vacas e bois deixam as chácaras e vêm, placidamente, flanar pela vila. Não se contentam, porém, apenas com o passeio, e, talvez estimulados pelo exercício feito, realizam, nos lugares mais impróprios para isso, certos atos fisiológicos que a higiene não admite. Numa das sessões da Câmara, em 1624, «*pelos ofisiais foi acordado que o gado que anda nesta villa fas muito damno as igrejas pello que mandarão fosem notificados os donos delles a saber bartollomeu gonzalez tenha cuidado de alimpar o adro do collegio e o adro da santa misericordia e alleixo jorge tenha cuidado de alimpar o adro da matriz e o adro de nossa snra do carmo isto com pena de quinhentos rs....*»

E' claro que Aleixo Jorge e Bartolomeu Gonzalez, não sorriem ante a perspectiva de desempenharem, todos os dias, tão desagradável tarefa. Providenciarão para que seus animais não reincidam no feio delito de sujar o adro das igrejas dando, assim, sossêgo à Câmara e asseio à cidade. Justiça fácil e exata que bem demonstra como são sensatos os «homens bons» do século XVII...

Como se vê, é indiscutível a preocupação dos senhores vereadores de trazerem a vila asseada, tanto que acodem, não só para livrá-la dos matagais, como também para que nas ruas não se multipliquem, nem sequer existam os focos de infecção. Daí, os contínuos requerimentos para que os moradores consertem as ruas, de modo a evitar estagnação de águas:

«*...pelo procurador do conselho foi requerido mandase concertar e aterrar a rua que vae da mizericordia para santo antonio por fazer nella lagoas.*

...ditos ofisiaes da camara mandaram aleixo jorge, pedro gonzalez, raphael de oliveira o moço, domingos machado, manuel joão, antonio de madureira, joão pedroso e jorge gonzalez

entupam suas testadas dentro de oito dias, de modo que a agua não repreze e corra pela rua direita...

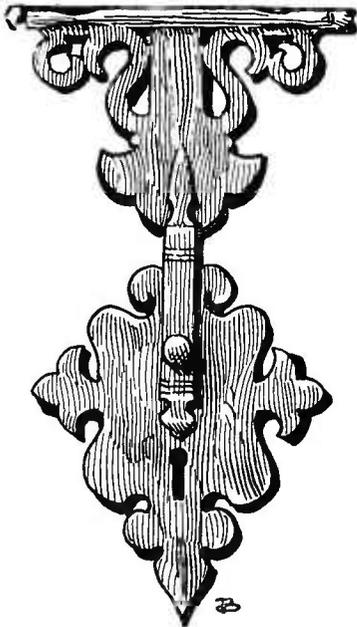
... que nenhuma pessôa faça cóvas nesta villa, pelo muito dano e prejuizo que disso resulta.»

Diante dessa tamanha insistência, é de crer que a vila ande asseada, com o mínimo de mato e de águas empoçadas. Os ouvidores passam correições, os vereadores mandam afixar quartéis e os moradores vão trabalhando. Aos desidiosos, multa. Aos reincidentes, penas maiores. Aos recalcitrantes, confisco. Tudo, como se assegura, pelo «bem comum» e, ainda pelo «bem comum» a ordem para que os moradores dos páteos e praças, limpem o adro e alpendre das igrejas tão lamentavelmente profanados, às vezes, pelo gado à sôlta...

Mas, além da limpeza, os esforçados vereadores seiscentistas cuidam também de urbanismo — inexistente ainda como arte e ciência — mas em formação embrionária nas decisões dos senhores do Conselho. A vila não cresce arbitrariamente, como poderá supor-se, pois, certas providências demonstram a preocupação de torná-la habitável e de dar-lhe relativamente ao meio, um certo sentido estético. Tal é, por exemplo, o caso de uns terrenos no largo da Matriz. O seu proprietário, Francisco João, deseja erguer uma casa alí, em 1642. Não o consentem, porém, os vereadores, e tratam logo de desapropriar o imóvel, ao mesmo tempo que declaram de utilidade pública todo o correr de casas dalí por diante, a fim de que a praça se torne mais ampla.

Ferrôlho de uma arca

«*... o qual procurador requereu que se avaliassem uns chãos de Francisco João e se lhe pagassem para assim ficar a villa mais enobrecida e a praça della; e que ficasse por assento que qualquer daquellas casas da mesma carreira que cahir e se derrubar, não se levante mais.*»

E, no mês seguinte, na sessão do dia

6 de Setembro, o procurador Simão Roiz Coelho requereu «*que no outão das cazas de lionel furtado se não fizessem mais casas pera que a praça ficasse mais desafogada*».

Providência de tal ordem, em pleno século XVII, nas terras semibárbaras da América e num vilarejo distante do litoral, perdido do planalto à bôca do sertão áspero e bruto, revela um inesperado anseio de progresso no espírito dêsses homens rudes que escreveram, ao vivo, a história épica do bandeirismo.

«Capilha com sua volta de renda»

(Inv. e test.)

Mas não é só. Para que as enxurradas das chuvas não lanhem o solo, enchendo-o de covas e valetas, exigem os vereadores que o meio-fio das ruas seja «ladrilhado», isto é, calçado a tijolos, para que as águas corram livremente; e, se as chuvas, porventura, danificam êsse leito, lá vem ordem para que o consertem:

«...*requereu o procurador Braz Rodrigues de Arzão que suas mercês mandassem notificar aos moradores desta villa, que todas mandassem concertar e ladrilhar o damnificamento das enxurradas das aguas que correm pelas suas ruas, e para que nenhum tenha desculpa dizerem quenão lhe viera a noticia requereu mandassem fixar quarteis...*»

A vila de São Paulo não é, pois, no século XVII, um pobre burgo abandonado e sujo. Observa-se, pelo menos, a preocupação de conservá-la asseada e saudável. Desbasta-se o mato dos quintais, saneam-se os terrenos baldios, carpem-se ruas e praças, limpam-se os adros das igrejas, escoam-se as águas empoçadas, empedram-se as sargetas, proibe-se a abertura de covas... A vida áspera dos sertões não embrutece o bandeirante que, sofrendo horrores nas selvas, exige, dentro de sua vila, o máximo que pode exigir de asseio e salubridade.

EXPULSÃO DE INDESEJÁVEIS

LOJISTAS E FORASTEIROS — A AÇÃO VIGILANTE DA CÂMARA — OS QUE TRABALHAM E OS QUE ATRAPALHAM — O «CASO» DE ROIZ PACHECO — PORTEIRO A MUQUE — A FARÂNDULA DOS «TRAVESTIS».

Nos arredores da vila, São Miguel, Guarulhos, N. S. do O', Pinheiros, Uapira, Itapecirica, Baruerí e Parnaíba, estendem-se roças, sítios, chácaras, fazendas, onde se pastoreia o gado e se cultiva a terra. Aí se estendem loiros trigais «com seus moinhos de moer», canaviais, vinhedos, algodoais, pequenas culturas cerealíferas, rosais... O trigo serve para o fabrico do pão de que o paulista se alimenta. A cultura dêste cereal é intensa no frígido planalto, a ponto de, muitas vezes, o exportarem para o Rio. A cana dá ao paulista o açúcar. O vinhedo, vinho. O algodão, após o trabalho dos tecelões paulistas, fornece-lhe pano para as roupas. Os rosais, cultura poética, não os criam os paulistas para enlêvo dos olhos, mas para o fabrico da «água de rosas», de largo consumo então. Trabalha-se de sol a sol. Os paulistas e seus escravos, «gentio da terra e da Guiné», quando não lavram a terra, criam gado — «vacas fêmeas», como se diz ao tempo, suínos, carneiros, ovelhas e cavalos, desde o «cavalo macho», isto é, o reprodutor fidalgo, até o «sendeiro», pangaré felpudo da velha estirpe do Rocinante.

Alcântara Machado, escrevendo sôbre o paulista de então, afirma:

«Dentro do seu domínio, tem o fazendeiro a carne, o pão, o vinho, os cereais que o alimentam; o couro, a lã, o algodão que o vestem; o azeite de amendoim e a cera que, à noite,

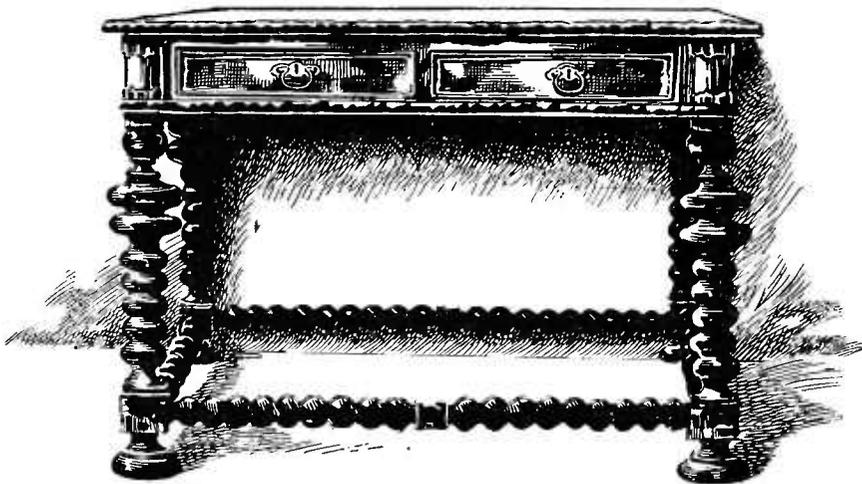
lhe dão claridade; a madeira e a têlha que o protegem das intempéries; os «arcos» que lhe servem de broquel. Nada lhe falta. Pode desafiar o mundo.»

E assim é. O paulista do seiscentismo «basta-se a si próprio». Pode escrever, portanto, como realmente escreveu na História, a epopéia do Bandeirismo.

Na vila mora pouca gente. Tipo rural por excelência, o paulista prefere o roçado à urbe, aonde, contudo, acorre em dias de procissões ou quando precisa comerciar. Se, nos arredores do burgo humilde, o trabalho é intenso, dentro do núcleo urbano não há lugar para vadios.

A primeira loja, no século XVII, da vila de São Paulo, surge em 1603.

Abre-a, com autorização da Câmara, onde comparece para prestar juramento de «como bem e verdadeiramente servirá o seu ofício de vendedeira», a cigana Francisca Roiz. Não lhe permitem, talvez, ler a *buena dicha nas mãos alheias*...

O certo é que abre a loja, animada de sacratíssimas intenções, pois promete contentar-se, nas suas vendas, com apenas dez por cento de lucro. O que indiscutivelmente, boquiabrirá de pasmo os seus colegas de hoje que, mesmo não sendo ciganos, vivem a lamuriar-se quando não empalmam lucros líquidos de cem por cento...

Bufete

LEILÃO JUDICIAL

... «o porteiro do Conselho Gaspar Fernandes, dizendo em voz alta e inteligível: — Onze mil e quarenta réis me dão pelos chãos que foram do defunto Pero Fernandes, sitos nesta vila, que partem com o quintal das casas da defunta Antônia Gonçalves, de uma banda, o quintal das casas da defunta Antônia Gonçalves que estão defronte das janelas e outão das casas de Manuel Pais Linhares! Onze mil e quarenta réis me dão em dinheiro logo de contado por êstes chãos, há quem mais lance? Venha-se a mim, receber-lhe-ei o lanço que logo se hão de arrematar! Dou-lhe uma, dou-lhe outra e outra mais pequenina em-cima! Há quem mais lance? Porque logo se hão de arrematar, afronta faço, porque mais não acho, há quem mais lance? Arremato, afronta faço, arremato, afronta faço porque mais não acho!...

(Inv. e test.)

Surgem, depois, muitas outras lojas — ou «lógeas», como se diz ao tempo, mais de acôrdo com a etimologia. À Câmara comparecem, para prestar juramento e fiança, alfaiates, merceeiros, barbeiros, sapateiros, ferreiros, correeiros, carpinteiros, tecelões... muitos, naturais da vila; outros, forasteiros que vêm trabalhar com os paulistas. E' verdade que nem sempre pautam a sua vida pela linha reta da honradez comercial: de vez em quando, elevam arbitrariamente os preços e furtam nos pesos e medidas. Mas o povo protesta, a Câmara intervém e, por algum tempo, tudo volta à normalidade.

Mas não é só junto aos que trabalham que se faz sentir a ação repressiva dos «homens bons da governança da terra». E' principalmente contra os forasteiros que para aquí vêm sem profissão definida e — o que é peor — sem vontade de trabalhar. Numa terra em que todos labutam, a presença de malandros é sempre indesejável. Daí, a solução sumária e inapelável: ôlho da rua!

Na sessão da Câmara, em 27 de Maio de 1633, levanta-se o procurador do Conselho para declarar que «*andam nesta villa alguns forasteiros e vivem com grande escandalo e dão occasião aos pregadores dos pulpitos pregarem e repreenderem o seu máu viver, pelo que requería os mandassem notificar que abandonassem a terra ou vivessem bem*»...

Não se sabe ao certo em que consistia esse incômodo «mau viver» que atormentava os «homens bons» e escandalizava o senhor vigário e mais sacerdotes, a ponto de ser o homem alvejado por discursos na Câmara e sermões na igreja. Mas que os tais forasteiros eram indesejáveis, não há dúvida alguma. Como não há dúvida sôbre um outro forasteiro complicado, de quem diz o procurador, noutra sessão da Câmara:

«...*Geo de meri soares, ora estante nesta villa, é muito prejudicial á terra, por falar em honras alheias, do que póde resumir muitas desinquietações por ser homem desbocado*...»

E, como além de «desbocado», é vadio, pede à Câmara que mande seus oficiais agarrarem o homenzinho e porem-no fora de portas, pois o povo não quer saber de «desinquietações».

Mas os que aparecem mais na vila, vindos de longe, são numerosos representantes da infinita, indestrutível legião dos vadios. São Paulo, terra de trabalho, combate-os sem descanso, chama-os à ordem, adverte-os, ameaça-os e, finalmente, expulsa-os. Uma das atas de 1623, reza que o procurador do Conselho requereu que «*todo forasteiro que existir nesta villa, acuda a esta Camara, aos nove dias deste presente mez de agosto, a darem razão de si, de sua vida e officio de que vivem, e o cabedal que cada um tem, de seu trato e manejo*»... sem o que, despejariam a terra.

Ou então, em 1635:

«*...pelo procurador foi dito que nesta villa havia muitos homens vadios forasteiros, que eram em prejuizo desta villa e povo pelo que requeria os mandassem despejar esta villa...*»

Ou, em 1637:

«*...que nesta villa andam vadios que não tem officio...*»

Gente sem profissão definida só se equipara aos maldizentes, aos beberrões, aos escandalosos.. E, para todos, um só remédio que a sabedoria popular condensará, depois, numa frase expressiva: «a porta da rua é serventia da casa». E' para êsse remédio heróico que apela o procurador da Câmara de 1641, requerendo «*que se désse execução ao mandato que estava passado para serem notificados Mariana Lopes e seu marido Braz Dias para effeito de despejarem esta villa, visto as queixas que se lhe haviam feito por algumas mulheres e homens honrados e antigos desta villa*».

Mais curioso é o caso de um indivíduo que atende pelo nome solene de Antão Roiz Pacheco. Aquí chega êle, um dia, vindo não se sabe de onde, e fica a mandriar, a beber, a falar da vida alheia. Exemplar completo e acabado daquilo a que os homens do Conselho dão o nome de «homem prejudicial», tratam êstes de expulsá-lo da terra. Na sessão do dia 10 de Setem-

bro de 1663, levanta-se o procurador do Conselho e declara que, «a requerimento do povo», exige a expulsão do malandro. Os oficiais da Câmara, em resposta, afirmam que «*a tudo acudirão*».

« Uma capilha de setim, um saio de melcochado preto e saia com passamanes. »
(Inv. e test.)

Na sessão seguinte, porém, no dia 17, aparecem na Câmara, empunhando um vasto requerimento, trinta e cinco dos mais respeitáveis moradores da vila, para fazerem esta queixa: que Antão Roiz Pacheco fôra expulso da vila, de acôrdo com o desejo dos moradores. Mas, ostensivamente, voltara! Voltara e por alí andava, a «*embaraçar a terra*», o que lhes parecia um abuso e um desafio. Se o homem «*fôra botado fora*», e voltara, «*que o botassem fora de novo*».

O homenzinho, porém, não parece disposto a respirar outros ares. Gosta de São Paulo e, por nada dêste mundo, quer sair. Tanto que, ao ter notícia de que há ordem terminante para a sua reexpulsão, esconde-se em casa de um amigo, de onde o vão arrancar os oficiais da Câmara, com grande desespêro seu e do seu hospedeiro Clemente Alves.

Resultado do gesto acolhedor e humanitário do amigo Clemente: na sessão da Câmara do dia 1.º de Outubro, o procurador levan-

ta-se para requerer «*que se condenassem a clemente alves porcoanto fôra notificado não recolhesse a sua casa antão roiz pacheco por mandado deles ditos oficiais da camara e não quisera obedecer pelo que requeria ocondenasen*».

Com os senhores do Conselho não se brinca. Ou o indivíduo trabalha como os demais ou vai espairecer noutra freguesia... quando não trabalha à fôrça. Que o diga um refratário que atende pelo nome esquisito de Francisco Leão. Escolhido para servir como porteiro da Câmara, o Leão fica desassossegado e recusa-se esbravejando e afirmando que já havia exercido êsse cargo e não lhe agrada continuar. Os rugidos do Leão não assustam os senhores vereadores porque, na sessão do dia 21 de Janeiro de 1612, diante da recusa, «*accordaram que frco. lião fosse preso e o obrigassem a servir o dito officio*».

Que fazer? O Leão sossegou e foi servir...

Um dia, porém, os senhores vereadores se assustam seriamente com a notícia de que do Reino vêm vinte e tantas pessoas que, segundo o procurador, parecem «facinorosas» — «*padres fugidos dos seus mistéres, e molhéres em trajos de homens, e homens em trajos de molhéres, e leigos em trajos de frades*»...

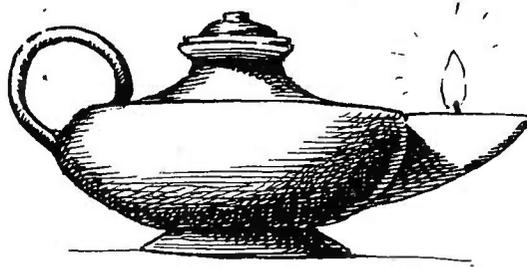
Uma complicação desnorteante, essa leva de turistas que mais parece um cordão carnavalesco. Que pretende fazer no vilarejo austero, tão estranho e funambulesco séquito?

Não se sabe. Rezam as crônicas que é intento dêsses forasteiros rumar para Vila Rica, o burgo hispano-guaraní encravado à ilharga da Capitania. A verdade, contudo, é que os esquisitos indivíduos aquí chegam e, com seus surpreendentes «travestis», aquí vão ficando.

E muito mais tempo ficariam se o procurador Luiz Furtado, escandalizado com os frades em trajes de leigos, e leigos em trajes de frades, e homens em trajes de mulheres e mulheres em trajes de homens, não pedisse a imediata expulsão dos

incríveis hóspedes que se davam a tão inexplicáveis extravagâncias...

Lá longe, na Côrte e no Reino, vigoravam as «Ordenaçoens». Aquí, na pudibunda, austera vila do planalto, surgiam as correições dos senhores Ouvidores, mas mandavam, de direito e de fato, os «homens bons» da Câmara. Se êstes mandavam sair os vadios, os maldizentes, os escandalosos, não havia apêlo nem agravo. Fazia-se, assim, discricionariamente, o saneamento moral da vila.

Porque, para o bem dos paulistas de então, a maravilha do «habeas-corpus» só apareceu muito tempo depois...

Candieiro

A MATRIZ, O SINO E O BANCO

UMA IGREJA DIFÍCIL — UM QUARTO DE SÉCULO INFRUTÍFERO — A IGREJA DA MISERICÓRDIA — O SINO DA CÂMARA E UM VEREADOR EXIGENTE — UM CASO DE CAVALHEIRISMO E... VIVA A DEMOCRACIA!

rinta e quatro anos após a sua fundação acham os paulistas que já é tempo de possuirem a sua matriz. E é assim que, a 6 de Junho de 1588, se reune o povo na Câmara da vila, ficando resolvido «*que era bom que na dita villa houvesse igreja matriz e vigario*». E mais: que a matriz «*será erguida entre as casas de Diogo Teixeira e André Mendes*», que são eleitos a seguir para angariar os recursos necessários.

Transcorre um ano. E, na sessão do dia 1.º de Maio de 1589, os senhores vereadores redigem uma representação ao governador geral pedindo-lhe que mande para cá um vigário, um sino e ornamentos para a igreja que se acha em construção.

Parece que o vigário não vem. Nem o sino. Nem os ornamentos. Os paulistas continuam às turras com os jesuítas do Colégio por causa dos índios. A matriz torna-se, porisso, cada vez mais necessária. Mas ninguém fala nela nesse ano. Nem no seguinte. Nem nos demais...

Transcorrem nove longos anos. Que seria feito da igreja?

No dia 30 de Maio de 1598, numa sessão da Câmara, os senhores vereadores lembram-se da matriz. Mandam chamar Domingos Luiz e Luiz Álvares e incumbem êsses prestimosos cidadãos de construirem *as taipas e o corpo da igreja e a capela em taipa de pilão a 4 réis o taipal com tal condição que os taipes devem ser de cutelo e que dessem lumieiras e ba-*

tentes e portais... Para essa obra, autorizam-se os oficiais da Câmara a lançar uma finta sôbre a população. Quatorze dias depois, êsse contrato é solenemente assinado e os construtores saem, ufanos, para dar início à grande obra que, segundo delibera a Câmara, será *onde já estava começada, no meio da vila* — local que parece ser a parte norte da atual praça da Sé.

Passam-se os dias. Passam-se os meses. E... dois anos depois (9 de Abril de 1600) a Câmara resolve que os *escravos e os moradores começarão as taipas da igreja, com pena de dois mil réis.*

O desejo de possuir-se a Matriz é grande, mas a vontade de trabalhar é pequena. Tanto que, dois meses depois dessa ordem, são multados em dois mil réis vários cidadãos renitentes que se negam a auxiliar a construção: Gaspar Conqueiro, João Roiz e seu genro Clemente Álvares, que mais tarde será vereador e juiz, Diogo Miguel Malheta, Custódio D'Aguiar e sua sogra.

Multados os herejes, lá prossegue a tarefa ingente.

As obras, então, vão adiantadas porque, a 15 de Julho, o procurador do Conselho requer que se procure um homem *para serrar a madeira para o arco da igreja.*

A madeira é serrada.

E, vencida mais essa penosa etapa, um longo ano se escoa.

Raia o dia 18 de Agôsto de 1601. Reunem-se os vereadores. Tratam-se de coisas sôbre o *bem comum* e, entre estas, a Matriz. Indica-se, então, o procurador Domingos Afonso para, em companhia dos carpinteiros Bartolomeu Bueno e Antônio Nunes, *avaliar a madeira que se gastou na igreja matriz a saber lumieiras das três portas e tabuão grande.*

Há, porém, mais madeiras para as obras, material que se está estragando ao sol e à chuva, pelo que o procurador propõe a construção de um *tijepau de palha para protegê-lo.*

Passam-se mais sete meses.

Como andarão as obras? Pede-se a Bartolomeu Bueno e a Domingos Afonso que vão espiar os trabalhos.

Êles vão. Espiam. Tremem. Empalidecem. E, no dia 29 de julho voltam ao Conselho com esta notícia surpreendente:

que a igreja não podia armar-se por ser fora de compasso... E adiantam que a obra *é falsa, de pouca dura e correrá muito perigo se apodrecerem os ditos esteios e naves.*

E' de crer, todavia, que as previsões pessimistas não se tenham realizado, pois, por longo espaço de tempo não se fala

«... que se fizesse quartel e pelo porteiro desta Câmara se mandasse apregoar pelas ruas... »

em igreja matriz, nem mesmo para noticiar o seu desabamento. Escoam-se os dias, passam os meses, e são só sete anos depois, a 1.º de Novembro de 1606, que o procurador do Conselho, falando na sessão dêsse dia, explica que *a igreja matriz está alevantada e que não falta mais que janelas e portas,* sendo necessário, contudo, lançar-se a finta sôbre a população para que as obras possam concluir-se.

Anda-se, então, atrás de alguém que possa levar a bom cabo a dificílima obra e acaba-se por encontrar êsse alguém na pessoa do Gonçalo Pires, «*pois hé homem que entende de obras e tem ofisiais e posse*». E, no mês seguinte, a Câmara nomeia Domingos Luiz e Garcia Madeira para fintarem o povo — isto é, recolherem a taxa para a conclusão da suspirada matriz.

A verdade, contudo, é que as obras da matriz não se acham tão adiantadas como afirmara o procurador do Conselho. Tanto isso parece exato que, seis meses depois, a Câmara manda chamar Cornélio de Arzão para que êste construa a igreja. E Cornélio aceita a empreitada, comprometendo-se ainda a fornecer *toda pregadura e ferragem que se houver mister,* dando a Câmara, por sua vez, *quatro moços do gentio da terra* e mais gente para o auxiliarem.

Dois meses depois, acontece um fato insólito.

O fintador Francisco da Gama, muito pálido, aparece na Câmara e aí, diante dos conselheiros assustados, afirma que desiste perentoriamente da honra de fintar o povo.

Por que?

Porque — explica o homem — *os moradores da vila o afrontavam e injuriavam e maltratavam de palavras injuriosas,* negando-se ao pagamento do tributo.

Diante do pavor do amigo Francisco, resolvem os senhores conselheiros indicar *um homem que fosse pessoa suficiente para arrecadar e receber a dita finta.* E acordou-se no nome de Álvaro Neto como o *homem suficiente* — o «cabra destorcido» capaz de arrancar o dificílimo dinheiro do povo.

Começa a arrecadação. Surge logo o primeiro «caso» na pessoa de Matias de Oliveira que, não somente se nega a pagar,

mas com muita astúcia, faz tudo o que pode a fim de impedir que os índios das aldeias venham trabalhar na matriz. Não há outro remédio: multa-se o Matias. Multa-se o Matias mas as obras não prosseguem por falta de dinheiro. Não se culpe, porém, o fintador Álvaro Neto que, como vimos, é homem *suficiente*. O dinheiro foi arrecadado. Mas... na sessão da Câmara, no dia 2 de Outubro de 1611, o procurador Jorge de Barros quer saber por que motivo *a finta que se lançou para se acabarem as obras da igreja, faltou.*

Parece que ninguém sabe onde está o dinheiro. Incumbe a Câmara, então, dois de seus pares, José de Camargo e Alonso Peres, de tomarem contas dos vereadores do ano anterior, para saber-se que era feito do dinheiro arrecadado. O resultado dessa diligência não é conhecido.

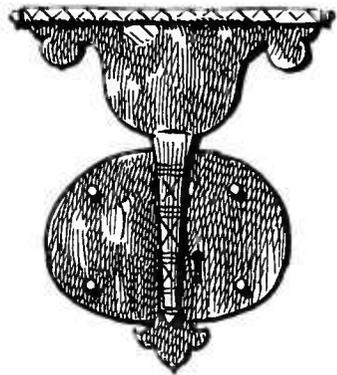
E' evidente, porém, que o dinheiro, ou não apareceu ou era muito curto porque dois anos depois, a 16 de Março de 1613, os senhores vereadores resolvem, ainda uma vez, «*que se ajunte o povo domingo para se fintar e tratar de se acabar a igreja, para que se não perca o que está feito*».

E assim, vinte e cinco anos depois do seu início, a atribulada Matriz ainda está por concluir...

Há uma igreja, porém, que se inicia muito depois e que termina muito antes: a da Misericórdia, no largo que, até hoje, conserva êsse nome. Desde 1608, ela vem substituindo a Matriz, não só na devoção dos fiéis, mas até mesmo nas obrigações dos poderes públicos. E é assim que, quando a Câmara precisa fixar quartéis «em lugares públicos», apela para a igrejinha da Santa Casa.

«*... nesta dita villa ás portas da igreja da santa misericordia que ora serve de matriz, pelo porteiro desta camara foi lansado pregão...*»

Mas a Matriz... Que será feito dela?

Não se sabe. Depois de Março de 1613, a

Ferrôlho simples de arca em ferro batido

Câmara não se refere às obras senão, indiretamente, vinte e três anos depois. E o caso foi assim: Os vereadores do ano de 1632 emprestaram ao vigário o sino da Câmara. E' de supor que a matriz se inaugurou nesse ano e, sem sino próprio, pediu emprestada a campana municipal. O sino foi.

Foi, mas não voltou. Tanto que, quatro anos depois, o procurador do Conselho Leonel Furtado requer que «*ponham cobro no sino do conselho que os oficiais do ano de mil e seis sentos e trinta e dois emprestarão ao pe. vigario mel. nunes*»... .

Intimados os vereadores daquele ano, Onofre Jorge e Jaques Félix — o grande paulista fundador de Taubaté — fica-se à espera do sino. Mas o sino, inexplicàvelmente, insiste em não voltar. Os vereadores irritam-se e, «*visto, já serem notificados os ditos jaques felis e inofre jorge e não quererem obedecer o que visto pelos ditos ofisiais da camara mandarão que fosen novamente notificados jaques felis e inofre jorge que com pena de seis mil rs. pagos da cadeia puzesen o sino neste conselho donde ho tirarão*».

Inanis Labor! Passaram-se quatro meses e nada de sino! E' em vão que o procurador Leonel Furtado clama e reclama, exigindo o sino! O estóico edil, como o Evangelista, clama no deserto. A disputada campana continua, surda e impávida, na tôrre da matriz.

Transcorrem assim nove anos. O sino já parece esquecido quando, de repente, na sessão da Câmara do dia 20 de Maio de 1645, não se sabe como, nem porque, o procurador Jorge de Sousa sai-se com esta: «*requereu que na torre da matrís estava hum sino que hera do conselho que o mandassem vir a casa delle pera que quando se chamase a audiencia ou fosse necessario chamar-se o povo fosse toquandose o dito sino pequeno visto ser do dito conselho e estarem em posse delle como constaria por testemunhas*»...

Parece que, desta vez, termina o longo exílio da campana municipal porque, posteriormente vamos encontrá-la na Câmara, tangida pelo porteiro para «juntar o povo», em dias de audiência.

O que se não sabe é se, forçada a devolver o sino da Câmara, ficou a Matriz (1) sem ter com que chamar os fiéis à hora da missa.

E' de crer que isso não tenha acontecido, para felicidade dos fiéis.

Já, anteriormente, ocorrera um episódio esquisito.

E' o caso de que, na igreja, não há onde os fiéis possam sentar-se. Faz-se uma exceção, apenas, para os senhores oficiais da Câmara que possuem, no centro do templo, um banco em que costumam sentar-se nos dias de festas religiosas.

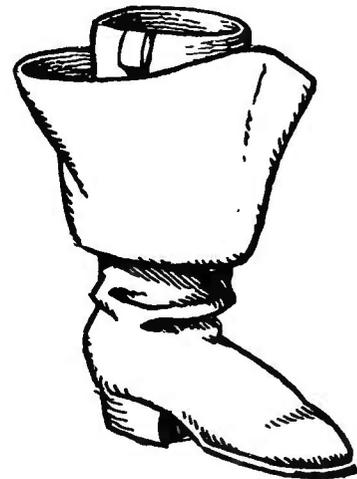
Isso, contudo, mesmo nesse tempo, constitue um privilégio, até certo ponto odioso porque, enquanto os senhores vereadores se refestelam no seu banco, as damas são obrigadas a se acomodarem no chão, sôbre seus mantos e suas capas.

Ora, essa deselegância dos senhores edís repercute tão mal que, certo dia — 10 de Janeiro de 1632 — o procurador Sebastião de Paiva afirma « *que o banquo que estava no meo da egreja em que se assentavão os ofisiais era grande prejuizo e escandalo deste povo por se tratarem mal as molheres que lhe requeria outrosim o que visto pelos ditos ofisiais mandarão que se tirase o dito banquo* »...

Como na velha anedota, o banco foi tirado. E, democraticamente, os senhores oficiais da Câmara passaram a sentar-se no chão, ao lado das lindas damas (2)...

(1) Quanto ao terreno em que se ergueu a Matriz, foi adquirido, por permuta, a Isabel Gonçalves, como se verifica no seu inventário feito em 1633. Aí, com efeito, na relação das terras que ficaram, consta:

Cento e vinte braças de chãos em a vila de São Paulo para a banda de Ipiranga as quais cem braças lhe foram dadas em pago dos chãos que largou para a Igreja Matriz.

(2) Êsse banco famoso, porém, voltou ao seu lugar posteriormente. No testamento de Antônio Bicudo, feito em 1650, encontram-se estas linhas: « Mando que meu corpo seja enterrado na Igreja Matriz desta vila pegado ao assento dos oficiais da Câmara »...

OS RICOS

TERRA, FORTUNA DE TODA A GENTE — O OURO DO JARAGUÁ — BENS MÓVEIS e IMÓVEIS — O SÍTIO E A VILA — GARGANTILHAS, ANÉIS E PEDRARIAS. AGIOTAS.

Sabemos que, na primeira metade da centúria seiscentista, São Paulo do Campo de Piratininga é povoada por gente pobre.

Não há no planalto, ainda, nenhuma fonte de riqueza, e a própria lavoura, sofrendo contínuos colapsos com a escassez de braços, arrasta-se em culturas que, via de regra, não vão além do abastecimento da própria vila.

Enquanto o nordeste, com a sua caudalosa escravatura negra, pode arrancar ao solo o esplendor da cultura da cana, enriquecendo legiões de senhores de engenho, outra coisa não fazem os paulistas senão implorar que lhes permitam valer-se do braço índio para a sua primária cultura cerealífera.

As minas de ouro só serão exploradas mais tarde, na segunda metade do século, embora o Jaraguá, ainda em 1606, haja entremostrado os seus tesouros a Clemente Álvares que, muito alvoroçado, corre à Câmara para registrar sua descoberta: «... *appareceu clemente alveres morador nesta villa pr. ele foi dito aos ditos ofisiais e declarado de como vinha manifestar sertas minas que tinha descuberto de betas de hũa manta de ouro a saber os lugares primeiramente a de manta em Jaragua ao sopé da primeira serra*», etc. Ou, então, a Afonso Sardinha que, já em 1589 explora minas de ouro, não só no Jaraguá, mas ainda no sítio Lagoas Velhas, no Votoruna e em Biraçoiaba.

As *terras* e *chãos* que todos possuem, geralmente, quasi nada valem. Há imensas extensões de glebas que valem menos que uma espingarda. E as casas de taipa sofrem, nos inventários, avaliações humilhantes. A casa *terreira,* de dois lanços, que a viúva de Manuel João Branco doa ao padre Marcos Mendes, avalia-se em trinta mil réis. *Umas casas* do mesmo Manuel João Branco, *defronte da Igreja Matriz,* são avaliadas, já no fim da primeira metade do século, em vinte mil réis — preço de um vestido comum.

Miguel Garcia Velho possue duas casas na vila, de quatro lanços cada uma e aluga-as a Gaspar Vaz. Por quanto? Pataca e meia. Isto é, 800 réis mensais! Um tachinho de cobre custa mais. Oitocentos réis por mês em pleno centro da vila,

quando seus atribulados descendentes, exatamente três séculos depois, irão pagar oitocentos réis por hora, para morarem ... *nas bandas do além!*

Os sítios também não valem muito. A roça de Méssia Bicudo, falecida em 1632, no Ipiranga, avalia-se em oito mil réis. Entretanto, uma saia de setim preto adamascado, alvidra-se em vinte mil réis. O sítio só vale pelas plantações que nele existem, pois o *chão*, propriamente, anda sempre muito por baixo... Em pleno perímetro urbano, dentro do *têrmo da vila*, uma braça de terreno custa duas patacas. Seiscentos e quarenta réis por dois metros lineares de terreno em pleno Triângulo e com certeza muita gente havia de clamar contra a exorbitância...

Por sua vez, os escravos, se dão uma certa importância aos seus senhores, só representam riqueza quando formam legiões. Num tempo em que a caça ao índio constitue um hábito irresistível, até os maiores pobretões possuem suas *peças de gentio da terra*. Não é difícil possuí-las. Os *bilreiros* não vivem longe e, assim, o seu apresamento, nas proximidades do *têrmo da vila*, não demanda grande esfôrço nem dispêndio excessivo.

Não falemos, também, no mobiliário das residências, que é de uma escassez desolante. No século em que o mobiliário peninsular ingressa numa espécie de Renascimento, emergindo do «alfarge» para produzir obras de marcenaria de admirável seriedade e elegância, nas casas da vila de São Paulo não se vai além de um bufete, arcas, tamboretes, cadeiras de estado, catres e um ou outro armário. Peças rudimentares, sem o menor vestígio de obra de entalhe — citam-se, apenas, alguns móveis torneados — nada indica opulência nesses lares modestos, embora nalguns se encontrem espelhos *com seu pavilhão de canequim* ou *com suas guarnições de tartaruga*. Somente nos fins do século vão aparecendo móveis de caráter artístico, como os leitos com lavores fusiformes surgidos no Reino no início da centúria, as arcas com portas e gavetas almofadadas, contadores com os simpáticos «tremidos», cadeiras de braços com couro brasonado, escritórios trabalhados à talha... Contenta-se com pouco o épico bandeirante.

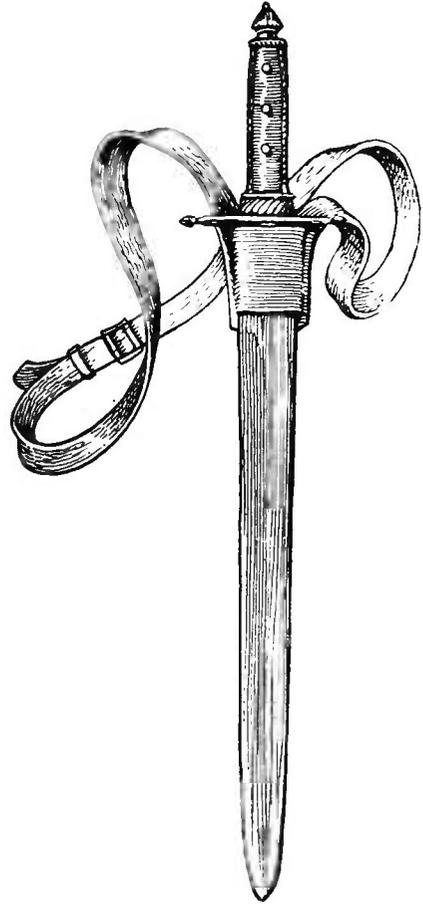
Dentro, porém, dêsse ambiente de quasi pauperismo, surgem espólios em que se entremostra um nível de vida mais elevado, não só pelo que nos é dado entrever no arranjo da casa, como pela presença de objetos e utensílios de maior valor.

E' assim que, enquanto o estanho constitue o metal por excelência, nesse século, dado o seu baixo preço e alta durabilidade — tigelas, pratos, castiçais, candieiros, colheres, jarros — encontram-se, aquí e alí, a prata e a louça, indicativas de que seus possuidores são pessoas de melhor tratamento. Púcaros, pratos, colheres, salvas, tamboladeiras, castiçais, tigelas, navetas, garfos, tudo de prata, são encontradiços nas residências mais abastadas onde, às vezes, aparecem as primeiras peças de louça da Índia ou do Reino.

Do mesmo modo, enquanto muitos se contentam, no quarto de dormir, com uma rede ou um catre, uma caixa e uma cadeira rasa, já noutras residências se encontram camas torneadas *com seu sobrecéu com franjas*, espelhos dourados ou guarnecidos de tartaruga, *cortinados de cochonilha vermelha com suas franjas entremeias, godins da Índia*, travesseiros de linho ou sêda, *colchas de sobrecama*, cobertores de chamalote amarelo e azul forrado de baeta vermelha, *panos de cama de serafina verde, colchas de chamalote com ramagens de flores de ouro*, colchas de tafetá amarelo *com sua franja de ouro fino...*

Às vezes, encontram-se na terra objetos que chocam pela raridade, como a bengala de Henrique da Cunha, os chapéus de sol de Francisco de Proença, Antônio Bicudo de Brito e Antônio Leite Falcão, as *luvas enfeitadas* de Antônio Leite, o óculo de alcance de Cornélio de Arzão — *um óculo de Flandres de olhar ao longo que se não avaliou por não se saber o que vale* — os relógios de agulhão de marfim de Francisco Velho e Cristóvão de Aguiar Girão, o lampião de Jerônimo Bueno...

Outro indício de riqueza é o sítio. Não a terra, que não tem fim e quasi que não tem dono, mas o que nela se cultiva e, principalmente, o gado que aí se pastoreia. Vinhedos, algodoais, canaviais e trigais estendem-se pelos arredores, nas fazendas *do longò do rio* ou *das bandas de além* e, pelas planícies, pastam vacas e bois, carneiros e ovelhas, capados, cabras, novilhos, cavalos, indicativos de maior ou menor importância do senhor rural. Há, entre as fazendas que se estendem pelas vi-

zinhanças da vila, Ururaí a Tamburé, muitas que se valorizam, ainda, por benfeitorias de toda a ordem, desde os alambiques de destilação, as prensas de fazer queijo, as olarias ou telhais com fornos de fabricar têlhas, até as casas de trapiche com suas canoas e os moinhos de moer trigo. Há, contudo, sítios que valem nove ou dez mil réis cada um.

Há, finalmente, outro indício, senão de opulência, pelo menos de relativa riqueza: as jóias. Objetos de adôrno e de luxo, só os possuem os que têm com que pagá-los e, o que é mais, pagá-los a altos preços pois, além de supérfluas, as jóias são difíceis de se encontrarem na vila. Se há em São Paulo, já no comêço do século, lojistas de várias classes — alfaiates, marceneiros, sapateiros, merceeiros etc. — não há joalherias, embora se encontrem não poucos ourives. As jóias vêm de longe, da Côrte ou do Reino e só as adquirem os que têm largos recursos para fazê-lo.

Há, na vila, muitas jóias. Não falemos das que possue Fernão Raposo Tavares, filho do grande bandeirante das marchas épicas. A-pesar-de paulista — ou, como dizem os inventários, *assistente na vila de São Paulo das partes do Brasil* — Fernão morre na cidade de Ribeira Grande, nas ilhas de Santiago de Cabo Verde, onde deixa todos os bens, inclusive grande cópia de jóias.

Maria de Araújo, que falece em 1682, deixa inúmeras jóias, entre as quais *uma gargantilha de ouro que se não pesou por terem muita pérola...*

Contudo, Pedro Dias

Uma capilha de setim forrada de chamalote avaliada em 4$000

(Inv. e test.)

Leite, irmão do «governador das Esmeraldas», deixa, ao morrer, não poucas jóias, constantes do seu inventário: uma gargantilha de ouro com vinte peças pequenas de pedras verdes, esmaltadas de azul, verde e branco, com suas pérolas por pingentes e uma peça grande no meio com cinco pedras verdes — um anel de ouro com cinco pedras azues e uma branca no meio — dois anéis de ouro, um com cinco pedras brancas pequenas e uma grande no meio — dois anéis de ouro, um com sete pedras brancas e uma roxa — um par de brincos esmaltados de branco e verde com seus aljôfares por pingentes — um par de brincos esmaltados de azul, branco e verde com seus aljôfares.

E' pouco, em verdade. Mas, para o tempo, é muito, levadas em conta as condições da vida no planalto e a pobreza da vila.

Bento Pires Ribeiro que falece em 1669 *na paragem chamada Juquerí*, deixa grandes cabedais, em bens móveis e imóveis — casas, sítios, chãos, pratarias, armas, *gente de serviço além de jóias* que não devem passar sem um registro: uma cadeia de ouro pesando treze oitavas, outra cadeia de sete oitavas, *casquilhos de ouro para contas, afogador* de ouro, dois pares de arrecadas, um *rosário engraçado* em ouro, *com seus casquilhos*, um cordão com esgaravatador de ouro, um anel de pedra branca, um anel de laçada, um anel com uma pedra azul, brincos de filigranas com aljôfares, *afogador* de filigrana, laçada de filigrana...

Mas, nem só de jóias vive o homem... Razão por que Domingos da Silva, ao invés de enriquecer ourives e joalheiros, prefere dar o seu dinheiro a ganhos, isto é, emprestá-lo sob boas garantias, a juro de 8 por cento ao ano, *como é do uso e costume na terra* — acentuam precavidamente os habilíssimos *rendeiros*. E que o negócio, já nesse tempo é bom, dí-lo melhor que qualquer palavra, a fortuna que Domingos deixa ao falecer: 3:310$752! Fortuna que, nesse século de pauperismo, só é superada pelo do «conceituado negociante» português Antônio de Azevedo Sá que deixa uma *fazenda* avaliada em 4:131$470 e que também, como tantos, empresta dinheiro sob hipoteca.

E' bem de ver que a maior parte, ou a totalidade dessas fortunas se constituem de bens móveis e imóveis, pois o dinheiro é verdadeira raridade na terra. Supostos Cresos, cujas *fazendas* se avaliam em quantias elevadíssimas, deixam, em dinheiro amoedado, verdadeiras ninharias. Está-se no regime de comércio em *moeda compensada*, no qual o que menos vale é justamente a moeda. Razão por que se faz indispensável uma referência a Leonor de Siqueira, sogra de Pedro Taques, que possue em mãos de parentes, *para guardar*, 723$000 em moeda corrente e muito bem sonante.

Domingos Jorge Velho — não o destruidor da «Tróia Negra» do Palmares, mas um dos quatro paulistas de igual nome — deve ser um dos potentados da terra. Morre em 1670 no seu *sítio* de Ajapí, em Parnaíba, deixando largos cabedais: o sítio em que morou, várias casas na vila de São Paulo, uma légua quadrada de terras em Indajatiba, outra légua junto ao rio Camandocaia, mais terras em Juquerí, plantações de trigo com seu moinho, uma centena de escravos, e grande cópia de bens móveis, além de 28 libras de prata no valor de 228$000 e 645 oitavas de ouro que, valendo 800 réis a oitava, perfazem a soma de 523$000 em ouro lavrado.

Muitos outros paulistas possuem jóias, peças e barras de ouro, pratarias, devendo citar-se, entre outros, Bartolomeu Gonçalves, Antônio de Almeida Lara, Domingos Jorge Velho, Antônio Pedroso de Barros, Maria da Silva, Ana de Proença, Agostinha Rodrigues, Isabel So-

« Um mantéu guarnecido, avaliado em $480 »

(Inv. e test.)

brinha, Valentim de Barros, Matias Rodrigues da Silva, Afonso Sardinha (1)...

Evidentemente, entre essas jóias, há muitos pechisbeques, produtos das Slopers seiscentistas. Mas há, também, não poucas preciosidades, como aquela gargantilha de ouro que citámos atrás, ou as duas correntes de ouro de Manuel Lopes de Medeiros, e que pesam, *apenas*, meio quilo cada uma. Se tudo isso, porém, não constitue riqueza, não nos esqueçamos de que, na vida, tudo é relativo. Para comprová-lo, basta que falemos dos pobres, daqueles que, se não estendem a mão à caridade pública, é apenas porque a caridade pública também é muito relativa...

---

(1) Este paulista que, nos fins do quinhentismo já explora minas de ouro, prata e ferro, possuindo ainda fundições de ferro e aço, deixa, ao falecer, entre vultosos bens, 80 mil cruzados em ouro em pó. Sabendo-se que o cruzado vale 400 réis, Sardinha deixa, só em ouro, 32 contos de réis — fortuna fabulosa para o tempo!

OS POBRES

AGRURAS DO COMÉRCIO MARÍTIMO — PIRATAS E BUCANEIROS — OS MISERÁVEIS — AS EXIGÊNCIAS DO BALTASAR, O «NEGRO» DE SUSANA RODRIGUES E O RECORDE DE CUNHA GAGO.

imos como, sendo São Paulo, no início do século, um burgo paupérrimo, conta em seu seio homens que podem considerar-se ricos. São poucos, aliás, os inventários cujos espólios vão além de um conto de réis, e os bens móveis, mesmo os pertencentes a famílias abastadas, são os mais sumários e rudimentares possíveis. Para isto, contribuem vários fatores, entre os quais dois que não se podem desprezar: a vida andeja do paulista do bandeirismo e a pirataria que assola os mares do Novo Mundo.

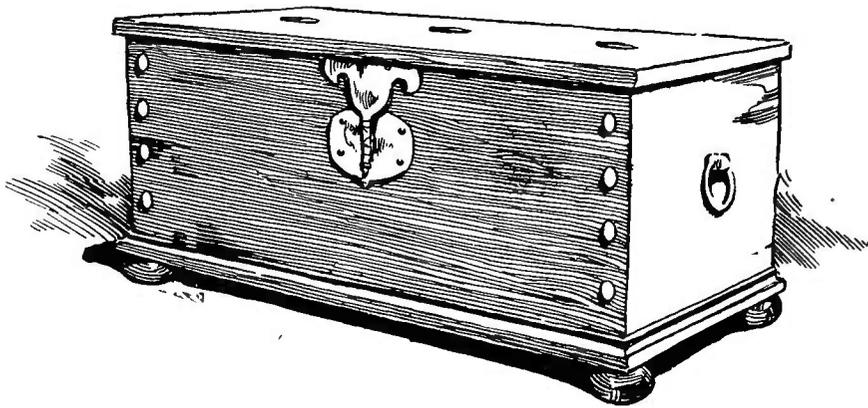
Os paulistas do seiscentismo, realmente, não param. Volta e meia, lá se vão para os sertões e, em muitos casos morrem longe, deixando os bens espalhados por toda parte [1]. De outro lado, os corsários que varrem as costas da América, não só dificultam as importações do Reino e da Côrte, mas também, sempre que podem assaltam e roubam as naus que demandam os portos do Brasil.

Com efeito. O Brasil, como todas as outras colônias do Novo Mundo, é administrado de acôrdo com as exigências da metrópole e não das suas próprias necessidades. A pirataria que, por algum tempo, se revestira de aspectos aventureiros e românticos, acaba se organizando comercialmente para a ex-

(1) ... «os cobres em a vila de Santos, dez barras de ferro no rio de São Francisco, duas canoas de vaga e os mais bens que estão na ilha de Sta. Catarina»...

(Inventário de Francisco Dias Velho).

ploração sistematizada do tráfico e da rapinagem. Os aventureiros não se arreceiam, então, de atacar naus mercantes em pleno mar, indo muitas vezes apontar as bôcas de fogo de seus barcos armados em côrso, contra cidades e vilas indefesas, exigindo dinheiro, sob ameaças, ou arrasando-as impiedosamente quando vêem falhar seus audaciosos golpes de «blackmail». Carracas, patachos, galeões, bergantins, urcas e fragatas, de velas pandas, espalham o terror pelos oceanos, conduzidos por corsários e bucaneiros, uns roubando nos mares, outros saqueando os litorais. Dessa coorte de aventureiros europeus, repontam nomes e apelidos rebarbativos: Bartolomeu Português, Roque Brasiliano (que é holandês e vivera no Brasil), Diego, o Mulato, João Daví Nau, o famoso Olonês, Jack Jackson, Mansvelt, Chevalier, Lewis Scott, o iniciador dos bucaneiros, até alguns que se dão ao luxo de um título, como Cook e Cavendish que assaltam e incendeiam a vila de São Vicente.

Não são poucos, portanto, os paulistas que sofrem os efeitos dessas contínuas incursões. Entre êsses, contudo, vale a pena citar Antônio Pedroso de Barros. Após a sua morte, comparece em juízo, «*para dar clareza das contas que tinha com o defunto*», o seu irmão Fernão Pais de Barros que, entre outras coisas, conta que, vindo do Rio para Santos, «*trouxera em sua*

A arca do pobre

companhia toda a dita fazenda em seu poder tinha do dito seu irmão e que vindo elle dito Fernão Paes de Barros com ella a outra muita sua que trazia no navio e patacho de Antonio Casado Velho na altura da barra de São Sebastião da banda do norte foi roubado do pirata hollandês de tres embarcações que trazia o dito inimigo de que não escapou fazenda alguma do dito seu irmão nem delle dito e que sómente no navio do mestre Antonio Jorge havia carregado cinco quintaes de ferro por conta do defunto seu irmão o qual navio veio a salvamento»...

Homem de ferragoulo de baeta (1610)

(Inv. e test.)

O capitão Francisco Dias Velho é um dos que, não só se vêem saqueados, mas morrem às mãos dos piratas, na altura de Santa Catarina; Pedro Leme é outro que perde tudo no saque levado a efeito em São Vicente por Cavendish. Antônio de Azevedo Sá também.

Êsses, em todo caso, tiveram o que perder. Enquanto outros...

Há, realmente, os que são pobres de verdade, aqueles cujos inventários, porisso mesmo, se caraterizam por um laconismo desconcertante. Assim, enquanto Lourenço Castanho Taques deixa um espólio avaliado em 2:056$300 e Maria de Lara deixa o seu alvidrado em 2:623$220, que é que deixa Sebastião Rodrigues?

Sebastião Rodrigues deixa pouco: além da mulher e dois filhos mais isto:

Um machado (avaliado em 200 réis); duas cunhas (meia

pataca) uma caixa (50 réis); um casal de perús (300 réis); três frangos (12 vinténs); e mais: onze *peças fôrras*.

Uma miséria, como se vê. A viúva, coitada! tem razões de sobra para não ficar satisfeita com herança tão modesta, pois não é crível que vá viver confortavelmente, após a morte do espôso, apenas com um machado, uma caixa velha, um par de perús e uma trinca de frangos. Tanto que, no inventário, o escrivão Antônio Pereira lança estas linhas difíceis:

«*E logo no mesmo dia pela viúva foi dito que ela não queria herdar em a fazenda que se achou ficar por falecimento do seu marido a fazia cessão dos bens porque não queria nada deles*».

A viúva, como se vê, não gostou da herança. E não era para menos...

Outro que, ao morrer, também não possue cabedais para deixar aos herdeiros, é Baltasar Soares. Deixa, apenas, «*gente fôrra: Gaspar que está no sertão e sua mulher Joanna e Martha e seus filhos João e Andreza e Christina e Ursula e Luiza e Magdalena*».

Baltasar, como tantos outros, não possue nada desta vida, mas tem escravos habilmente registrados como *gente fôrra*. E não tem mais nada porque o avaliador, após o registro dessas peças tem o cuidado de escrever: «*e por não haver mais que lançar neste inventario, se não lançou*».

Entretanto, Baltasar não quer saber se é pobre ou rico. Sabe apenas que é cristão, que não quer ir para o inferno e que a sua alma precisa de missas. E, assim, ao fazer seu testamento, tem exigências de nababo: pede, manda e ordena que seu corpo seja enterrado na igreja do Carmo; que a irmandade incorporada, lhe acompanhe o entêrro e que o senhor vigário também faça parte do séquito; que lhe digam por alma nove missas *com a maior brevidade* (Baltasar receia que os padres possam vir a esquecer-se...); que se pague uma conta que êle deve a Pedro Taques, outra a Manuel João, outra a Francisco João, mais uma a Diogo Moreira e sete tostões a Domingos Luiz. E mais: que se rezem duas missas a N. S. do Carmo, duas ao

Santíssimo Sacramento, duas a Todos os Santos e uma a N. S. da Conceição.

Onde, porém, estará o dinheiro para tudo isso?

Os escravos não poderão ser vendidos, nem dados a pagamento porque Baltasar, *in articulo mortis*, declara: «*...os deixo forros e livres como o são de seu nascimento*», acrescentando com muito empenho: «*que nenhum herdeiro meu entenda com as peças que atraz deixo livres*».

Como teriam, pois, se arranjado os herdeiros para cumprir tantas exigências, é coisa que não se sabe. Baltasar não tem nada com isso. Os testamentos são sagrados e suas ordens devem ser executadas *tão inteira e compridamente como neles é conteúdo*. Ao pé do testamento de Baltasar, os juízes Fradique de Melo Coutinho e Manuel Nunes inscrevem o clássico *cumpra-se como nele se contém*. Que os vivos, pois, se arranjem como puderem, que êle, já com um pé no outro mundo, espera tranquilamente que paguem as suas dívidas e rezem as dezesseis missas pelo eterno descanso de sua alma.

Os reverendos padres não costumam rezar missas que lhes não sejam pagas religiosamente. Quando porventura — ou por desventura — os testamenteiros «se esquecem» de cumprir êsse dever, os senhores sacerdotes mandam «*que sejam notificados ditos testamenteiros que sob pena de excomunhão satisfaçam dentro de nove dias da notificação deste despacho*»...

O prazo, às vezes, varia. Mas a excomunhão não falha. Razão porque, é de crer. que Baltasar não foi para o inferno por falta de missas...

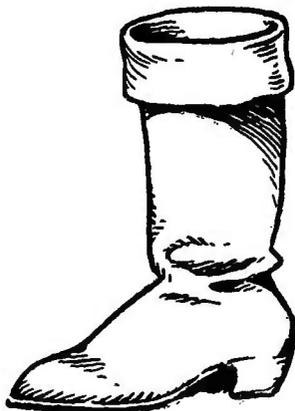
Mais pobre que êsse originalíssimo Baltasar é Susana Rodrigues que falece em 1661. Deixa ela, ao morrer, o viúvo que faz declarações: «*E por o dito viuvo declarar que não possuia bens nenhuns moveis nem de raiz se não fez termo de avaliadores mais que este auto de estado para que a todo o tempo constasse de como se fizera inventario e disse que não tinha nem possuia de seu mais que um negro do gentio do Brasil por nome Luiz já velho e mandou o dito juiz ficasse o dito negro*

servindo aos ditos orfãos e a seu pae visto não ser cousa que se possa avaliar».

E' pouco, em verdade. E' quasi nada. Em todo caso, um escravo, mesmo velho, sempre pode ser útil e, em muitos casos, prestar serviços apreciáveis.

Quem, todavia, nesse século paupérrimo, parece ter batido o *recorde da miquiação*, descendo ao nível mais baixo da *pindaíba*, é Manuel da Cunha Gago. O seu inventário consiste, apenas, nesta linha modesta e rápida, onde se acham todos os bens que, ao morrer, êle deixa aos desolados herdeiros:

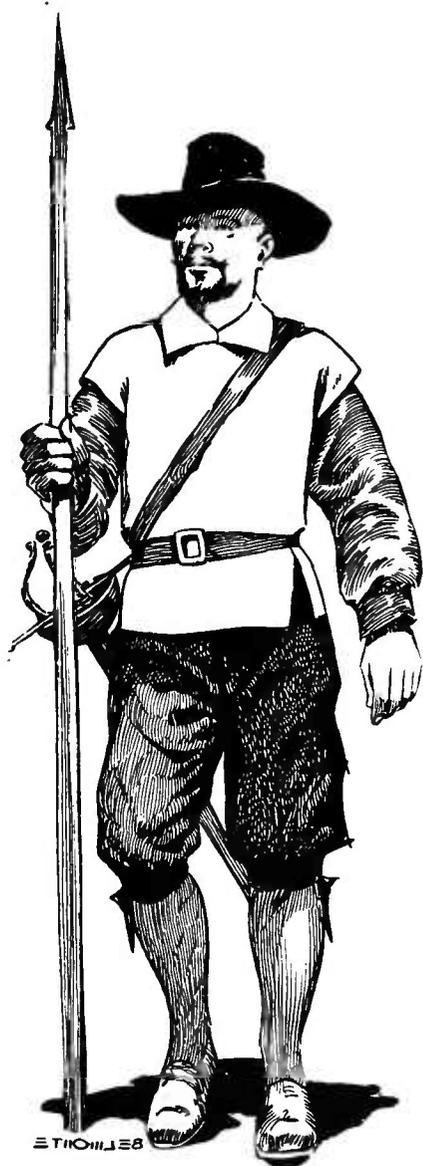
«*Foi avaliado um alambique todo furado e uma moenda velha.*»

Em verdade, não se pode ser mais sóbrio na vida...

OS "QUADRILHEIROS"

FESTAS E DISTÚRBIOS — A POBREZA DA CÂMARA — AINDA O OUVIDOR AMÂNCIO REBÊLO — FORMAÇÃO DE UM CORPO DE GUARDAS URBANOS — A CADEIA — A PROVA DOS «NOVE» — INEXPLICÁVEL DESAPARECIMENTO.

fato de a vila viver quasi deserta, com os moradores trabalhando em seus sítios e fazendas, não quer dizer que São Paulo seja uma vila morta.

Há dias em que ela se anima, e toda se alvoroça, não só por ocasião das festas religiosas, como também das profanas. Vêm os homens, então, de longe, ainda de madrugada, muitas vezes de véspera, envergando seus gibões e roupetas de melhor aspecto, suas botas de cordovão e largo sombrero negro, enquanto as damas e moçoilas, com suas vasquinhas rodadas, seus mantos de sarja e seus chapins de Valença, muito bonitas mas meio assustadas se deliciam largamente com aquele dia de festa e de liberdade.

Êsses, os que vão por vontade própria.

Quadrilheiro em funções policiais

Outros há, contudo que, por morarem longe, ou por outra qualquer razão, se negam a comparecer às festas, contribuindo para que estas, pela ausência de público, percam muito de sua beleza e do seu brilho. Mas a Câmara, atenta sempre às coisas do *bem comum,* não admite oposições: reune-se em sessão e resolve, *com pena de dois tostões,* que todos os moradores *acudam* às festas e procissões, principalmente a da Santa Isabel, *com pena de dois mil réis.*

Nesses dias, como nos das procissões dos Passos, do Corpo de Deus, da Visitação de Nossa Senhora e do Anjo da Guarda, como nas festas d'El-Rey, ou no entrudo — a que se dá o nome de «carmes tollendas» — o vinho corre largamente, dando em resultado, aquí e alí, a irrupção de desordens e conflitos, quando não são os escravos que, como vimos em capítulo anterior, põem a vila em polvorosa, com seus arcos, chuços e espingardas.

Inutilmente a Câmara vive a proibir o porte de armas: ... «*que nenhua pesoa tragua armas de foguo*» ... «*que nenhu negro use arcos nem chusos*» ... Inutilmente porque, mau grado a severidade das multas, o problema persiste. As multas quasi nunca são pagas e, quanto à cadeia, não atemoriza ninguém porque o prédio vive em ruínas e só fica lá dentro quem o quer... Os próprios senhores da Câmara sabem muito bem que o xadrez constitue mais uma penalidade simbólica, do que um isolamento efetivo. Ano após ano, não se faz outra coisa senão reclamar providências para que se remendem as paredes bordadas de buracos, que se substituam as grades, que se cubra o telhado, que se comprem grilhões...

A Câmara, coitada, não tem dinheiro para isso. Não tem dinheiro para nada. Anda tão pobre que, um dia, o almotacel Mateus de Leão acha na rua um pêso de ferro, pêso de uma arroba, *que o julga por perdido* e, levando-o aos vereadores, êstes, reunidos em sessão, resolvem *que se o desfizesse para a cavilha de uma tranca que se tinha mandado fazer...*

E' claro que, em tão lamentáveis condições, a cadeia já não assusta ninguém.

Decorre disso tudo que, sem repressão eficiente, forasteiros, poviléu e índios se empenham continuamente em brigas, com infinito desespêro dos senhores juízes que são obrigados a acudir, empunhando suas varas, de tão belo simbolismo e tão absoluta inutilidade.

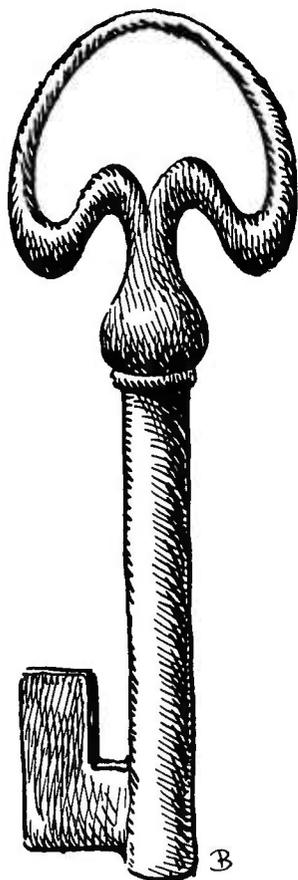
Aquí, são mercadores forasteiros que, tendo galgado a serra para comerciar na vila se vêem envolvidos em conflitos; alí, são lojistas a questionar com fregueses avinhados; acolá, são índios a se degladiarem por motivos fúteis. Às vezes, são dois homens em duelo, com espadas se chocando e lampejando ao sol; outras, são tiros que reboam nas *távolas de jôgo*...

Na vila, contudo, nem sempre há homens da Câmara, nem *oficiais somaneiros*, e o senhor juiz, a-pesar-de residir no povoado não considera função das mais nobres, nem das mais agradáveis, andar pelas ruas, de vara branca na mão, a apartar briguentos — e a prender desordeiros.

É, pois, ante tão dramática conjuntura que a Câmara se reune, um dia, e resolve formar um corpo de *quadrilheiros*.

Na sessão que realiza no dia 23 de Julho de 1620, à qual comparece o ouvidor geral Amâncio Rebêlo Coelho — o homem fatal que andava dormindo na preciosa cama de Gonçalo Pires — determina êsse rigoroso representante de Sua Majestade que «*logo puzessem por obra a fazerem a cada vinte moradores hum quadrilheiro que traga sua vara verde na mão para que como eles hajam juramento para poderem acudir ás lógeas e prender os delinquentes na fórma da Ordenação*»...

As ordens do senhor ouvidor são rapidamente cumpridas, pois, quinze dias após fica decidido que o primeiro corpo de quadrilheiros será composto de nove cidadãos da «república»: Francisco da Costa, Rafael Dias tecelão, André Fernandes tecelão, Fernão Monhos carpinteiro, José Pranta, Batista da Cruz, G. Ferreira, Jorge Peres e Luiz Peres, os quais são intimados a comparecer à Câmara a fim de prestar juramento *de bem e verdadeiramente servirem seu ofício* pelo tempo de três anos.

Todavia, nem todos comparecem. Apenas quatro, entre os quais o chamado José Pranta. A-pesar, contudo, de ser assim

Chave de arca

tão escasso, o incipiente corpo de segurança sofre, logo no início, um claro nas suas *fileiras*. E isso porque treze dias depois, a Câmara resolve que o prestimoso José Pranta sirva de carcereiro, dispensando-o de suas funções de quadrilheiro e fazendo-o comparecer no Conselho para prestar juramento. Com a mão direita sôbre os Evangelho, Pranta jura e promete. Mas, posteriormente, parece que se arrepende porque, um mês e meio depois, vamos encontrá-lo metido no xadrez.

Por que? Porque, segundo alegam os senhores oficiais, Pranta não queria servir de carcereiro. Mas soltam-no, por ser êle *súbdito* alemão. Soltam-no, não para que êle fosse, placidamente, para casa, mas *para que servisse de carceiro mais êste ano de* 620, mesmo contra a vontade.

E com isso lá fica o corpo de quadrilheiros reduzido a três...

Ora, diante da resignada trinca que se investe, assim, de tão perigosas funções, é de crer que a vila tenha entrado em sossêgo. Os três guardas alí estão, de vara verde em punho — a exemplo dos juízes que usam varas brancas com uma cruz no tôpo (1) ou dos vereadores que usam varas vermelhas com as insígnias do Reino — alí estão êles, prontos para acudir às lojas e prender os delinquentes *na forma da Ordenação*.

E que é que dispõem as «Ordenações do Reino» sôbre os quadrilheiros?

As «Ordenações», segundo o autorizado informe de Blu-

---

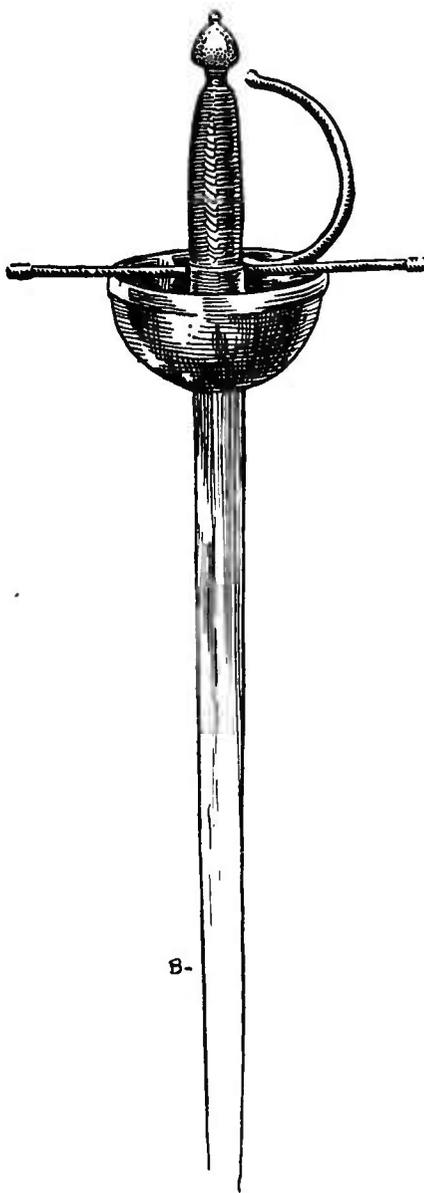
(1) Na Câmara, quando alguém vai prestar juramento, ou o faz com a mão direita sôbre um livro de «Horas de Rezar» (*juramento dos Evangelhos*) ou sôbre a *cruz da vara* que lhe é *estendida pelo Juiz*.

teau, descarregam sôbre os ombros do quadrilheiro aspérrimas atribuições.

Segundo o lexicógrafo setecentista, o quadrilheiro «*hé humilde official de justiça, ordenado em Camara para servir tres annos, faz juramento, póde citar, faz fé e traz vara; hé obrigado a vigiar a sua quadrilha e saber se nella se comettem desordens para o avizar; sahe aos ruidos com armas, acóde aos arrancamentos e brigas com lança ou vara; prende os culpados que lhe forem dados em ról e nos coutos dos poderosos póde buscar e prender os homiziados que seguir. O quadrilheiro saberá se em sua quadrilha se fazem furtos ou outros crimes, e ha vadios, ou estrangeiros, e se ha casas de alcouce e tavolagem, ou barregados casados, ou donde recolhão furtos e o evitará*» (2).

Ora, se as «Ordenações» determinam que cada quadrilheiro terá a seu cargo uma «quadrilha», isto é, um certo trecho de bairro, e se o senhor ouvidor manda fazer um quadrilheiro para cada vinte moradores, a Câmara não consegue obedecer àquelas, nem a êste, pois, como se viu, dos nove indicados para os cargos, apenas quatro compareceram. E, dêstes quatro, ficaram três porque um deles foi parar na cadeia. E, dêstes três, um tomou posse sob protesto, afirmando que ia recorrer para o senhor ouvidor. E, dos dois que ficaram...

Espada de concha

(2) «A Ordenação» no seu Livro 1.º, título 73, impunha aos quadrilheiros a obrigação de dar parte, às justiças, das mulheres que, andando prenhas, se suspeitava mal do parto». JÚLIO DANTAS, «*O Amor em Portugal no séc. XVIII*».

Que será feito dêsse abnegado par de valetes?

E' em vão que se esmiuçam os meses, os anos, na vida do planalto. À casa da Câmara acorrem os «homens bons»; por lá desfilam todas as semanas, oficiais públicos e *oficiais mecânicos* para se empossarem nos seus cargos: oficiais de justiça, oficiais da Câmara, *capitães dos bairros, alcaides, almotacéis, fintadores dos judeus* ou *homens da nação hebréia,* escrivães, carcereiros, afiladores, marceneiros, ferreiros, tecelões, alfaiates, merceeiros...

Só dos misteriosos quadrilheiros não se tem mais notícias.

Reduzida, apenas, a um par deles, julgou a Câmara, com certeza, que era preferível não haver nenhum.

Mandou-os passear e não se falou mais nisso...

O QUE LÊM OS PAULISTAS

OS JESUÍTAS E OS LIVROS — BIBLIÓFILOS DE PIRATININGA — LIVROS SACROS E LIVROS PROFANOS DE FREI HEITOR PINTO A CERVANTES — O SURPREENDENTE INVENTÁRIO DE PERO DE ARAÚJO.

Quando o paulista do seiscentismo regressa de suas correrias pelo sertão e se reintegra na tranquilidade do seu lar modesto, não encontra outras distrações senão aquelas que pode proporcionar-lhe o encanto da família.

São Paulo do Campo de Piratininga é, então, uma vila semimorta que só se anima em dias de festividades religiosas — procissão dos Passos, procissão de Santa Isabel, festa do *domingo de anjo*, e a do Corpo de Deus, e a da Visitação de Nossa Senhora — porque mesmo as festas oficiais não fogem ao caráter religioso.

Quem não é crente ou, se o é, acha poucas as procissões e não se diverte nas romarias, joga. Encontram-se nos inventários curiosos indícios de como o jôgo de azar está arraigado na vila. Tão arraigado que os próprios bandeirantes não se esquecem, quando partem para o sertão, de incluir um baralho entre os papéis de alfinetes e as grosas de pelouros. Quando não o fazem, aparecem, no acampamento já feito arraial, alguns sertanistas «cometas», como é o caso do espanhol Martim Rodriguez, em cujo testamento se encontram estas linhas:

Francisco de Spinoza deu-me quatro maços de contas e seis baralhos de cartas que lhe vendesse em o arraial de Francisco Barreto por sua conta.

Outras vezes são dívidas que ficam: «*...foi de dinheiro que perdi no jogo; ou dinheiro que me deve que lhe ganhei ás*

tabolas» ... «*divida que ficou do defunto de dinheiro que lhe ganhei ás tavolas*»..

Nenhum dêsses papéis se refere à espécie de jôgo. Apenas, no testamento de Antônio Machado do Passo se faz referências a um nome: o *truque*.

Como vens de longe, vício caboclo!

Fora disso, cada qual se distraia como puder. Há quem procure essa distração, trabalhando. Outros, tocando violão. Outros ainda, lendo.

Porque em São Paulo do Campo não são poucos os que sabem ler — a avaliar pelos muitos que sabem escrever, segundo se verifica à simples leitura dos testamentos seiscentistas. Se há carência de cultura, não será pelo excesso de analfabetos mas, apenas, pela escassez de livros.

E, em verdade, na vila não há livrarias. Livros, possuem-nos, naturalmente, os padres da vila, jesuítas, carmelitas e beneditinos. Mas, com exceção dêsses, quem pode dar-se o luxo de ler, senão por empréstimo?

E todavia, não são poucos os que, nessa rude e áspera centúria, se dão o gôzo espiritual da leitura, nem tão poucos, como poderia supor-se, os volumes de vários gêneros.

Nos espólios de muitos paulistas aparecem, às vezes, entre fatos de vestir, objetos de uso doméstico, ferramentas e armas, os nomes de alguns livros. E que livros! Os mais esquisitos, os mais imprevistos...

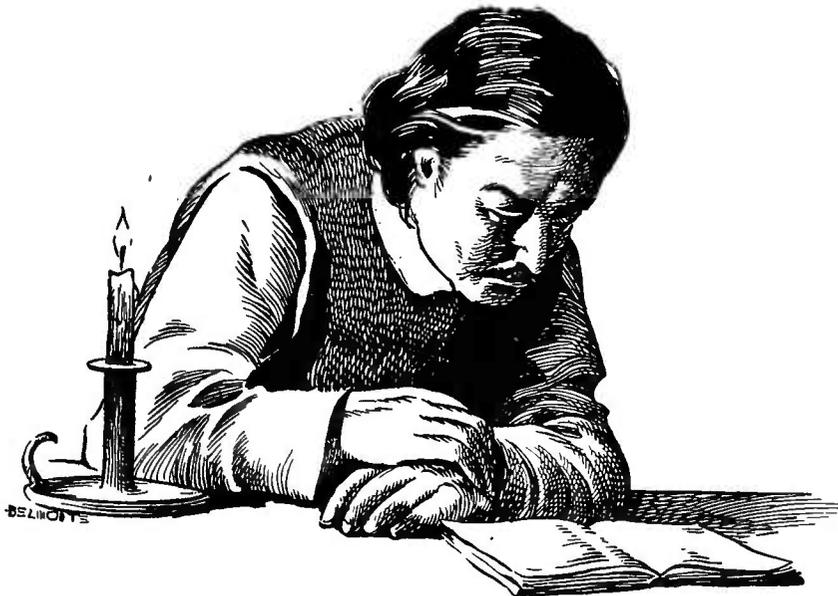
Vejamos, por exemplo, o inventário de Matias Rodrigues da Silva, um dos potentados da terra. Matias é um bibliômano. Possue 18 volumes: 16, são de assuntos religiosos e os 2 restantes são êstes: «*Arte de Inglaterra*» e «*Prosódia*».

Não sabemos que interêsse pode ter Matias Rodrigues em enfronhar-se nessas misteriosas artes britânicas. E' louvável, contudo, vê-lo, nestas terras bárbaras, zeloso do seu belo idioma, procurando preservar a pureza de sua pronúncia com as com-

plicadas regras da ortoepia condensada na sua raríssima «*Prosódia*».

João da Costa, falecido em 1639, já é menos exigente e deixa, apenas, dois volumes pios: «*Livro de São José*» e «*Livro da Vida Christã*». Quer estar bem com o santo e com toda a Côrte Celeste, desejo que é também de Clemente Álvares em cujo espólio se encontram estas duas obras: «*Contentis Mundi*» e «*Confessionario*», além de outros volumes que se não especificam.

Manuel Pinto Suniga, com inventário feito em 1627, também é crente e pio, mas de uma religiosidade mais prática, raiando pelo materialismo. Deixa apenas um livro: «*Applicação da Bulla da Santa Cruzada*».

A Santa Cruzada é um movimento levantado pelo Papa Calixto III, para a defesa dos lugares cristãos ameaçados pelo avanço dos infiéis do Oriente; trata-se, portanto, de uma espécie de imposto sagrado, a aplicação dessa bula. Não sabemos se Manuel Suniga é «tesoureiro das bulas», na renúncia de Aleixo

Jorge ou se é apenas um contribuinte exigente que paga mas quer saber, com todos os detalhes, para que o faz e se, em verdade, os infiéis serão punidos e a sua conciência ficará aliviada. Suniga é crente mas é desconfiado...

Catarina de Siqueira tem uma biblioteca mais vultosa. No seu inventário escrevem os avaliadores: *Foram avaliados oito livros de ler de letra redonda a saber a primeira e segunda parte de Heitor Pinto e um de «Novellas» de Miguel Cervantes e um «Confessionario».*

A obra de frei Heitor Pinto é, sem sombra de dúvida, a «*Imagem da Vida Christã*» que ainda se encontra em outros inventários. Mas, além dos onze diálogos desta obra célebre, Catarina de Siqueira tem a ventura de poder deleitar o espírito com as «*Novellas Exemplares*» de Cervantes, publicadas 25 anos antes de sua morte.

Mas Catarina de Siqueira não se contenta com tão pouco. Além dêsses dois mestres da literatura sacra e da profana, há no seu espólio, ainda, um Fernão Mendes Pinto, possivelmente as suas famosas «*Peregrinações*», pois não é possível que, num meio jesuítico, se encontrassem suas «*Cartas do Japão*», de cunho tão irreverentemente anti-loiolano. E mais, ainda, com o livro do Marco Pólo português, um volume de «Vilhegas» que, pela grafia prosódica, parece tratar-se de Esteban Manuel de Villegas, poeta espanhol falecido em 1669.

O famoso bandeirante Sebastião Pais de Barros que, num de seus grandes «rushs» foi parar às margens do Tocantins, contenta-se apenas com um livro: «*Horas de Rezar*». Êste livro também se encontra no inventário de Antônio de Almeida.

Manuel Vandala, falecido em 1626, deixa um volume cujo título se acha mutilado no papel inventário. Aí se lêm as seguintes palavras: «*um livro de La Divina*»...

De que se tratará? *La Divina Comedia?* Se o for, isso só poderá recomendar o belo espírito dêsse flamengo de nome tão peninsular e tão latino. O grande poema do grande florentino a

semear emoções nas terras bárbaras do Novo Mundo mal desperto — que honra para Vandala! Mas não creio nisso. O livro deve ter outro nome: «*La Divina Pasión*», «*La Divina Cruzada*», «*La Divina... Dama*»...

Martim Rodrigues Tenório, sogro de Cornélio de Arzão, deixa, além de um «*Retábulo da Vida de Christo*» e dos «*Mystérios da Paixão*», um exemplar da «*Chronica do Gran Capitão*», que é, sem dúvida alguma, a biografia do famoso guerrilheiro espanhol do século XVI, Gonçalo Hernandez de Córdova.

Quanto a Mateus Leme, cujo testamento, de 1628, foi feito nas vésperas de sua partida para o sertão, talvez na ciclônica bandeira de Raposo Tavares e Manuel Preto, o seu inventário é dos mais curiosos.

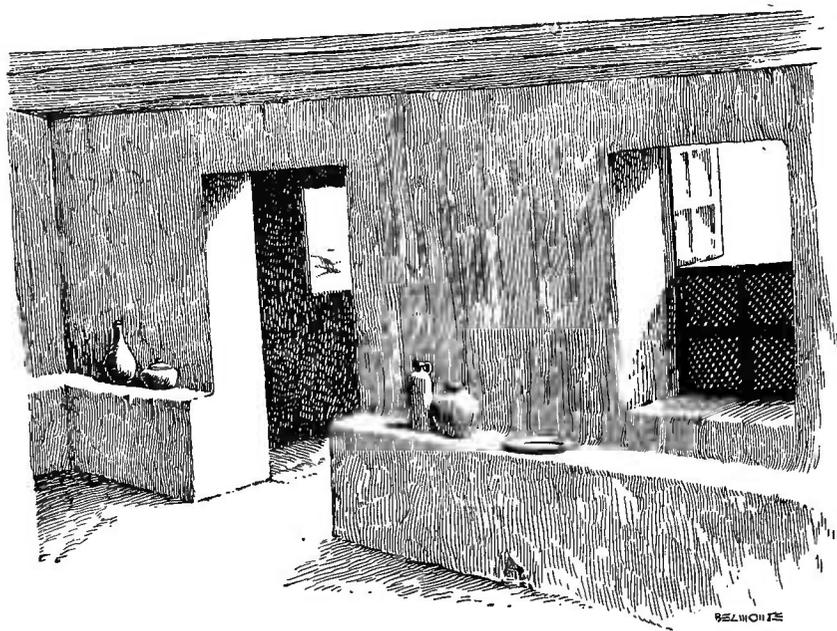
Revela-nos êle, antes de tudo, que Mateus Leme é quem possue a «biblioteca» mais eclética, abrangendo vários ramos do saber humano. Essa «biblioteca» compõe-se, modestamente, de três escassos volumes. E' indiscutível, porém, que a quantidade, aquí, não importa ao caso, pois Mateus Leme se preocupa, acima de tudo, com a qualidade, armazenando obras que satisfaçam o seu espírito curioso e especulativo, ansioso de saber. E assim, enquanto pela vila se multiplicam as «*Horas de Rezar*», os «*Contentis Mundi*» e as vidas de santos, Mateus conserva estas três obras essenciais: «*Segredos da Natureza*», que parece tratar-se dos famosos diálogos de Vanini, filosóficos e heréticos, com tendência para um panteísmo desnorteante; um volume do «*Repertorio*», que tudo nos leva a crer seja o «*Repertorio das Leys e Ordenações do Reyno*», obra de muita importância para um bandeirante em constantes conflitos com as autoridades anti-escravistas; e êste livro simples, prático e indispensável: «*Tratado de arithmetica*». Uma obra filosófica, uma jurídica e uma didática.

Que mais pode desejar um homem?

No dia 29 de Dezembro de 1617, Francisco Rodrigues da Guerra faz, no sertão de Paraupava, o inventário dos bens deixados, em plena selva, pelo bandeirante Pero de Araújo, inte-

grante da grande bandeira de Antônio Pedroso de Alvarenga. Esta bandeira partira de São Paulo em 1615 e, no ano seguinte, encontra-se em território goiano. Aí falece Pero. Por ordem do capitão, faz-se o inventário dos bens que o acompanham — cobertores, anzóis, armas, ferramentas, roupas, munições, enfim, tudo o que constitue a bagagem de um sertanista, inclusive um tinteiro! E, duas coisas curiosas nos revelam o inventário e o testamento de Pero de Araújo: o primeiro, a presença de um menino na bandeira, filho de Sebastião de Freitas. E, segundo, o que se contém no dorso da última página do inventário.

O que aí se contém é apenas isto: uma cópia de quatro estâncias dos «*Lusíadas*», canto V!

Que fazia o grande épico no sertão? Quem o leria? As estrofes simbólicas do poema imortal serviriam de incentivo e encorajamento aos lusíadas das selvas? E' possível. Basta ler-se a estância VII para compreender-se a presença dêsses versos nas mãos rudes dos ciclópicos sertanistas:

Interior de casa com poiais, em Santo Amaro

Os « Lusíadas » no sertão

«Passamos o limite aonde chega
O Sol, que para o Norte os carros guia,
Onde jazem os povos, a quem nega
O filho de Climene a côr do dia.
Aquí gentes estranhas lava, e rega
Do negro Sanagá a corrente fria,
Onde o cabo Arsinário o nome perde
Chamando-os dos nossos Cabo Verde.»

Como o lusíada, êles também *passam o limite aonde chega o Sol e onde jazem povos que não são brancos*. Alí também, onde um deles fecha os olhos para sempre, *a corrente fria do rio Paraupava lava e rega gentes estranhas*. Alí, igualmente, como no cabo Arsinário, o Brasil *perde o nome*. Alí, ainda, como o nauta, êles passam

«*por calmas, por tormentas e opressões*».

Mas, ainda como o penisular heróico, êles, lutando e sofrendo, vão conquistar novos mundos para a Pátria.

Estâncias dos «*Lusíadas*» nas mãos rudes dos bandeirantes! Que simbolismo impressionante...

OS QUE TOCAM VIOLA

«GUARAPEVAS» E «CAXAMBÚS» — «BAILES DE ESCRAVOS, ATENTADOS CONTRA O SERVIÇO DE DEUS» HOMENS AUSTEROS E GENTE TRISTE — VIOLEIROS E CITAREDOS — ONDE SURGE BLUTEAU PARA DESILUDIR-NOS...

A leitura dos «Inventários e Testamentos» revela-nos, entre tanta coisa curiosa, como um descerrar de pesadas cortinas, o amor do paulista pela música, a-pesar-do período tumultuário que atravessa no século XVII.

E' verdade que, dado o quasi isolamento em que vive o bandeirante, numa vila que se ergue longe do litoral, à bôca do sertão, tendo de permeio o tremendo obstáculo que é a Serra do Mar, não lhe é fácil estar em mais íntimo contacto com a Côrte e o Reino. Disso decorre, naturalmente, o fato de não se encontrarem no altiplano certos indícios de progresso já visíveis nas vilas litorâneas.

O paulista do seiscentismo, áspero e rude, de índole acentuadamente ruralista, prezando a roça mais que a cidade — a ponto de a vila viver continuamente deserta — tem, contudo, seus momentos líricos. E é, certamente, nesse instante de sentimentalismo que o bandeirante, fugindo por momentos ao irresistível fascínio das selvas, empunha o violão e canta.

Canta?

Talvez. Cantam seus avós bronzeados, ao som de inúbias e maracás, e cantam seus avós brancos, tangendo guitarras. Canta, também, o rude mameluco no seu vilarejo triste, à hora triste das Avemarias, quando o sino do Colégio enche de sons côncavos o céu violáceo de Piratininga?

Na vila, os índios, se não cantam, ao menos se divertem com seus instrumentos bárbaros, tangendo a *guarapeva,* chocalhando *maracás,* rufando *uaís,* assoprando *torés.* Os poucos tapanhunos marcam seus batuques ao som bambo e rouco de adufos e *caxambús.*

Podem tocar. Dá-se-lhes licença para que o façam.

Mas não podem dansar, desconjuntando-se em batucadas desrespeitadoras. Quando o fazem, lá se ergue um oficial da Câmara para fulminar a *heresia,* com palavras ásperas e penalidades irrecorríveis, como ocorre não poucas vezes.

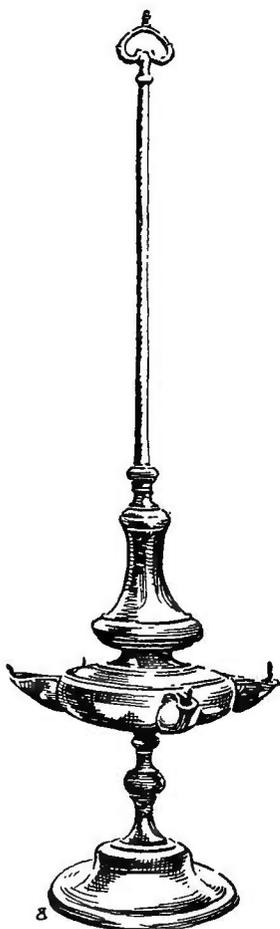
«*... E requereu mais o dito procurador que se fizesse acordo sobre o gentio que nesta vila fazem bailes de noite e de dia,*

porque nos ditos bailes sucediam muitos pecados mortaes e insolencias contra o serviço de Deus e contra o bem commum commettendo fugas e levantes e outras coisas que não declarava por não serem decentes. E visto o dito requerimento accordaram os ditos oficiais da camara que, antes da missa do dia nem da noite não houvessem os ditos bailes sob pena do dono do negro ou da negra que for achado nos taes bailes pagar cem reis por cada negro ou negra que for achado...» (Atas — 21-10-1623).

Candieiro de 4 bicos

A ata não nos esclarece se êsses «negros» são do *gentio da terra* ou do *gentio da Guiné.* E' de crer, contudo, que se tratasse dêstes últimos, pois só o africano, com seus batuques lascivos, poderia escandalizar os austeros senhores do Conselho. O índio, geralmente, não bailava para escandalizar os brancos. Dansava para comê-los...

Há em São Paulo, nessa centúria quasi misteriosa, alguns instrumentos musicais, encontradiços, aquí e alí, nos espólios dos bandeirantes.

Instrumentos de gente pobre, não se nos depara nenhum cravo, nenhuma espinheta, nenhum clavicórdio. Dos instrumentos nobres, só

nos aparece uma harpa. Porque o que se vê mais na vila, no seu mundo musical, são as violas.

Afonso Dias de Macedo, segundo se registra no seu inventário, possue *umas violas de pinho do reino*. Afonso deve ser lojista ou, então, um melômano inveterado, pois não se contenta apenas com um «*pinho*».

Sebastião Pais de Barros também possue sua viola, instrumento que aparece, ainda, nos episódios de Isabel Beldiaga e João do Prado, sendo que a dêste possue *oito tastos de cordas,* como o acentua o meticuloso inventariante.

O sexo frágil também gosta de música e, se não pode dedilhar uma cítara, como Santa Cecília, contenta-se com possuir instrumento mais acessível. E é assim que a senhora Paula Fernandes deixa, ao morrer, uma guitarra — talvez... *soidades* de Portugal.

Falámos em cítara e ocorre-nos a pergunta: existirão citaredos em Piratininga?

Percorrem-se os inventários e, eis que, no desnorteante bricabraque das *fazendas que ficaram dos defuntos,* surgem duas cítaras: uma, pertencente a Francisco Ribeiro e outra a Francisco Leão. Como Apolo na velha Helade, tangendo sua *khitara,* envolto na sua magnífica clâmide purpúrea, surgem nos ásperos campos de Piratininga dois olímpicos citaredos, a dedilhar as cordas do divino instrumento! E' o que acreditamos, é o que desejamos e, todavia, surge nesse caso um «mas», adversativa malevolamente posta no fim das nossas róseas suposições por um lexicógrafo que não conhece o «manto diáfano da fantasia».

O destruidor de ilusões é Bluteau, rigoroso *cicerone* setecentista que, no último volume do seu «Vocabulário», na palavra *viola,* afirma, com a autoridade que ninguém lhe contesta:

VIOLA — «*Instrumento musico de cordas. Tem corpo concavo, costas, tampo, espelho e cavallete para prender as cordas e pastana para os dividir*» *etc. etc... Chamão-lhe comumente Cithara postoque o instrumento que os Latinos chamarão Cithara podia ser muito diverso do que chamamos viola*».

E aí está! *Chamam comumente cítara à viola!*

Seja tudo pelo amor de Santa Cecília...

Mas — dir-se-á, a guisa de consolação: se não há cítaras, há uma harpa, o instrumento dos anjos, a inspiradora suprema de Daví, a enamorada de Éolo nos seus sussurros apaixonados...

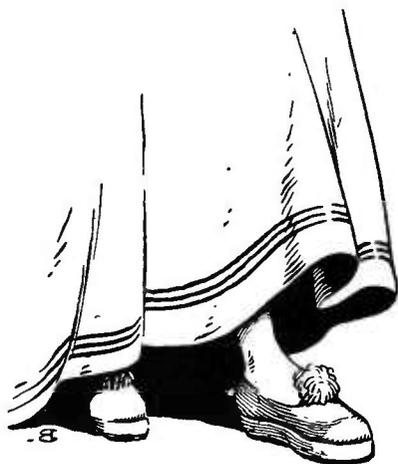
O Daví de Piratininga, dono da melodiosa preciosidade, é Sebastião Pais de Barros. A harpa de Sebastião, contudo, deve ser apenas a sombra de uma harpa, pelo muito que a tocaram e a maltrataram. Tanto que, ao ser feito o inventário do rude capitão, é ela avaliada em 160 réis, o que, positivamente, é uma humilhação sem nome para tão nobre instrumento!

Será mesmo uma harpa?

Não pode ser outra coisa: *uma harpa com sua chave que se avaliou em 160 réis.*

Cento e sessenta réis por uma harpa enquanto, do mesmo Sebastião Pais de Barros, se avalia uma viola em 2$000.

Não falemos mais nela que, com tão pífia avaliação, é como se não existisse. O que existe, o que aparece, o que domina, é a viola. Todos a sequestram, todos a estimam...

Todos, não. Há na vila um homem original: é o soldado Manuel Chaves que possue uma raridade — o único pandeiro que aparece nos inventários. E, a-pesar-da harpa de Sebastião ter chaves, Chaves não quer saber de harpa. Após a faxina dura, êle, sôbre o seu catre solitário, espanta as mágoas tocando pandeiro...

Chapins de Valença, com dupla sola de cortiça

OS SOLDADOS DE VILA RICA

O COMÉRCIO PAULISTA — A POVOAÇÃO HISPÂNICA DE VILA RICA E AS TENTATIVAS PARA UM INTERCÂMBIO COMERCIAL — EMISSÁRIOS ESPANHÓIS QUE CHEGAM A SÃO PAULO — ESPERANÇA E DESILUSÃO.

comércio, na vila, existe sob duas formas tradicionais: fixo e ambulante, exercido pelos lojistas ou pelos forasteiros, sendo que, quasi ao findar o século, se instituem as feiras, no terreiro da Misericórdia, com isenção de impostos aos negociantes.

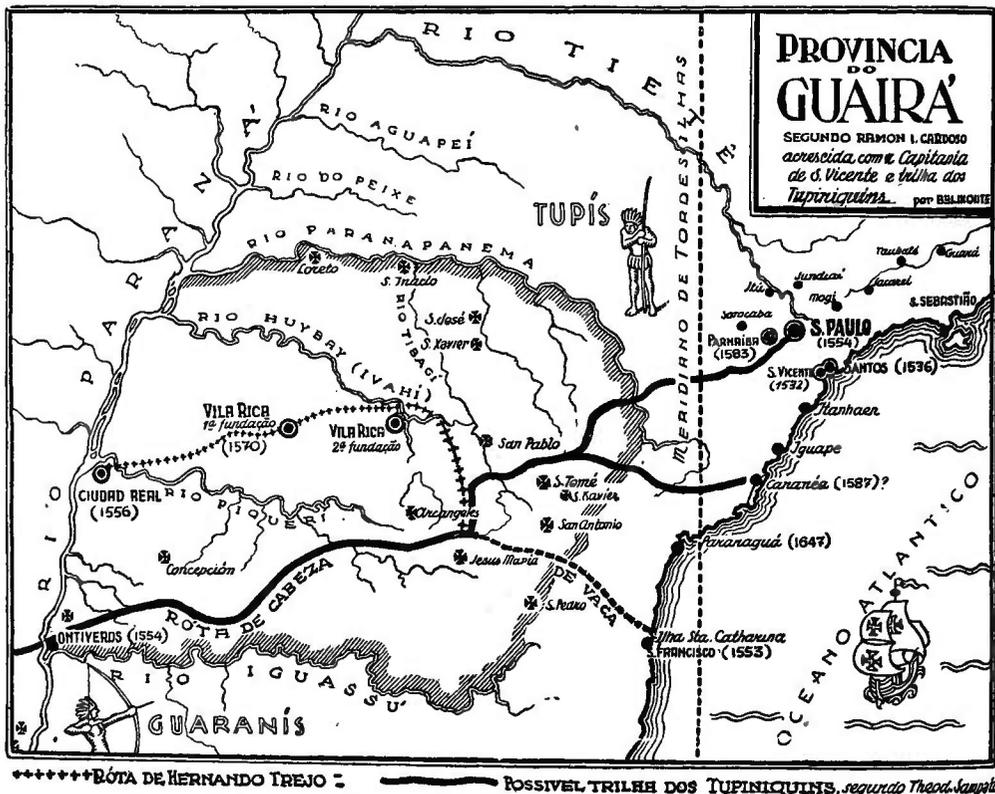
Os ambulantes, geralmente, vêm do litoral, vencendo os penosos obstáculos da Serra do Mar, pela trilha aberta pelos índios e que os senhores oficiais da Câmara procuram, a todo transe, senão melhorar, pelo menos conservar. Para conseguí-lo, não se perdem em projetos ou devaneios: intimam os moradores da vila «*a que vão com seus negros consertar a estrada do mar*», sob penalidades que vão de cem a quinhentos réis.

Êsses obstáculos, porém, se são constantes, parece que não intimidam ninguém, pois é intenso o trânsito pela estrada e inúmeros os forasteiros que vêm comerciar na vila do planalto, trazendo *drogas* da metrópole e levando — não o dinheiro dos paulistas, que é escasso e está proibido de sair — mas mercadorias da terra, principalmente trigo. E' o comércio exercido na sua acepção legítima; a permuta e a circulação de mercadorias, livres do simbolismo da moeda e dos descalabros do fiado.

Vivendo longe do litoral, longe, portanto, das naus que transportam artigos manufaturados, panos de Castela, chapins de Valença, fitas de Lamego, chapéus de Bardá, é com verda-

deira ansiedade que se aguardam os mercadores forasteiros — homens providenciais que fornecem o necessário àqueles que não podem, como muitos outros, importar diretamente artigos inexistentes na vila. Ouve-se falar que as naus singram os mares transportando mercadorias da Flandres, de Nápoles e Sicília, da Inglaterra... quando não vão acabar nas garras dos corsários que, então, assolam os mares do Novo Mundo, assaltando caravelas ou saqueando as vilas do litoral. Ao planalto, contudo, é pouco o que vem. Nem porisso, entretanto, a vila de São Paulo se conserva estacionária. O seu progresso se processa, com inevitável lentidão mas com absoluta firmeza.

Do lado ocidental do meridiano de Tordesilhas, funda-se, nos fins do século XVI, em data até há pouco citada errônea-

mente, mas, em verdade, em 1570 (1) a povoação espanhola de Vila Rica, a leste de Ciudad Real. Situa-se a nova povoação nos campos de *Guaraciberá*, em lugar aprazível, em pleno coração da província do Guairá e com uma população indígena calculada em trezentas mil almas.

Situada, mais que São Paulo, longe da orla litorânea, aonde só se poderá ir, após uma travessia aspérrima, pela rota palmilhada por Hernando de Trejo, tem a agravar-lhe a situação, ainda, a distância de sessenta léguas em que se encontra de Ciudad Real. E, quanto à aproximação de seus habitantes com os moradores de São Paulo, é coisa que, em qualquer caso, só pode ser levada à conta de façanha, por mais imperativa que seja a necessidade de se estabelecer, entre ambas as vilas, um intercâmbio comercial.

Acontece, porém que, posteriormente, o capitão Rui Dias transfere a vila do lugar da sua primeira fundação para a desembocadura do *Curimbataí*, no *Huibaí* (Ivaí), vinte léguas além do primitivo lugar, o que dá motivo a protestos desesperados dos vilarriquenhos que ficam, assim, a uma distância de 180 léguas de Assunção, dificultando, ainda mais, o seu já precário comércio. E mais: tendo, em 1603, a municipalidade da capital paraguaia pôsto em hasta pública o arrendamento dos ervais da zona de Jejuí, o que leva ao cúmulo do desespêro os moradores de Vila Rica que vêem o seu miserável comércio sofrer golpes, desencadeia-se a luta econômica entre as cidades da mesma província.

Em tão dramática situação, volta-se a pensar na possibilidade de um intercâmbio comercial com São Paulo, o que só poderá ser feito pelos rios Paraná e Tietê — trajeto extremamente longo e difícil — ou pela *trilha dos tupiniquins*, caminho mais curto mas perigosíssimo.

A situação, contudo, não admite hesitações.

Cabe ao grande «criollo» Hernando Arias de Savedra, ou

---

(1) Segundo um documento da Biblioteca de Buenos Aires consultado pelo historiador paraguaio Ramon I. Cardoso, em 1575 Vila Rica já estava fundada» «Ruy Diaz de Melgarejo no hizo otra cosa que legalizar la fundación ya echa...» (*El Guairá*, pág. 55).

simplesmente Hernandarias, a tentativa desesperada para a realização do grande sonho. Das providências que tomou, para conseguir êsse objetivo, dí-lo êle próprio em carta que, a 5 de Abril de 1604 endereçou ao rei de Espanha e na qual se encontra êste trecho:

«*En este proprio tiempo gozando de esta paz se despacharam de la Provinçia de guaira que es la última de este gobierno por el rio Grande de la Plata arriba, cuatro soldados a descobrir Tierra y al cabo de algunos meses de navegación fueron a dar en la ciudad de San Pablo que es en la costa del Brasil la tierra adentro de donde en los navios que este presente año han venido de la dicha costa tuve cartas de los dichos soldados y relación de su viaje y de como se podria tratar aquella provincia del Guairá con el Brasil, pero considerando que los portugueses es gente prohibida no consentiré se ande aquel camino hasta ver lo que Vuestra Magestad es servido se haga no emergente que los de Guairá lo desean mucho, porque como están tan a transmano de esto puerto y ellos tienen tan gran pobreza no alcanzan con que vestir-se y apenas se halla un sacerdote que quiera estar entre ellos para administrales los santos sacramentos de que estan aquellos pueblos muy necesitados y de todo esto cuando Vuestra Magestad se serviere permitirles podrían tener remedio del Brasil*» etc. (2).

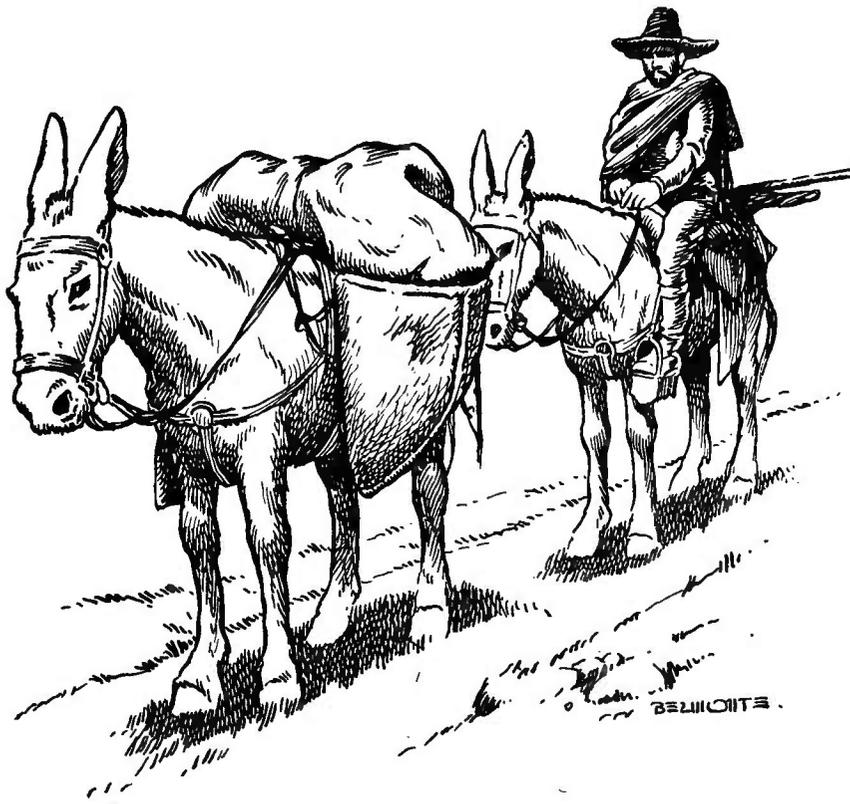
Terão aqueles soldados, realmente, chegado a São Paulo?

Vejamos o que reza a ata da sessão da Câmara de Piratininga, do dia 22 de Novembro de 1603:

«*Acordarão os ditos ofisiais cõ o sõr capitão p.º vas de baros em prezença dos soldados espanhoes q. vieram da villa rica do espirito santo provincia do paraguai a saber joão benitez de la cruz, procurador, e p.º minho / p.º glz. / sebastião de peralta os coais na dita camara diserão q. forão despachados pr. seu major dom ãt.º de andrasque a tratar q. sendolhes nesesario socoro como cristãos e vasalos de sua magestade lho desen desta cpta* (3) *e q. eles farião o mesmo sendo nesesario e acor-*

(2) Ramon I. Cardozo, «*El Guairá*», pág. 100.
(3) Capitania.

douse q. a todos paresia bem e q. disso se fizese este assento pr todos asinados e o asinarão ãt.º roïz escrivão o escrevi e declarou o dito capitão q. lhe daria socoro sendo-lhe nesesario mas q. se não meterião fazendas de hũa parte para outra até sua magestade ser avisado.»

E' evidente aí, na parte final da ata, o propósito em que vêm os paraguaios de estabelecer relações comerciais com os paulistas, como são evidentes os escrúpulos do capitão Pedro Vaz de Barros em não realizar nenhuma transação nesse sentido sem a aprovação de Sua Majestade. Vindos de Vila Rica, segundo confessam, por ordem «*de seu major dom ant.º de andrasque*» (trata-se do capitão-general don Antonio de Añasco, sobrinho e sucessor de don Ruy Diaz de Melgarejo) é em vão

Mercador forasteiro

que tentam estabelecer comércio com São Paulo, pois Sua Majestade insiste em que o caminho de São Paulo é caminho proibido.

Os espanhóis conservam-se na vila de Piratininga vários dias, temerosos de um regresso que lhes pode ser fatal, principalmente porque, tendo trazido vários índios como guarda-costas, muitos deles se embrenharam no mato e desapareceram. A Câmara, contudo, estuda ainda a possibilidade de um intercâmbio comercial com Vila Rica, «*pelo proveito que se esperava deste caminho e termos comercio e amizade por sermos todos cristãos e de hũ rei comũ*»... Concorda-se, portanto, em que se avisem as demais Câmaras da Capitania para que cada uma apresente um grupo de homens dispostos a acompanhar os quatro espanhóis na sua viagem de regresso. E Dom Luiz d'Almada Montarroios, provedor da Fazenda real, vai além, prometendo até auxiliar os castelhanos com o rico dinheirinho de Sua Majestade, «*pelo proveito que se esperava de se abrir este caminho e comercio*».

O entusiasmo, como se vê, empolga todas as almas e a vaga perspectiva de um comércio com uma vila situada a cento e cincoenta léguas de distância vai assumindo, cada vez mais, aspecto de estupenda realidade.

Assunção, contudo, fiel às ordens de Madrid, continua a confiar no meridiano de Tordesilhas e obstina-se em não manter relações com o Brasil. O seu intento é claro e a penetração que se processa à ilharga da demarcação de Castela não deixa a menor dúvida sôbre o delineamento geográfico de um império híspano-guaraní nas terras do Novo Mundo. Quando, sob a direção de Hernando de Trejo se funda, no litoral de Santa Catarina, o povoado de São Francisco, essa fundação merece aprovação geral por ser considerada «*una escala muy conveniente para la conquista de aquella tierra, para la comunicación con el Paraguay y reino del Perú, y para embarazar que los portugueses no se introdujeren en los limites de la demarcación de Castilha, a que siempre, desde aquelos principios, se*

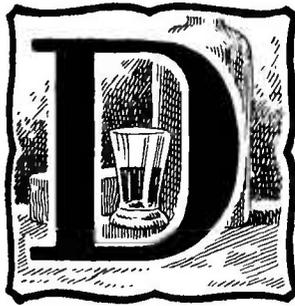
les conoció propención [4]. *La ocupación de la costa del Brasil dentro de los derechos españoles fue una preocupación persistente de las autoridades de Asunción*»...

Por essas e outras razões, partem de São Paulo os soldados espanhóis sem que se consiga realizar qualquer acôrdo, nem se delinear qualquer coisa que se pareça ao menos com uma esperança. Continua proibido o caminho de São Paulo, de onde, aliás, como afirma Hernandarias, *vienen y van gentes*. E, a-pesar-de, ainda em 1607, o grande «criollo» continuar pedindo ao rei *la autorización del comercio con el Brasil*, a idéia fracassa e era uma vez um lindo sonho embalado por duas populações, durante anos, lindo sonho que irá acabar mais tarde como um pesadelo, com as ousadas incursões dos «encommenderos» até ao planalto de Piratininga e o tremendo furacão desencadeado pelos mamelucos sôbre o Guairá.

---

(4) «Historia del Paraguay» pelo P. P. Lozano, tomo II, pág. 380 e «Argentina», p. Ruy Diaz de Guzmán, L. II, cap. XV, cit. p. Roman I. Cardozo.

O VINHO E AS DOENÇAS

VINHO BOM E VINHO RUIM — OS MERCADORES E OS OFICIAIS DA CÂMARA — DOENÇAS, MÉDICOS E REMÉDIOS — AS PEROLEIRAS DE AFONSO GOMES A GRANDE PANACÉIA DO TEMPO.

escendentes de lusitanos cujo amor ao bom vinho não é lícito pôr em dúvida, entregam-se os paulistas ao cultivo da vinha que, aquí e alí, reponta nos inventários e aparece nas atas. E dessa cultura surge, naturalmente, uma pequena indústria: o fabrico do vinho.

Consome-se vinho larga e abundantemente em São Paulo do Campo. E êsse consumo contribue para que o comércio da vila tome uns aspectos importantes, não só devido ao produto da terra, em geral azêdo, mas também ao vinho do Reino, muito apreciado por todos e, principalmente, pelos negociantes que realizam o inverso do milagre bíblico, transformando-o em água.

Nas lojas e nas tendas vende-se vinho em pipas, barrís, peroleiras e botijas. E' costume, também, vendê-lo a retalho, às *medidas* e às *canadas*, embora a Câmara tenha que intervir, às vezes, para que os comerciantes não se furtem à regra, com prejuízo do povo.

Mas não é apenas dessa forma que os lojistas lesam a população. A esperteza sempre foi onímoda e, assim, furta-se na medida, furta-se no preço e furta-se na resistência ao fisco.

Antes de ser pôsto à venda, o vinho tem o seu preço regulamentado por um almotacel que o avalia, as medidas são examinadas e marcadas pela Câmara, e o imposto de consumo,

em taxas que vão de cem a duzentos réis, religiosamente pago aos senhores oficiais, sob garantia de um fiador.

Tudo isso é minuciosamente regulamentado pela Câmara, mas tudo isso é minuciosamente fraudado pelo comércio. Daí, naturalmente as contínuas providências da Câmara contra vendeiros, taverneiros e mercadores mais espertos, para que «*ninguem venda vinho sen for visto pellos ofisiais da dita camara e que ninguem venda vinho sen llisensa pera lhe por preço ao bom como bom e ao ruim como ruim*». Essa história de bom como bom e ruim como ruim tem toda a razão de ser e o meu provável leitor a compreenderá de pronto, sabendo, pelo depoimento dos senhores conselheiros, que *nesta vila havia muitas tavernas em as quais se vendia vinho muito ruim e muito caro por medidas muito ruins e pequenas...*

Homem de roupeta com bandas de passamanes, calções e botas

Contudo, a-pesar-de venderem caro o seu vinho detestável, há vendeiros que, visando maiores lucros, preferem vendê-lo em pipas ou peroleiras, negando-se a cedê-lo a retalho, às patacas, mesmo quando êsse vinho já está a caminho de ser vinagre.

O povo, logicamente, queixa-se, pois essa é a sua função principal neste vale de lágrimas. Felizmente, porém, há quem lhe ouça os queixumes e, mais do que isso, quem tome resolutamente o seu partido: a Câmara.

Reunem-se, em tais circunstâncias, os senhores oficiais e, «*sabendo-se que este povo se queixava em como algumas pessôas nesta villa tinham vinho do reino e o vendiam as peroleiras por quan-*

tia de quatro mil réis cada uma, com que os pobres que os não podiam comprar pereciam por se não vender miúdo ao povo em que todos tivessem seu quinhão», resolvem os «homens bons da governança», sem a menor hesitação, que aqueles cavalheiros cumpram suas ordens, isto é: vendam a retalho, *pelo miúdo,* caso não queiram incidir na multa de seis mil réis.

Não cause espanto a declaração do senhor procurador do Conselho afirmando que o povo *perecia por não poder comprar vinho pelo miúdo.* Isso, que poderá parecer exagêro de funcionário em função da defesa pública, é apenas uma verdade que, mais adiante, se explicará. Mas o exagêro funcional existe. Os senhores oficiais da Câmara não querem saber de outra coisa senão da defesa intransigente do «bem comum», o que os leva, não poucas vezes, a determinar o preço de certos artigos, avaliando-os muito por baixo para, depois, fazerem nova avaliação, de acôrdo com a realidade das coisas.

Sendo inúmeros os vinhedos nos sítios da vila, sendo relativamente grande o fabrico local de vinho e não sendo pequena a importação do artigo português, a primeira impressão que se tem de tudo isso é esta: os paulistas do seiscentismo são bebedores inveterados.

A verdade, contudo, não é exatamente assim.

E não é assim porque o vinho, exercendo funções terapêuticas, como cauterizante ou como veículo de qualquer droga ou planta medicinal, é empregado largamente na ciência de curar. Esta é, ao tempo, das mais rudimentares e, exercida a princípio pelos religiosos da Companhia de Jesús, vai acabar depois nas mãos inhábeis dos Fígaros ou dos cidadãos que estejam na posse de aparelhos de pequena cirurgia.

E' possível que nem todos depositem excessiva confiança nesses Curvos Semedos improvisados, eméritos aplicadores de termocautérios e grandes autoridades em purgas e sangrias: Mateus Leme, com sua *caixa de boticas;* Manuel Fernandes Sardinha, com seu *estôjo de lancetas;* João da Costa com suas *seis*

lancetas, pinça e um cautério, além de *um boticão e seis escarnadores.* As intervenções cirúrgicas praticadas por êsses *dilettanti* devem andar muito próximas dos suplícios chineses, a-pesar-do bandeirante não ser muito sensível ao sofrimento físico.

Isso, contudo, não é razão para que os leigos deixem de intervir nos males alheios, pois é da sabedoria popular que, «de médico e de louco todos nós temos um pouco».

A Câmara, porém, não admite.

E, ainda antes de iniciar-se o seiscentismo, precisamente a 16 de Agôsto de 1579, trata de cortar as raízes do exercício ilegal da medicina, com providências que lhe parecem definitivas e categóricas:

«*E logo assentaram entre todos que, porquanto nesta vila havia muitas pessôas que de fóra vinham e outros que não eram examinados curavam feridas e faziam sangrias por toda a terra e que pois havia na vila Antonio Rodrigues barbeiro e homem experimentado e examinado, que era bem faze-lo Juiz do oficio e que sem sua ordem e sem ser visto todo o que assim curar não possa fazer nem usar da dita cura e sangrias sem sua licença e carta de examinação, salvo que em suas casas o faz e mostrem o fazer por necessidade ou em negocio e caso fortuitos não sendo achado o dito Antonio Rodrigues farão as ditas curas e sangrias pessoas que o souberem fazer; e para este efeito apareceu logo o dito Antonio Rodrigues e recebeu o juramento dos Santos Evangelhos sobre um livro deles da mão do vereador Antonio Proença e prometeu de usar e fazer o dito seu oficio bem e fielmente...*»

Êsse prestimoso barbeiro, que se investe, assim, de tão altas funções, parece ser o primeiro cirurgião da vila a exercer seu mister com tão honrosas credenciais. O mesmo, porém, já se não pode dizer de Custódio de Sousa Tavares, *que curava na vila sem licença nem carta de examinação sendo que meteu petição para curar e se lhe não deu licença,* pelo que é intimado, sob as penas da lei, a suspender suas atividades clínicas e cirúrgicas. Em verdade, parece não ser necessário o acúmulo

de grandes conhecimentos científicos para pôr em prática a trilogia terapêutica de então: purga, sangria e clister, tão pitorescamente registrada por Molière:

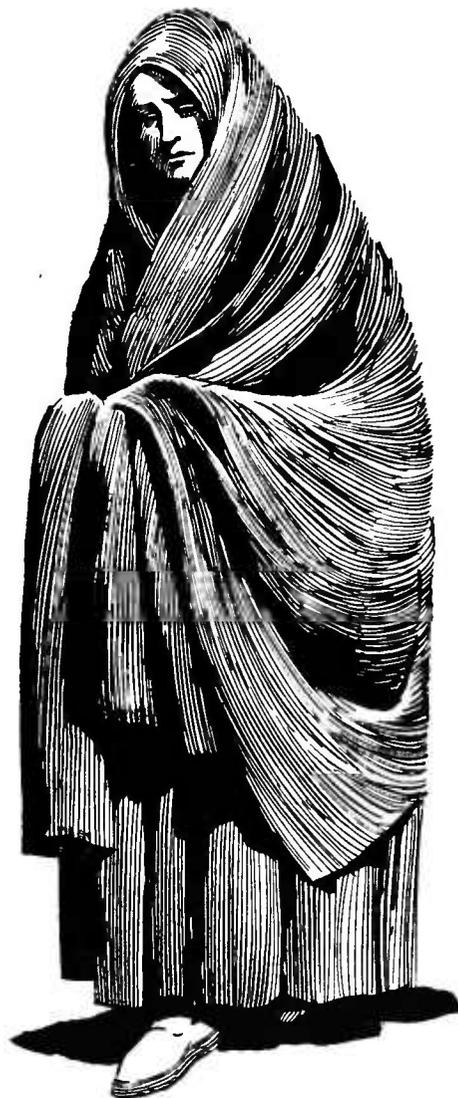
Clysterium donare
Postea saignare
Ensuita purgare.

E' o que deve ter feito, sem dúvida alguma, aquele minucioso Paulo Rodrigues Brandão que, em 1633, cura as feridas da perna de um dos filhos menores da *dona viúva* Maria de Barros e não se esquece de, segundo confessa, *dar-lhe o azougue* — talvez alguma pomada mercurial, porque o cirurgião, aí é *doublé* de farmacêutico.

Outro que, ao tempo, acumula funções é João da Costa — físico e dentista. Casado com uma filha de Domingos Luiz, o Carvoeiro, fundador da igreja de N. S. da Luz, João da Costa, certo dia, abandona as «profissões» e, levado por um desgôsto de família, vai acabar como ermitão da igreja de Santo Antônio...

Mas, nós vínhamos conversando sôbre o vinho e, insensivelmente, tomámos rumo diferente.

Diferente mas paralelo, pois, como dissemos, o vinho é usado como remédio, servindo de veículo a drogas ou plantas medicinais ou então, em fricções e cauterizações na sua fermentação acética, como vinagre.

Daí, encontrar-se tanto vinho em São Paulo, salvo nos momentos em

Mulher de baeta

que negociantes espertos procuram açambarcar o produto, sonegando-o aos almotacéis, escondendo-o dos próprios amigos, mas acabando descobertos como aquele espertíssimo Afonso Gomes, do qual se fala na ata de 31 de Julho de 1649:

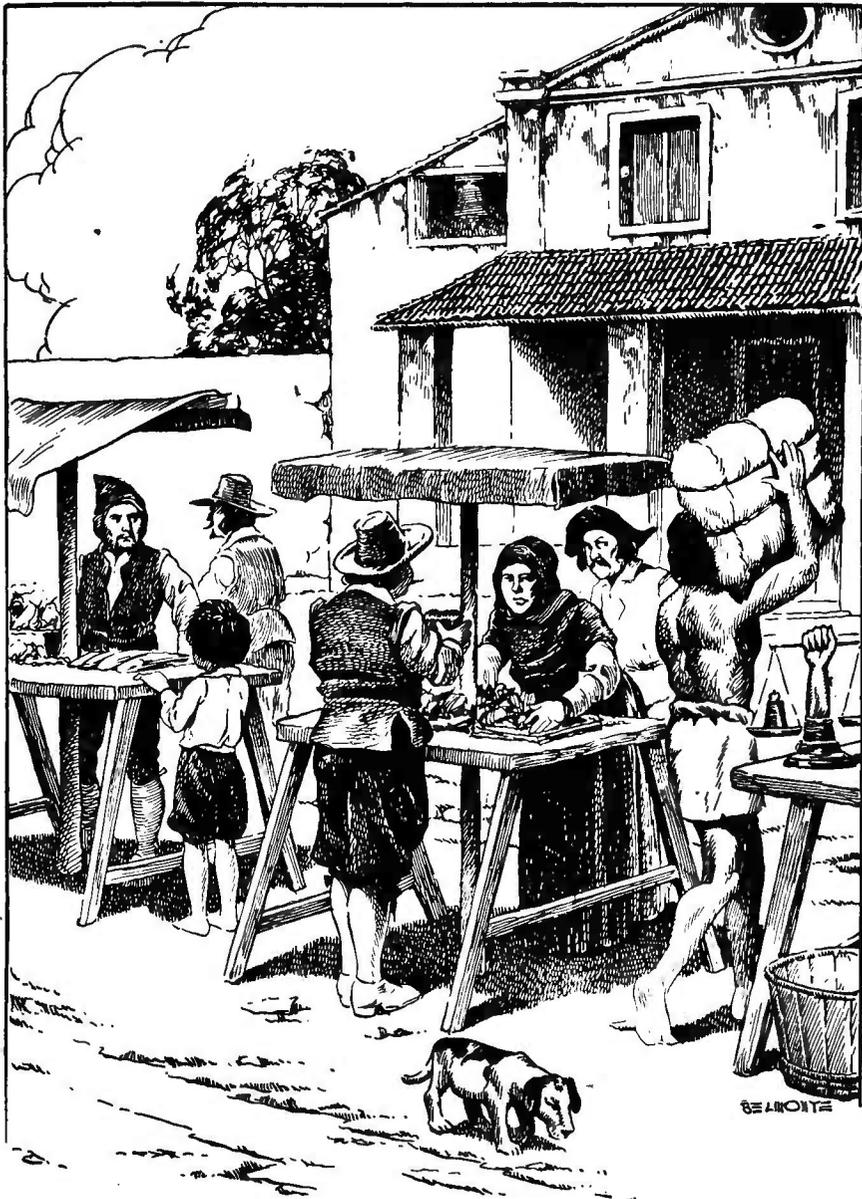
«... *pelo procurador foi requerido que estava esta vila muito falta de vinho para as necessidades das doenças e males que nesta dita vila haviam e que em casa de Afonso Gomes estavam algumas peroleiras de vinho do Reino e que os ditos oficiais o mandasse vir a esta Câmara para que declarasse a quantidade que tinha e o vendesse almotaçado para que todos o alcançassem, assim ricos como pobres...*»

Vê-se por aí, claramente, que o vinho é o grande remédio para as *necessidades das doenças e males que nesta vila haviam.* E' evidente, também, que se trata de males físicos e não morais, e é bom deixarmos claro êsse ponto, já que é hábito dos beberrões inveterados alegarem, compungidamente, que bebem para curar os *males* da alma ou as *doenças* da ingratidão...

Não. Tanto não é assim que, entre os papéis do inventário de Martim Rodrigues, se encontra um *conhecimento*, no qual se declara que o recém-falecido deve «*meia pataca de vinho para lhe curarem as feridas*».

Se é verdade que meia pataca de vinho não dá para embebedar ninguém, não é crível que o velho espanhol de Piratininga bebesse para curar... as *feridas do coração.* O vinho pode curar as *feridas da alma.* Mas, indiscutivelmente, cura também os males do corpo.

Contudo, a-pesar-de tantos *cirurgiões e físicos com cartas de examinação*, de tantas purgas, sangrias, clisteres e cautérios, o bandeirante resiste aos «tratamentos» e atinge idades avançadas, não sendo poucos os casos de longevidade no planalto. E, tanto não é muita a confiança que se deposita nos pernósticos esculápios, que acontecem coisas como as contidas neste início de testamento:

«Saibam quantos esta cédula de testamento virem, em como eu Belchior Martins estando enfêrmo de uma mordedura de uma cobra, e pôsto nas mãos do Senhor...»

FEIRA LIVRE

... « Proveu que nesta villa se venda os generos da terra e hortaliça e peixe na praça e terreiro da Misericordia livremente, sem almotaçaria sendo na praça, e sendo na vendagem se almotaçará; e é em augmento e grandeza da terra haver praça e Ribeira. »

(ATAS, VII, 605).

Realmente, é preciso muito pessimismo e uma grande descrença nos conhecimentos científicos dos *físicos e cirurgiões* para, à simples mordedura de uma cobra, colocar-se nas mãos do Senhor, num «consumatum est» doloroso, triste, irremediável...

OS CARGOS PÚBLICOS

EXIGÊNCIAS DA ORDENAÇÃO — ACUMULAÇÕES REMUNERADAS E REGRAS COM EXCEÇÕES — DE ORTIZ DE CAMARGO A BENTO ANTUNES — OS PARENTES ATÉ QUARTO GRAU — O CASO DE AMADOR BUENO. MOUROS E JUDEUS.

exercício de funções públicas, numa vila onde não são muitos os «homens bons», devia ser facilitado com um mínimo possível de exigências. Mas, ao contrário, investir-se de um cargo público é façanha que não está ao alcance de qualquer um, por várias razões consideráveis, das quais é forçoso citar em primeiro lugar as «Ordenações» do Reino.

Os severos códigos das velhas leis portuguesas, das *Afonsinas* às *Filipinas*, são rigorosamente executado nas colônias e, em São Paulo do Campo, são constantes as exigências e ameaças que se fazem aos governados, *na forma da Ordenação*. Os ouvidores e corregedores que por aquí aparecem de tempos a tempos, não se esquecem nunca, nas suas provisões e correções, de insistir com os senhores oficiais da Câmara para a exata e intransigente aplicação das leis do Reino na vila do planalto.

Ora, sendo assim, nada mais natural do que, ainda de acôrdo com a Ordenação de Sua Majestade, não sejam permitidas, no exercício dos cargos públicos, as acumulações remuneradas, nem tolerada a constituição de oligarquias.

O combate a êsses vícios administrativos, desencadeado no reino desde o tempo das *Afonsinas* (1) não cessa em toda a

(1) Ainda hoje é comum, em certas antigas regiões do Estado dizer-se que uma coisa qualquer é muito velha porque vem «do tempo dos Afonsinhos», evidente corrutela das *Ordenações Afonsinas*, publicadas por D. João I no início do século XV.

centúria do seiscentos e não poucos «*homẽs hõrados da Republica*» se vêem muitas vezes, em sérios embaraços para dar cumprimento à lei, espontâneamente uns e, sob a pressão dos magistrados, outros.

Há, contudo, certos casos que se consideram excepcionais e que podem ser resolvidos, em última estância, pelo ouvidor ou pelo corregedor em função local, a pleno critério dêstes, sem apêlo nem agravo para quem quer que seja.

É, por exemplo, o que acontece em 1624 com o capitão Fernão Dias — um homônimo do «Caçador de Esmeraldas» pois êste, então, conta apenas 16 anos de idade. Nesse ano, o velho Fernão Dias, por uma provisão do Governador Geral Diogo de Mendonça Furtado, é reconduzido ao seu cargo de *capitão dos índios*. A Câmara reunida em sessão é, todavia, de opinião que é contra o *bem comum dêste povo uma pessoa servir os ditos dois cargos juntamente* (porque Fernão Dias também é procurador dos índios). Exige-se, então, que o recém-nomeado opte por um dos cargos.

O homem, contudo, é intransigente. Chamado para explicações, comparece. E, interpelado, declara que *havia anos estava de posse de servir os dois cargos*, mas que faria o que determinasse o ouvidor Lázaro Fernandes. A Câmara concorda. Mas, fechada no cumprimento do dever, intima Fernão a que exerça apenas um dos cargos *até se avisar ao dito senhor governador geral*.

Enfim, uma semana depois resolve-se tudo. A Câmara reune-se e manda lançar pregão para que os «*homens bons da terra se ajuntassem e saber se era bem que fernan dias service os cargos de capitão e juntamente de procurador dos índios*»... Reunidos todos e pôsto «sur le tapís» o enervante caso, «*foram de mais vozes* (isto é, venceu por maioria) *que o dito fernan dias service os ditos cargos assim e da manera q o sõr gdor. manda*».

Êsse respeito pela opinião pública, respeito que leva os senhores oficiais a realizar um verdadeiro plebiscito para a solução de um caso administrativo, demonstra que os negócios pú-

blicos da Capitania estão entregues a homens de irrepreensível linha moral. E tanto assim é que, volta e meia, estão Suas Mercês, a exigir o severo cumprimento das provisões, para que, como ocorre em 1638, «*uma só pessôa não sirva os cargos de capitão e ouvidor mas que só hum oficio*».

E' êste, sem dúvida alguma, um caso singular. Reunida a Câmara de 1638, o procurador procede à leitura de dois documentos da Câmara do ano anterior, documentos que vêm colocar os senhores oficiais diante da mais indisfarçável estupefação. E' o caso que Antônio de Aguiar Barriga conseguira, habilmente, duas nomeações: capitão-mór e ouvidor. E, enquanto o senhor procurador da passada legislatura pede aos novos vereadores que reconheçam Barriga apenas como capitão-mór, os antigos oficiais o indicam, apenas, como ouvidor.

O caso, como se vê, está meio atrapalhado e os senhores oficiais não sabem se, em tão dramática conjuntura, atenderão à Ordenação, ao procurador, aos vereadores da passada Câmara ou à opinião pública já enervada. O certo é que, tal como está, não é possível deixar — e a Câmara, com a sagacidade que lhe é habitual, trata de lavar as mãos, escrevendo uma carta ao governador geral afirmando-lhe acatar a provisão que manda investir Aguiar Barriga nos dois cargos mas lembrando-lhe a obrigação em que se acha de atender ao protesto dos moradores que acham ser *muito detrimento estarem dois cargos em uma só pessoa*. E, colocada nessa pouco invejável situação, conclue resolutamente a sua carta pedindo a S. Mercê que «*se dividão os dous cargos pera q. os moradores tenhão a quē se socorrer dos agravos q. de qualquer dos dous julgadores receberem... pois em esta capitanía tem VSas homēns q podem mui bem servir qualquer dos cargos*».

Não sabemos como termina a curiosa contenda, pois as atas, daí por diante, se calam. O mesmo, contudo, não acontece com o famoso José Ortiz de Camargo, um dos cabeças da guerra civil desencadeada na vila entre as fações dos Pires e dos Camargos. Eleito para o cargo de juiz, em 1651, não vai tomar posse, alegando que é provedor da Misericórdia e deseja,

porisso, *gozar dos privilégios que sua majestade em seu alvará concede,* pedindo à Câmara que eleja outro em seu lugar.

A Câmara, ciente dos respeitáveis desejos de Ortiz, trata de levar a efeito novas eleições, sendo eleito, por nove votos, Francisco Cubas.

Até aí vai tudo muito bem, e a satisfação seria unânime e definitiva se, de repente, qualquer estalo suspeito não tivesse rebentado na cabeça do velho Ortiz. E' que, uma semana depois, o extraordinário homem comparece à Câmara e declara, placidamente, que vai tomar posse do cargo para o qual fôra eleito, apresentando ao mesmo tempo uma provisão do ouvidor da Capitania, na qual se pede aos vereadores que o reconheçam e o empossem.

Diante do mandato, não há discussões: o provedor da Santa Casa empunha a vara de juiz.

Ortiz de Camargo, vaidoso e cheio de ambições, refletindo talvez sôbre as vantagens de toda ordem que podia tirar no seu vistoso cargo de juiz, prefere deixar a Misericórdia. Mas, em São Paulo, nem todos têm vaidades, e a prova mais decisiva a êsse respeito no-la fornece Bento Antunes que, eleito para exercer o cargo de procurador do Conselho, comparece à Câmara e pede, humildemente, que o dispensem da honraria, pois é um homem trabalhador, tem família para sustentar e prefere continuar sendo o que sempre foi — marceneiro.

Onde, porém, parece não haver exceção, é na luta dos poderes públicos contra a predominância doméstica nas esferas administrativas. Desde o início do século vêm os ouvidores procurando evitar a formação de oligarquias — tarefa árdua numa terra onde quasi todos são mais ou menos parentes e onde os que não o são, nem sempre estão em condições de exercer funções públicas. E' o que ocorre com a Câmara eleita em 1607 e que até o mês de maio está impedida de reunir-se. E não se reune «*por respeito do parentesco que entre os ofisiais desta camara avia*».

Pouco depois, contudo, enquanto não se aclara a questão do parentesco — o que somente acontece em Janeiro do ano seguinte, com a exclusão de Baltasar de Godoi que é parente de Diogo Moreira, aquele vereador e êste, juiz, surge outro caso semelhante. Eleito vereador, constata-se que Antônio Pedroso não pode tomar posse «*por estar apellado por fto crime e segundamente hé casado o juiz antonio llourenso cõ hũa sobrinha da molher do dito ant.º pedrozo e joão de brito casão outro vereador hé cazado com uma sobrinha do dito antonio pedroso*».

« Um chapéu de veludo preto com sua renda » e « um mantéu de mulher, rendado »
(Inv. e test.)

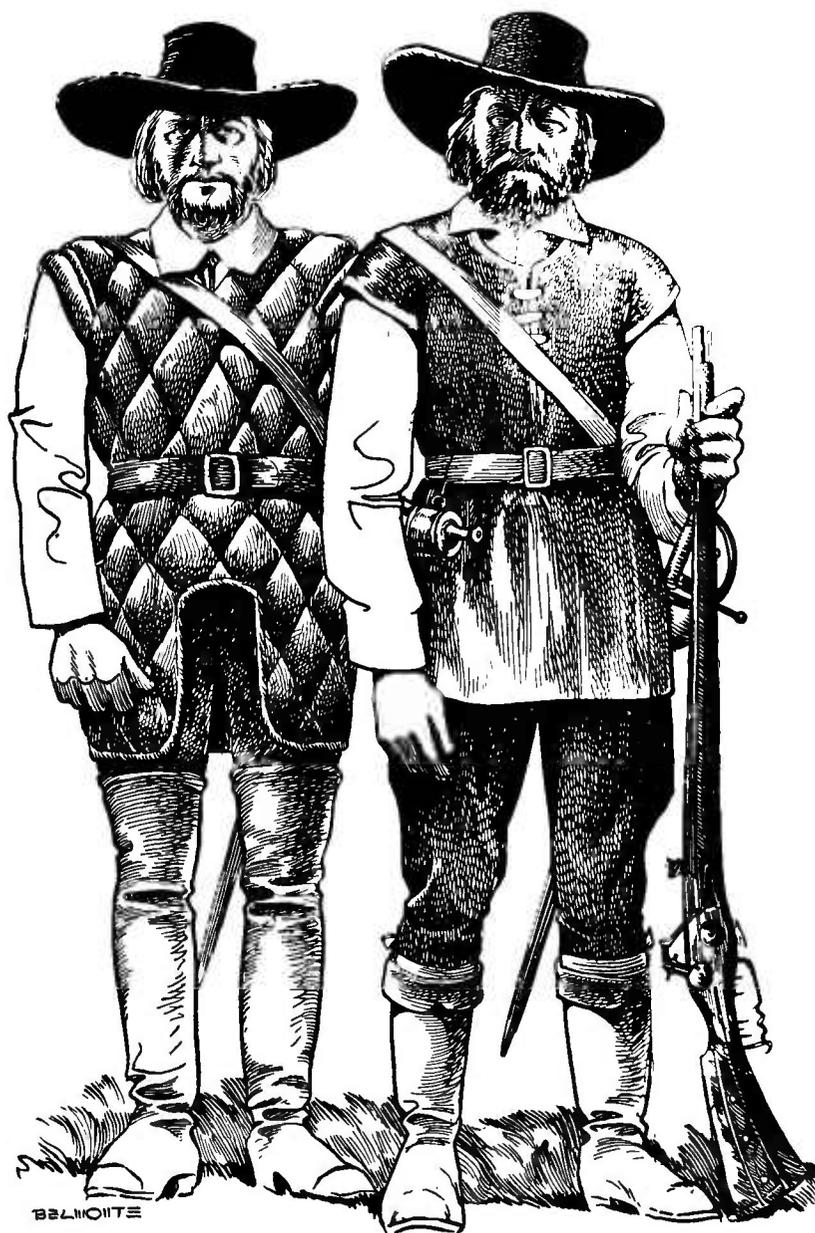
Ora, como os parentescos, mesmo os menos complicados do que êsse, são rigorosamente vedados no exercício do serviço público, preceitua a Ordenação, no seu Livro I, fôlhas 69, parágrafo I, que se faça nova eleição — o que é realizado no dia seguinte, com a vitória de Pedro Taques.

Êsses episódios, que deviam constituir exemplos, vão se repetindo através os anos e os senhores ouvidores, nas suas visitas à vila, não se descuram de pedir aos senhores oficiais o maior cuidado no preenchimento dos cargos públicos, «*não permitindo se metesse na republica cristãos novos nem servicem parentes huns dos outros, conforme a lei de sua magestade e capitolos da correição*». Parece inútil, porém, êsse rigor porque o problema doméstico-administrativo continua a exigir provi-

dências dos «homens honrados da república». Com os vereadores Amador Bueno e André Lopes, impedidos de tomar posse «*porque as molheres ambas delles ditos vereadores herão parentas dentro do quarto gráu*», o caso se complica porque dá margem a atrapalhante inquérito, no qual depõem pessoas das relações de ambos e cidadãos antigos da vila. A Câmara, muito empenhada no problema, procura «*destrinçar o dito parentesquo*», pois, pessoas dignas de fé asseguram «*que as sogras dos dois vereadores erão primas*». Matias de Oliveira, «*homẽ ãtigo*», comparece à Câmara e, sob juramento, afirma «*que a mãe da sogra da molher de amador bueno e a mãe da sogra do dito andre lopes herão meias irmãs filhas de pai e de duas mães*». Amador Bueno confirma, lealmente, estas declarações e, meio resolvido o grave problema, trata-se de saber então, qual dos dois vereadores continuará na Câmara. Como, dos dois, André Lopes é mais velho, resolvem os senhores oficiais excluir Bueno e eleger outro em seu lugar.

Mas, nesse momento, ergue-se o juiz Francisco Jorge. E, segundo nos explica o escrivão Calixto da Mota, «*pelo dito juiz foi dito que o seu parecer e voto hera que ficasse o vereador amador bueno por ser homẽ que ja servio de juiz ordinario nesta villa e que era homẽ que costuma andar na republica e ser pessoa benemerita para servir o dito cargo*». Belas palavras que, todavia, não conseguem comover os senhores oficiais, firmes no seu propósito de conservar o velho Lopes no Conselho, embora com o sacrifício daquele que, dezoito anos depois, seria aclamado «rei de São Paulo».

Às vezes, acontece que os cidadãos eleitos agem com lealdade, como Bartolomeu Fernandes de Faria que, feito vereador, se recusa a aceitar a vara «*porcoanto é parente do juis que sahiu no pelouro pero de moraes madureira*» — ao contrário de outros que, como os vereadores Alonso Peres e Francisco Furtado, chamados a explicações, declaram cândidamente «*que não achavam serem parentes*».

Mas a Câmara, que parece ter batido o recorde de paren-

Dois bandeirantes

tes eleitos na mesma legislatura, é a de 1654, na qual se vêem impedidos de tomar posse Manuel Preto, Pascoal Dias, e Domingos Leme, parentes entre si e, dos quais, o primeiro e o último são excluídos, sem apêlo nem agravo, tudo de acôrdo com a lei de Sua Majestade e para «*enobrecimento da republica*»...

E, ainda para enobrecimento da terra, não se admitem, em certos cargos, senão os que «*ousem ser da republica e, em falta delles, provejam aquelles que forem cazados com as filhas e netas dos sobreditos comtanto que não tenham raça de mouro nem judeu*»...

A MODA

O QUE VESTEM OS PAULISTAS — A MODA NO REINO E NO PLANALTO — UM SCHOPPENHAUER SEISCENTISTA — AUSÊNCIA DE MANTILHAS — OS PANOS E TECIDOS — PERÍODO DE TRANSIÇÃO E BRUSCAS TRANSFORMAÇÕES — A «REFORMAÇÃO DOS COSTUMES».

ivendo numa vila pobre, escassa de recursos pela situação topográfica em que se colocou, nem porisso se descuidam os paulistas da elegância de seus trajes.

A primeira impressão que se tem, ao tomar-se contacto com a vida áspera e rude do planalto, é a de que os seus moradores se vestem com o mais absoluto desprêzo às infinitas exigências e caprichos da moda. Ocupados, os homens, com o interminável descimento do gentio, em lutas e correrias pelo sertão, e as mulheres com seus afazeres domésticos, encerradas no lar à maneira mourisca, aquela suposição teria sua plena justificativa se, a todo o momento, não se alvoroçasse a vila com suas festas e procissões — estas em

Mantilha de renda usada na Côrte

número tão elevado que, como vimos em outro capítulo, o ouvidor Pedro de Unhão Castelo Branco é obrigado, em 1675, a limitá-las apenas a três durante o ano.

A moda em São Paulo não é, evidentemente, a mesma coisa que a moda na Espanha, França, Inglaterra, Holanda ou Portugal. Talvez esteja, mesmo, longe de ser o que é na Baía, onde os baianos, em mais íntimo contacto com o Reino e aproveitando, em certo tempo, a civilizadora influência holandesa, podem dar-se a certos luxos absolutamente impossíveis para os paulistas. Êstes, contudo, no intervalo dos seus prolongados reides pelo sertão, fazem o possível para se apresentar como homens civilizados e não como rudes apresadores de índios.

A Europa, no início do seiscentismo, começa a banir das *toilettes* femininas o incômodo mas sugestivo *vertugadin* que dá às saias um aspecto tão imponente e monumental e, para suprir-lhe a falta, lança mão da *veste* que, sôlta ou presa na parte traseira sôbre as *vasquinhas* rodadas, não permite uma transformação violenta da silhueta feminina. Mas a Europa pode dar-se todos os luxos, até mesmo os não permitidos pelo puritanismo e condenados pela religião. Enquanto no Reino, em

A BARBA E O CABELO

Na primeira metade do século XVII

No fim do século, após um período de transição

Moda feminina em 1700

1601, éditos reais proibem o uso do ouro e da prata no enfeite dos trajes femininos, «*excepto as mulheres públicas*» e fulmina com penalidades ferozes os homens que usam roupas feitas com um tal «pano de ouro» (1), vamos encontrar na vila de São

---

(1) O marechal de Bassompièrre conta em suas «Memórias» que pagou por um traje dêsses a importância assustadora de 14 000 escudos.

Paulo, paradoxalmente, *gibões de tafetá espeguilhados de prata, gibões e roupetas de catalufa* (que é um tecido de prata) e até — horresco referens! — *anáguas de pano de prata* (2).

Como explicar-se a existência de tão suspeitas anáguas num burgo austero como São Paulo, sabendo-se ainda que se encontram na vila *anáguas vermelhas, anáguas amarelas e anáguas forradas de tafetá preto?* Talvez, porque ninguém as vê, ocultas sob as longas saias e talvez porque não surge nestas bandas nenhum Catão metediço como o que, ao tempo, existe em Lisboa para descompor as mulheres:

Podem conhecer-se as mulheres, como em algum tempo as galinhas pelas calças, porque umas as trazem amarelas, outras azues, pela maior parte da côr das papoulas... Os homens andam enfeitados como as mulheres e as mulheres nuas como maganas...

Evidente exagêro de algum malazarado precursor de Schoppenhauer, pois é muito do feitio de certos literatos investir contra todas as mulheres quando uma delas não lhes ouviu as lamúrias. Dêsse gênero ainda, e ainda dêsse século, é aquele áspero John Evelyn que, no seu «Evely's Diary», escreve em 1654:

...I now observed how the women began to paint themselves, formerly a most ignominous thing and only used by prostitutes.

Essas coisas complicadas, porém, as mulheres nuas do primeiro satírico e a «maquillage» (*ignominous thing!*) do segundo, não acontecem em São Paulo do Campo, pobre burgo esquecido do mundo, temente a Deus tanto quanto ao diabo.

Percorram-se os inventários seiscentistas e ver-se-á que se vestem os paulistas à moda da península ibérica, cuja predominância no mundo chegou até aos domínios da arte de vestir, dela escapando apenas a Holanda e a Inglaterra, a última das quais, mesmo assim, teve que adotar as suas mantilhas, os seus «rouges» para corar o rosto («rouge» primitivo de pa-

---

(2) Anágua, segundo o autorizado Bluteau, é uma «*vestidura de que usam as mulheres imediatamente sôbre a camisa*».

pel vermelho a que os britânicos chamam, então, «*spanish paper*»), além das golas e toucas com ponteados de criação peninsular (3).

Não nos percamos, porém, em digressões ociosas, pois, nesse andar, iríamos longe. Estamos aquí, apenas, para bisbilhotar a vida do planalto, numa viagem retrospectiva que deve ser fácil e sugestiva, com o mínimo possível de bagagens literárias e de cicerones pernósticos, permitidos apenas os essenciais para um testemunho insuspeito das narrativas.

« Uma touca de volante e um mantéu de holanda »
(Inv. e test.)

Vejamos, por exemplo, aquela senhora que alí vem. E' dona Catarina de Siqueira, ao lado de seu marido João Barroso. Voltam da missa e, como vemos, ela veste, graciosamente, a sua *vasquinha com saio de veludo roxo e amarelo, êste com dois e aquela com quinze passamanes*, sôbre *o colête de catassol guarnecido de carassulilho de ouro sôbre pestana leonada*. Ao braço, o *manto de tafetá*. Sôbre o colo dois *ramais de coral*. Nos pés, os chapins de *Valença* com suas *chapas de prata*. Êle também está muito catita, no seu *vestido de homem de perpetuana verde forrado de tafetá*, na cabeça o largo sombrero de Segóvia e, a tiracolo, a sua *espada de vestir*.

Assim são as paulistas do seiscentismo quando ostentam vaidosamente, os seus estonteantes *vestidos de igreja*. Êsses vestidos compõem-se de peças que os avaliadores, nos inventários vão arrolando com indiferença, sem supor, sem sequer sonhar que, séculos depois, mãos ávidas irão tateá-las e olhares ansiosos as devassarão, inventariando tudo de novo — uns, por

(3) « Of Point d'Espagne a rich Cornet. **Two night-Rails**, and a Scarf beset »... EVELYN daughter: « *The ladies' dressing-room unlocked* ».

obrigação funcional, outros por exigências da História e outros, ainda, por simples curiosidade. E, da poeirada dos séculos, surge *um gibão de tobí guarnecido de passamane verde, um vestido de raxeta côr de rato, um corpinho de setim forrado de veludo, uma cinta de cochonilha, uma saia de veludo preto, uma vasquinha de perpetuana verde, um manto de tafetá, com suas rendas, uma capilha de setim vermelho, um chapéu de veludo negro forrado de setim carmesim e rendado de prata, uma capinha de pano de prata bandada de setim, um vestido de sêda pinhoela, um penteador de holanda, um vestido de barregana furtacor, um capotilho forrado de portalegre, uns mantéus de pescoço, uma casaca de duquesa forrada de serafina verde, um manto de recamadilho, saias de palmilha vermelha, botinas vermelhas de carneira, chinelas de cortiça...*

A *vasquinha* é uma saia de grande roda, pregueada sôbre os quadrís. Sôbre essas pregas vai a «veste» que é uma saia mais curta. *Capilha* não é, como poderia supor-se, uma capa pequena, mas um capuz, assim como mantéu não tem nada que ver com manto porque é, apenas, uma gola de linho, de pano de *holanda* ou de *bretanha*, às vezes simples, e outras vezes com enfeites de pontos ou guarnição de rendas. *Chapim* é um sapato raso, enfeitado com um laço, ou com uma chapa de prata e que possue uma sola, dupla ou tripla, de cortiça — como os que estão hoje em moda para justificar o provérbio que afirma não haver nada de novo sob o sol...

Mantéu de rendas, de homem, avaliado em $240

(Inv. e test.)

As mantilhas de renda, tão usadas na península, parece que chegam muito tarde a São Paulo. A própria

Mulher de «manto de tafetá, roupetilha e vasquinha»

(Inv. e test.)

Moda fim do século

Inglaterra, ainda no início do seiscentismo, fez largo uso delas, não por motivos de ordem estética mas, como afirma James Laver, «*black net veils were worn to protect the ladies' compleixions from the harmful rays of the sun*, porque, já nesse tempo, *freckles and sumburn were considered harmful and disfiguring*» (4). Uma das poucas mantilhas citadas nos inventários é a que se acha no espólio de João Tenório e a que me referí em outro lugar: «*uma mantilha de penas de côres com seu topete de penas*». Prova evidente de que, ao invés dos índios assimilarem os costumes dos brancos, são êstes que vão inspirar-se na indumentária daqueles...

À cabeça, *chapéus de veludo*, com guarnição de fitas, de rendas, *ou de passamanes;* outros com fivelas de prata; outros ainda com seu véu.

Quando não é o chapéu, é a *coifa de sêda, o rolete de cabeça de mulher com seus alfinetes de prata* ou *a mantilha de veludo*, já na segunda metade do seiscentismo.

Quanto aos homens, não se pense que os rudes sertanistas não cultivem também um certo bom gôsto no trajar. A centúria é heróica mas é elegante. E' neste século que Dumas situa os seus mosqueteiros, que Gauthier coloca o Capitão Fracasse, que Rostand faz viver Cirano e que Le Sage anima Gil Blas de Santilhana.

E' evidente que não pretendemos fazer supor que os pau-

---

(4) Iris Brooke and James Laver. « *English Costume* from the 14th. through the 19th Century ».

listas do seiscentos sejam airosos rivais de D'Artagnan. A verdade, contudo, é que, fora do rude *gibão* de armas com que prea índios e da *saltimbarca de picote* com que assiste à faina agrícola, o paulista é um homem que, se não se traja melhor, também não se veste peor que lusos ou castelhanos.

« Uma capa com seu capuz »
(Inv. e test.)

Terminado o século XVI, não se encontram mais os vastos *tabardos*, os *pelotes* de mangas *golpeadas*, as *truças*, as *gorras de guedelha*, os *pantufos*. Os calções perdem os *golpes*, estreitam-se e descem até os joelhos; os gibões se encolhem e se usam com mangas postiças. O *pelote* transforma-se em *roupeta*. A *gorjeira encanudada* e a *wallona* vão terminar no *mantéu*, na *volta*, no *cabeção*. As meias longas — que se chamam *calças* — encurtam-se e chamam-se *meias calças*... A bota alta ainda atravessa grande parte do seiscentismo e vai acabar, depois, abaixo dos joelhos, com o cano voltado *em canhão*. Surgem as capas curtas. Os sapatos conservam-se imutáveis ainda por algum tempo. A *gorra* dá lugar ao feltro de copa alta, com abas que, sendo estreitas nos primeiros anos do século, se alargam prodigiosamente até as proximidades do setecentismo, quando ganham forma triangular.

Tudo isso, já de si complicado, todos êsses trajes vistosos

Dia de procissão

são feitos em panos de côres álacres, numa garridice talvez pouco condizente com a austeridade dos costumes de então. Manuseai os inventários e lá encontrareis *colêtes de bombazina amarela, gibões azues côr do céu, roupetas verdosas, calçõcs verde-mar, meias verdes, azues, amarelas, casacas côr de flor dc pessegueiro, calção e roupeta de sêda amarela* e a única *marlota* existente no planalto, tristemente roxa.

Através os anos, vão surgindo *gibões, roupetas, roupetilhas, capas, capinhas, ferragoulos, saltimbarcas,* camisas com seus *punhos e mantéus, borzeguins de carneira, botas de vaqueta e de cordovão,* sapatos de porco, capotes, colêtes, calções, *bombachas,* chapéus de Bardá, de Segóvia ou *feitos na terra,* meias simples e meias de *cabrestilho,* punhos de Ruão, *gualteiras* e carapuças, e, como complemento, o *aderêço de espada e adaga,* com seu cinto, talabarte e talim. E, às vezes, certos objetos pouco encontradiços na vila, surgem, aquí e alí, nos inventários: a *bengala* de Henrique da Cunha, os *chapéus de sol* de Antônio Leite Falcão, Matias Rodrigues da Silva, Francisco de Proença, Antônio Bicudo de Brito e Matias de Oliveira (sendo que o dêste é artisticamente *pintado de óleo*) e as *luvas enfeitadas* de Antônio Leite Falcão.

Dama vestindo « saio », que é um casacão sem quartos dianteiros, mangas perdidas, longo até o chão...

Êsses *vestidos* (que assim se chamam os trajes femininos e masculinos) são confeccionados com panos cujos nomes soam aos nossos ouvidos, hoje, como coisas estranhas e misteriosas: *bombazina, serafina, barregana, bocaxim, burato, merlim, tiruela, canequim, catalufa, raxa, perpetuana, catassol, tafieira, tobí, melcochado, camelão, tarlatana, holanda,*

Homem de « mantéu e punhos de renda »

holandilha, grisê, picote, telilha, recamadilho, damasquilho da Índia, raxeta de Castela, pano de Londres, além de outros cujas denominações ainda nos são familiares, como o *setim,* o *damasco,* a *sarja,* o *tafetá,* a *baeta,* o *gorgorão,* o *veludo,* a *chita,* o *linho...*

Há, como se vê, muito pano para mangas, para todos os gostos, todos os usos e todos os preços: os ricos usam tecidos de sêda como a *bombazina,* o *melcochado,* o *tobí,* o *damasquilho;* de lã, como a *serafina,* a *barregana,* a *perpetuana,* a *milanesa;* tecidos de prata como a *catalufa,* ou panos mais caros como a *tafieira* da Índia, o *tafetá* da China e o *setim* de Flandres. As bolsas mais modestas com panos mais grosseiros, o *picote,* o *picotilho,* a *raxeta,* o *merlim,* o *canequim,* a *estamenha....*

Com tanto pano, vê-se que seria difícil, em São Paulo do Campo, a existência de panfletários ginófobos para, a exemplo dos que havia alhures, afirmar que as mulheres andam *nuas como maganas.* Se, na vila do planalto, as mulheres tiveram atritos com as autoridades, foi justamente por se vestirem demais, embiocando-se e desaparecendo dentro das baetas (5).

Na segunda metade do século, começam essas modas a sofrer sensíveis modificações. Os *gibões* descem até os joelhos, ganham mais roda, enfeitam-se com extensa fila de botões, ostentam algibeirões guarnecidos e chamam-se *casacas.* As botas

(5) Durante quasi um século viveram os ouvidores a lançar correições contra *o inculto uso de andarem as mulheres embuçadas em dois côvados de baeta preta,* o que se considerava um atentado à moral e aos bons costumes, pois muitas delas, assim, chegavam até *a entrarem de dia em casas de homens, onde não entrariam se lhes não desse ousadia* o *bárbaro rebuço.* (Az. Marques, « *Apontamentos* »).

encurtam-se e ornam-se de rosetas. As ligas vão desaparecendo aos poucos e os chapéus tomam, nas abas largas, uma forma triangular — tímida transição para o tricórnio setecentista.

O cabelo já não vai ao barbeiro senão para ser aparado nas pontas. Mas o que o Fígaro perde na cabeleira que êle não corta mais, ganha na barba que é devastada para dar lugar ao cavanhaque e à pêra.

Quanto ao que se refere à elegância das damas, processam-se nas suas complicadas indumentárias pequenas modificações, pouco gratas, talvez, à excessiva volubilidade do sexo que teria preferido alterações mais visíveis e mais frequentes. E' assim que o *alçacuello* castelhano se simplifica e degenera na *balona*, ao contrário das saias que se empetecam de laços, fitas e refegos, e do penteado que se enche de enfeites e fitarias. Nos inventários paulistanos de então surgem, nesse período, vários tecidos — *calamaço, lemiste, carrião, duquesa* — e as *casacas* e *casacões* vão destronando os velhos gibões masculinos que, fora da moda, costumam, quando arrolados nos espólios, aparecer com detalhes curiosos: «... *uns calções de damasco negro com um gibão de veludo negro do uso antigo*»... Ou: «*um gibão pardo velho do uso antigo* (6) ».

Mantilha de veludo, gibão, saia com passamanes

(Inv. e test.)

---

(6) Inventário de Antônio Pedroso de Barros (1652).

Além da *casaca*, surge o *rociô*, pequeno casaco de mangas, a *véstia*, que é uma sucessora do colête, e é então que a *capilha* se transforma em *mantilha*: «*uma mantilha de veludo preto nova forrada de felpa, com sua sugilha de ouro*» e que alcança a espantosa avaliação de 6$500 quando um vasto gibão feminino, de damasquilho branco, não alcança mais do que 1$280. Vão desaparecendo as carapuças, os sapatos femininos ganham um *canotilho* e o canhão das botas masculinas aparece *bordado de seus lavores*...

A vida social do planalto, embora esta expressão nos pareça preciosa e exagerada, tem, contudo, exigências a que as *pessoas de qualidade* não podem, sem desdouro próprio, eximir-se voluntariamente. A preocupação das boas *toilettes* e da representação social, começa com os órfãos, que os curadores são obrigados a «*vestir e calçar tão limpamente como a qualidade delles o requer*», e vai até as noivas, em cujo dote não faltam nunca o *seu vestido de gala* e o *seu vestido de igreja* (7).

E para que tudo isso, afinal?

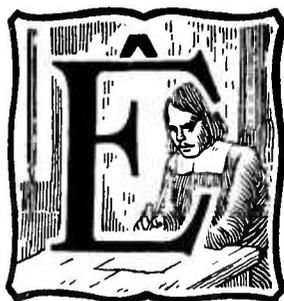
Para que tão vistosos trajes, *toilettes* tão elegantes, se a jovem paulista do seiscentismo não pode namorar e só vai conhecer seu noivo no dia do casório?

Quem não souber responder, lembre-se ao menos de que as mulheres não se fazem elegantes para enlêvo dos homens, mas, apenas, para inveja das amigas... Tanto que, enquanto no Reino se desencadeiam lutas pertinazes para a *reformação dos costumes*, na vila de São Paulo, a não ser o caso das baetas, não se conhecem mais providências oficiais nesse sentido. Se há Catões no planalto, êstes podem viver como num seio de Abraão, pois aquí não há razões que levem as autoridades a agir com energia para, como acontece em Lisboa, «*extinguir os abusos, evitar as ruinas, & moderar os superfluamente luzidos, & vãos adornos das pessoas*».

---

(7) Eis o dote que Garcia Rodrigues Velho dá à sua filha Maria: «Primeiramente ella com dois vestidos de seda, um de velludo, outro de chamalote; seu vestido de cote; sua gargantilha de ouro, e brincos a saber aneis, e escudos; seu manto de seda; vinte peças com 3, ou 4 crias de pé; uma casa na villa de dois lanços com seus corredores, e quintal; meia duzia de cadeiras e um bufete; duas caixas grandes; uma casa de telha na roça; ferramenta necessaria para a gente, enxadas, machados, e foice; duas camas cada uma com seu pavilhão; dois serviços de mesa; meia duzia de colheres; cem mil reis em dinheiro para gado; um tacho de dez ou doze libras; mantimentos a sua gente até formar casa; terras para lavrar a saber cem braças em Juquery dondo moro e quinhentas nas cabeceiras». (Inv. e test. XXIII, 434).

RELAÇÕES SOCIAIS

OBRIGAÇÕES MASCULINAS E PRENDAS FEMININAS — O QUE NOS REVELAM ALGUMAS CARTAS — A CURIOSA PSICOLOGIA BANDEIRANTE — EDUCAÇÃO E CORTESIA — A GATA DO VIZINHO E A IBICUÍBA ASSADA...

sses bravos homens do planalto, cuja vida áspera e difícil é um dos fatores do seu temperamento *mal limado mas de um metal mui fino*, como escrevia o capitão general D. Luiz Antônio de Sousa ao rei de Portugal, não são, porisso mesmo, alheios às regras da cortesia.

Poucas mulheres, na vila, sabem ler — pois o alfabeto não entra no rol das prendas que se exigem do sexo fraco senão como fator ímpio e dissolvente. Mas, cada vez que os tutores comparecem em juízo para prestar «têrmo de curadoria», se obrigam a cuidar dos órfãos, *ensinando os machos a ler, escrever e contar, e as fêmeas a coser e lavrar a fazer renda e todos os mais misteres que as mulheres por suas mãos usam...*

Daí, naturalmente, a existência de não poucos livros que arrolámos em outro capítulo, e de alguns documentos muito expressivos, principalmente algumas cartas particulares, de inestimável valor para o conhecimento da psicologia bandeirante.

Se a correspondência de Me. de Sevigné é considerada, com justa razão, um extraordinário meio de informação da vida social do seu tempo, é claro que não pretendo chegar ao absurdo de colocar as quatro ou cinco cartas que nos vieram do seiscentismo, nesse mesmo nível. Não se encontram nelas, em verdade, elementos de nenhuma espécie para qualquer reconstituição da vida social paulistana do século XVII, dos seus hábitos e costumes. Valem, contudo, e muito, como curiosos sub-

sídios para o estudo da psicologia dos rudes homens de então, pois, ao contrário da correspondência oficial, fria e pragmatista, reçuma delas uma tão grande intimidade e uma tão indisfarçável sinceridade, que a sua simples leitura constitue um prazer, quando não encerra uma lição.

Os testamentos, na sua maioria escritos ou ditados pouco antes da morte, obedecendo a normas habituais e orientados pelos padres, não têm a sinceridade, a espontaneidade, a ingenuidade das cartas. O que neles se contém, o que ressalta de sua frieza angustiosa são, mais do que os anseios de um vivo, os pavores de um quasi morto. A não ser o caso de Henrique da Costa, que aproveita o seu testamento para «desabafar», descompondo uma porção de gente, os outros seguem a praxe secularmente estabelecida, limitando-se a expor, cada qual a seu modo, as suas últimas vontades.

As cartas, ao contrário, surpreendem o homem nos momentos mais imprevistos de sua vida e revelam-nos, em toda a sua nudez, o seu caráter e a sua educação.

É, por exemplo, o que se observa na carta que Antônio Rodrigues Moreira escreve de Pintagim [1] à sua mulher D. Filipa do Prado, curioso documento revelador do cavalheirismo dos homens do planalto e da cortesia com que se tratam, mesmo entre os mais íntimos parentes.

Desde as primeiras linhas dessa missiva — «*minha espôsa e Senhora*» até às últimas — «*Dêste seu espôso que*

(1) Pitanguí.

... «que os juízes acudam às brigas e tomem as espadas ou armas de fogo...»

muito a ama» — observa-se o respeito com que se tratam, mesmo quando, nessas linhas tão íntimas, se fazem referências a terceiros:

«*... o senhor nosso tio Pedro de Lima*» ... «*seu irmão o senhor meu cunhado*» ... «*ao senhor nosso pai Snr. Pedro do Prado*» ... «*a senhora nossa mãe*»... (2).

Êsse modo cortês e respeitoso de trato revela-se ainda no bilhete que Bartolomeu Bueno escreve ao seu sobrinho que, pelos modos, está em vésperas de casar-se:

«*Senhor sobrinho — Vae o noivo satisfeito e cá lhe fica a vossa mercê na minha mão os 480 que á falta de troco lhe não mando, tambem a folha quando nos virmos lhe darei na festa do padre Lourenço. Eu para servir a vossa mercê fico certo com minhas lembranças a vossa mercê a quem Deus*

(2) Invent. e test. XXIV 500.

guarde muitos anos. De vossa mercê tio e servo Bartolomeu Bueno» (3).

Não deixa, evidentemente, de ser grato a todos quantos ainda se aferram a certas normas de educação caídas em desuso, constatar que os tios do seiscentismo ainda concedem aos sobrinhos o tratamento *de vossa mercê* e de senhor e se consideram seus servos, sem imaginarem que, poucos séculos depois, com o cigarrinho na bôca, uma dose de «*whisky*» em punho, os filhos darão aos pais, com muita camaradagem, apenas um plebeíssimo *você*...

Bartolomeu, porém, não constitue exceção, num tempo em que a cortesia devida às pessoas amigas, deve ser regra geral. A boa educação reponta, aquí e alí, das cartas que os paulistas trocam entre si e que revelam, na sua espontaneidade, uma curiosa e surpreendente psicologia. Embora os tempos sejam hostís e a luta pela vida chegue ao extremo de arremessá-los constantemente aos sertões, onde vão enfrentar todas as asperezas, não se despojam êsses homens dos seus princípios de civilidade, nem do seus deveres de cavalheirismo. João Pimenta de Carvalho, por exemplo, escreve a um amigo e, depois de enviar à espôsa dêste *muitos beijamãos esperando boas novas*, entra no assunto que é a cobrança de *um pouco de trigo*. A João Pimenta, porém, tais assuntos parecem deselegantes e é com certa timidez que lembra o empréstimo, acrescentando logo: *como anda em uso a cobrança de semelhantes coisas, vossas mercês o não devem estranhar, mas só mandarem-me em que os sirva*...

Não se pode, em verdade, ser mais galante e mais hábil. O destinatário, por sua vez, responde que a-pesar-do ano ter sido *trabalhoso e de perdição*, os vinte alqueires de trigo lá se acham, e *que os mandasse buscar os tinha certos*.

Antônio Pompeu é outro que não se afasta das normas da boa educação. E é assim que êle inicia uma carta: «*Estimo as boas novas da saúde de vossa mercê como sou obrigado que*

---

(3) Invent. e test. XXIV, 95.

o mostrarei em ocasião de seu proveito fico ao serviço de vossa mercê»...

Essa delicadeza de trato, essa elegância de expressões, são sempre gratas a quem as recebe. Quem cobra uma dívida, usando *têrmos políticos*, pode estar certo de que não solicita em vão, pois o devedor não sabe fugir ao cumprimento de um dever, principalmente quando êste lhe é lembrado de forma tão amável. Como exemplo disso, e se não bastasse o que nos revela a carta de João Pimenta de Carvalho, que é um cobrador gentil, temos outro caso nas linhas que Baltasar da Silva dirige a seu compadre. Êste escreve a Baltasar lembrando-lhe uma dívida. E Baltasar, muito confundido, responde ao compadre que não possue nem um real... *contudo, quando a necessidade for muita, venderei um negrinho que tenho para pagar a vossa mercê, que quem deve é cativo, e os têrmos políticos que vossa mercê usa comigo é merecedor para que eu seja moleque de vossa mercê* (4)...

Arcabuzeiro

Não nos espantemos com a declaração final. O *moleque*, aí, é apenas sinônimo de *escravo*, e escravo da segunda classe, simples *negro* de recados e carregador de embrulhos, sem serventia nenhuma para trabalho de maior vulto. Os *têrmos* políticos do cobrador produzem, como se vê, o maior efeito, pois

(4) Invent. e test. XXIV, 489.

Baltasar, na ânsia de agradar o compadre, chega a fazer destas coisas feias que êle, com admirável sinceridade, conta:

...*a negra leva uma gata para vossa mercê que furtei para mandar a vossa mercê*...

E, não contente de presentear o amigo com a bichana surrupiada alhures, acrescenta:

...*também leva essas ibicuíbas para vossa mercê comer cada pela manhã uma assada pr'amor dos vômitos é bom.*

Não é da minha competência negar ou confirmar as virtudes terapêuticas da ibicuíba ingerida em jejum, assada. O que, porém, me é lícito e justo assegurar, à simples leitura de tão expressivos trechos de correspondência, é que os paulistas do seiscentismo, impetuosos e de gênio *mui alevantado*, sabem, no seu trato social, ser amáveis e educados. E, quando se referem às damas, são de uma deliciosa galantaria, como nos revelam os miríficos *beijamãos* do senhor João Pimenta de Carvalho à excelentíssima senhora dona Benta Dias... (5).

---

(5) Segundo se lê na relação dos «*Bens gravados pertencentes ao Collegio de S. Paulo*», êste dr. João Pimenta de Carvalho é, em 1697, «governador do bispado de São Paulo».

JUDEUS E CRISTÃOS NOVOS

JUDEUS NA DESCOBERTA E NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL. SÃO PAULO E O JUDEU — PERSEGUIÇÃO NO BRASIL E ÊXODO PARA O PERÚ — A INQUISIÇÃO NO BRASIL E A SUA DESASTRADA ESTRÉIA EM SÃO PAULO — O CASO DE RAPOSO TAVARES — ÍNDIOS COM NOMES JUDAICOS.

ão cabe num trabalho do gênero dêste — simples reportagem retrospectiva sôbre a vila de São Paulo — um estudo, mesmo sintético, sôbre o judaísmo na povoação do planalto — nem trabalho de tal magnitude poderia exigir-se de um jornalista em audaciosa excursão por domínios alheios. Antes, porém, de entrarmos nesta nova reportagem, digamos, a título de ligeiro preâmbulo, que já não sofre discussões, e está acima de qualquer dúvida, que o contingente hebraico, provindo das perseguições religiosas desencadeadas na Europa, entrou em larga escala na formação étnica do Brasil.

A começar por Abrão Zacuto, cosmógrafo judeu expulso da Espanha e acolhido em Portugal na côrte de D. Manuel, e por seu discípulo, mestre José Vizinho, que continuou seus estudos e deu ao arrôjo náutico da Lusitânia uma quasi infalibilidade científica, não teriam sido poucos os judeus que exerceram uma extraordinária influência, não só na colonização, mas até mesmo na descoberta do Brasil. O certo, contudo, é que, descobertas as novas terras, Fernando de Noronha, agindo por conta de um consórcio de judeus, conseguiu que o rei de Portugal lhe arrendasse a Terra de Santa Cruz, mediante um contrato de cinco anos. Data daí, então, o considerável afluxo de hebreus ao Brasil, para onde acorriam em grandes levas fu-

gindo às perseguições e aos pródromos desencadeados na Europa, principalmente após a ascensão de D. João III ao trono de Portugal, rei que estabeleceu na Lusitânia o impiedoso tribunal da Inquisição (1).

Senhores do monopólio da exploração comercial do pau-brasil, aparentemente livres das perseguições religiosas e dos autos de fé, tudo os impelia para o novo mundo. E, em verdade, para a nova Canaã se precipitaram legiões hebráicas, fixando-se em vários pontos, principalmente no Nordeste, em cuja lavoura de cana e indústria açucareira exerceram influência considerável, a-pesar-das «visitações» do Santo Ofício contra os que, na colônia, se entregavam à prática do mosaísmo.

«Para o Brasil — escreve João Paulo Freire em «Os judeus» — o êxodo foi enorme, na suposição de que lá se encontravam ao abrigo da Inquisição. Mas a Inquisição foi-lhes no encalço e contra os conhecidos privilégios que pelos seus donatários lhes haviam sido assegurados, muitos de lá vieram presos para Portugal e aquí foram torturados e queimados. No entanto, em 1642, mais de 600 famílias demandaram o Brasil, chefiados pelos rabinos Moisés Rafael de Aguilar e Isaac ben Matias Aboab da Fonseca, ambos de notabilíssima reputação. De lá veio a mãe do dramaturgo Antônio José da Silva, a cuja sorte já nos referimos.»

Em tais circunstâncias, e vivendo a vila de São Paulo quasi independente da colônia e do reino, o que afastava o perigo das «visitações» do Santo Ofício, seria de presumir que o elemento judaico tivesse, na longínqua vila do planalto, um relêvo excepcional.

Isso, contudo, não parece provável. Se os judeus não existiam aquí em número mais baixo que noutras regiões do Brasil, é perfeitamente lícito afirmar-se que êsse número não foi mais elevado. A sua presença, contudo, é indiscutível à luz de um vultoso acervo documental, desde os primeiros anos do seiscentismo, uns ainda aferrados às velhas práticas mosaicas, outros

---

(1) Por esta razão considerável, D. João III recebeu do Papa Paulo II o título de «Zelator Fidei».

já de pazes com o catolicismo: os *homens da nação hebréia e os cristãos novos* de que nos falam, nas atas, os complicados escrivães seiscentistas.

Presume-se que, como não podia deixar de ser, os «cristãos novos» existiam em muito maior número que os circuncisos não conversos pois, como no início do século afirmava o Inquisidor do Perú, os judeus faziam questão de abandonar seus trajes caraterísticos, e «*no se puede ya probar porque biven los tales con particular cuydado de no ser conocidos*». E, em verdade, chegados a um meio que não os hostilizava, procuravam adaptar-se, integrando-se na comunidade hospitaleira — o que lhes era impossível em qualquer outra parte, onde, quando não usavam seu típico turbante ou sua gôrra, os forçavam ao uso de um espaventoso chapéu amarelo, ou os encerravam violentamente nos *ghettos, judiarias* ou *judengasse*... Êsse espírito de adaptação dos *cristãos novos* fez com que, em todo o mundo, milhões de judeus, pelo cadinho da miscegenação, se dissolvessem noutras raças, embora no fundo, conciente ou inconcientemente, tenham conservado todas as caraterísticas psicológicas dos filhos de Israel, quando não aparece alguém para descobrir, em tais e tais indivíduos, um beiço comprometedor ou um suspeitíssimo nariz...

Em São Paulo, como no Reino, estão os judeus, durante algum tempo, sujeitos ao pagamento de um imposto. Homens ricos, procuram os governos, em toda a parte, associar-se a suas fortunas, lançando derrames extorsivos ou, simplesmente, arrebatando-lhas à fôrça. Ainda em 6 de Julho de 1613 reunida a câmara paulistana, requer o procurador que «*semandasẽ vir a esta camara a fimta que se fez dos cristãos novos e homẽs da nasão hebréa pa. que a todo tempo conste a verdade*».

A finta lançada sôbre os judeus de Piratininga dá causa a um episódio curioso e singular.

O ouvidor Francisco Sotil de Siqueira, numa de suas provisões em 1614, exige que o fintador oficial arrecade, dos judeus da vila, a espantosa importância de duzentos mil réis. Parece que semelhante façanha não é das mais fáceis, tanto que

aquele desesperado funcionário, estando em casa do provedor Diogo de Quadros, afirma em altas vozes, «*que avia de fimtar este povo em a fimta dos xpãos novos*». O procurador Francisco Jorge, que também se encontra em casa de Diogo, protesta energicamente contra essa declaração perigosa e ameaçadora, ao que o fintador Jorge Neto retruca que, tendo que arrecadar duzentos mil réis, lançará o tributo sôbre todos os que lhe der na cabeça, «*quer fosen xpãos velhos quer não*»... E, sem saber o que fazer, o procurador vai queixar-se à Câmara que, lavrando a sua ata «*para por ela tirarem testemunhas do asima declarado*», encerra a sessão, sem que possamos, hoje, saber o que se seguiu (2).

Sabe-se, entretanto, que o recolhimento do rico dinheirinho judeu às arcas da Câmara prossegue através os anos. Em 1624, por exemplo, a Câmara faz vir à sua presença o fintador Gaspar Gomes, para que êste declare quais os judeus da vila que pagaram seu tributo, exibindo ao mesmo o livro em que tais lançamentos se contêm. Gaspar Gomes confessa, porém, que essa diligência já fôra realizada dois anos antes e que, estando o livro em poder do escrivão da ouvidoria João da Fonseca, não tem uma lembrança exata dos judeus em dia com o fisco. Lembra-se apenas que pagaram a finta Rodrigues Fernandes, Tomaz Freire e Francisco Vaz Coelho. Dêsses três confessa Gomes, placidamente, que *se lhe tiraram o seu dinheiro*...

Se Gomes, em tão solene conjuntura, se lembra apenas de três nomes, presume-se que não seriam muitos os judeus fintados — o que demonstra que êles, habilmente, vão se integrando no meio e dissolvendo-se na sub-raça em formação nas terras do novo mundo — ou porque desejam esquecer as próprias origens e viver tranquilamente numa comunhão que não

(2) Êsse fato dá causa a que um dos fintados, Diogo Pinto, promova um ruidoso processo, no qual se apura que êsse cidadão não é judeu nem cristão novo, mas descendente de uma das mais ilustres famílias de Portugal. O próprio Jorge Falcão, que o fintou, foi obrigado a prestar esta curiosa declaração: «Respondendo ao despacho digo a esta petição digo que o supplicante não foi posto na finta porque se lhe conhecesse os paes nem avós senão pela fama que na terra havia e depois mostrou o contrario conforme os papeis que me mostrou hoje seis de agosto de seiscentos e dezoito annos» (Registro geral, vol. I, pág. 272).

O senhor vereador com a sua vara

os lança ao «fogo purificador» ou então, apenas, porque desejam subtrair-se ao pagamento do tributo. Seja como for, o certo é que, nesse início do século, podem êles viver em paz, a-pesar de lhes vedarem o acesso aos cargos públicos, pois as rígidas leis do Reino não admitem «*pessôa alguma que tenhão rasa de mouro nem judeo*» (3).

Isso não quer dizer que não tenha havido perseguições no Brasil. O que se pretende dizer é que, em São Paulo, elas foram quasi nulas, ao contrário do que ocorreu na Baía e em Pernambuco, onde as «visitações» se fizeram sentir com certa frequência, dando causa a pequenas dispersões, oriundas principalmente, do sequestro de inúmeras *fazendas* judaicas.

O que não deixa dúvida é que não foram poucos os judeus que, fugindo do Brasil, procuraram o vice-reino do Prata ou o vice-reino do Perú. E' o que se infere da carta que os Inquisidores do Perú, em 1620, escreveram ao Conselho da Inquisição, a-propósito de um informe do comissário do Santo Ofício em Buenos Aires. Nessa carta referem-se os Inquisidores a «*muchas personas sospechosas de dibersas naciones*» que, pelo pôrto de Buenos Aires entram no «*reyno del Pirú, en particular de la nacion portugueza christianos nuevos*», acrescentando ter recebido aviso de que um Inquisidor ou Visitador «*que avia venido com o titulo del señor Inquisidor General de Portugal a las costas del Brasil y Angola que son de la corona de portugal y que ua prendiendo muchos portugueses y secrestandoles gran cantidad de hacienda y que se benian huyendo muchos asi del brasil como de Portugal y venian a aquel puerto y se entraban en el Pirú*»... (4).

Êsse êxodo parece ter durado não pouco tempo, pois os Inquisidores do Perú insistem no sentido de se tomarem medidas urgentes e severas contra os fugitivos, não só para se evitar a entrada nos vice-reinos hispano-americanos, mas principalmente a saída de terras do Brasil. E essas medidas devem ser severas por vários motivos, entre os quais está a astúcia dos cristãos no-

---

(3) *Atas*, vol. IV, p. 181.
(4) Anais do Museu Paulista, dep. do T. II, 12.

vos que, ao contrário dos de sua raça, «*no tienen ocasion de declararse ni juntarse*». É, desoladamente, os Inquisidores escrevem: «*Por esto no se descubren aunque si sospecha que judaican*».

Vê-se claramente que as perseguições da Inquisição no Brasil são, ao tempo, mais intensas do que se supõe. Na vila de São Paulo, contudo, tais acontecimentos não repercutem e o seu isolamento no planalto parece amortecer a vibração das paixões desencadeadas alhures e imunizá-la contra perigos dessa ordem. Tanto que, a única vez que se tem notícia de uma ação do Santo Ofício em São Paulo, não é contra nenhum judeu, mas contra um flamengo: Cornélio de Arzão.

À meia-noite de 28 de Abril de 1628, um grupo de homens bate à porta da casa de um grande sítio em Pirituba, enquanto um deles, com voz clara, brada:

— Abram, em nome da Santa Inquisição!

Uma mulher, pouco depois, escancara as portas, sem surpresa nem susto, pois já espera a incômoda visita. E' ela dona Elvira Rodrigues, e sabe que êsses homens sinistros a procurariam, pois seu marido, Cornélio de Arzão, acha-se preso em Lisboa, por ordem do Santo Ofício.

Cornélio de Arzão, flamengo que viera a São Paulo como perito em mineração, contratado por D. Francisco de Sousa, é homem de muita consideração na vila, onde se casa com a filha de um grande sertanista espanhol, mas, por motivos que se ignoram, cai no desagrado da Inquisição, que o prende na aldeia de Setúbal e o remete para Lisboa, após excomungá-lo. Cornélio não é judeu. Além disso é católico, e tão bom católico que trabalha na conclusão da igreja matriz, alguns anos antes, e ficam a dever-lhe não pouco dinheiro dessa empreitada. O certo é que, por esta ou aquela razão, Miguel Ribeiro, meirinho do Santo Ofício, e o juiz Francisco de Paiva exigem que dona Elvira lhes entregue todas as chaves da casa e declare todos os bens que alí dentro se acham, após fazerem-na jurar, com a mão sôbre a cruz que o meirinho trás ao peito. Entre-

gues as chaves, declara a interpelada que o que há é pouco: uma frasqueira com sete frascos, duas tamboladeiras de prata, três colheres de prata e que nada mais existe além de alguns escravos. E acrescenta que, numa casa ao lado, se encontra uma caixa com mais objetos. Vai-se à outra casa, tendo-se o cuidado, entretanto, de deixar guardas na primeira. Mas, como se faz tarde, vão todos dormir por alí mesmo.

No dia seguinte, pela manhã, inicia-se o inventário dos bens, — ferramentas de lavoura, pratos, louças, tenda de marceneiro, tecidos, roupas, jóias, objetos de toda espécie além de dois negros da Guiné.

Mas não pára aí a fúria confiscadora do Santo Ofício. No dia 2 de Abril, o mesmo juiz, seguido pelo mesmo funcionário da Inquisição, vai ao *sítio de engenho de ferro,* e sequestra o que lá se encontra — casa de três lanços com um lanço assobradado, *no alto de um outeiro, roça* de milho, serras, um catre, um bufete e *um moinho de moer trigo moente e corrente.*

Não é tudo, porém. No dia 3, é sequestrado *um lanço de casas que está junto das casas de Domingos de Góis no arrabalde da vila,* além de uma caixa contendo tigelas, pregos de cadeira, uma cadeira, um espêlho e um tostão de prata. E, pouco depois, mais umas *casas que estão defronte das casas do reverendo padre vigário,* e mais *as casas que estão defronte das casas de Manuel João Branco.* Quanto ao engenho de ferro, do qual a metade pertence a Cornélio de Arzão, *não se avaliou por não haver pessoa que o entenda.*

As pessoas que devem a Cornélio também não escapam, pois, sob ameaça de excomunhão, são forçadas a pagar, não ao legítimo credor, mas às autoridades incumbidas do confisco. Como, porém, os oficiais da Câmara em 1610 ficaram devendo ao flamengo expoliado a quantia de quarenta mil réis, pelas obras que êle realizara na matriz, são intimados a entrar cada qual com sua parte, inclusive o fintador da época, Matias de Oliveira, que o faz sob protesto.

No dia 9 de Abril de 1628, na *praça pública* da vila, por ordem do inquisidor Luiz Pires da Veiga, o meirinho do Santo

Ofício, na presença do juiz Francisco de Paiva e do escrivão Simão Borges Cerqueira, e do *tabelião do público e judicial* Fernão Rodrigues de Córdova, vende em hasta pública todos os bens móveis e imóveis arrecadados.

O desfêcho de tão ruidoso processo seria, talvez, até agora ignorado, se o ilustre historiador e pacientíssimo investigador Félix Guisard Filho não houvesse encontrado nos arquivos da Tôrre do Tombo (secção Inquisição), fornecendo gentilmente a Alcântara Machado [5] uma cópia, o seguinte documento que encerra o surpreendente episódio:

«Acordam os inquisidores e deputados da Santa Inquisição... que vistos estes autos e qualidade das culpas de Cornelio Arzings... flamengo, neles contheudo e asyla (?) diligencia no caso feita, cõ o mais que pelos dictos se mostrar, mandão que o dicto Cornelio seja solto e se va em pas e do proprio carcer onde está se hirá a embarcar para sua terra, e não entrará na villa de Setubal, onde foi preso... e o amoestão que faça todo los auctos de bom catholico christão, e se confesse as 3 paschoas do anno, e nellas receba o Santissimo Sacramento de conselho de seu cura e que seja muito attentado em suas falas nos casos semelhantes, sob pena de ser gravemente castigado.»

O grande crime do flamengo resumia-se, pois, como se vê, em quasi nada. Sôlto, volta Cornélio a São Paulo, onde falece em 1638, deixando não poucos bens, inclusive um sítio, em M'Boi com sua casa de três lanços, plantação de trigo e mais de 80 escravos, além de uma casa na rua Direita, em Santos. Deixa, ainda, a viúva Elvira Rodrigues e seis filhos, dois dos quais serão grandes bandeirantes, Braz de Arzão e Manuel de Arzão.

A estréia da Inquisição em São Paulo fez-se, pois, como se acaba de ver, com o que poderia chamar-se de «êrro judiciário», «affaire Dreyfus» antecipado ou, simplesmente, uma «gaffe», pois não é possível saber-se até que ponto seriam verídicas as *falas* atribuídas ao flamengo. Tanto que os padres Tomaz

---

(5) «Vida e morte do Bandeirante», 201-202.

Coutinho, Lourenço do Espírito-Santo, Manuel Nunes e frei Álvaro de Carvajal que acompanharam o corpo de Cornélio e rezaram 23 missas, se declaram *pagos e satisfeitos*, afirmando que o fizeram pela alma de Cornélio de Arzão *que Deus tenha em sua glória...*

Quanto ao judeu no bandeirismo, não creio que a sua influência fosse tanta como desejam fazer crer os terríveis jesuítas do Paraguai. Os testamentos seiscentistas aí estão para provar a profunda fé católica de inúmeros chefes de bandeiras e é preciso levar-se em conta, ainda, que é muito do hábito jesuítico chamar judeus aos que lhes não seguem os passos. Se é verdade o que afirma o padre Francisco Crêspo no memorial que envia ao rei da Espanha em 1631, isto é, que São Paulo «*es poblado de muchos christianos nuevos*», parece não passar de ardilosa fantasia a história contada pelo provincial da Companhia de Jesús, Vasques Trujilo, sôbre a resposta que Antônio Raposo Tavares, após destruir as reduções guairenhas, teria dado a um dos padres que lhe indagava a razão de tanta fúria iconoclasta: que o faziam «*por el titulo que Dios le daba en los libros de moysen*»...

Sente-se claramente que o provincial inaciano, contando essa história terrível, pretende apenas impressionar o rei católico, acendendo-lhe a fúria contra os paulistas e conseguindo, assim, armas de fogo para as suas reduções. E isso não seria um caso isolado porque, em 1649, o padre Juan Pastor, querendo conservar as setecentas e tantas bôcas de fogo nas reduções jesuíticas, contou coisas assustadoras a sua Majestade, a respeito das invasões paulistas. E, levado a efeito um inquérito para apuração do que havia realmente, constatou-se, por unanimidade de todos os testemunhos, que os paulistas nunca haviam aparecido por aquelas regiões (províncias de Paraná e Uruguai) e que os socorros enviados pelos espanhóis, cada vez que os padres se diziam atacados, não encontraram outra coisa senão os próprios padres que «*los abiam engañado*» (6).

---

(6) «Anais do Museu Paulista», tomo V.

Hoje, parece estar solidamente provado que Antônio Raposo Tavares não era judeu. E, aos elementos, em que essa prova se baseia, desejo acrescentar um — pequenino, mas possivelmente útil.

Segundo Paulo Prado [7], «um documento do governador do Rio da Prata, de 1639, queixando-se das invasões dos aventureiros paulistas, afirma que a maior parte dêstes, por serem delinquentes facínoras, desterrados de Portugal *por sus delitos, son christianos nuevos, y se sabe que á los indios que se les reparten, los ponen nombres del Testamiento Viejo*» [8].

E, em verdade, quem quer que percorra os inventários seiscentistas, encontra, entre o *gentio da terra e peças de serviço*, muitos índios com nomes recolhidos no Velho Testamento, mas em número infinitamente menor que os que trazem nomes cristãos. Como exemplo, poderia citar-se Fernão de Camargo que, entre 21 escravos, tem apenas um *Adão;* Pedro Vaz de Barros, para 48 *peças de serviço* com nomes cristãos, tem apenas um *Mateus;* Margarida Rodrigues, que possue em sua fazenda 45 índios, conta entre êles apenas uma com nome suspeito: *Sara;* Gaspar Moreira é que possue um sítio meio parecido com a terra da Escritura pois, entre seus 40 escravos, se acham *Adão e Eva, Jeremias, Daví* (sem harpa) e *Noé*, certamente sem arca... E, assim, pelos inventários, entre as cópias de índios de serviço, surgem Evas, Adões, Jeremias, Baltasares, Davís, Rebecas, Elias, Saras...

Pois bem. Quando falece, nas ilhas do Cabo Verde, Fernão Raposo Tavares, filho do destruidor do Guairá, deixa em São Paulo, com seu famoso pai, sete índios. E, ao contrário do que acontece alhures, todos êsses escravos têm nomes cristãos — o que não seria lógico num judeu que, em altas vozes, apregoa o seu judaísmo...

Quanto ao fato de, na Câmara, ser hábito prestar-se *juramento sôbre um livro dos santos Evangelhos* — o que poderá servir de ótimo filão para os escritores judaizantes, não é ocioso

---

(7) «Paulística», 17.
(8) «Historia de la Compañia de Jesus», Pastells, vol. II

lembrar que êsse juramento, às vezes, é prestado sôbre *um livro de Horas,* sabidamente cristão, ou *sôbre a cruz da vara*...

Todavia, o que não se deve deixar sem registro é que o único instrumento de opressão contra o judeu em Piratininga, a finta «para a frota», parece surgir nos fins do século XVI com a chegada do inquisidor Heitor Furtado de Mendonça à Baía, vai até o ano de 1622, pois em 1624, o fintador oficial, falando na Câmara afirma que, desde aquele ano «não houvera mais finta». Em 1633, ainda há referências contra o judeu no planalto. Depois, um grande silêncio. Deixam-no em paz, definitivamente.

A PRISÃO DE RAPOSO TAVARES

INCURSÕES ESPANHOLAS NA CAPITANIA — ONDE ESTÁ O MERIDIANO DE TORDESILHAS? — INDIGNAÇÃO POPULAR — O COMODISMO DA CÂMARA E UM «RUSH» MALOGRADO.

os princípios do século, é a Capitania de São Paulo, vezes sem conta, assaltada pelos selvícolas das tribus marginais do Anhembí e Jeticatí (rios Tietê e Grande), sendo que, em muitas dessas devastadoras incursões, investem contra a própria vila.

O Barão do Rio Branco, confirmado por Basílio de Magalhães, atribue a êsses ataques a origem do bandeirismo, no seu tumultuoso ciclo da caça ao índio, aliados à necessidade irremediável de braços para a lavoura. Escreve Rio Branco:

«... os paulistas, que foram os operários diligentes da civilização do Brasil, no centro e no sul... atacados pelos selvagens, a princípio limitaram-se à defensiva, depois tomaram a resolução de se desembaraçar dos seus inimigos.»

Acontece, porém, que não são apenas as hordas carijós que, com seus cocares heráldicos e envoltos nas suas peles mosqueadas de jaguar, devastam o planalto. Após a fundação do burgo hispânico de Vila Rica, por don Rui Diaz Melgarejo, «encomenderos» ferozes dalí se irradiam, à caça de índios, chegando muitas vezes a invadir terras da Coroa lusitana, com a cumplicidade das autoridades guairenhas e a superior indiferença dos capitães-móres do Brasil.

Nessas condições, e porque a linha demarcatória do meridiano do papa Alexandre VI é apenas imaginária, tornam-se

contínuos os atritos entre paulistas e espanhóis, pois êstes chegam, não poucas vezes, até às proximidades da vila de São Paulo.

Como repercutem, porém, tais episódios, na Câmara paulista?

A Câmara vive, anos seguidos, premida pelos alvarás e cartas régias do Reino, proibindo que os paulistas «vão ao sertão». Os próprios Ouvidores que, de tempos a tempos, vêm à vila passar correição, não se esquecem de recomendar muita obediência àquelas ordens, exigindo dos piratininganos um perfeito «bom comportamento».

Os senhores vereadores não desconhecem as invasões dos hispanos de Vila Rica. Sabem que, escorados no meridiano de Tordesilhas, os missionários castelhanos vão se apossando das terras, semeando reduções pelo vale do Paranapanema, até as proximidades de São Paulo, com o indisfarçável objetivo de estabelecerem uma conquista cimentada por hábil interdito *retinendaes possessionis*.

Na sessão do dia 2 de Outubro de 1627, tendo sido dada a palavra ao procurador Cosme da Silva, este requereu «*que avizassem o capitam-mór, por carta e por requerimento, de como os ispanóis de villa rica e mais povoações vinhão dentro das terras da crôa de portugall e cada vez se vinhão aposando mais delles*»...

Mas os «homens bons», evidentemente, não querem complicações com a Côrte e o Reino: remetem-se a um prudente mutismo e a uma cômoda inação, porque não se tem conhecimento da menor providência para pôr um fim à atividade dos espanhóis.

Há, todavia, quem discorde do estranho comodismo dos «Senhores do Conselho» eleitos para êsse ano de 1627. Entre a legião dos endemoniados «rebeldes», estão dois sertanistas que, mais tarde, se revelarão, agigantando-se: Paulo do Amaral e Antônio Raposo Tavares. Às ocultas, os dois grandes sertanistas procuram formar uma poderosa bandeira para barrar a

audaciosa infiltração espanhola, vinda do sul para o norte e de oeste para leste com o claro, evidente, indissimulável intuito de impedir a expansão geográfica do Brasil, teoricamente contida pela linha tordesilhana.

Raposo Tavares, que conta, então, 28 anos de idade, mora em Quitaúna e, com Paulo do Amaral, incita a população à revolta, concitando-a a integrar-se nas hostes vingadoras. Os preparativos vão adiantados, quando a Câmara toma conhecimento deles e irrita-se, não encontrando outra solução senão esta: prender os rebeldes.

No dia 25 de Setembro — uma semana antes, portanto, de pedir providências contra os espanhóis que invadem terras da Coroa de Portugal — o mesmíssimo procurador Cosme da Silva, «*requereu aos ofisiais que se dirigisen ao ouvidor, e lhe requeresen que fosse prender a ãt.º raposo tavares e a paullo do amarall por serem amotinadores deste povo e mandaren allevantar gente para irem ao sertam*»...

A Câmara não quer, ela própria, prender os bandeirantes rebeldes. E, matreiramente, atira a brasa nas mãos do senhor Ouvidor que, por sua vez, com não menor astúcia, a devolve à Câmara, mandando o juiz Simão Alves efetuar a complicada diligência.

...«*e logo na dita camara foi chamado o dito ouvidor e se lhe fez saber o requerimento asima, do procurador do conselho ao coall elle respondeu que estava prestes p. lhe dar cumprimento e foi de parecer com os ofisiais da camara que se passase mandato p. um juiz, o juiz semeão allves que va com uma duzia de homens nomeados no mandato, p. trazerem prezos a esta villa a paullo do amarall e antonio raposo tavares e não nos podendo prender lhe tomarão a pólvora e o xumbo que levam; os coaes irão até o termo de maraxubava e dalli não passarão; e mais, prenderá a todos que vão ao sertam*»...

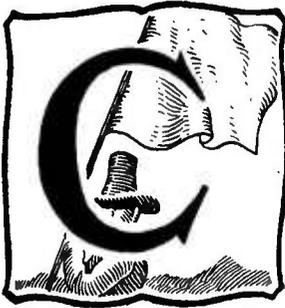
Presos os dois «amotinadores», fracassa a grande arremetida dos paulistas contra os espanhóis da província do Guairá. A Câmara, certamente, exulta e volta, tranquilamente, às suas

comodidades, embora de ôlho pregado na população que, agora, mais que nunca, freme de indignação e, de punhos cerrados, espera...

A sua vez há de chegar...

Meias de cabrestilho

A RESPOSTA DA CÂMARA

OS NOVOS VEREADORES — A PASSAGEM DE CÉSPEDES XÉRIA POR SÃO PAULO — CRESCE A TENSÃO POPULAR — UM OUVIDOR DESABRIDO E UMA CÂMARA DECIDIDA — A GRANDE BANDEIRA DE 1628.

om a entrada do ano de 1628, vão realizar-se as eleições para a escolha dos novos vereadores.

O povo, furioso com os conselheiros do ano anterior e fremindo de cólera ante a audácia dos «encomenderos» que chegam até quasi às portas da vila de São Paulo, preando índios, espera o momento de desencadear a sua vindita.

Os homens do Conselho, em vésperas de deixar os cargos, não parecem muito sossegados. Sentem qualquer coisa no ar e, muito incomodados, fazem vir à vila, «para quietação dêste povo», o ouvidor geral Luiz Nogueira de Brito.

O ouvidor chega. Realizam-se as eleições. São eleitos, então: *Juízes*, Sebastião Fernandes Camacho, Francisco de Paiva, João de Brito Cassão e Gaspar Louveira; *vereadores*, Baltasar de Godói, Maurício de Castilho, Diogo Barbosa Rêgo, Luiz Fernandes Bueno e Francisco Jorge; *procuradores*, Cristóvão Mendes e Melchior Martins de Melo; *escrivão*, Manuel da Cunha; *almotacéis*, Sebastião de Paiva, Braz Mendes, Leonel Furtado, João Tenório e João de Oliva; *alcaide*, Domingos Simas e, *porteiro*, Cristóvão Garcia.

Como se portará esta Câmara diante da situação aflitiva dos moradores da vila que vêem os índios da Capitania lhes serem arrebatados pelos «*ispanóis de vila rica e mais povoasõis*», e vivem manietados por alvarás, cartas régias e correições?

Até então, com efeito, não tem feito a Câmara outra coisa de vulto, senão proibir, aos paulistas, a ida ao sertão.

«... *pelo procurador foi dito que lhe requeria da parte de sua magestade impedissem e estorvassem a ida ao sertão porque estava informado que hião algumas pessoas ao sertão...*»

Ou então:

«... *pelo procurador foi requerido que á sua noticia era vindo que se aviavam mais de setenta pessoas desta villa para hirem ao sertão contra as leis, provisões e proibições de sua magestade, pedia e requeria aos juizes ordinarios q. logo e com effeito impedissem a tal ida ao sertão...*»

Ou, ainda:

«... *outrosim requereu mais aos ditos ofisiais que suas mercês mandasem encampar esta terra ao capitão desta capitania, porquanto se despejava a terra e se iam todos para o sertão...*»

A nova Câmara, contudo, parece disposta a reagir. Tanto que, dois meses depois de sua posse, estando presente o ouvidor Luiz Nogueira de Brito, mal acabada a leitura de sua correição, protestam os vereadores contra o capítulo em que se exige a presença semanal de todos os conselheiros e juízes, na Casa da Câmara. E protestam porque, sendo todos êles lavradores e morando distantes, em suas fazendas, não podem deixá-las abandonadas. Alegam que, ao contrário do que se dá em outros lugares do Brasil, em São Paulo há falta abso-

Homem de roupeta e calções de pele de camelo, mangas de tafetá, botas de cordovão (1680)

(Inv. e test.)

luta de braços para o serviço da lavoura, motivo por que são forçados a servir-se de índios aldeados. Como, porém, o serviço dêstes é livre, correm todos o risco de perderem suas fazendas, com a paralisação do trabalho, o que, indiscutivelmente, é uma exasperante ameaça para a vila. E, por tudo isso, é que se sentem «*avexados da notavel opresão que elle dito ouvidor lhes deu em mandar que assistissem continuadamente nesta villa*».

O ouvidor, contudo, com seu temperamento áspero, declara que, quanto a êsse assunto, não há mais discussões: que todos os vereadores e juízes, «*não faltasse um delles na somana*». Quanto ao mais, «*que se queixassem á S. Magestade*». E, rispidamente, dá por encerrada a correição.

Pouco depois (a população paulista sempre exaltada), passa pela vila, vindo do Rio de Janeiro, o governador do Paraguai Dom Luiz de Céspedes Xéria, que se destina a Assunção. Na Câmara, um edil quer saber se Céspedes Xéria tem autorização legal para trilhar a rota em que vinha, pois se tratava de caminho proibido. (O jesuíta Charlevoix afirma que não a possuia). O certo, contudo, é que, após um mês de estadia em São Paulo, parte o governador. Aquí, tudo leva a crer que êle tenha entrado em entendimento com os paulistas, pois era notória a sua aversão aos jesuítas e làrgamente sabido que se entregava ao comércio de escravos, segundo se verifica no processo, ou melhor, na «información» realizada pelo padre Francisco Vasquez Trujillo, provincial da Compánhia de Jesús, em Fevereiro de 1631, para provar ao rei de Espanha o quanto era maléfica, à coroa de Castela, a ação do governador do Paraguai que, ainda por cima, era casado com uma brasileira e possuia um engenho no Rio de Janeiro. Alegam alguns jesuítas que depuseram nesse inquérito, que, se não fôra a ação traidora de Céspedes, os bandeirantes não teriam atacado o território de Guairá — o que é uma suposição falsa e inconsistente. Êsse ataque, como vimos, só não se realizou no ano anterior, sem

Céspedes, devido exclusivamente à providência da Câmara mandando prender Raposo Tavares e Paulo do Amaral. Mas, como vimos, também, o povo esperava...

E chega o dia 27 de Julho de 1628. Dia de sessão na Câmara. A cidade está deserta. Para a casa do Conselho dirige-se um homem. Daí a pouco, mais dois. Entram. Sentam-se. Esperam...

Fora, a solidão infinita, o infinito silêncio. Os três homens se entreolham, mudos, estáticos. E os outros?

Passam-se os minutos que parecem horas. Sôbre a mesa do senhor juiz, a ampulheta vai escorrendo, silenciosamente, a sua areia fina. O juiz Sebastião Camacho e o vereador Baltasar de Godói erguem-se. O escrivão Manuel da Cunha, com o livro aberto sôbre a mesa e a pena de pato entre os dedos, tem no olhar aflito uma interrogação muda.

O senhor juiz vai até à janela: olha o casario esparso e silente que se estende pelos declives. Volta e ordena:

— Senhor Manuel! Lavre a ata!

O escrivão curva-se e redige.

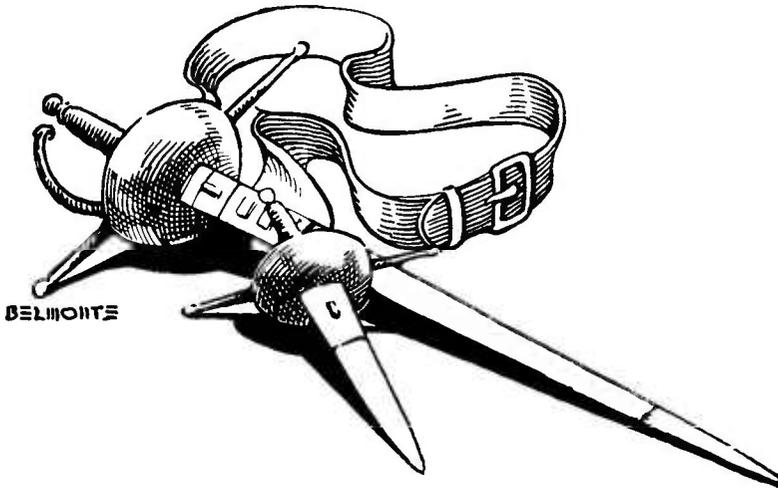
«*Aos vinte e sete dias do mez de Julho de mil seiscentos e vinte e oito anos nesta villa de sam paullo na caza do conselho estando hahi o juiz ordinario sebastião camacho e o vereador balltezar de godoi e por elles foi mandado fazer este termo de como aqui estavão en camara e não asestirão os mais veradores por seren idos fora e o procurador por iso não se fes camara de que fis este termo manoell da cunha escrivão da camara ho escrevi.*»

Que teria havido?

Apenas o inevitável: Antônio Raposo Tavares, agora com Manuel Preto, com 900 paulistas e dois mil índios, organizara a grande bandeira que, dias antes, marchara para os sertões, rumo ao Guairá. E, integrada nessa bandeira, lá se fôra a Câ-

mara de São Paulo, com seus vereadores, juízes, procuradores, almotacéis e porteiro!

Era a resposta da Câmara ao senhor ouvidor.

E enquanto, na semana seguinte, se realizam as eleições para nova Câmara, os paulistas, lá longe, escorraçam os espanhóis do Guairá, arremessando-os definitivamente para as bandas do Paraguai.

Aderêço de espada e adaga de concha

OS BANDEIRANTES

RUMO AO SERTÃO — ANTES DA PARTIDA — O QUE UM SERTANISTA LEVA CONSIGO — O TEMOR DA MORTE ARMAS E MUNIÇÕES — O «GIBÃO DE ARMAS» E A «COURA» — A «RODELA» E O «MACHETE» — A BANDEIRA.

urante todo o século, vive a Câmara em contínuos atritos com a população porque esta insiste em invadir os sertões, a prear índios. Anos a-fio, da casa do Conselho se eleva sempre a mesma cantilena que, se varia na forma, é sempre uniforme na substância: «... *pelo procurador foi dito que lhe requeria da parte de sua magestade impedissem e estorvassem a ida ao sertão porque estava informado que iam algumas pessoas ao sertão*»... Ou então, requer outro procurador que se tomem providências severas contra os que demandam as selvas, «*porquanto se despejava a terra e seiam todos para o sertão*»...

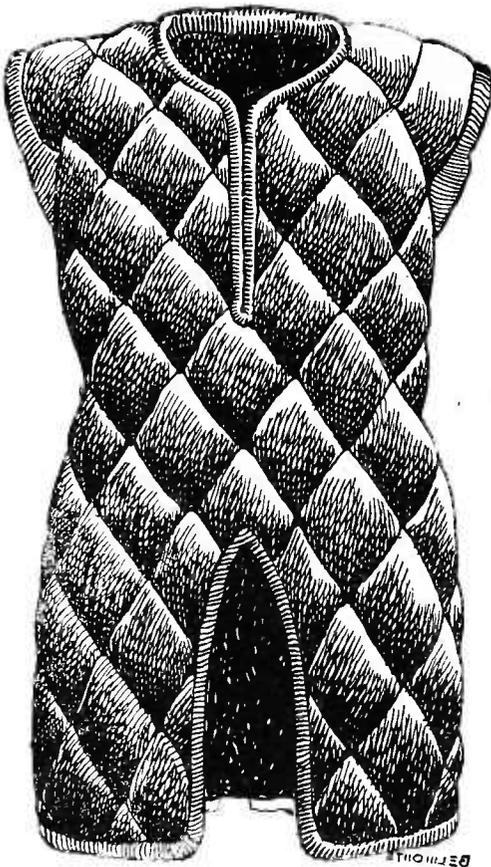
Às vezes, contudo, há vereadores que, diante do angustioso problema, fecham os olhos. Outros vão além, como a Câmara de 1661, que autoriza o vereador mais moço, Lucas de Camargo Ortiz, a ir para o sertão *buscar o seu remédio*. Outros, ainda vão aos extremos, como os vereadores de 1628 que partiram, incorporados, na bandeira de Raposo Tavares, ou como os conselheiros de 1622 que, segundo o depoimento dos seus sucessores, se esqueceram de suas obrigações e foram atrás do íncola. «*nem os officiaes passados deram conta de nada e ora estavam no sertão*»...

Há épocas em que a vila, como assolada por uma peste, fica vazia e muda: foram todos *buscar o seu remédio*... Não

atendem a avisos, nem se temem de ameaças; placidamente, como quem vai a um passeio rápido, fazem seu testamento, tomam suas armas e vão...

E' inutilmente que os poderes públicos se esfalfam: «*os que são idos ou foram ao sertão têm incorrido nas penas que, por quarteis, foram postas e por quebrantarem as leis de Sua Magestade, por qual razão ficaram criminosos e não podem ministrar cargo na republica*».

O paulista arruma a sua caixa, ajeita os seus pequenos negócios, dita ou escreve suas últimas vontades, toma seu arcabuz e, tranquilamente, parte.

Braz Gonçalves, o moço, que fica dois anos no sertão, indo até Minas, escreve antes de partir: «*Digo eu Braz Gonçalves o moço morador na villa de S. Paulo que devo a Braz Mendes treze cruzados em dinheiro de contado os quaes lhe pagarei em vindo desta entrada que faz Nicolau Barreto capitão*».

Gibão de armas

Belchior Carneiro, que parte em 1644, afirma: «*Digo eu Belchior Carneiro que devo a Jaques Felix vinte e quatro cruzados do fato que me vendeu a qual quantia lhe pagarei trazendo-me Nosso Senhor do sertão*».

Mais feliz que Braz Gonçalves, que morre na jornada, Belchior Carneiro volta dessa entrada para saldar sua dívida com o fundador de Taubaté. Menos acalentado pela sorte é Antônio Castanho da Silva, o segundo dêsse nome. O primeiro é o grande bandeirante que, antes de Raposo Tavares, galga a cordilheira dos Andes e vai morrer no Perú, nas minas de

Tatací. Êste segundo Antônio Castanho da Silva leva vida sedentária em São Paulo quando, certo dia lhe ocorre partir como os outros. Apresta-se, faz compras, contrai dívidas. E deixa êste documento porque... «*Porquanto eu não tenho cabedal para pagar estas dividas e ellas foram contrahidas para se pagar á volta das minas para onde eu estava aviado para partir quando me deu esta doença*».

E morre sem realizar o seu grande sonho.

Não partem, todavia, sem testar, determinando suas últimas vontades, porque sabem que a fascinação das selvas é traiçoeira; que, dos tremedais lutulentos, se levantam miasmas mortíferos; que, das brenhas híspidas, chovem flechas envenenadas; e que, por toda a parte, nas lezírias, nas balseiras, nos chapadões, a morte os espreita, invisível e implacável...

Lourenço de Siqueira escreve: «*Estando eu de viagem e temendo-me da morte*»...

Temendo a morte, ainda, na jornada incerta, escreve outro bandeirante, em 1678: «*Estando eu Antonio de Almeida Lara em meu perfeito juizo para fazer viagem para o sertão temendo a morte e desejando pôr minha alma no caminho da salvação*»...

De Mateus Leme, que parte em 1633: «*Estando eu Matheus Leme com todos os meus cinco sentidos e juizo perfeito e por estar de caminho para o sertão*»...

Outro: «*Eu, Miguel Leite de Carvalho estando em meu juizo perfeito e entendimento que deu sem doença alguma e querendo seguir viagem para o sertão*»...

Outro ainda: «*Saibam quantos esta cedula de testamento virem que no anno de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos e quarenta e oito annos em os quinze dias do mez de maio neste porto de Pirapetingy estando para me embarcar a fazer uma viagem rio abaixo e temendo-me da morte*»...

Lourenço Gomes parte do Tietê: «*Estando eu Lourenço Gomes no porto do rio Anhemby na companhia de Martim Rodrigues a o acompanhar onde são os Bilreiros*»...

Êsse bandeirante volta mas o capitão Martim Rodrigues fica para sempre na terra das minas, no sertão de Paracatú.

Mosquete com sua forquilha

Outro sertanista, que sai no encalço dos guaianás, parece temeroso e apega-se a todos os santos: « ... *peço ao Anjo S. Miguel e ao santo do meu nome e ao Anjo da minha guarda me queiram acompanhar e livrar dos demonios amen e por não saber da morte nem da vida desta viagem que vou fazer aos Guayanazes* »...

Mais assustado do que êsse, somente André de Burgos que nunca foi ao sertão mas que se agarra à Côrte celeste com desespêro de náufrago em alto-mar:

« *Primeiramente encommendo minha alma a Deus Nosso Senhor que haja misericordia della pois a remiu com seu precioso sangue e á Virgem Nossa Senhora Mãe Sua para que ella como mãe de misericordia alcance de seu bento filho perdão de meus peccados e ao santo do meu nome e ao anjo da minha guarda e ao Archanjo S. Miguel e a todos os santos e santas da côrte dos céus e ás onze mil virgens e a todos anjos, archanjos, cherubins e serafins, thronos e dominações e aos patriarchas e prophetas...* »

E marcha a bandeira para as selvas, com seus índios de arcos, seus homens de armas, seus gentios carregadores e, às vezes, seus cavalos [1]. E em que consiste a matalotagem de um bandeirante?

---

(1) No inventário dos bens deixados pelo bandeirante cap. Francisco Ribeiro de Morais, « *no sertão dos Guaiaz* », encontram-se, entre os objetos e armas deixados pelo morto, dois cavalos: « *mais dois cavalos um sellado e enfreiado com suas estribeiras de ferro gineta* ».

Vejamos, ao acaso, o testamento de um: Afonso Dias que «morre no sertão», integrante da bandeira do cap. Antônio Domingues:

«*Declaro que aqui em minha companhia trago minhas armas a saber minha espingarda e o meu terçado e o meu gibão de armas mais quatro libras de pólvora mais doze libras de chumbo mais seis braças de corrente com trinta collares mais seis camisas e tres ceroulas, duas bombachas de algodão, duas toalhas de rosto e duas de mão, três gibões sendo dois de algodão e um de bombazina, cinco guardanapos, quatro varas de pano de algodão, um lençól de dois panos, uma rede e um cobertor e umas almofadinhas, um cabeção de estamenha e um capote, um chapéu, três machados, uma foice, um facão, um tacho de seis ou sete libras, três foicinhas, um bahú de boi, uma carapuça de pano, duas navalhas e uma lanceta, uma pedra de afiar, uma forma de munição com seu candieiro, um estojinho, uma bocetinha com pedra hume e verdete e outras miudezas, seis ou sete carreiras de alfinetes, duas colheres de prata, dois molhos de fumo, um bolinho de cêra*»...

Cremos que não viajam, hoje, com tão minucioso confôrto, os civilizados turistas internacionais. E' claro que nem todos se dão o trabalho de transportar tão copiosa matalotagem e preferem trocar o confôrto no acampamento pela segurança de sua vida em constante risco. É, por exemplo, o caso do capitão João Tenório que se desfaz de certas superfluidades como guardanapos e travesseiros, para se garantir com munição mais farta e melhores armas. Além do seu *gibão de armas,* sua *coura* e seu *ferragoulo bandado* indispensáveis a um chefe de tropa, eis o que deixa ao morrer no sertão: 4 arráteis de pólvora ruiva de bombarda, um polvarinho, uma escopeta de seis palmos, uma escopeta de quatro palmos, um cantil, duas pistolas com suas bolsas, aderêço de espada e adaga, um terçado, uma escopeta oitavada, uma pistola estrangeira, um arcabuz, uma espingarda clavina, uma adaga de concha — além de uma rede e umas botas de cordovão.

Francisco Barreto, o grande sertanista, além de muitas armas, leva também 117 libras de pólvora, duas arrobas de chum-

bo, 38 cunhas, 3 papéis de alfinetes, duas alavancas, uma coura, 6 facas, sal e 88 anzóis.

Se nem todos podem levar tão terríficos arsenais, pouquíssimos dispensam objetos e utensílios de imediata utilidade, como pratos de estanho, colheres, caldeirões, redes, tipóias com seus cadilhos, toalhas, cobertores, anzóis, cabaças de sal, foices, machados. Às vezes, nos espólios dos bandeirantes que morrem nas selvas, surgem armas pouco encontradiças alhures, como o broquel de aço de Bento Pires Ribeiro, os escudos de Domingos Barbosa e de Garcia Rodrigues, o estoque de André Botelho. Mas a arma bandeirante por excelência é a *escopeta* que, segundo o autorizadíssimo Bluteau, é uma *arma mais curta e de menor bala que a espingarda e carabina e de coronha mais curta*. Há, todavia, quem prefira a espingarda; outros a clavina, ou o arcabuz, ou o bacamarte. Às vezes, pistolas. À cinta, o *aderêço de espada e adaga, com seus talabartes e talins*. Ao lado, o *frasco de osso de botar pólvora*. E *a fôrma* de fazer munições e pelouros com as barras ou arrobas de chumbo. No corpo, como defesa, o *gibão de armas*, ou *armas de algodão*, ou *armas de vestir* — que é um gibão ou ferragoulo recheado de algodão como um acolchoado e que porá o bandeirante a salvo de flechadas.

Há, todavia quem prefira a *coura*, ou *coira*, que é um gibão de couro de anta, sem mangas, e que encontrei nos espólios de Rafael de Oliveira, Custódio Gomes, Domingos Rodrigues, Francisco Barreto, Bento Pires Ribeiro, Domingos Cordeiro, Domingos Luiz e João Tenório. Todas são de couro de anta, sendo que a dêste último é *guarnecida com suas fitas e forrada de tafetá azul*. Não se trata como afirma Alcântara Machado, do gibão de armas, que é muito mais barato e feito de pano recheado de algodão. A *coura*, foi muito usada na Europa e na Ásia nos séc. XV e XVI [2]. Os espanhóis davam-

---

(2) ... «apareceo com oitenta e seys tendas de campos muytas ricas, cada uma das quais rodeava trinta elifantes postos em ala de duas fileyras a modo de guerra com seus castellos embãdeirados & doze mil Bramas de cavallo, com jaezes & cũbertas ricas, que tambem por sua ordem fechavão todo o dopo em quatro fileyras, & todos estes armados de cossoletes, & *Couras*, & sayas de malha»...

Fernão Mendes Pinto, *Peregrinações*, cap. 149.

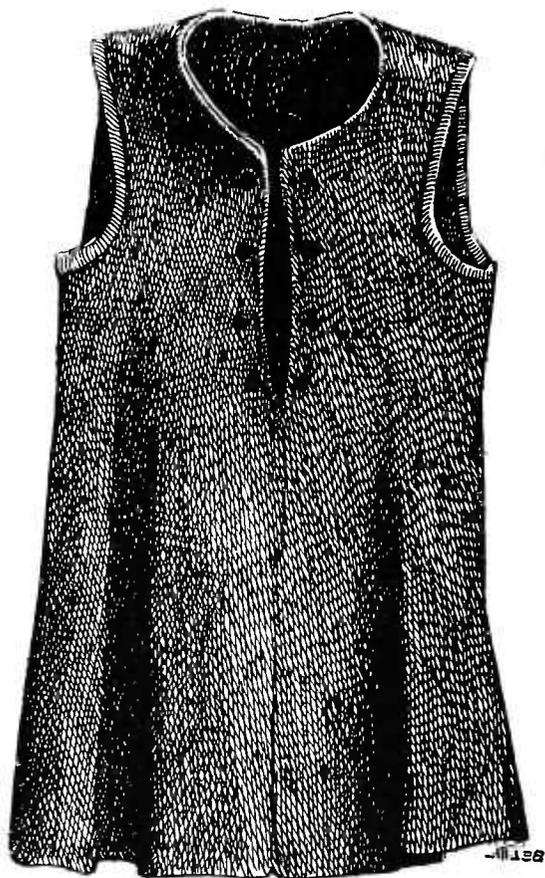
Bandeirante com gualteira de couro de anta, gibão de armas, rodela, espada, arcabuz e forquilha

lhe o nome de *coleto de ante,* havendo também *medios coletos* bordados a passamanes. Aliás, nota-se nos inventários uma grande desproporção entre a avaliação dos *gibões de armas* e a das *couras.* Aqueles oscilam entre um e cinco mil réis, enquanto estas se avaliam em dez e onze mil réis. Prova de que o gibão de armas não é feito de couro, mas de qualquer outro material, como pano grosseiro e resistente — perpetuana, barregana ou picote. Mas a *coura* é, como seu nome o indica, feita sempre de couro.

Miguel Vaz Pinto tem um *colête* de couro que, a julgar pela avaliação (800 réis) não pode ser couraça de bandeirante. E quanto a *calções de couro,* só pude encontrar cinco, todos no espólio de Antônio Leite Falcão, o homem que é o único a possuir essas preciosidades além de outras, como um chapéu de sol e um par de *luvas enfeitadas.*

« Coura » de anta

Não deixa de ser curioso observar que duas armas raras — uma defensiva, outra ofensiva — as únicas que aparecem nos inventários, se acham em poder do sexo frágil: um *broquel de aço,* com Sebastiana Leite da Silva, irmã de Fernão Dias Pais e viúva do capitão Bento Pires Ribeiro, e uma *alabarda,* com Isabel Sobrinha. A fragilidade do sexo é, às vezes, muito relativa...

Há bandeirantes que, além do que se arrolou aquí sumariamente, se aparelham para todos os riscos. E é assim que vemos no espólio de Mateus Leme, *uma caixa de boticas;* no de Manuel Fernandes Sardinha, *um estôjo de lancetas;* no de João da Costa,

um estôjo de cirurgia com 6 lancetas, uma tesoura, agulhas, uma pinça e um cautério. Aquí, é *um estôjo de tesoura e duas navalhas, pedra de afiar e pente*. Alí, *um boticão e dois escarnadores com mais dois ferros como tenazes*.

Muitos levam livros, como Sebastião Pais de Barros, Mateus Leme, Martim Rodrigues, Antônio de Almeida. Outros como Pero de Araújo e Luiz Janes, não deixam o seu tinteiro. Gaspar Fernandes não abandona o seu *tabaqueiro com bocal de prata*, enquanto Manuel Preto, o moço — porque o herói do Guairá parece que não gosta dessas coisas — leva o seu *naipe*, para um truque no arraial.

A «coura»

Falámos atrás, acidentalmente, nas três *rodelas* que aparecem nos inventários. Êsses escudos, parentes próximos das *rotas* que se usavam nos torneios e das *tablachinas* arredondadas, são feitos, geralmente, de madeira, circundados por um aro de metal e cobertos com couro de anta — o que lhes permite oferecer uma extraordinária resistência às flechas, aos chuços e aos pelouros de barro cozido. Os inventários só nos denunciam cinco *rodelas*. Sabe-se, entretanto, que na grande bandeira que acometeu as reduções guairenhas, sob o comando de Raposo Tavares e Manuel Preto, iam os paulistas armados com «*escopetas, espadas, RODELAS, machetes, balas y otras armas en compañia de unos dos mil doscientos indios*» (3).

---

(3) Henrique de Gandia, «*Las Misiones Jesuiticas y los Bandeirantes Paulistas*», pág. 31.

Na carta que dom Luiz Céspedes Xéria envia ao rei da Espanha, a 8 de Novembro de 1628, sôbre o assalto dos paulistas ao Guairá, encontram-se estas palavras: que os moradores da vila de São Paulo, em dias de festa, costumam ir ao povoado «*armados com escopetas rrodelas y pistolas...*»

Os inventários, todavia, só registram cinco dêsses *escudos* e nenhum *machete* — o que demonstra a relativa insuficiência da parte editada dêsses preciosos documentos, — o mesmo podendo dizer-se dos *capuzes* ou *gualteiras de couro de anta,* modestas e rudes descendentes da *celada* e da *borgonhota* quinhentistas.

Assinatura do «Caçador de Esmeraldas» sem o Leme que às vezes lhe emprestam

Quanto à bandeira que os paulistas levam... No comêço do século, em 1603, não existe em São Paulo nenhuma bandeira da cruz da Ordem de Cristo, dos domínios ultramarinos de Portugal. No dia 4 de janeiro dêsse ano, o procurador do Conselho requer *que se ajunte o povo para pedirem ao povo dinheiro para uma bandeira, porque não há na vila, nem o Conselho tem dinheiro para isso.*

Assinatura de Amador Bueno, quando juiz em São Paulo

Se a Câmara não possue uma bandeira, *nem tem dinheiro para isso,* não admira que, pelo menos no início do século, os

paulistas levem ao sertão outros pendões que não o das quinas. Os padres Justo Mansilla e Simon Maceta, na ruidosa «Relación de los agravios», afirmam que, quando os paulistas investiram contra as reduções jesuíticas de Guairá e Iguaçú, «*las vanderas que levavan no tenian las armas del Rey sino otros señales diferentes*».

Que sinais ou insígnias serão? O padre Vasques Trujillo, provincial do Paraguai, em carta que escreve a Filipe IV, em 12 de Junho de 1632, afirma que os bandeirantes não o reconhecem como rei, pois têm um soberano próprio, cujas insígnias e brasões êle viu nas bandeiras que os invasores levavam. Embora o informe possa ser verdadeiro, não está de acôrdo com a relação da viagem que o governador Valverde faz, em 1657, aos *pueblos* jesuíticos do Paraná, nem com a carta do padre Miguel Gomes, datada de 1651, os quais viram, entre os troféus tomados aos bandeirantes na refrega, uma bandeira com a efígie de Santo Antônio.

Assinatura de Antônio Raposo Tavares

E' possível, contudo, que os cinco estejam certos e que, na legião de Raposo Tavares houvesse mais de uma bandeira — justa compensação ao fato de, nas Atas e nos Inventários, não se encontrar senão raríssimas referências ao pendão bandeirante. Assim, parece que a primeira vez a empregar-se o têrmo *bandeira*, no planalto, na sua acepção de tropa sertanista, é o requerimento que os oficiais da Câmara de 1612 enviam ao governador da Capitania, queixando-se da ação draconiana do administrador Mateus da Costa Aborim:

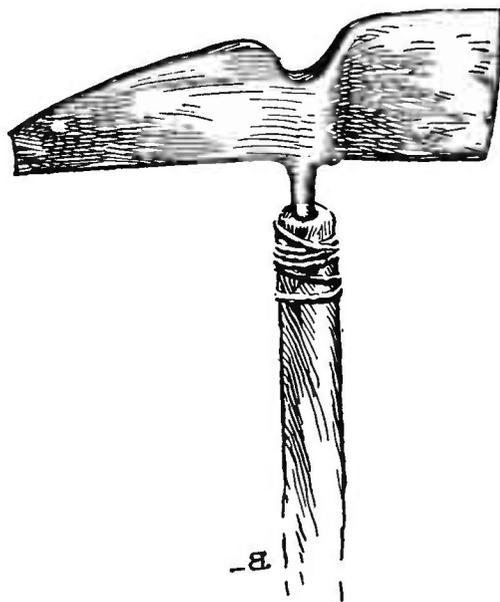
...«*o dito administrador os avexa com excomunhões sendo a jurisdição real de sua magestade e sua justiça não indo contra a ninguem nem levantam bandeira*»...

Seja, porém, como for, o certo é que a denominação de *bandeirantes* dada, nos primórdios do século XVII, aos ciclópicos desbravadores paulistas, preenche um espaço que a pobreza documental do seiscentismo deixou em claro. E é assim, com a bandeira desfraldada no recesso das florestas pávidas, que os vemos passar, rumo ao desconhecido, para a fortuna ou para a morte... .

OS QUE NÃO VOLTAM

A ENDEMIA, O ÍNDIO E O CASTELHANO: TRÊS PERIGOS DISTINTOS NUM SÓ INIMIGO VERDADEIRO: O SERTÃO — O FASCÍNIO DA SELVA — MARCOS HUMANOS DE UMA CONQUISTA IMPLACÁVEL — AS CRUZES SIMBÓLICAS.

Dos bandeirantes que morrem no sertão, vitimados pela doença ou pelos inimigos, dois são conhecidos de sobejo, tendo se tornado mesmo, figuras quasi lendárias: Fernão Dias Pais, o «Caçador de Esmeraldas» e Manuel Preto, o «Herói de Guairá». O primeiro tomba para sempre, às margens do rio das Velhas, na jornada esmeraldina, *mais pobre que um mendigo;* e o segundo cai na áspera refrega do Guairá, «*com muy buenos flechasos que le dieron los yndios contra quienes yva*» — na expressão jubilosa dêsse heróico inimigo dos paulistas que foi o padre Simón Maceta.

Outros vultos da epopéia sertanista, nas ásperas travessias pelo sertão, vão caindo, aquí e alí, derribados pelas endemias ou chacinados pelo íncola feroz: Antônio Pires de Campos e Manuel Dias da Silva, trucidados pelos *guaicurús,* às margens do Taquarí. Jerônimo Bueno, massacrado pelos *guaranís,* nas planícies do Guairá.

Instrumento usado na mineração do ouro

Luiz Pedroso de Barros, que morre às mãos dos *serranos*, no Perú. Fernão Pais de Barros que, nos sertões de Tambiú, é morto pelos espanhóis de Guairá. Por todo o imenso território da América do Sul, vão ficando corpos inanimados de desbravadores, enquanto as correntes humanas, despenhadas do planalto de Piratininga, investem para os sertões, irreprimíveis e vitoriosas «como as pororocas amazônicas»...

Quantos bandeirantes, no transcurso dessa homeríada sertaneja, terão caído para sempre dentro das selvas?

Impossível arriscar-se uma resposta. Sabe-se, contudo, pelo pouco que nos revelam os Inventários e Testamentos, que êsse número terá sido grande e que não era por puro desfastio que os paulistas, antes de rumarem para o sertão, redigiam seu testamento...

Belchior Carneiro, que parte em 1608, como chefe da bandeira de Antônio Raposo, o velho, escreve: «*Eu Belchior Carneiro estando de caminho para fóra e temendo-me da morte*»... O temor não é vão porque Belchior morre, no ano seguinte, no sertão dos *bilreiros* (1).

Braz Gonçalves, o moço, da grande bandeira de Nicolau Barreto, morre em 1603 às margens do rio das Velhas ou, como êle próprio escreve: «*neste sertão e limites que povoam os gentios temeninós*»... Integram esta bandeira, segundo o padre Pastells, «*207 portugueses y 3 clérigos*»...

Braz Gonçalves o velho, morre trinta e três anos depois no sertão dos *Araxans*. Os seus bens são logo postos em leilão, por ordem do chefe da bandeira, Cap. Coutinho de Melo, e arrematados pelos bandeirantes, *fiado por seis meses*.

Isso porque, segundo Diogo Coutinho, estão aqueles bens em perigo, por «*estarem em terra de inimigos onde facilmente os poderão levar e terem os orfans com isso perda, a falta de quem olhasse por esses bens*» (2)...

---

(1) Alfredo Elis, perfilhando uma opinião de Basílio de Magalhães, situa os índios bilreiros no baixo Tocantins, o que é contestado por Taunay, com toda razão. No inventário de Bernardo Bicudo (I. e T., XV, 181) encontram-se estas linhas: «Mais se botou neste inventario meia legua de terras e matos maninhos em Capibari na estrada velha do sertão que vae para o sertão dos Bilrieros».

(2) Diogo Coutinho chefia um destacamento da grande bandeira do capitão-mór Antônio Raposo Tavares.

Francisco de Almeida morre em 1616 no sertão de Paraupava. O chefe da bandeira, capitão Antônio Pedroso, manda o escrivão da tropa fazer o inventário dos bens. O escrivão é Pero de Araújo.

Pero de Araújo morre dezoito dias depois de arrolar o espólio de Francisco de Almeida. E o seu inventário é feito num pedaço de papel onde o bandeirante copiara quatro estâncias dos «Lusíadas».

Pedro Sardinha inicia assim, em 1615, o seu testamento: «*Neste sertão dos Carijós onde eu Pedro Sardinha ao presente estou e me acho em companhia do capitão Lazaro da Costa neste descobrimento a que veio, e por me achar mal*»... E, realmente, morre um mês depois.

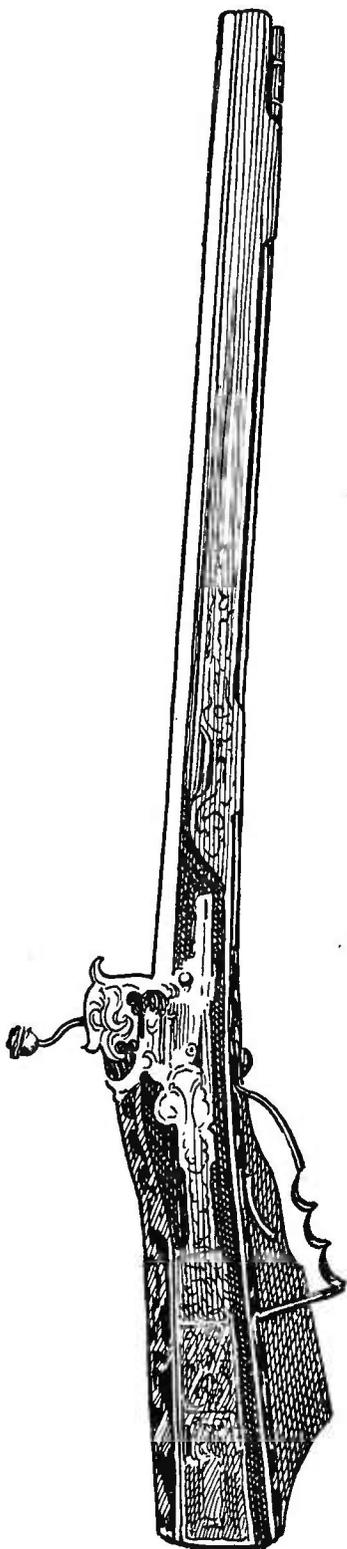
Custódio Gomes, que parte em 1635 na bandeira marítima de Pedro da Mota Leite, vai morrer no sertão dos Patos, já em terras de castelhanos, onde é hoje o Rio Grande do Sul. Sabe-se disso porque, em 1639, no Juízo da Ouvidoria Geral, de São Paulo, Matias Lopes, o moço, vai pedir providências para um atrapalhadíssimo negócio de índios que fizera com Custódio, em Laguna, e que não pode resolver sozinho porque *o dito Custódio Gomes morrera no sertão*.

Juzarte Lopes também vai acabar seus dias no sertão dos Patos, em 1635, no tijupar de um cacique: «*... por me achar muito doente neste certão em casa do principal Aracambi*»...

Manuel Preto, o moço, escreve antes de morrer, em 1637, que, «*estando doente neste rio de Taquarí*»... E' um território mato-grossense, onde se encontra a grande bandeira do capitão Jerônimo Bueno, genro de Manuel Preto, o destruidor do Guairá.

Estêvão Gonçalves, dessa mesma tropa, morre aí também, no mesmo ano, «*doente de doença que Deus me deu*»...

Sebastião Gonçalves cai, ferido pelos índios, em 1641, às margens do Rio Grande, ou, como escreve o inventariante, «*neste sertão dos goyanazes*». E' chefe dessa bandeira o capitão Jerônimo Pedroso.

Antônio da Silveira, da grande bandeira de Fernão Dias

Arcabuz

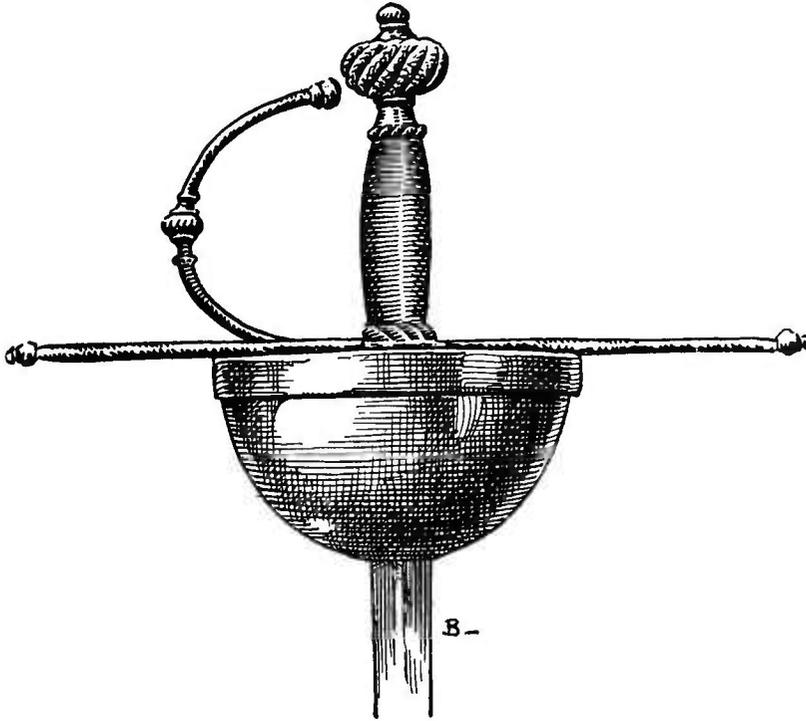
Pais que conta, então, 30 anos, morre «*neste sertão do Rio Grande*», em 1638.

João Preto, em 1637, como Manuel Preto, o moço, seu irmão, faz o seu testamento às margens do Taquarí, antes de morrer «*de doença que Deus foi servido dar-me*».

Pascoal Neto, da bandeira que Antônio Raposo Tavares leva até os domínios dos *tapes, charruas* e *minuanos,* morre à margem da Lagoa dos Patos, em 1636, «*neste sertão e logar onde chamam Jesus Maria de Ibiticaraiba, sertão dos Araxans*»...

Martim Rodrigues Tenório escreve seu testamento em Março de 1603 *neste sertão e rio Paracatú.* No inventário feito em São Paulo por ordem do juiz Bernardo de Quadros, faz-se o arrolamento «*da fazenda que se achar ser do dito Martim Rodrigues defunto por ser ido ao sertão e se dizer ser la morto*». Rodrigues não é paulista, como esclarece um documento apenso ao inventário: «*Martim Rodrigues agora defunto hespanhol*»...

Matias de Oliveira, não se sabe ao certo em que data morre. Em 11 de Março de 1643, vão os avaliadores oficiais ao sítio de Marianinha, arrolar os bens em poder da viúva. E escrevem que vão «*nas casas da viuva Isabel de Góes mulher do dito defunto Mathias de Oliveira que no sertão no decurso de sete annos falleceu da vida presente conforme o affirmam e juram numero de testemunhas de experiencia que bem sabem o risco e perigo do dito sertão*».

Pedro de Oliveira desaparece na mesma jornada. Dele, sabe-se apenas *que há sete anos foi ao sertão.*

Espada de concha

Antônio Gomes Borba morre no sertão, sem indicar o local e sem que se possa ler a data, roída pelas traças. Antônio Gomes é pouco explícito: «*Declaro que vim a esta viagem donde de presente me acho*»... Ou então: «*Das peças que eu levar deste sertão*»... E' que Gomes Borba, como todos os outros, não imagina que, alguns séculos mais tarde, surja alguém para pedir contas de suas correrias pelas selvas...

Francisco Dias da Silva também não nos deixa o menor indício do local e da data em que pára, ao morrer. Presume-se, porém, que tenha falecido nos sertões do vice-reino do Prata, até onde chegou a sua bandeira. O inventário de São Paulo é feito em 1645: Dele, diz Pedro Taques que «*se fez opulento de arcos cujos indios conquistou com armas de sertão, e gostando desta guerra tornou para a mesma conquista, e no sertão*

dos Patos e Rio S. Francisco para o Sul até o Rio Grande de S. Pedro».

Francisco Saraspes é outro bandeirante que morre, simplesmente, *no sertão*, neste vasto, infinito sertão americano, em 1614. Sabe-se, apenas, que *Deus o tem por ser falecido da vida presente*.

Manuel de Chaves segue na caudalosa bandeira de 1603, cujo comando o capitão-mór da Capitania, Roque Barreto, entrega a seu irmão Nicolau Barreto. Vai a grande tropa até os sertões de Paracatú, apresando cêrca de três mil índios e registrando, em suas fileiras, grande número de mortes. Aí morre Manuel de Chaves, como escreve em seu testamento — «*doente de uma frechada que me deram os tupiães*».

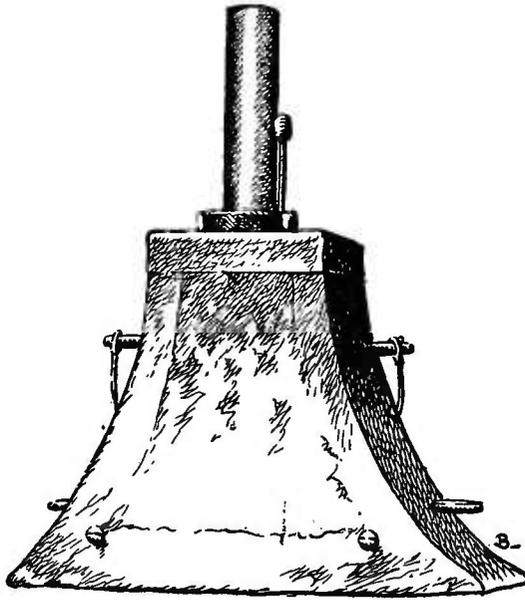
Luiz Ianes, o moço, morre em 1628 no sertão de Ibiaguira, cabeceiras do rio Ribeira, na estrada do cap. Mateus Luiz Grou. Escreve em seu testamento: «*Vendo-me de idade de cincoenta e cinco annos e oito mezes estando neste sertão doente de uma enfermidade que Deus me deu*»...

Fernão Dias Borges morre no sertão, em lugar desconhecido. Sabe-se que não regressa de sua *entrada*, devido ao inventário que se fez de seus bens, em São Paulo, «*na paragem chamada Trabembé*», e em que se lêm estas palavras: «*...fazenda que ficou do defunto Fernão Dias Borges que ha sete annos foi ao sertão e por summario de pessôas dignas de fé e credito se provar ser fallecido da vida presente*»...

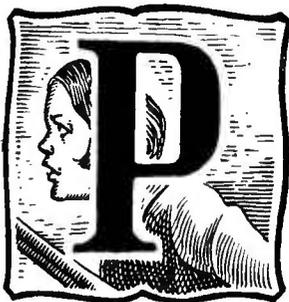
Sebastião Pais de Barros, o grande bandeirante pertencente a uma das famílias de maior relêvo na Capitania, filho do famoso Pedro Vaz de Barros, sobrinho de Fernão Dias e irmão de seis notáveis bandeirantes como Luiz Pedroso de Barros, Antônio Pedroso de Barros, Valentim de Barros, Pedro Vaz de Barros, Fernão Pais de Barros e Jerônimo de Barros — também morre no sertão, em companhia de um filho. Não se sabe ao certo onde morre. Como, porém, em 1674 se encontra nas cabeceiras do rio Tocantins, no Pará, onde recebe honrosa carta do Príncipe Regente D. Pedro, e como o seu inventário em São Paulo é feito nesse ano, presume-se que tenha falecido no Norte.

As cruzes simbólicas

A respeito de sua morte alí só se encontra êste vago, mas sugestivo indício, no seu inventário: «... *e outrosim mais vinte mil reis que se tiraram do montemor para se mandarem dizer missas pela alma do defunto Antonio Pedroso, filho do dito defunto que junto com seu pae falleceu no sertão*»...

Outros, ainda, nessas marchas épicas do bandeirismo, vão ficando pelo caminho... João Pedroso, o moço, Francisco Ribeiro de Morais, Afonso Dias, Simão Sutil de Oliveira, Antônio Vaz... No solo pisado pelas botas rudes, cava-se uma cova. Um corpo desce e, sôbre êsse corpo inerte, ergue-se uma cruz — duas vezes simbólica porque alí, naquele sertão bruto, ela vale como um marco fincado no chão, a dizer que alí também é terra da Santa Cruz.

Polvarinho

MENINOS-HOMENS

OS MENINOS BANDEIRANTES — BARTOLOMEU BUENO E PIRES DE CAMPOS — O MENINO DO SERTÃO GOIANO OS ÓRFÃOS DO CAPITÃO PIRES RIBEIRO — O «ENXOVAL» BÉLICO DE UM MENINO DE 13 ANOS.

ouco depois de 1670, parte de São Paulo uma grande bandeira comandada por Manuel de Campos Bicudo, rumo ao nordeste de Mato-Grosso, *a conquistar os índios «serranos».*

Campos Bicudo é, então, um dos grandes sertanistas de Piratininga, autor de 24 entradas no sertão e, segundo Pedro Taques, *é republicano adornado de muita civilidade, cortês política e boa instrução,* destacando-se ainda por seu físico agigantado: *Nós o conhecemos,* afirma o linhagista, e nos não acordamos de outro *que com êle competisse na corpulência.*

A bandeira corta territórios híspidos e perigosos, habitados por numerosas tribus de índios antropófagos e vai parar, finalmente, nas cabeceiras do rio Tapajós. Não cabe aquí o relato minucioso dessa audaciosa penetração. O que se deseja assinalar aquí é um fato sobejamente conhecido, mas não devidamente estudado: a presença de um menino nessa rude tropa.

Com efeito, acompanhando seu pai nessa longa, áspera entrada, vai um rapazinho que não deve ter mais de quatorze anos de idade e que se chama Antônio Pires de Campos.

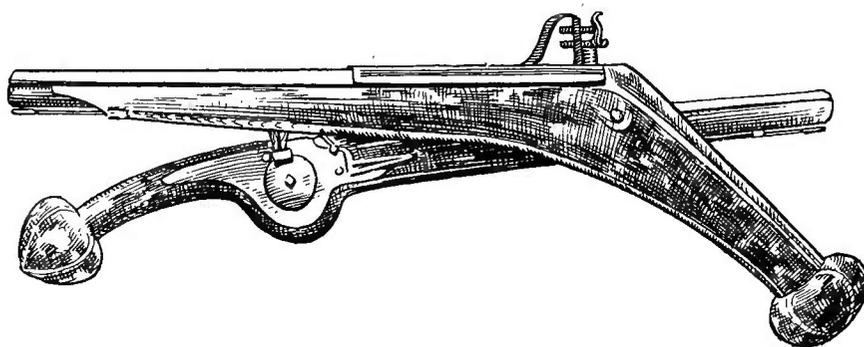
No sertão do norte mato-grossense, descobrem a lendária serra dos Martírios, marcham para leste, alcançam o São Manuel e aí, no recesso do sertão goiano, encontram outra bandeira, a de Bartolomeu Bueno da Silva, o velho *Anhanguera*

que, como o outro chefe de tropa, leva também, em sua companhia, o seu filho de quatorze anos, o jovem Bartolomeu.

O encontro das duas bandeiras paulistas nas longínquas selvas do norte goiano, não terá sido por certo tão surpreendente como o encontro dêsses dois meninos que, mais tarde, se agigantarão nos fastos do bandeirismo como audaciosos penetradores de selvas, no grande ciclo do ouro.

Mas — e esta pergunta nos ocorre de modo irresistível — terão sido êsses dois meninos os únicos que, nas bravas tropas bandeirantes, saem por êsses sertões bravios, desafiando as intempéries, sorrindo das endemias e enfrentando os selvagens, com o destemor dos homens mais rudes e audazes?

Tudo nos leva a responder negativamente. E mais: tudo nos leva a supor que a presença de rapazinhos em tropas bandeirantes, longe de constituir uma ou outra exceção, deve ter sido um hábito generalizado entre a gente paulista do seiscentismo. Se, em dadas ocasiões, toda a vila, excetuados os inválidos e as mulheres, sai por êsses matos brutos, por que ficarão em casa êsses meninotes ainda imberbes, mas que já se consideram homens como os mais barbudos?

Aos quatorze anos de idade, o paulista do seiscentismo já se não considera um menino. Embora sem o mais leve indício de barba, mal podendo carregar os pesados mosquetes de seis palmos, mas sopesando galhardamente a ágil escopeta ou a sua *tercerola*, êsses rapazinhos, vezes sem conta, embrenham-se pe-

Pistolas

O filho do bandeirante

los sertões, na ajuda de seus pais ou *no serviço de Sua Majestade.*

Quando, em meados do século, se faz o inventário de Maria da Cunha, o Juiz de órfãos não aceita o depoimento dos filhos da falecida, alegando que alguns deles são *menores de quatorze anos,* não podendo, portanto, servir de testemunhas, *na forma da Ordenação de Sua Alteza.*

Já com Manuel Leme o procedimento é diverso, como se infere dêste documento: «*Aos quatorze dias do mez de Junho de mil seiscentos e sessenta e oito annos nesta villa de Sant'-Anna da Parnaiva tirou sua folha de partilha Manuel de Góes Leme por se haver emancipado*»...

E que idade tem êsse filho de Aleixo, *Leme já emancipado?*

Dezesseis anos.

A verdade, contudo, é que muito antes dos quatorze anos, já êsses meninos vivem como homens — como os homens másculos do planalto de Piratininga, embora somente quando completam aquela idade tenham licença para integrarem as grandes bandeiras que rumam para o fascinante mistério das selvas. Leiamos, por exemplo, a curiosa carta que um bandeirante famoso, Francisco Barreto, escreve à sua comadre Isabel de Almeida, espôsa de outro sertanista, Fernão Dias Borges:

«*Senhora comadre Isabel de Almeida.*

O portador entregará a Vossa Mercê o sacco e a toalha e o baleiro. Vossa Mercê viva muitos annos pelo trabalho do biscoito; estava muito bom; o trigo que Vossa Mercê gastou lhe mandará sua cunhada Maria Borges avizando a Vossa Mercê quantos alqueires a não ser que seja Deus louvado não fazer trigo em casa.

Simão ficou cá porque disse trazia ordem de Vossa Mercê para ficar cá para ir commigo ao sertão; a minha tenção era não tiral-o de casa de Vossa Mercê até Nosso Senhor não trazer e achegar o senhor meu compadre; mas seja de modo que Vossa Mercê levar em gosto...»

Quem é êsse Simão que, assim, se mete na casa do grande bandeirante afirmando ter ordem para *ir ao sertão?* E' um dos filhos da senhora Isabel e conta, então, treze anos de idade. A naturalidade, a displicência com que Francisco Barreto conta essas coisas à comadre, demonstram que o caso não é nada excepcional, indicando, ao contrário, que levar um menino ao sertão, é apenas um costume a que todos já se habituaram.

Referí-me, páginas atrás, ao testamento de Pero de Araújo, falecido no longínquo sertão de Paraupava, na bandeira de Antônio Pedroso. Pois aí também surge a figura de um menino-homem. E' o próprio bandeirante quem, pouco antes de morrer, escreve em seu testamento estas linhas:

«*Declaro que trazia em minha companhia um menino, filho de Sebastião de Freitas, o qual trazia dois negros e um ficou para morrer na aldeia dos Galachos...*»

Pero não registra a idade do menor mas, por mais de uma vez, no seu testamento, se refere ao *menino*, filho do capitão Sebastião de Freitas, pedindo aos seus companheiros que lhe entreguem as ferramentas que enumera e que pertencem ao menor.

Há mais, ainda.

Em 1670 falece a senhora Sebastiana Leite da Silva, viúva do capitão Bento Pires Ribeiro, deixando alguns filhos menores. O juiz nomeia, então, curador dos órfãos, o capitão Fernão Dias Pais, irmão da falecida. Numa das audiências, comparece em juízo o grande bandeirante para prestar declarações sôbre os órfãos e, perguntado pelo menor Francisco, que tem 16 anos de idade, declara que «*o levará elle dito curador ao descobrimento da prata em serviço de Sua Alteza por ter idade e ser capaz*».

Aos 16 anos, um rapazola, como se vê, pode enfrentar os mil perigos das selvas porque já *tem idade e é capaz*. E assim é, em verdade, porque, antes disso já o menor se apresta para seguir as pegadas paternas.

No inventário de Lourenço Castanho Taques, o velho, encontram-se estas linhas sugestivas:

«*Diz Lourenço Castanho Taques (o moço), tutor e curador de seu irmão José Pompeu, orfam, que elle supplicante o leva para o sertão em sua companhia e para seu aviamento necessita da quantia de 20$000.*»

Êsse órfão que se acha em véspera de partir para o sertão pode ser incluído no número dos meninos-homens do seiscentismo, pois tem apenas 15 anos de idade.

Por morte de Domingos Jorge Velho (o primeiro dêsse nome) lavra-se o têrmo de curadoria para o órfão Simão, ainda de menor idade. A curadora será a própria viúva que se compromete, sob o juramento dos santos evangelhos, «*a bem e verdadeiramente doutrinar e ensinar o dito orfam seu filho ensinando todos os bons costumes e administrando seus bens*»... O órfão, todavia, a-pesar-de menor exigindo tutela, não comparece em juízo.

Por que?

Por isto: «*o dito órfam ora está no sertão*».

E' que, já aos quatorze anos de idade, o paulista se encontra em idade militar. Quando a vila se acha sob a ameaça de invasão, do lado do mar ou do lado das selvas, os homens são imediatamente chamados às armas, «*de quatorze annos arriba*» (1). E' por exemplo, o que acontece numa das vezes em que a vila de Santos se vê ameaçada pelas naus corsárias de Joris Van Spilberg e em que Dom Francisco de Sousa chama às armas, para acudirem ao litoral, todos os que estão em condições de ser «*gente de guerra*» de «*quatorze annos para arriba*». E é o que sucede também quando os paulistas vão em auxílio do Nordeste, «*para a restauração de Pernambuquo*», em poder dos holandeses, ou em socorro da Baía ameaçada pelos batavos. A êsse respeito, não deixa de ser interessante regis-

(1) ... «ordenaram com ordem do snr. governador que todos os moradores déssem ról de toda a gente de guerra que em suas casas tivessem, a saber: filhos de quatorze anos arriba e os escravos», etc. — *Atas*, v. II, pág. 261.

Manuel de Campos Bicudo leva seu filho Antônio Pires de Campos na grande bandeira que vai até às cabeceiras do rio Tapajós

trar que, em 21 de Junho de 1624, prestando declarações ao juiz de órfãos Manuel da Gama, afirma João Moreira, tutor dos órfãos de seu irmão Pedro Moreira: «*que o órfam José* (de 14 anos de idade), *estava na cidade da Bahia em serviço de Sua Magestade para onde fôra de soccorro por soldado em companhia do capitão Antonio Raposo Tavares*».

Ao menor Domingos, de 13 anos de idade, filho de Miguel Garcia Velho, cabe, na partilha dos bens, um aderêço prateado de espada e adaga.

Que gasta um curador com o filho de um bandeirante falecido?

Pouca coisa. Pouca, mas essencial, como é o caso do menor Bento, filho do capitão Bento Pires Ribeiro. Êsse menor tem 13 anos de idade e o seu curador, Fernão Dias Pais comparece em juízo para prestar contas. E aquí está o que, além da roupa, dispendeu o «caçador de esmeraldas» com êsse menino de 13 anos:

«*Polvora, 11 vintens — Espingarda, 7$500 — De lhe botarem grão na espingarda, meia pataca — De um talabarte, pataca e meia — Polvora e chumbo, 2 tostões — Ao espadeiro, quatro patacas do concerto da espada.*»

E é assim, nessa forja de Titãs, que se vão formando os gigantes que, em embates violentos, vão impelindo para longe, até os contrafortes dos Andes, a muralha de Tordesilhas...

Gualteira (capuz) de couro de anta

UM PROBLEMA DA ICONOGRAFIA SEISCENTISTA

A CASA DA CÂMARA DE SÃO PAULO — O ROTEIRO DE CÉSPEDES XÉRIA E UM QUADRO FANTÁSTICO — UM ALPENDRE E UM BALCÃO INDISPENSÁVEIS.

iratininga, nos primórdios do século XVII, é menos que um burgo pobre — apenas um casario esparso que se levanta aquí e alí ao longo dos caminhos que ainda não são ruas, e com igrejolas que se erguem nos terreiros e páteos que ainda não são praças.

Cidade semimorta, São Paulo do Campo vive quasi deserta. Afirma Teodoro Sampaio que, ao terminar o século XVI, a vila conta mil e quinhentas almas. A verdade, contudo, é que a vila, propriamente dita, não registra tão alto índice demográfico, segundo se constata na carta que os vereadores do Conselho, em 1606, enviaram ao donatário da Capitania:

...«*que talvez ha nesta vila hoje mais de 65 homisiados, não tendo ella mais de 190 moradores*».

Como compreender que, 52 anos depois de sua fundação esteja a vila a braços com tão estranho despovoamento, mesmo levando-se em conta as contínuas «descidas para o sertão» realizadas pelos paulistas na sua eterna e irremediável preocupação de conseguirem braços para a lavoura?

A explicação está no fato de serem os paulistanos de então, homens afeitos à rude vida dos campos, lavradores cultivando suas roças cerealíferas e criadores pastoreando seu gado grosso, vindo à cidade apenas em dias de festas [1] — costume

(1) Em 1650, escrevia o capitão-mór Manuel Pereira Lôbo, governador da capitania de São Vicente: «...e porque a esta villa não acodem os moradores della senão em ocazião de festas...»

que permaneceria vivo através os tempos e chegaria até o nosso século. É, já, a preponderância do tipo rural, de que nos fala Oliveira Viana:

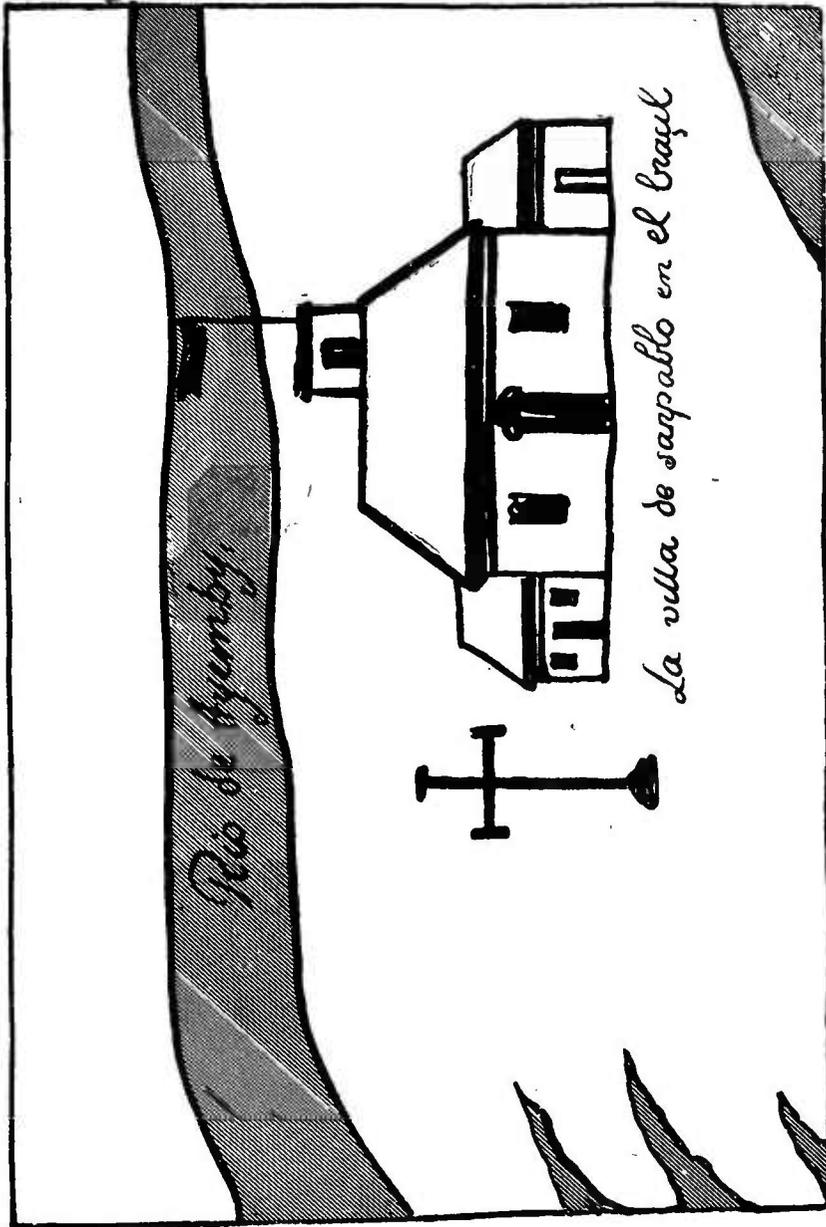
... «toda aristocracia brasileira do sul vive em pleno campo, nos seus solares fazendeiros»...

Há, porém, moradores que, uma vez por semana, se encontram na cidade — uns, vindos dos sítios e fazendas que circundam o incipiente vilarejo; outros, das casas mais pobres do burgo, as raras residências cobertas de têlha, a têlha que se começa a fabricar às margens do velho Anhembí. São êles os «homens bons» da cidade, os senhores juízes e vereadores que, semanalmente, para tratarem do «bem comum», se reunem na casa do Conselho em local que, hoje, nos parece «incerto e não sabido», de vez que funcionou em vários prédios, ora por locação, ora por empréstimo, sempre alarmados, os conselheiros, com fendas nas paredes e rombos no telhado.

Difícil, portanto, saber-se, hoje, como seria a casa da Câmara de São Paulo nesse vago e lacunoso século XVII, não só pela escassez documental escrita, como pela desolante pobreza iconográfica no que se refere a Piratininga de outrora.

Todos sabemos o quanto é pobre a iconografia paulista. Se essa pobreza é lamentável no que se refere ao século XVIII, época de que vieram até nós alguns documentos, valiosos mais pela raridade que por qualquer outra razão, a iconografia seiscentista de São Paulo é de um pauperismo acabrunhante, pois não conseguiu sair do âmbito restrito da cartografia e de uma ou outra gravura, de pouco interêsse para a reconstituição dos costumes da incipiente vila do planalto.

Entre essa escassa documentação, acha-se o roteiro cartográfico de Dom Luiz de Céspedes Xéria, no qual o governador do Paraguai registra, de forma rudimentar e vaga, o traçado de sua viagem do Rio de Janeiro àquele país.

Essa travessia, realizada em 1628, teve São Paulo por uma das etapas. E aquí, à notícia de sua passagem, um escrupuloso vereador quis saber, urgentemente, se o homem tinha autorização legal para sulcar os rios Tietê e Paraná, até Assunção, com

Detalhe do mapa-roteiro de D. Luiz de Céspedes Xéria

escalas pelas reduções jesuíticas, uma vez que trilhava caminho proibido. No interessante livro publicado em Buenos Aires, «*Las Misiones Jesuiticas y los bandeirantes paulistas*», Henrique de Gândia, no cap. V, dedicado a «*Don Luis de Céspedes complice de los bandeirantes*», refere-se a essa viagem suspeita, afirmando que ela se efetuara pela rota vedada porque o governador, matreiramente, queria deixar demonstrado o seu interêsse em visitar as reduções de Guairá, a fim de, conhecendo-as bem, melhor protegê-las. As intenções de Dom Luiz de Céspedes, porém, não nos interessam no momento. O certo é que, realizando a complicada excursão, o governador do Paraguai conheceu muito bem São Paulo, como chegou a conhecer as reduções inacinas. E, assim, diante do mapa cespedeano, cumpre indagar:

A vila de São Paulo que alí figura, representada por um prédio de três corpos, é a cópia exata de uma casa da cidade ou, apenas, uma representação simbólica da vila?

E mais: as reduções dos missionários, alí representadas, são cópias de igrejas ou, também, representações simbólicas?

Estas interrogações não são ociosas, desde que se observe que, tanto o prédio que representa a vila de São Paulo, como os que indicam as reduções jesuíticas, são de uma semelhança surpreendente.

Afonso de Taunay, êsse extraordinário e paciente pesquisador da História de São Paulo, reconstrutor autorizado do passado paulista, dos seus costumes e da sua gente, é de opinião que, no remotíssimo traçado cartográfico de Céspedes, o prédio que alí aparece para indicar a vila de São Paulo, é o da casa da Câmara, naquele ano da graça de 1628. E, certo disso, incumbiu José Wasth Rodrigues, grande pintor «doublé» de grande conhecedor de assuntos históricos, de fazer, sob sua orientação, a reconstituição da casa da Câmara. Êsse belo trabalho encontra-se, hoje, no museu do Ipiranga e tem sido divulgado por não poucos historiadores.

A verdade, porém, é que, nesse caso, como em quasi todos os casos de História, aparece uma dúvida que gostaríamos de ver desfeita. E essa dúvida vem de que o desnorteante desenho

do governador do Paraguai, na parte que nos toca, não é aquilo que nós gostaríamos que fosse, mas qualquer coisa que não sabemos o que é. Ou, em palavras menos confusas: o que alí aparece, encimando a legenda «*la villa de sanpablo en el braçil*», não pode ser a Câmara paulista de 1628. Devia ser. Infelizmente, porém, parece que não é, e eu tenho algumas razões para lançar essa negativa, embora suavizada com um prudentíssimo «parece».

Senão, vejamos.

Muito assustados com a casa da Câmara que, quasi em ruínas, vivia a ameaçar-lhes a integridade física com um possível desabamento, resolveram os senhores homens da vereação, alí por 1618, abandonar a quasi tapera em que se reuniam e, na falta de prédio próprio, fazer suas sessões semanais em casa do vereador mais velho, que era, então, Gaspar Cubas.

No ano seguinte, eleita a nova Câmara, transferiram-se todos para a casa de Alonso Peres Calhamares, ou, como rezam as atas, para «*as pouzadas de Alonso Calhamares, vreador mais velho*».

Êsse empréstimo, porém, não pesou muito ao prestante Alonso porque, em 25 de Fevereiro de 1619, foi realizada a compra de um prédio para, nele, funcionarem Câmara e Cadeia. Tendo entrado em entendimentos com Francisco Roiz Velho, adquiriram dêste uma casa pela quantia de 40 mil réis, sendo que, devido à escassez de dinheiro na vila, recebeu o vendedor a importância de 20 mil réis em dinheiro, 10 mil réis em «drogas da terra», e 10 mil réis em «chãos que pertenceram à Cadeia velha».

Essa casa, como se vê, era apenas uma residência particular que se procurava adaptar a uma nova finalidade. Tudo leva a crer que assim era porque, quatro anos depois, na sessão de 2 de Dezembro de 1623, resolveram os vereadores que o pão vendido à população não podia pesar menos de arratel e meio, sob pena de ser apreendido o pão e aplicada ao faltoso a multa de 500 réis para as «*obras do Conselho*».

Era nessa casa, pois, que funcionavam Câmara e Cadeia,

em 1628, quando por aquí passou Dom Luiz de Céspedes, rumo ao Paraguai. Como bem observa o grande mestre Taunay, «durante longos anos nada se declara acêrca do Paço», isto é, durante longos anos alí funcionou a Câmara. A primeira referência que, após a compra feita a Francisco Roiz, se encontra nas Atas, é justamente a que destrói a suposição de que o esbôço de Dom Luiz de Céspedes seja o paço da vila de São Paulo.

Com efeito, na sessão do dia 21 de Outubro de 1634, «*pelo procurador foi requerido aos officiaes que puzessem cobro no alpendre da casa do conselho que estava para quaír*»...

Ora, a casa do mapa de Céspedes não tem alpendre...

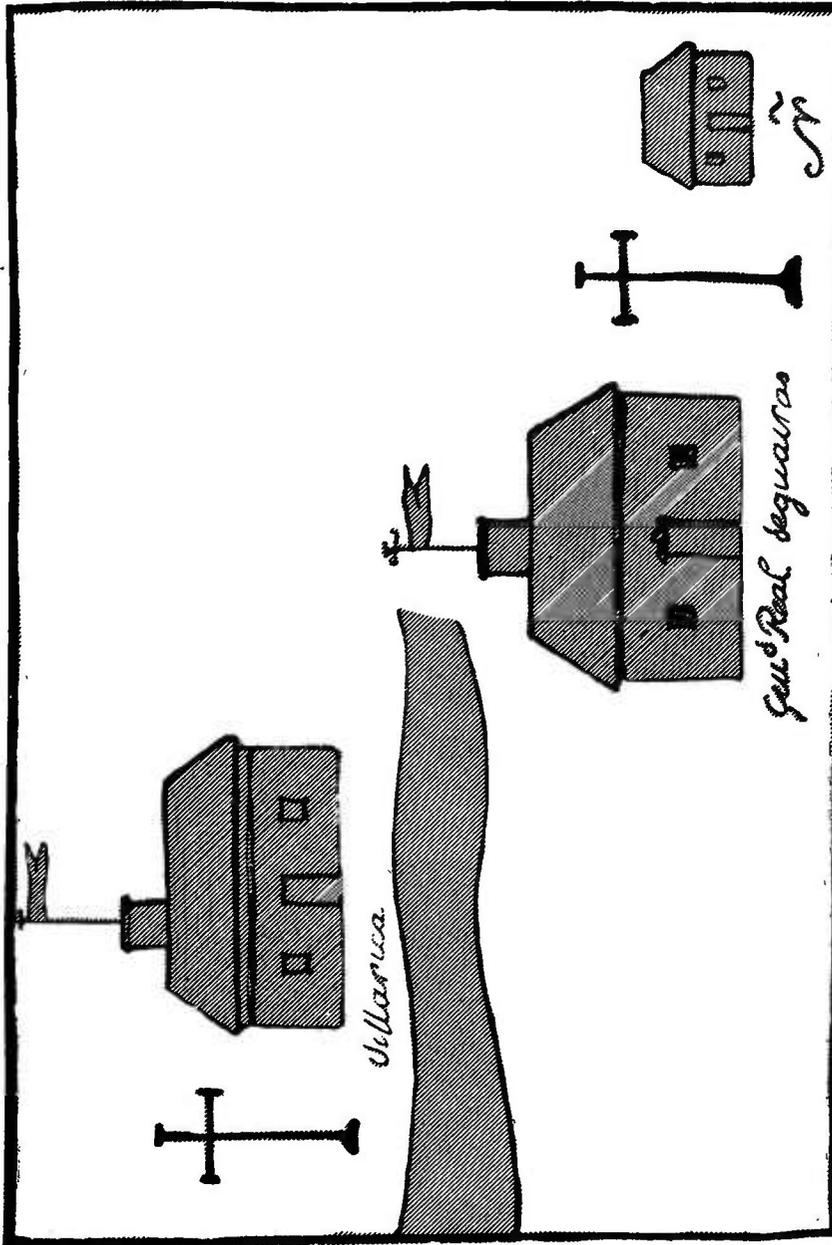
E mais:

Na sessão de 24 de Março de 1635, «*pelo procurador do conselho amaro domingues por vir a esta camara foi dito que lhes requeria a eles ditos ofisiais da camara puzesen cobro no alpendre e balquão da casa do conselho que estava para cahir*».

Ora, a casa do mapa de Céspedes não tem balcão...

O balcão só vem citado duas vezes nas atas. Mas o alpendre continua, como espada de Damocles, sôbre a cabeça atribulada dos senhores vereadores porque, ainda na sessão de 11 de agôsto dêsse ano (dez meses depois!) «*pelo procurador foi dito que lhes requeria mandase acabar de cobrir o alpendre do conselho*»...

Ora, por muito mau desenhista que, porventura, fosse o governador itinerante, não se concebe que, copiando uma casa, êle empalmasse um alpendre e um balcão, peças tão caraterísticas nos paços e solares seiscentistas da península ibérica e que, com menor aparato, mas com indiscutível evidência, foram transladados para os campos de Piratininga.

Não se concebe, também, a não ser por um excesso de boa vontade, que, desenhando um Paço municipal, fosse Céspedes colocar-lhe um cruzeiro em frente, quando tudo o induzia a colocar alí um pelourinho. O local habitualmente escolhido para essa coluna de ignomínia como se sabe, era sempre uma praça e em frente à casa do Conselho. Aí era o que se chamava, en-

Outro detalhe do mapa-roteiro de Céspedes Xéria

tão, a praça pública. E, em 1628, São Paulo possuia o seu pelourinho porque, na sessão de 23 de Maio de 1610, os senhores vereadores contrataram com Fernão d'Álvares a construção de um dêsses postes de castigo, que seria de tijolo cozido e barro, de doze pés em quatro, três degraus de palmo e meio cada um, vinte e dois palmos de altura e quatro palmos de largura em cada face, pela quantia de seis mil réis pagos da seguinte forma: têrça parte em dinheiro ou ouro e duas têrças partes em pano de algodão e cera (²). Êsse pelourinho existia na data em que Céspedes por aquí passou porque, ainda em 1634, êle continuava de pé. Na sessão da Câmara de 11 de Março dêsse ano, pelo procurador do Conselho foi requerido se tomassem providências sôbre a abertura de uns alicerces: «*junto ao pelourinho*» (³). Por que, pois, em lugar de um pelourinho, colocaria Céspedes um cruzeiro diante do misterioso prédio do seu mapa?

Isso, contudo, é de importância secundária, pois não passa de suposição. O real, o evidente, o indiscutível, o insofismável, neste caso de investigação iconográfica, é que o governador do Paraguai, ao traçar a sua «villa de sanpablo», não podia, se não era cego, ter deixado de registrar o alpendre e o balcão que, sem a menor sombra de dúvida, existiam na casa da Câmara. — E isso não constituiria nenhuma novidade porque a casa da Câmara de Santos, embora de construção posterior, tinha alpendre e balcão, no alto de uma escada externa de dois lances.

Penso ter esclarecido a minha dúvida quanto à possibilidade de ser a gravura cespedeana uma reprodução do Paço municipal paulistano no século XVII. E, se êsse esbôço não pretende figurar uma igreja — hipótese aceitável dada a sua semelhança com as figuras das reduções jesuíticas de Vila Rica e Guairá, só podemos admití-lo como simples representação simbólica, coisa tão comum na arte cartográfica de antanho.

Em todo o caso, aí fica o problema para os doutos resolverem.

---

(2) «Atas», vol. II, pág. 268.

(3) «...mandamos a todos mores. desta villa não obedesão ao modº. e quartel q. o pdor. da fazda. fernão vieira tavares mandou fixar *No Pelourinho desta dita Villa.* — «Atas», v. III, pág. 104, ano de 1634.

AINDA A CASA DA CÂMARA DE SÃO PAULO

RESPONDENDO A ALGUMAS EXPLICAÇÕES DO SENHOR AFONSO D'E. TAUNAY — E ESPERANDO POR UM ALPENDRE E UM BALCÃO QUE NÃO PODEM SER EMPALMADOS.

Não era minha intenção voltar sem uma solução, a êste assunto, pois preferia deixá-lo ao cuidado dos doutos na matéria. Volto, contudo, por duas razões irrecusáveis: uma, porque é sempre agradável estar-se em contacto, mesmo através da imprensa, com o formoso espírito de Afonso de Taunay. E a outra, porque me vejo forçado a opor algumas objeções a certos trechos da gentilíssima carta com que me honrou, há dias, o grande historiador [1], e na qual algumas afirmações minhas mereceram do mestre longa e minuciosa contradita, oriunda, talvez, da maneira pouco pormenorizada por que me referí às igrejas das missões jesuíticas de Guairá e Vila Rica. Eu escrevera: «se êsse esbôço não pretende figurar uma igreja, *hipótese aceitável,* dada a sua semelhança com as figuras das reduções jesuíticas de Vila Rica e Guairá»... Eu devera, para ser mais preciso, ter falado em «igrejas das reduções» e, não como fiz, em «figuras das reduções». Mas, se assim escreví, foi apenas por uma questão de estilo, evitando grafar duas vezes, no mesmo período, a palavra «igreja».

E Taunay exclama, então: «Há aí profundo equívoco. Nem Vila Rica nem Guairá (Ciudad Real de Guayrá) jamais foram reduções jesuíticas». Logo... concluiu o eminente historiador: há profundo equívoco.

---

(1) As duas cartas de Afonso de Taunay, sôbre êste «caso», foram publicadas pela «Fôlha da Manhã» em 24 de Abril de 1938 e 8 de Maio do mesmo ano.

Pois, não há equívoco nenhum. Eu me referí, como se observa logo, às reduções jesuíticas *que existiam* em Vila Rica e Guairá. Que ambas tinham sido fundadas por um espanhol, já o sabíamos de há muito, tanto que eu mesmo já havia anotado uma pequena confusão do velho e autorizado Azevedo Marques, nos seus preciosos «Apontamentos», quando atribue aos jesuítas a fundação de Guairá. Isso, todavia, não quer dizer, de modo nenhum, que não possamos fazer referências às reduções de Vila Rica e Guairá. O padre Vasques Trujillo, no inquérito que abriu para apurar a responsabilidade de nosso caro Dom Luiz de Céspedes no tráfico do íncola realizado pelos mamelucos de São Paulo, ouviu, entre outros, o nosso feroz inimigo padre Justo Mansilla e o superior das reduções do Guairá, padre Antônio Ruiz. Aquele declarou, inicialmente, haverem «*en el Guayrá, doce reduciones, de las cuales diez caían en el distrito de Villa Rica*». E o segundo afirmou «*que se havia hallado presente en la fundación de las doce reduciones que havia en el Guayrá y Villa Rica*». Não há, mesmo, historiador que, tratando do bandeirismo ou do jesuitismo, não se tenha referido às reduções jesuíticas de Guairá e Vila Rica, inclusive o próprio Taunay, na sua monumental História das Bandeiras Paulistas.

E se, falando nelas, destaquei de preferência as igrejas, e não as municipalidades, foi pela razão muito simples de que as igrejas eram sempre, nestas terras bárbaras, os edifícios de melhor aspecto, mesmo quando êsse aspecto era lamentável. E é natural que assim fosse, principalmente em Guairá e Vila Rica, que não passavam de lugarejos misérrimos sob o guante dos «encomenderos». Os índios que se achavam sob o domínio dos jesuítas tinham duas espécies de trabalho: o coletivo e o particular, sendo que, durante o primeiro, trabalhavam em conjunto na organização das reduções ou na construção de igrejas e colégios. Com o «encomendero» não havia disso: os seus índios trabalhavam exclusivamente para o seu dono, em sua lavoura. Quem, pois, num regime dêsses, iria construir casas para as Câmaras? Se São Paulo, que era São Paulo, viveu alguns séculos sem Paço municipal (e assim vive até hoje) fazendo ve-

reação em casas de empréstimo, que dizer de dois lugarejos perdidos no sertão, com pretensos «probleros» explorando furiosamente o íncola em seu exclusivo interêsse?

Como se vê, as minhas suposições eram perfeitamente lógicas. Todavia, assinala Taunay que, enquanto Ciudad Real e Vila Rica são representadas no roteiro de Céspedes por uma casa com sótão, mastro e bandeirola, Loreto e Santo Inácio são representadas por casinholas sem sótão, mastro e bandeirola. De acôrdo. E daí surgiu a minha suposição de que se tratassem de representações simbólicas. Dos cinco povoados em questão, São Paulo era, evidentemente o mais importante. Em segundo lugar vinham Ciudad Real e Vila Rica. E, a seguir, Loreto, Santo Inácio-Miní, Candelária, Xerez etc., todos êles simples aldeamentos de índios, sob a doutrinação jesuítica. Daí, os desenhos de Céspedes dando à grande vila de São Paulo a representação de uma casa com três corpos, bandeira e mastro, mas sem a cruz no alto — uma vila pagã onde os jesuítas não conseguiam dominar — Ciudad Real e Vila Rica, casas de um só corpo, no mesmo estilo da de São Paulo e com uma cruz no sótão... E as casinhas das «doctrinas», apenas com o cruzeiro, simples e misérrimas «chózas», no dizer de Montoya em «Conquista Espiritual».

Isso, porque entendo que, em rigor, não é possível dar-se a Vila Rica [2] e Ciudad Real, ao tempo, o nome um tanto pomposo de «municipalidades», como escreve Taunay, no sentido amplo que esta palavra comporta. Elas só progrediram depois que os jesuítas alí chegaram, no fim do século XVI, quando êsses dois lugares não passavam de simples «pueblos», ou talvez nem isso. O erudito e autorizado historiador paraguaio, padre Bernardo Capdeveille, no seu notável livro «Las misiones jesuiticas en el Paraguay» (Asunción, 1923), afirma que, à chegada dos loiolanos, «*Ciudade Real tenia apenas cincuenta vecinos y Villarrica ciento cincuenta*». Êsses «pueblos» só se tornaram im-

---

(2) Quando Melgarejo fundou Vila Rica, «hizo edificar uma iglesia y levantar al lado una cruz; luego mandó construir alli una fortaleza»... (Ramon J. Cardoso, *El Guairá*, pág. 50).

portantes após a chegada dos inacianos como ainda assinala o autorizado historiador. Daí, a minha presunção de que as igrejas de Guairá fossem os seus prédios mais caraterísticos, pois é bem possível que, a exemplo de São Paulo, que já era uma grande vila, Guairá e Vila Rica nem casa da Câmara possuissem e andassem fazendo vereação «nas pousadas» de qualquer Dom Gaspar, como se fazia por aquí...

Taunay, porém, insiste no mastro com bandeirola para afirmar que se tratavam de paços municipais. E' que o eminente historiador não atentou bem para os desenhos do roteiro de Céspedes. Se o fizer, verá que, na ponta dos mastros, *há uma cruz* ! Se, como afirma Taunay, «os guairenhos se mostraram sempre centros de fortíssima oposição aos inacinos», como admitir-se que fossem colocar uma cruz sôbre o sótão de sua Câmara municipal?

A bandeira é que, para Taunay, afasta a suposição de que aqueles prédios sejam igrejas ([3]), a-pesar-da cruz. Mas os jesuítas não tinham também a sua bandeira? Ou, melhor, a sua flâmula? Tinham. Clovis Ribeiro, no seu precioso livro «Brasões e Bandeiras do Brasil», escreve:

«*A Companhia de Jesús, usava uma flammula e uma bandeira com a effigie de Nossa Senhora...*» (pág. 36).

E é exatamente uma flâmula que drapeja no mastro do famoso desenho de Céspedes.

Adiante, porém, o grande mestre, insistindo em não aceitar as figurinhas como igrejas, escreve:

«Não é crível que semelhantes casinhas tenham sido igrejas. O seu fácies nada tem que lembre templos.»

Ainda uma vez peço licença para discordar do eminente mestre e amigo. Passo a palavra, pois, ao historiador argentino Torre Revello que, num interessante artigo em «La Prensa» de Buenos Aires (1.º de Janeiro de 1937) responde por mim:

«Segun el obispo Guerra, que yá habia visitado otras ciudades de su distrito (1586) en toda su dioceis nó encontró *ni*

---

(3) ... «llegado el dicho Capitan à Guairá la primera cosa que mando hacer y se hizo fue una yglesia». (Ramon I Cardoso, *El Guairá*, pág. 53).

Detalhe da planta da cidade de Campeche, mandada realizar pelo governador Esquivel

un solo edificio que tuviera aparencia de iglesia, sino que daban, los mismos, la sensación de una casa pajiza, tristissima incluyendo en esta apreciación, *a la propria catedral de Asunción* ».

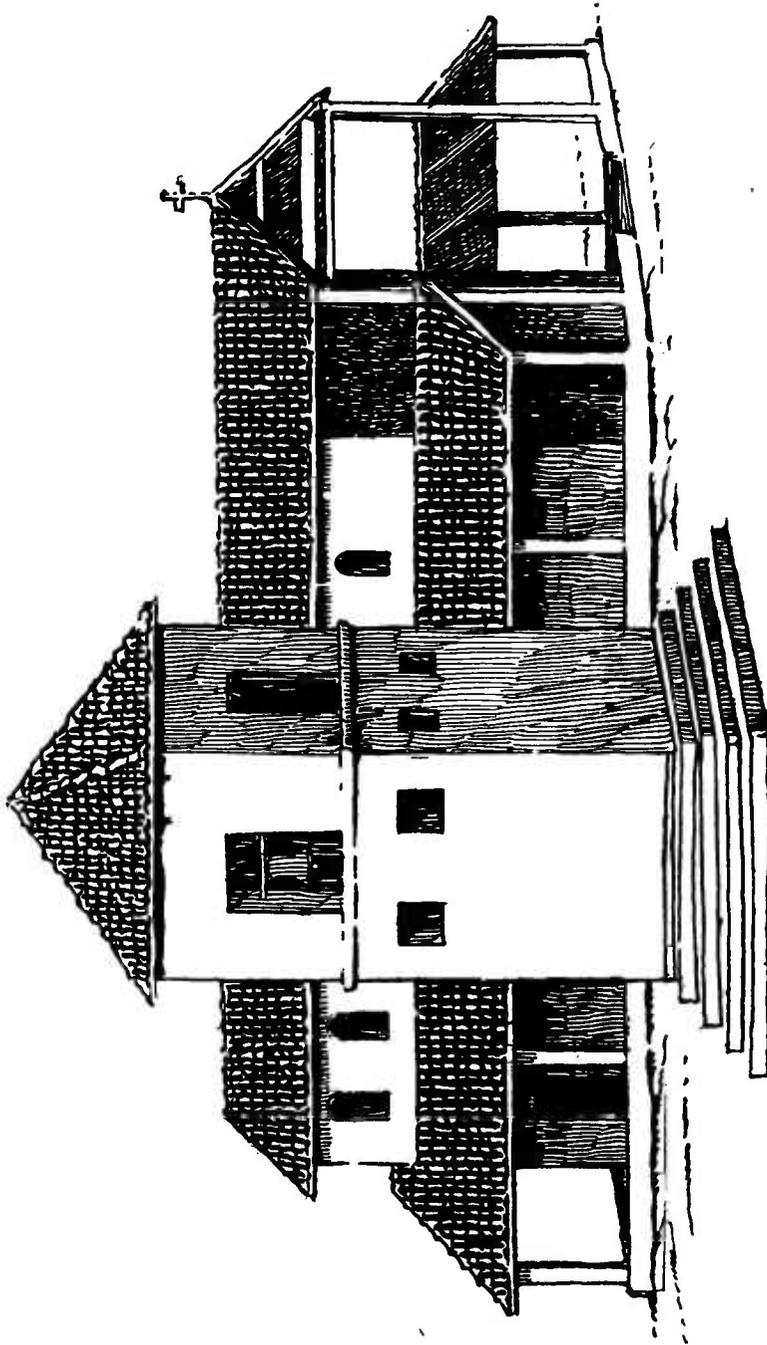
Como se vê, embora muito antes da época de que nos ocupamos, eram assim as igrejas, « sem nada que lembrassem templos ». Os grandes templos vieram posteriormente. E as maravilhosas igrejas que surpreenderam Céspedes, estavam mais para o sul, onde ainda hoje se encontram vestígios de suas ruínas ou restos dos seus escombros. Pois não nos conta Ramon J. Cardoso que a primeira coisa que Melgarejo fez em Vila Rica, foi construir uma igreja? E que espécie de igreja podia ter construído o Capitão?

Quanto ao misterioso paço da vila de São Paulo, tive a ventura de uma confirmação de Taunay. Foi quando escreví que a Câmara de 1616 comprara uma casa de Francisco Roiz Velho, para nela realizar as suas sessões, tendo sido essa a casa que Céspedes conheceu. Estabelecido, assim, que a Câmara funcionava num prédio de residência particular, Afonso de Taunay insiste em negar a existência visível do alpendre e do balcão que, indiscutivelmente, existiam no prédio. E, com a erudição que tão singularmente o carateriza e que todos nós admiramos, teima o mestre em agarrar no balcão e no alpendre, transportando-os para os fundos do prédio, com argumentos que brilham mas que, infelizmente, não me convencem (4).

Já me referí, no artigo anterior, à desolante pobreza da iconografia paulista do seiscentismo. O próprio roteiro cespedeano, raríssimo dessa época, é isso que se vê: causa de controvérsias insanáveis. Razão por que os estudiosos do assunto, para dirimirem dúvidas, não têm outro remédio senão apelar para elementos iconográficos de outras regiões do Brasil e da América espanhola.

Ora, quem quer que observe as gravuras de Barleus, principalmente o mapa de Pernambuco e Itamaracá, encontrará alí

---

(4) Quem ler os volumes de « Inventários e Testamentos » verá que os alpendres dos fundos e os laterais, não tinham êsse nome. Chamavam-se « corredores »

TORRE DE LA TRINIDAD (Misiones) Tipo caraterístico da igreja rústica seiscentista na América do Sul
Alpendre fronteiro e corredores em tôrno

não poucas casas com alpendre e balcão *na frente*. Essas duas peças arquitetônicas foram, mesmo, insistentes nas residências seiscentistas. Tanto assim, que Franz Post, o primeiro pintor que passou para a tela aspectos e paisagens do Brasil, produziu uma considerável coleção de quadros, muitos dos quais se encontram em poder de colecionadores brasileiros, e outros em galerias da Europa, como os museus de Nürnberg, de Schwerin, de Amsterdam, de Mogúncia etc. E, na maioria dêsses quadros, encontram-se casas do nordeste brasileiro, no século XVII, com alpendre e balcão, *na fachada*.

Numa velha gravura de A. Demersay — plano para a construção da missão jesuítica de Candelária que seria a capital das missões — bela fantasia que não se fez realidade — encontram-se 52 casas residenciais todas com alpendre *na frente* e não nos fundos.

Insisto neste ponto porque, como ficou provado, a Câmara de São Paulo funcionava numa casa de residência particular que, talvez, nem sino possuia, porque êste andou perdido durante muito tempo. Mesmo, porém, que possuisse sino, não é admissível que fossem pendurá-lo dentro de um sótão, tanto que Taunay preferiu transformar êsse sótão numa espécie de torreão, no quadro que se acha no museu do Ipiranga.

Quanto à última objeção de Taunay: os cruzeiros diante dos edifícios públicos e igrejas sem aspecto de igrejas.

Já respondí, em parte, a êsses argumentos e, se insisto, é para ilustrar as minhas asserções com a reprodução do «Plano da cidade de Campeche» (México), mandado fazer pelo governador Esquivel, em 1664, pouco depois de uma invasão de piratas e «bucaneros». Alí estão igrejas quasi semelhantes aos esboços de Céspedes (que Taunay não achou com aspecto de templos) e os cruzeiros diante dessas casas de religião. As igrejas de N. Senhora de Guadalupe, de São Romão, de El Jesus e a Matriz, assim como a igreja-hospital de S. Joan de Dios e o convento de São Francisco em pé de guerra — casas térreas, com dois lances, porta no centro, sótão ou torreão com uma cruz

e, na frente, o cruzeiro. Para ser o desenho de Céspedes, só lhe falta a bandeirola.

Entretanto, diante dos edifícios da «Comisaria» e da «Audiência» (tribunal), que também estão situados em praças, não se nota a presença do símbolo da Fé. Por que motivo, pois, diante da Câmara de São Paulo se levantaria um cruzeiro? Afirma Taunay que isso se deu porque Céspedes era um homem de fé, que a cada passo, recorda em seus papéis a sua profunda devoção a Nossa Senhora do Atocha.

Vê-se que o ilustre historiador se esforçou por esquecer um pormenor: a profunda hipocrisia do homem de quem os jesuítas, *jurando in verbo sacerdotis,* disseram os maiores horrores...

Concluindo: é com infinito desconsôlo que fico onde estava, neste atordoante caso da Câmara de São Paulo do remoto e obscuro ano de 1628. A argumentação elegante, erudita e fascinadora de Afonso de Taunay não conseguiu, ao meu ver, vencer a pobreza documental da iconografia paulista. Nem a minha — pobre de mim! — conseguiu fazer a menor luz nessa treva densa. Treva de três séculos, de nada valeu o farol da erudição do mestre, nem, muito menos, a humilde caixinha de fósforos da minha semiciência. Apenas, continuo onde estava: a casa do roteiro de Céspedes não pode ser a Câmara seiscentista de São Paulo.

Mas... escrever-se tanto para terminar negando, será acaso uma solução (5)?

---

(5) A-propósito dêsse caso, recebeu o autor, do eminente historiador Basílio de Magalhães, uma carta em que há o seguinte trecho:

«Dois dos seus argumentos parecem-me insofismáveis. Primeiro, é o de que o elemento caraterístico de uma casa de Câmara Municipal nunca foi o «cruzeiro» e sim o «pelourinho». Segundo, é o de que, se o prédio em questão fosse o da edilidade paulistana, Céspedes não poderia ter deixado de representá-lo com o alpendre e o balcão que, indubitavelmente, lhe avultavam na fachada. Subscrevo, portanto, suas razões, que reputo claras, eruditas e indiscutíveis».

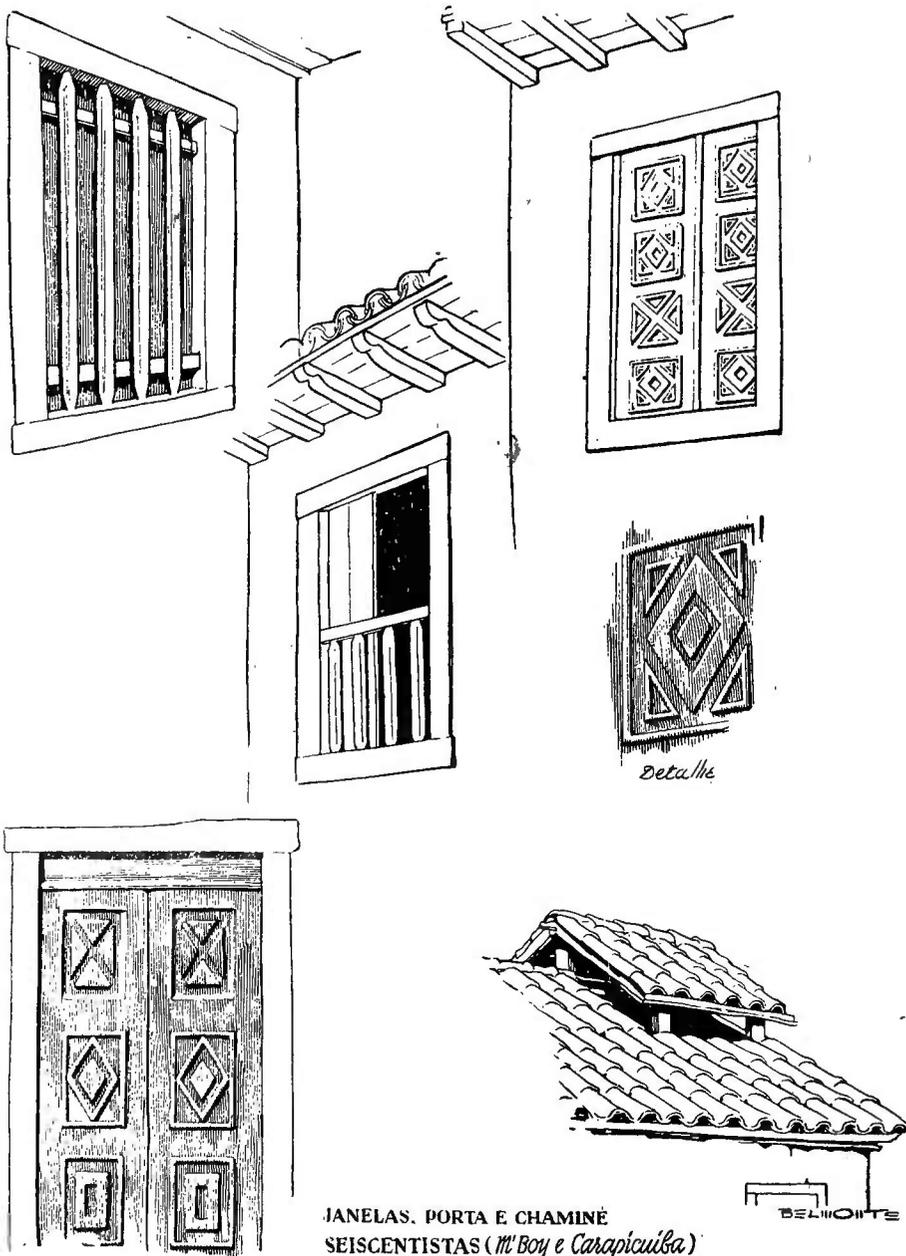
AS IGREJAS

AINDA O ROTEIRO DE CÉSPEDES XÉRIA — SIMBOLOGIA CARTOGRÁFICA — IGREJAS COM ALPENDRES — MATRIZ, COLÉGIO, CARMO E MISERICÓRDIA — TRÊS SÉCULOS DEPOIS: A CAPELA DE SÃO MIGUEL.

Os dois capítulos anteriores — artigos que publiquei na «Fôlha da Manhã» nos dias 17 de Abril e 1.º de Maio de 1938 — nos quais focalizei um problema da quasi inexistente iconografia seiscentista referente à vila de São Paulo, encontram-se neste livro por vários motivos, dois dos quais desejo especificar: primeiro, para que, com a sua maior divulgação, possam opinar sôbre êste problema os doutos na matéria; e, segundo, porque voltando ao assunto, desejo opinar contra mim mesmo, refutando uma das conclusões a que eu havia chegado.

Em verdade, no primeiro daqueles artigos, referindo-me ao torturante esbôço do roteiro de Céspedes, escreví: «*E, se êsse esbôço não pretende figurar uma igreja, hipótese aceitável*»...

Vejo agora, porém, que a hipótese é absolutamente inaceitável e que o malsinado «*borrón*» não representa, de modo algum, nenhuma das principais igrejas da vila de São Paulo, pela mesma razão por que não representa a casa da Câmara paulistana: por causa do alpendre.

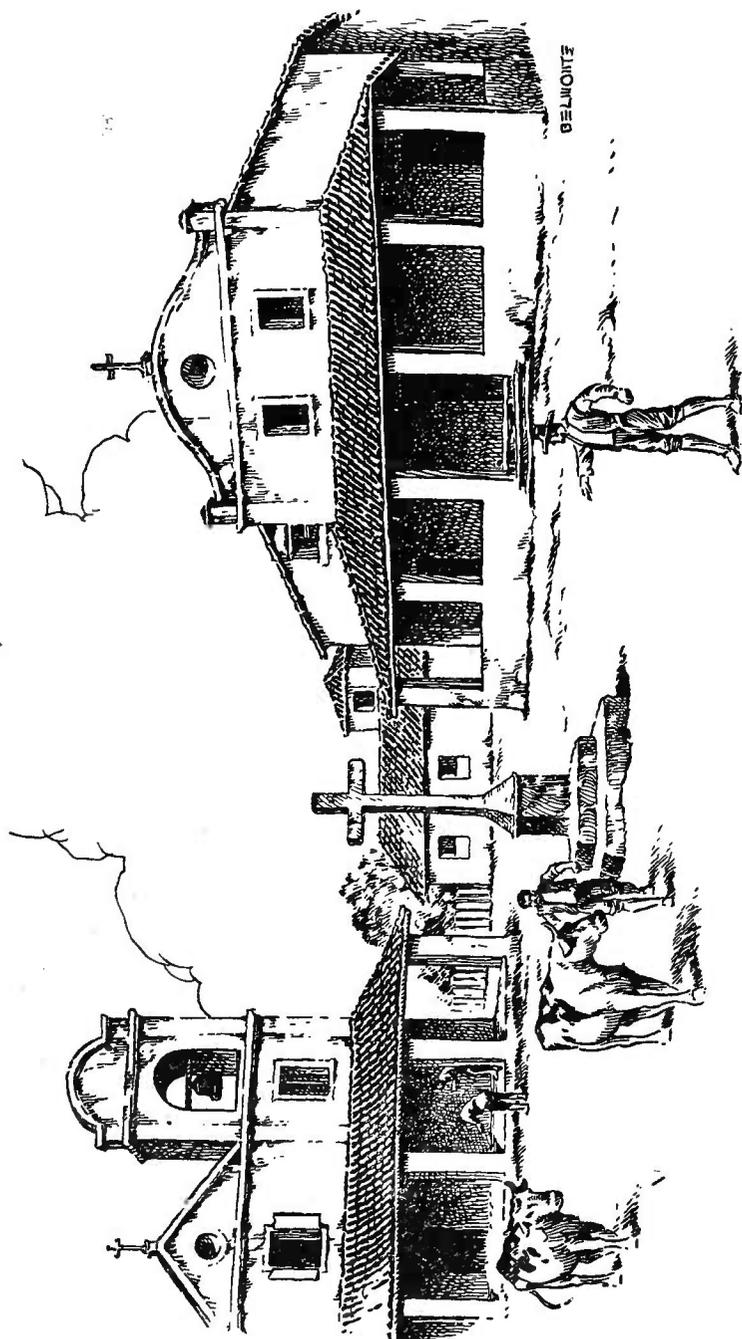
Senão, esmiucemos o caso que não ocorreu ao mestre Afonso de Taunay nas refutações que opôs às minhas duas hipóteses, mas que eu faço questão de levantar contra mim mesmo. Destruo a primeira mas, até prova em contrário, finco

JANELAS, PORTA E CHAMINÉ SEISCENTISTAS (*M'Boy e Carapicuíba*)

pé na segunda, isto é, *os esboços do mapa-roteiro de Céspedes não passam de representações simbólicas.*

Já demonstrei que o fato das famosas figurinhas não terem aspecto de igrejas, nada significa porque, numa vila paupérrima como São Paulo, não era possível a construção de templos com as suas caraterísticas principais, pois todos os seus edifícios pareciam construções provisórias, erguidas como que a título de experiência num lugar e numa época em que a vila vivia continuamente ameaçada e a sua existência em constante perigo. O que, todavia desfaz a suposição de que o «*borrón*» de Céspedes não representa, talvez, uma igreja do planalto é que a maioria dos templos paulistanos não tinha aquele aspecto — como não o tinha a casa da Câmara.

Ao tempo em que por aquí passa Cêspedes Xéria, existem na vila seis igrejas, além das ermidas que se situam fora do núcleo urbano — capelas e ermidas de N. S. de Maruí, de N. S. Pinheiros, de N. S. da Conceição dos Guarulhos, de N. S. da Espetação — na atual Freguesia do Ó, e das mais distantes, como a de Baruerí e Sant'Ana de Parnaíba.

Na colina central, a matriz, cuja atribulada história resumimos num dos capítulos anteriores; a do convento do Carmo, fundada em 1594 por frei Antônio de São Paulo; a do mosteiro de São Bento, erguida, como pequena ermida, por frei Mauro Teixeira e, por contrato assinado em 17 de Janeiro de 1650, reedificada por Fernão Dias Pais; a da Misericórdia, cuja data de fundação se desconhece, mas que já existe em 1608, como se depreende da ata da Câmara, de 17 de Setembro dêsse ano, na qual se lê: «...*nesta dita villa as portas da igreja da samta mizericordia que serve de matriz*»; — a igreja de Santo Antônio, erguida no mesmo local em que hoje se encontra e, finalmente, a igreja do colégio ou igreja de Santo Inácio, berço do incipiente povoado. Quanto à igreja de São Francisco, só foi começada a edificar em 1639.

Se, na rumorosa travessia que levou a efeito em 1628, rumo ao Guairá, o governador do Paraguai pretendesse fixar no papel, com sua mão indecisa, uma das igrejas da vila, teria optado,

« ...que tivessem cuidado com os alpendres e adros das igrejas desta villa, os quaes os gados sujavam... » (1624)

certamente, pela que apresentasse melhor aspecto — isto é, qualquer delas, menos a de São Bento e a de Santo Antônio que não passavam de humílimas capelas, tão humildes como algumas das que se situavam nos *circuitos* da vila.

Entretanto, tal não aconteceu, pois as principais igrejas do povoado, como a sua casa da Câmara, *tinham alpendre.*

Onde?

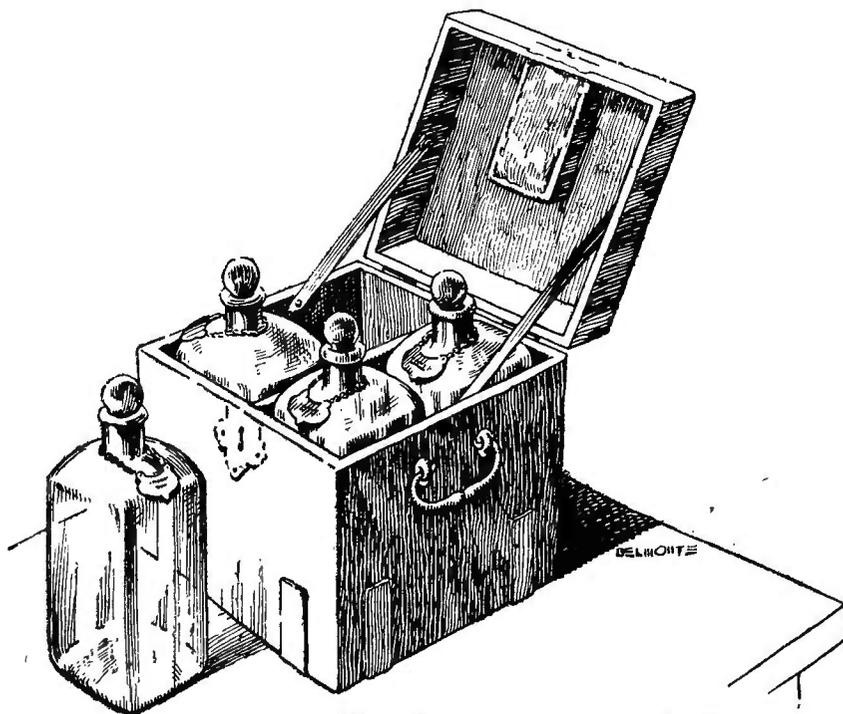
No único lugar em que se admitia um alpendre: na frente do prédio, desde que, como vimos num dos primeiros capítulos dêste livro, os «alpendres» laterais ou posteriores tinham, aquí, o nome genérico e inconfundível de *corredores.*

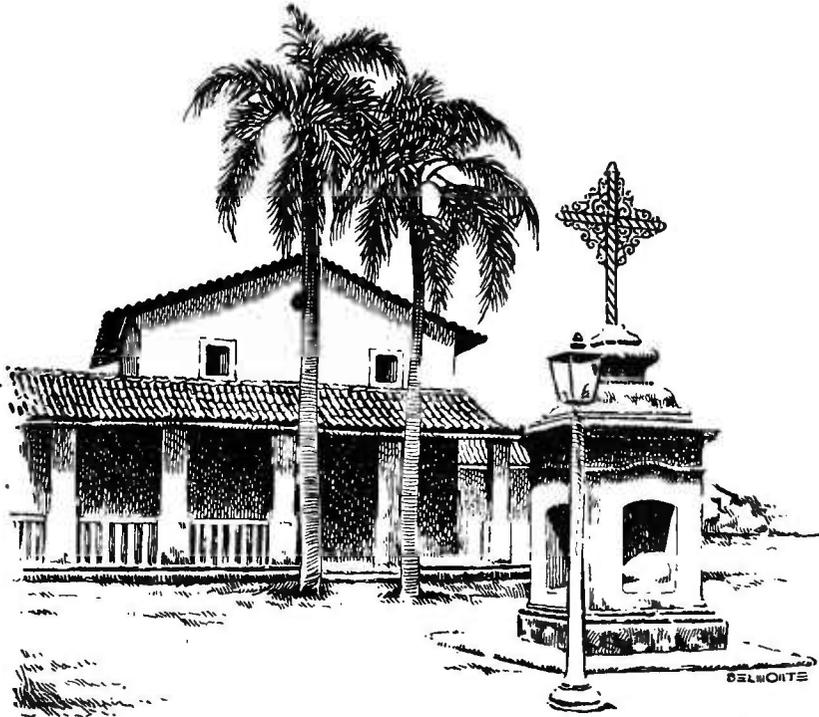
Senão, é bastante passarmos a vista pela ata da sessão realizada pela Câmara no dia 21 de Dezembro de 1624 — quatro anos antes da passagem de Céspedes Xéria pela vila de São Paulo.

Nesse dia, com efeito, o escrivão Calixto da Mota, redigindo a sua ata, escreve:

«... *que eu escrivão de novo notificasse aos ditos aleixo jorge e bartholomeu glz. que cõ pena de quinhentos rs. pera obras do cõselho e acuzador tivesẽ cuidado todos os dias de mandarẽ alinpar os alpendres dos templos desta villa a saber aleixo jorge o da igreja matriz e do carmo e logo notifiquei ẽ prezença dos ditos ofisiais e a bartholomeu glz. que tivesse cuidado do alpendre da mizericordia e a da companhia...*»

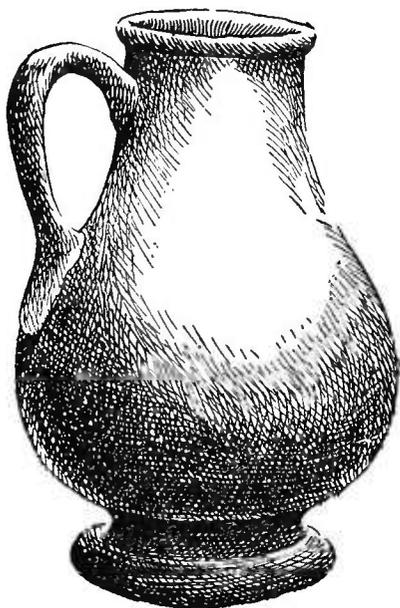
Como se vê, é indiscutível a existência do alpendre nas quatro principais igrejas da vila, Misericórdia, Carmo, Colégio e Matriz, tão indiscutível como a sua presença na casa da Câmara de São Paulo, ao tempo em que aquí passa o misterioso governador do Paraguai. E isso vem tornar mais sólida a minha asserção sôbre a existência de alpendres na frente das casas e não nos fundos. Em não poucas aldeias de Portugal encontram-se, ainda hoje, igrejinhas alpendradas e, para não irmos tão longe, basta que nos voltemos para o burgo humilde que, surgido de uma aldeia de índios, se transformou no povoado de São Miguel, a menos de vinte quilômetros da capital paulista.

"Uma cantareira de taboádo"

"Uma frasqueira com quatro frascos"
(Inv. e Test.)

Nascida com a mudança do aldeamento dos índios guaianás de Guarapiranga, a povoação de São Miguel começa com a construção de uma capela, pelo padre João Álvares, da Companhia de Jesús, em 1622. Humilde construção de taipa, coberta de têlha, sem nenhuma das caraterísticas arquitetônicas das casas de religião, a ermida de São Miguel é, hoje, na sua humildade caipira, o mais sugestivo documento, vivo e palpável, que nos veio da época do seiscentos. Nada, no seu aspecto exterior, indica tratar-se de uma igreja, mesmo humilde igreja de aldeamento indígena. E, entretanto, ela alí está, desafiando os séculos e os «reformadores», com seu alpendre caraterístico e seu cruzeiro à frente — cruzeiro que sofreu não poucas reformas e que ostenta, hoje, uma cruz de ferro forjado, provindo talvez

Capela de São Miguel, erigida em 1622, com seu alpendre caraterístico, no estado em que se encontra hoje. Está situada na vila do mesmo nome, nas proximidades da capital paulista

de algum cemitério. A verdade, contudo, é que os alpendres, nas igrejas como nas Câmaras, tinham, entre outros, um objetivo social, pois serviam para separar os senhores dos servos. Enquanto aqueles se instalavam dentro do edifício, êstes se amontoavam do lado de fora, sob o telheiro.

Tudo isso vem desfazer não poucas fantasias criadas pelos cérebros imaginosos a respeito das igrejas da vila, e principalmente, da igreja do Colégio, no tempo do bandeirismo. E, quanto ao caso da notificação feita aos dois cidadãos de Piratininga para limparem os alpendres das igrejas, não deixa de ser curioso registrar que a Câmara os forçava a tão desagradável tarefa apenas porque fôra o gado daqueles senhores quem, andando às sôltas, sujara os quatro alpendres. A notificação devera ter sido feita anteriormente. E se isso não aconteceu, foi apenas porque o escrivão Manuel da Cunha, indicado, se negou a realizá-la, o que lhe valeu uma suspensão por quinze dias.

Isso, contudo, se era muito importante para os senhores oficiais da Câmara, tão ciosos da limpeza da vila, tem para mim apenas o valor da retificação que se impõe no difícil problema iconográfico em que me empenhei com muita petulância e nenhum brilho. Mas, destruindo uma das hipóteses que levantei, continuo cada vez mais firme na outra: no complicado «*borrón*» de Céspedes, o que alí aparece como *la villa de sanpablo,* não passa de uma convenção simbólica.

Peroleira de azeitonas, vinho ou mel

AS TAMBOLADEIRAS

COMO, NESTA EDIÇÃO SE RESPONDE A UMA PERGUNTA QUE FICARA DE PÉ NA EDIÇÃO ANTERIOR — A «TUMBLER» INGLESA, A «TUMMLER» GERMÂNICA E UM VERBO MUITO CONJUGADO — UM PROBLEMA ICONOGRÁFICO E ETIMOLÓGICO QUE SE RESOLVE.

Há, na História de todos os povos, episódios tão nublados de mistério que, mesmo enfrentados por pesquisadores pacientíssimos e eruditos, continuam cada vez mais nebulosos e, porisso mesmo, cada vez mais fascinantes.

A História do Brasil, ainda insuficientemente estudada, com arquivos abarrotados de documentação inédita, está inçada de dubiedades e contradições, de legendas e fantasias que só têm servido, em não poucos casos, para intrigar os principiantes e atordoar os eruditos. Quanto à História de São Paulo — todos nós sabemos que a História de São Paulo constitue, pelo menos, a metade da História do Brasil — as falhas, as dubiedades e os erros são de tal monta que só a paciência dos pesquisadores poderá corrigir com o correr dos tempos, à medida que se for estudando e recompondo o vasto acervo documental inédito existente nos arquivos.

Mas, é evidente que a História não se faz apenas com episódios. Êstes se desenrolam num meio social e geográfico cujo conhecimento exato os justifica, pois, se é verdade que «o homem é um produto do meio em que vive», êsse *homem* não pode ser compreendido sem que êsse *meio* não seja conhecido.

Uma tamboladeira de gomos

Ou, em linguagem menos confusa: uma grande peça teatral seria apenas uma desolante estopada, se os atores se movessem num palco sem cenários, nem mobiliário.

Quando foi publicada a primeira edição dêste livro, deixei sem solução um pequeno mistério que vinha intrigando, não só os historiadores, mas até mesmo os filólogos e lexicógrafos. O caso, evidentemente, não tinha importância de tal ordem que conseguisse abalar os alicerces da História. Mas era dêsses que, aparentemente destituídos de maior importância, constituem desafio atrevido aos historiadores e aos filólogos, com grave desprestígio para uns e outros. Foi assim que, na primeira edição dêste trabalho, estudando a casa do bandeirante, o seu mobiliário e os utensílios domésticos do seu uso, fiz uma referência às *tamboladeiras* — utensílios de prata largamente usados nos lares de Piratininga e encontradiços em grande cópia de inventários e testamentos. Essa referência, conservo-a integralmente nesta edição e o leitor, se passou por ela, há de ter notado que, a exemplo de Alcântara Machado (1), lancei uma aflitiva interrogação: que é *Tamboladeira?*

Ninguém o sabia. Ou, melhor: Cândido de Figueiredo e Aulete pretendiam sabê-lo, pois, serenamente, nos seus grandes léxicos, informavam — mas informavam errando, pois não é possível aceitar a esquisita definição com que ambos pretendem ilustrar-nos. E os dicionaristas mais remotos, Bluteau, Viterbo, Frei Domingos e Morais, prudentemente se fecham em copas, não nos dando da Tamboladeira a mais vaga, a mais longíngua idéia, como se o malsinado utensílio nunca houvesse existido, nem essa esquisita palavra houvesse jamais sido pronunciada.

Vaso grego em forma de « Kalatho »

Publicado o livro, o « caso da tamboladeira » aguçou a curiosidade de não poucos espíritos que, como o meu, não queriam con-

(1) « *Vida e Morte do Bandeirante* ».

formar-se com o fato de saber que os bandeirantes faziam largo uso de um utensílio que nós, homens decididos do «século da Luz», continuávamos a deixar na treva... Mas, como? Seria fácil, então, nos conformarmos com o mistério, numa época em que até as assombrações deixaram de ser misteriosas? E como deixar sem identificação iconográfica e etimológica um utensílio tão largamente usado pelos bandeirantes?

Tamboladeira de asas

O «caso» era fascinante e eu me afundei resolutamente nele, enquanto de vários lugares me chegavam cartas com idéias, sugestões, alvitres, pseudo-soluções que, na sua maioria, não passavam de tímidos «palpites», reveladores apenas de um admirável interêsse pelo problema. O qual, a-pesar-de tudo, continuava cada vez mais misterioso, como nova Esfinge na estrada de Tebas.

Felizmente, ninguém foi devorado.

Um dia, porém, o antiquário Almeida Santos, que, fascinado pelo caso, também se emaranhara no cipoal das pesquisas, afirma-me que a vasilha quatrocentista inglesa chamada *tumbler* deveria ter alguma relação com o nosso problema.

Tinha. Pelo menos, tinha a semelhança prosódica, pois a sua pronúncia, «tâmblar», surgia, logo de início, como um argumento de fôrça irresistível a fazer do seu indisfarçável parentesco com a *tamboladeira,* ou a *tambladeira.* E mais: a *tumbler* era, como se sabe, uma vasilha usada pelos bebedores de vinho e caraterizava-se pelo fato de não ter pés. Quem bebia por ela era forçado a esvaziá-la toda para, só então, a pousar sôbre a mesa, pois se assim não fosse feito, a vasilha não poderia ter equilíbrio e entornaria o líquido.

Ora, isso veio logo ao encontro do que eu andava desconfiado com o verbo espanhol «tambalear». Se a «*tumbler*» não pára em pé, por ter o fundo cônico ou arredondado, e se o verbo «tambalear» quer dizer «*cambalear, mover-se de um lado*

Tamboladeira — cuia

para outro procurando equilíbrio», é evidente que a *tamboladeira* é exatamente uma *tambaleadera*, isto é, uma coisa que *cambaleia*. E isto se firma com maior solidez sabendo-se que *to tumble*, em inglês, significa *tombar* e que a *tumbler*, posta sôbre a mesa, desequilibra-se, cambaleia e cai. Daí a razão de ser a tamboladeira posta sôbre a mesa com a bôca para baixo. Uma vez cheia de vinho, o bebedor era obrigado a esvaziá-la inteiramente, se não quisesse ficar com ela na mão o dia todo...

Ora, a-pesar-de ser uma vasilha de tão largo uso na Europa, desde o século XIII, não são muitas as referências que se encontram a respeito da tamboladeira, sendo ainda curioso observar que êste nome não era comum na península ibérica. No seu belo livro «The collecting of Antiques» (2), Ester Singleton, à pág. 119, faz-lhe apenas uma rápida alusão: «*Beside these pieces there would be great flagons, standing-cups, mugs, TUMBLERS, and enormous candlesticks*». E as mesmas ligeiras referências se encontram em «*English Plate Marks*», de W. J. Cripps, e «*Silversmith's Work*» de Hungerford Pollen. Todavia, a Enciclopédia Britânica, mais esplícita, entra em detalhes, afirmando que a *tumbler* é «*a plain cup or bowl widely expanded at the mouth and with a rounded base, so that it could only be set down when empty*» — (... com um fundo arredondado, só podendo ser assentada quando vazia).

E, indo mais a fundo nesse caso, voltei com mais uma achega, descobrindo na prataria alemã dos séculos XIV, XV e XVI, a ancestral saxônia da tamboladeira na *tummler* e na *handtummler*, que F. S. Meyer descreve como «certos vasos sem pé, que cambaleiam quando colocados na mesa e que devem ser esvaziados previamente para pô-los direitos». E afirma ainda o escritor alemão que *tummler* vem do velho *taumeln* (cambalear), embora, mais etimologicamente, se possa

---

(2) The Macmillan Company. 1937, New York.

radicar aquele substantivo ao verbo *tummler* (rodopiar, caracolar).

E' indiscutível, como se vê, a origem da tamboladeira na sua ancestral britânica *tumble* ou na germânica *tummler*, ambas coincidindo perfeitamente com o verbo espanhol *tambalear*.

A *handtummler* alemã é, como o próprio nome o indica, a tamboladeira com um cabo, ou um pé, o que lhe dá um aspecto de sineta. E é dêsse tipo, com certeza, a «*tamboladeira com seu pé*» que se encontra no inventário do capitão Bento Pires Ribeiro, falecido em São Paulo em 1669. E não deixa de ser curioso assinalar que, assim como alhures havia tamboladeiras de cristal com pé de prata, em São Paulo se criou um novo tipo com... côco. É, pelo menos, o que aparece no rol de avaliações dos bens deixados pelo cunhado de Fernão Dias: «*um côco aberto ao buril com o bocal de prata e seu pé*»...

Tamboladeira alemã de cristal (handtummler) existente no «Bayrisches Gewerbe-Museum» de Nürnberg

Ainda nos inventários paulistas do seiscentismo vamos encontrar outros tipos de tamboladeiras, como aquela «*de gomos*», que outra não será senão da espécie a que se refere a Enciclopédia Britânica, em forma de laranja: ...*and a more usual type has orange-shaped body*...

As tamboladeiras *com asa*, de que se encontram alguns exemplares nos inventários seiscentistas, nada mais são do que variantes dos vasos gregos, principalmente dos chamados «vasos de Nicosthenes» que, com os «diolas» à frente, se espalharam por todo o mundo.

Concluindo: creio não haver mais sombra de dúvida sôbre a identificação da tamboladeira do bandeirante, não só a respeito da sua iconografia, como também da sua etimologia. Não

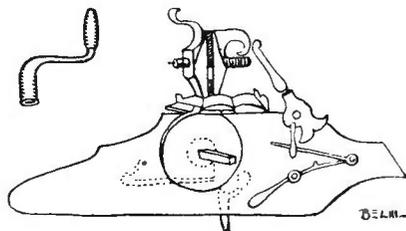
parecia correto que historiadores, arqueólogos, mestres em pesquisas e professores de português, interrogados sôbre o significado da desnorteante palavra, se limitassem a franzir a testa e ficar pensando. Podemos dizer hoje, creio que com absoluta certeza, que tamboladeira era um copo de beber vinho, sem pés (ou com pé em ponta, servindo de cabo) e que, com a base em cone ou arredondada, como uma cuia, cambaleava e caía quando vazio. Era colocado sôbre uma salva ou um prato, com a bôca para baixo. (Do inglês «*tumbler*» e do espanhol «*tambalear*»).

A ESCOPETA

ARMAS BANDEIRANTES — OS VELHOS DICIONARISTAS E A ESCOPETA — COMO FUNCIONAVA ESTA ARMA UMA CRIAÇÃO DO «GRAN CAPITAN» E A INVENÇÃO DE UM RELOJOEIRO ALEMÃO — ARMAS DE FUZIL E ARMAS DE MECHA — A ESCOPETA, O TRABUCO E O BACAMARTE.

ercorrendo-se os inventários e testamentos seiscentistas, os espíritos curiosos são levados a indagar de que forma se armavam os audaciosos sertanistas para enfrentar o íncola feroz no recesso das matas ou o castelhano astuto que se alapardava nas reduções jesuíticas.

Cingindo-nos exclusivamente à primeira metade do século XVII, quando o bandeirismo se caraterizou pela audácia e ímpeto irreprimíveis, vamos encontrar nas mãos dos irrequietos homens do planalto os mais variados tipos de armas, desde as brancas — espadas, adagas, lanças, machetes e terçados — até as de fogo — espingardas, bacamartes, clavinas, mosquetes, arcabuzes, pistolas e escopetas.

Não falemos nas armas defensivas, como as rodelas, as «armas de algodão» e as «couras», de que nos ocupámos em outro lugar dêste livro. O que nos interessa agora, a nós que vivemos a esmiuçar a vida íntima dos bandeirantes — pois desejamos que êles saiam da penumbra lendária em que têm vivido e surjam à luz da realidade como seres humanos que sempre foram, com todas as suas virtudes e todos os seus defeitos — o que nos

Roda de arcabuz com a manivela

interessa agora é procurar fazer um pouco de luz sôbre a arma preferida dos impetuosos sertanistas — a escopeta.

Antes de tudo, convém acentuar que se enganam os que supõem ser a escopeta um nome genérico dado a todas as armas de fogo nas terras do planalto. Tanto não é assim que, nos seus róis de inventário, os meticulosos avaliadores seiscentistas não costumavam generalizar, dando, ao contrário, os verdadeiros nomes a todas as peças. E os próprios bandeirantes, como é por exemplo, o caso do capitão João Tenório, especificam muito bem as suas armas de fogo: «*uma escopeta de seis palmos, uma escopeta de quatro palmos, uma escopeta oitavada, um arcabús, uma espingarda clavina*»... Ou, no inventário de Francisco Pedroso Xavier [1]: «Foram avaliadas quatro *escopetas em sua avaliação em vinte mil réis; foi avaliada uma carabina em sua avaliação em seis mil reis*»... Ou como em inúmeros outros inventários em que se especificam claramente as várias armas, demonstrando, sem a menor sombra de dúvida, que a escopeta era uma arma diferente das outras então em uso, como o arcabuz, o mosquete, a espingarda, a clavina etc.

Os lexicógrafos antigos não dão, contudo, dessa arma, senão vagas definições, do mais desconcertante laconismo. Rafael Bluteau, no seu precioso «Vocabulário Português e Latino», dos princípios do século XVIII, afirma que a escopeta «*é uma arma mais curta e de menor bala que a espingarda e a carabina e de coronha mais curta*», enquanto Frei Domingos Vieira nos assegura, apenas, que ela é «*uma espingarda mui curta*».

Ora, a espingarda era arma de extraordinário comprimento, de transporte dificílimo, e que se disparava com o auxílio de mechas e botafogos. Era um aperfeiçoamento da colubrina e foi a precursora da escopeta. De complicadíssimo manejo, dando um trabalho doido para ser transportada, a espingarda foi, contudo, nos primeiros anos do bandeirismo, a companheira inseparável do paulista. Eram poucas, porém, e elas só reapareceram, nas mãos bandeirantes, nos fins do século XVII, já muito

---

(1) «Invent. e testamentos», XX, 299.

Bandeirante com escopeta

aperfeiçoadas, «com trombetas e pontos de prata», «miras e guarda-mãos», «fechos de segurilho», rendeduras, soquetes... Era o «fuzil», aparecido pouco tempo antes na Espanha e logo trazido à vila do planalto. Mas os primeiros cincoenta anos de bandeirismo são vividos, heroicamente, entre estouros de escopetas e roncos de arcabuzes. E, se o bandeirante, muita vez, preferiu aquelas a êstes, foi exclusivamente devido ao seu pequeno tamanho, ou, quando o seu tipo não era dos menores, pelo seu pouco pêso.

Com efeito. Para que um homem, em plena selva, diante da chuva de flechas desferidas pelos índios, pudesse dar um tiro, era preciso, antes de se armar de pelouros, armar-se de infinita paciência e bom humor. A escopeta era uma arma primitiva e perigosa, de manejo difícil e complicado, quasi tão complicado como a colubrina, sua próxima ascendente. «*Um êmbolo giratório* — diz Don Francisco Barado na sua notável obra «Museu Militar» — *al que iba unida una palanca, permitia abrir y cerrar la recámara; este mecanismo estava provisto de fuertes chapas de hierro convenientemente sujetas. El canon era de calibre de catorce adarmes y quatro pies e igual numero de pulgadas de longitud y a el se adataba la recámara, de mayor calibre y diametro que aquel*». A carga era conseguida por meio da mecha enfiada na «serpentina». Ora, para que um bandeirante conseguisse disparar um tiro nesse terrível aparelho, tinha que andar com um candieiro aceso, o que exigia cuidados alucinantes para que o seu fogo não se comunicasse à pólvora fora da caçoleta. Na hora H, quando as hordas bárbaras surgiam despejando tempestades de flechas, o bandeirante tinha que pegar no candieiro, acender a mecha, puxar a «palanca», largar o fogo, firmar a arma no peito, soltar a haste métalica e esperar a explosão da coisa. Nessas operações dramáticas, ia um tempo enorme que o inimigo aproveitava para realizar ofensivas fulminantes, principalmente depois que se habituaram aos assustadores estrondos dessas armas. Porque uma coisa é certa: o barulho dos tiros produzia, nos índios, um pânico muito maior do que o efeito das balas... Contudo, ainda era a escopeta a

arma ideal para os infantes, e o seu aparecimento constituiu, inegavelmente, um grande progresso na indestrutível «arte de matar», pois ela foi, pode dizer-se, a primeira arma de fogo realmente portátil. E o seu aparecimento deve-se ao Gran Capitan.

Quem era o Gran Capitan?

No inventário dos bens deixados por Martim Rodrigues Tenório, após seu falecimento em São Paulo, em 1612, encontra-se, entre outros, êste livro: «*Chronica do Gran Capitão*».

Trata-se, sem dúvida alguma, da narração dos feitos e aventuras de Gonçalo Hernandez de Córdova, famoso cabo de guerra espanhol dos fins do século XV e princípios do XVI, capitão que teve uma existência fundamente marcada por lances épicos não só na península ibérica, mas até mesmo nos campos da África, França e Itália, tendo chegado, durante dois anos, a ser rei de Nápoles. Foi êle o criador do exército espanhol e — o que mais nos interessa neste momento — foi êle que teve a idéia de dotar êsse exército de uma arma portátil — a escopeta.

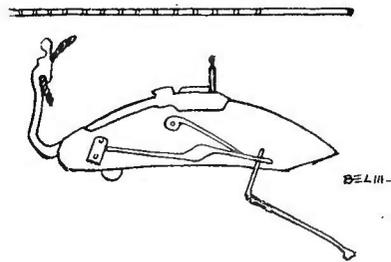
Essa arma que, como dissemos, era um aperfeiçoamento da chamada «espingarda», surgiu como uma miniatura do «schioppo» italiano, mais ou menos portátil porque, para dispará-lo, se faziam necessários dois homens — um para segurá-lo e outro para meter-lhe fogo na mecha e ajudar o companheiro a aguentar o coice. A escopeta, contudo, a-pesar-de um sem número de aperfeiçoamentos, tinha apenas sôbre suas antecessoras, a vantagem de ser pequena. Tanto que, algum tempo depois, tendo surgido o arcabuz de roda — graças à engenhosa invenção de um relojoeiro de Nürnberg [2] que conseguiu substituir a mecha por uma corda de relógio — os bandeirantes, em sua maioria, continuaram preferindo a velha escopeta, com seu incômodo e perigoso candieiro e o seu complicado estopim. Isso porque, além de outros desasos, o arcabuz de roda constituia um perigo em tempo de chuva. O bandeirante se embrenhava nas selvas,

---

(2) Alfeo Clavarino, «*Armi e Tiro*», Turim, 1887.

afrontando todas as intempéries e, no momento crítico, quando era atacado por tribus ferozes, agarrava na chave, dava corda na roda mas a «bicha» não se movia; estava enferrujada. E aí, então, é que surgia mesmo o drama do «morro ou mato»...

Tem-se feito, vezes sem conta, uma grande confusão entre a escopeta, o trabuco, e o bacamarte. O trabuco italiano, curto e de bôca de sino, muito semelhante à escopeta, foi um sucessor do bacamarte, de que encontramos alguns exemplares em São Paulo do século XVII. Mas não tinha nada que ver com a escopeta, a-pesar-do Larousse insistir nessa confusão, pois o trabuco não tinha mecha, mas fuzil, e não se carregava pela caçoleta, mas pela bôca.

A-pesar, contudo, de suas inúmeras imperfeições, mau grado o perigo que havia em manejá-la, a escopeta foi, durante os anos mais intensos do bandeirismo, a companheira inseparável do paulista. Foi com os seus estrondos e as suas descargas de pelouros que o bandeirante, carregando seu candieirinho, pondo fogo na mecha e varrendo o inimigo, conseguiu vencer o Sertão e salvar da destruição aquele vilarejo que se chamou São Paulo do Campo de Piratininga e que atravessou os séculos para chegar a isso que está aí: uma cidade que é quasi um mundo.

Serpentina com a mecha.
Ao alto, um botafogo

BIBLIOGRAFIA

«Atas» e «Registro Geral» da Câmara da vila de São Paulo — «Documentos interessantes» — «Inventários e testamentos». «English costume», de Brook e Laver — «Das Ehrenkleid des Soldaten», de Martin Lezius — «Armas y armaduras», de Garsía Llansó — «El Guairá», de Ramon I. Cardozo — «Las misiones jesuiticas y los bandeirantes paulistas», de Henrique de Gandia — «Historia da America Española», de Carlos Pereyra — «La conquête du Perou», de William Prescot — «Las misiones jesuiticas en el Paraguay», de Bernardo Capdeveille — «Zum Sonnentor durch altes Indianerland», de R. N. Wegner — «Piraterias en Campeche», (Enciclopédia Mexicana) — «Hist. Geral das Bandeiras Paulistas», de A. Taunay — «Vida e morte do Bandeirante», de Alcântara Machado — «Nobiliarquia paulistana», de Pedro Taques — «Apontamentos» de Azevedo Marques — «Mobiliário Artístico Português», de A. Guimarães — «Expansão geogr. do Brasil colonial», de Basílio de Magalhães — «A política exterior do Império», e «As minas do Brasil e sua legislação», de Calógeras — «A Capitania de São Paulo», de Washington Luiz — «Quadro Hstórico da Província de São Paulo», de Brasílio Machado — «O domínio colonial holandês no Brasil», de Herman Vatjen — «Brasões e Bandeiras do Brasil», de Clóvis Ribeiro — «Formação Histórica do Brasil», de Calógeras — «O traje popular em Portugal nos séculos XVI e XVII», de Alberto Sousa — «História Seiscentista de São Paulo», de Af. de Taunay — «Mistérios da Pre-História Americana», de Epiága R. T. — «História da Colonização Portuguesa do Brasil» — Artigos de Nuto Sant'Ana e Sérgio Miliet, no «Estado de São Paulo» — «Das Holländische Gruppenporträt», de Alois Riegl. — «O negro na bandeira», por Cassiano Ricardo — «Armi e Tiro», de Alfeo Clavarino — «Collecting of Antiques», de Ester Swigleton — «English Plate Marks», de W. J. Crips — «L'Abolition de L'Esclavage», de Augustin Cochin — «Os Judeus», de João Paulo Freire.

VOCABULÁRIOS: Bluteau, Viterbo e Frei Domingos Vieira.

ALGUMAS OPINIÕES

sôbre a 1.ª edição dêste livro

"Com aquele seu estilo serelepe, riscando de-pressa, falando *presto agitato*, Belmonte relembra fatos e cenas, leal e amplamente fundamentado no cimento inabalável dos arquivos. E os aspectos mais diversos passam ...
'Mas os capítulos não retornam aos nossos olhos o que está mais ou menos incontroverso e fixado pelos pesquisadores paulistas. Belmonte diz sua palavra de esclarecimento e de interpretação, elucidando obscuridades ou definindo deduções ambíguas..."

Luiz da Câmara Cascudo
("A REPÚBLICA" de Natal, R. G. do Norte)

"Se Belmonte caricaturista e desenhista era (e continua sendo) de nossas predileções, com a obra "No tempo dos Bandeirantes" mais aumentou o grau de nossa admiração, pois a história da vida bandeirante e paulistana que ora nos oferece é um conjunto maravilhoso de pequenas jóias escritas, ricamente ilustradas — iluminadas, diríamos melhor — por seu lapis mágico. "No tempo dos Bandeirantes" é, talvez, a melhor obra até hoje escrita sôbre o empolgante assunto. Um livro que ficará."

Walter Spalding
("Rev. do Inst. Histórico" do R. Grande do Sul)

"Faltava-nos um trabalho como êsse que Você acaba de publicar, de ora em diante uma fonte erudita e estética para todos quantos se dedicarem à grande epopéia paulista."

Basílio de Magalhães
(Autor de "Expansão Geográfica do Brasil Colonial")

"Toda a vida humílima de Piratininga aparece com linhas perfeitas. Não falta um detalhe nesse levántamento expedito. Procede-o o snr. Belmonte com as qualidades mestras de quem tomou conta do assunto: dedicação àquilo que dominou a sua atenção, equilíbrio, finura, inteligência, gôsto do detalhe, compreensão exata do modo de encarar a obra. Fê-la com os seus já afirmados dotes. E marcou-a com outros, certamente conhecidos dos seus íntimos e que, para os que os desconheciam, passaram a constituir nítidos ornamentos de uma personalidade intelectual das mais interessantes."

Nélson Werneck Sodré
(Em o "Correio Paulistano")

"Nessa coleção de crônicas, o autor faz reviver, com escrúpulo de historiador, em linguagem atraente e ilustrações suas, de fina execução, os ásperos tempos do século XVII. O livro, pela multiplicidade dos assuntos, habilmente expostos dentro do quadro empolgante do seiscentismo paulista, apresenta-se como uma excelente achega para os estudiosos ..."

(Do "Jornal do Comércio", Rio)

"Revelando um conhecimento seguro das fontes onde se pode seguramente buscar as informações mais importantes sôbre o periodo estudado, Belmonte escreveu um livro que reuniu tanta coisa pela primeira vez, sob o aspecto de crônicas sugestivas, escritas com delicadeza e graça, com esta "souplesse" que carateriza um grande número de escritores da Paulicéia."

(De "A UNIÃO," de João Pessoa, Paraíba)

"Seria de rigorosa justiça e de perfeita utilidade pública dar-se ao livro de Belmonte, pela edição popular, pela intervenção dos poderes competentes, por qualquer meio ou modo, a mais ampla e profunda divulgação".

João Luso
Na "Revista da Semana", Rio)